

## NOTAS SOBRE O PROCESSO DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

O fenômeno industrial no Brasil nasceu na segunda metade do século XIX e, desde então, não cessou de crescer e provocar inúmeras modificações econômicas, sociais e populacionais na vida brasileira. Adquiriu grande importância nas últimas décadas, tendo a produção industrial alcançado em 1963 o mesmo nível da produção agrícola. Tal destaque com todas suas conseqüências talvez explique porque somente nos últimos dez anos o fenômeno industrial tenha despertado a atenção dos pesquisadores universitários. Enquanto isto, foram divulgadas várias falsas idéias a respeito da atividade industrial no Brasil. Uma delas afirma que as indústrias brasileiras nasceram em Volta Redonda, outra diz que praticamente toda indústria existente no país é de propriedade estrangeira, outra ainda mais freqüente garante que a indústria brasileira nasceu do café... Tais idéias persistem até hoje e têm livre trânsito mesmo entre os estudiosos do fato industrial no Brasil.

Os que afirmam ter a indústria brasileira nascido em Volta Redonda dão destaque a um marco fundamental da tentativa de independência econômica levada a efeito pelo governo Getúlio Vargas. Não se deve esquecer, no entanto, que 20% dos grandes estabelecimentos fabris do complexo industrial de São Paulo surgiram no século passado ou nas duas primeiras décadas do século XX. A Cia. Siderúrgica Nacional começou a produzir aço em 1946, quando numerosas iniciativas particulares nacionais já tinham vingado, inclusive várias indústrias mecânicas e metalúrgicas como Villares, Pignatari, Bardella, Trivellato, Ribeiro, Piratininga, Romi, etc.

Se a indústria estrangeira implantada no Brasil é considerável, dominando absolutamente setores como o automobilístico, o farmacêutico, o de pneus, e com maioria (50 a 75%) em outros como o químico, o de estaleiros navais, o de máquinas e equipamentos, o de cigarros, ela é minoritária em vários setores significativos: siderurgia (30%), papel e papelão (22%), cimento (15%), mineração (13%).

Os investimentos da empresa belgo-luxemburguesa ARBED na Belgo-Mineira, do consórcio de companhias siderúrgicas japonesas na USIMINAS (40%), da Pont-à-Mousson francesa na Bárbara, da siderúrgica americana ARMCO, da siderúrgica alemã Mannesmann estão longe de se aproximar dos investimentos estatais brasileiros na CSN, COSIPA, USIMINAS, ACESITA, Ferro e Aço de Vitória, sem contar que os investimentos

governamentais tendem a crescer com a ampliação programada das usinas existentes e as implantações da USIBA e da usina da Ponta do Tubarão.

Na produção de cimento (7,2 milhões ton. em 1968) os grupos estrangeiros que operam em nosso país, Lone Star (EUA) e Lafarge (França), controlam apenas 15% do ramo, enquanto o grupo nacional Ermírio de Moraes detém sozinho mais de 20% da referida produção.

Apesar da concorrência ser muito forte no ramo de papel e papelão, pois as importações sempre foram facilitadas, o grupo nacional Klabin controla mais da metade da produção da papel Kraft, papel jornal, papelão ondulado, disputando vitoriosamente com firmas americanas poderosas como a Olin-Kraft e a Rigesa.

Da mesma forma coexistem na indústria brasileira de elevadores várias firma nacionais (Atlas, Real, Sur, etc) com grandes organizações estrangeiras (Otis e Schindler, americana e suíça respectivamente), sendo que Elevadores Atlas, do grupo Villares, detém 55% do mercado. Assinale-se a existência, nos mais variados ramos, de grandes unidades fabris, mesmo em termos mundiais, controladas por capitais nacionais: Máquinas Romi, em Santa Bárbara d'Oeste, a maior fábrica de tornos do mundo ocidental, com vários milhares de máquinas exportados, até para os EUA, a G. Bretanha, a Alemanha ocidental, a Manufatura Nacional de Porcela (grupo Klabin), no Rio de Janeiro, a maior fábrica de azulejos do Mundo (5,5 milhões de metros quadrados em 1966).

Relaciona-se freqüentemente a industrialização brasileira ao café, inclusive apontando o fenômeno industrial como consequência direta da cafeicultura. Sem dúvida a industrialização deve muito ao café na medida em que o crescimento da economia cafeeira provocou a ampliação do mercado interno (atendido por artigos importados), a criação de ampla rede de estradas de ferro, a implantação da energia elétrica em São Paulo e no Rio, etc. Alguns assinalam ainda a transferência de capitais e empresários do café para a indústria, em particular após a crise de 1929: aqui já começa o exagero enganoso do papel desenhado pela cafeicultura.

Uma economia de exportação em crescimento, que estimula o consumo de artigos industriais importados não provoca automaticamente iniciativas industriais que substituem importações. É o caso típico das economias africanas ligadas ao café, cacau, amendoim, etc. No Brasil é o caso do cacau na Bahia: paradoxalmente o grande surto cacaueiro baiano nas três primeiras décadas deste século não deu origem nem mesmo a fábricas de chocolate, que aliás surgiram em São Paulo (Copenhaguen, Sonksen, Lacta), Porto Alegre (Neugebauer),

Vitória (Meyerfreund:Garoto), Blumenau (Saturno). A Bahia não conheceu nenhum surto industrial até o advento da SUDENE.

Paralelamente, nas regiões de colonização européia do sul do Brasil (vale do Itajaí, vale dos Sinos, Caxias do Sul, etc.), de policultura de subsistência, com pequenos excedentes agrícolas colocadas no mercado interno, processou-se importante industrialização. Joinville e Blumenau, cidades com 70 a 80 mil habitantes, possuem em torno de 25 estabelecimentos fabris a primeira e 15 a segunda com mais de 100 operários. O consumo per capita de eletricidade é superior a 800 kWh por ano nesses municípios, acima da Guanabara e do estado de São Paulo. Devemos procurar as causas da industrialização brasileira no imigrante...

O estudo realizado em 1961-62 pelo Centro de Pesquisas Sociais da UFRJ sobre os grupos multibilionários no Brasil destaca ao lado dos grupos estrangeiros (Volkswagem, Light, Esso, Ford, etc.) vários grandes grupos nacionais, em maioria de origem imigrante: Ermírio de Moraes, Matarazzo, Villares, Lundgren, Antártica, Brahma, Klabin, Simonsen, Pignatari, Novo Mundo-Vemag, Ometto-Dedini.

Na realidade, para compreender a industrialização brasileira devemos considerar menos os mecanismos econômicos e mais os mecanismos sociais. A sociedade brasileira tradicional, como existia no século XIX não possuía condições internas para se auto-superar e promover o crescimento industrial. Os imigrantes europeus e asiáticos que se introduziram no Brasil constituíram-se no sangue novo que faltava: inseriram-se como classe média de considerável capacidade de produção e de consumo que cresceu mais e modificou nitidamente o conjunto da vida brasileira, provocando nosso ingresso num capitalismo de tipo europeu do século XIX.

Antes de discutir as características fundamentais da economia e da sociedade existentes no Brasil do século XIX e as profundas modificações introduzidas pelos imigrantes naquele quadro, vale a pena assinalar as implicações ideológicas dos diferentes “clichês” correntes sobre a indústria brasileira. Já dissemos que o interesse dos pesquisadores universitários por um tema de tamanha importância surgiu muito recentemente. Aliás, foi um teatrólogo, Jorge de Andrade quem primeiro chamou a atenção para o papel essencial desempenhado pelo imigrante na modernização econômica ocorrida em São Paulo na primeira metade deste século. Na verdade as universidades brasileiras estavam (e estão em grande medida) subordinadas mentalmente à Europa e aos Estados Unidos.

A idéia segundo a qual a industrialização brasileira nasceu do café faz parte da ideologia da aristocracia rural paulista e interessa aos latifundiários brasileiros. É da mesma origem a opinião corrente até 1945-50 de que os produtos industriais brasileiros não prestavam. Tratava-se, segundo tal corrente de exportar produtos primários e importar produtos industrializados: “exportar tudo aquilo que nos é possível em melhores condições que outros povos e importar o que eles podem produzir em melhores condições que nós”, conforme Campos Sales afirmou em 1899.

Já as opiniões que dão destaque a Volta Redonda ou afirmam estar em mãos estrangeiras praticamente todas as indústrias do Brasil têm origem num nacionalismo muito difundido entre as camadas populares urbanas: a primeira faz parte das fases de otimismo e a segunda das fases de pessimismo.

Como funcionavam a economia e a sociedade existentes no Brasil no século XIX, antes da presença dos imigrantes?

Costuma-se dizer que o subdesenvolvimento foi provocado pela revolução industrial européia, mas na realidade em amplas regiões de agricultura de “plantation” da América latina ele nasceu bem antes, no século XVI, com o próprio povoamento. Estruturou-se do século XVI ao XIX uma economia colonial, latifundiária e escravocrata, produzindo basicamente uns tantos gêneros de exportação (café, etc) para o mercado europeu e da Europa importando produtos industriais de consumo corrente (tecidos, móveis, louças, etc.).

Esse esquema colonial criou, como não poderia deixar de ser, seus mecanismos de defesa: forças externas (indústria européia) e internas (latifúndio) contrárias à industrialização brasileira. Delmiro Gouveia, por exemplo, montou junto a Paulo Afonso uma pequena usina hidrelétrica (1500 HP) e uma fábrica de linhas de algodão (1913-14), que cresceu e passou a concorrer com os similares estrangeiros. Em 1929, após dificuldades financeiras, esse empreendimento foi adquirido e paralisado pela Machine Cotton (Linhas Corrente), seu concorrente inglês. Tais pressões persistem até hoje: o caso mais recente foi o da indústria brasileira de café solúvel.

Os latifundiários constituíam a classe dominante daquela sociedade. Não residiam em suas propriedades rurais, mas nas cidades, em parte pela mentalidade de consumo: para o latifundiário a fazenda não era tanto a unidade de produção, como a fonte de renda que garantia uma vida de gastos fáceis. Deve-se completar o esquema mental do latifundiário, lembrando sua aversão ao trabalho produtivo e sua concepção hierarquizante: daí seu

complexo de inferioridade em relação à Europa e seu complexo de superioridade em relação aos comerciantes e às camadas populares.

No extremo oposto da escala social estavam os escravos, de baixa produtividade, de baixíssimo consumo e sem a menor capacidade de decisão (o que plantar, quando plantar, etc). Praticamente inexistia uma classe média de tipo europeu. As camadas intermediárias existentes não tinham maior substância constituída de setores improdutivos: funcionários, militares e artesão (marceneiros, carpinteiros, seleiros, etc) trabalhando para atender às necessidades dos ricos das cidades e não às necessidades da produção.

Somente os comerciantes de exportação e importação estavam em condições de tomar decisões econômicas renovadoras, por terem dinheiro, ocuparem posição central na vida de relações comerciais e por não serem aceitos no mesmo status dos latifundiários. Mas o crescimento dos comerciantes, particularmente os brasileiros, não era aceito de bom grado: não é de se estranhar o desinteresse da Corte Imperial pela trágica sorte do Barão de Mauá, o maior empreendedor brasileiro do século passado.

A sociedade colonial-latifundiária que esquematizamos é de tipo “latino”: 1) estrutura social de extrema desigualdade (latifundiários e escravos), com ausência de camponeses e artesões independentes como ocorre no tipo “germânico”, 2) decisões centralizadas em todos os níveis: no nível do latifúndio o trabalhador nada decide e as iniciativas mais amplas devem ter o beneplácito do governo, que aliás não tem mentalidade econômica, 3) nítida separação entre o trabalho e pensamento: os homens que pensam não exercem trabalho produtivo e os que trabalham não podem pensar e assim pensamento e trabalho se desligam e tendem a se degenerar. Tal sociedade, a primeira grande sociedade de consumo da história, nasceu em Roma, foi levada para a Península Ibérica e trazida para a América Latina.

A expansão da cafeicultura no século passado fez crescer o mercado consumidor brasileiro, mas a aristocracia rural consumia os artigos europeus da mais alta qualidade (vidros belgas, cadeiras austríacas, etc) e portanto não era mercado consumidor possível para as primeiras indústrias brasileiras, enquanto os escravos praticamente não consumiam produtos industriais. Os estímulos provocados pela expansão do café não encontraram condições sociais favoráveis (espírito de iniciativa, consumo difundido, etc) nesta sociedade. Enquanto os trabalhadores escravos das fazendas de café andavam descalços, os colonos italianos que os substituíram na segunda metade do século XIX usavam botinas rígidas, primeiro mercado da indústria de calçados de Franca, onde sapateiros italianos imigrantes como Palermo e Spessoto tiraram proveito das condições favoráveis. O mesmo

ocorria nas áreas de povoamento europeu do sul do Brasil: os imigrantes alemães do vale do Itajaí foram os primeiros consumidores das camisas de malha produzidas por Hermann Hering, cujos ascendentes eram tecelões na Alemanha pelo menos desde o século XVIII. Na agricultura é conhecida a promoção de muitos colonos de café a grandes cafeicultores, mas o fenômeno não foi isolado: a dinâmica agro-indústria açucareira paulista, por exemplo, nasceu de iniciativas de imigrantes italianos como Ometto, Morganti, Lunardelli, Giorgi, Coalhatto, etc. O grupo Ometto controla a “União” (8 milhões de sacos por ano) e os Dedini possuem a maior indústria brasileira de equipamentos para usinas de açúcar.

Os 4,5 milhões de imigrantes que o Brasil recebeu na segunda metade do século passado e nas primeiras décadas do século XX constituíram a classe “européia” dentro da qual se iniciou a industrialização brasileira. Entre os imigrantes que aportaram no Brasil, incluíam-se muitos com experiência econômica importante: os Klabin, comerciantes na Lituânia, P. R. Robell, diretor de indústria de artefatos de borracha na Hungria, A. Bardella, aprendiz de ferreiro na Itália, K. Renaux, bancário na Alemanha, F. J. d’Olne, tecelão na Bélgica, etc. Se milhões de camponeses saíram da Europa em vista do superpovoamento rural da segunda metade do século XIX, os imigrantes de experiência urbana saíram por causa de perseguições raciais (Klabin, Robell, etc), impedimentos sociais de acesso à carreira militar (Renaux, etc), mas principalmente em consequência das sucessivas concentrações econômicas do capitalismo europeu, que foram expulsando do mercado artesão, pequenos industriais e comerciantes (Palermo, Hering, Bardella, d’Olne, etc), que vieram refazer seus negócios na América.

Em São Paulo, a expansão da cafeicultura foi aproveitada por tais imigrantes que, trazendo experiência de trabalho bastante variada (agricultores, artesãos, operários especializados, profissionais liberais, pequenos comerciantes e industriais), possuindo nível de vida bem mais elevado que o dos escravos, praticando hábitos econômicos equilibrados (trabalho persistente, consumo sóbrio) e com forte vontade de independência, promoveram a industrialização e modernizaram a agricultura em São Paulo e nas demais regiões que ocuparam. É interessante notar que o Rio de Janeiro, Recife e Salvador, que eram os maiores mercados urbanos do Brasil do século XIX e que receberam poucos imigrantes, passaram por industrialização modesta.

Um estudo bastante revelador levado a efeito em 1962 por L. C. Bresser Pereira sobre as origens étnicas e sociais do empresariado nacional do aglomerado de São Paulo mostrou que dos 204 empresários estudados nada menos que 172 (84,3%) eram de origem imigrante: 71 da Itália, 24 de Portugal, 21 da Alemanha, 13 do Líbano, etc, enquanto apenas

32 (15,7%) eram brasileiros de três gerações, dos quais somente 8 (3,9%) originaram-se da antiga aristocracia rural brasileira.

A industrialização se processa por iniciativas particulares e/ou governamentais, mobilizando os diferentes elementos constituintes da atividade industrial (máquinas, mão-de-obra, matérias-primas, energia) tendo em vista fatores industriais existentes (mercado consumidor, financiamentos). No Brasil, é possível distinguir quatro grandes tipos de iniciativas industriais: 1) os “capitalistas sem capitais”, gente de origem modesta, imigrantes europeus sobretudo, com ou sem experiências industrial anterior, aos quais podemos acrescentar os comerciantes das zonas de colonização européia do sul do Brasil, 2) comerciantes de exportação e importação e fazendeiros do Brasil das grandes lavouras, que de modo geral só se interessaram seriamente pelo negócio industrial quando ele se tornou seguro, 3) iniciativas estatais, tipo Volta Redonda, nascidas durante o governo Getúlio Vargas e 4) iniciativas estrangeiras, na grande maioria muito recentes, que vieram tirar proveito da industrialização em andamento.

Bresser Pereira, ao estudar a origem social dos empresários paulistas, no levantamento citado, assinala a existência entre os 204 empresários de 34 (16,7%) de origem pobre, operários e trabalhadores rurais, de 58 (28,4%) da classe média inferior, comerciários e pequenos proprietários urbanos e rurais e de 44 (21,6%) das camadas médias intermediárias, comerciantes de médio porte, etc. Assim sendo, 66,7% dos empresários nacionais do complexo industrial de São Paulo têm origem relativamente modesta, assinalando-se entre eles forte predominância de origem imigrante: 94,1% entre os provenientes da classe pobre, 94,8% entre os provenientes da classe média inferior e 81,8% entre os originários das camadas médias intermediárias.

A maioria dos grandes grupos nacionais surgiu de iniciativas modestas. Pereira Ignácio, imigrante português, sapateiro no início da vida, como o pai, foi o criador do grupo Votorantim (Ermírio de Moraes), que está presente na produção de cimento (1,6 milhão ton.), aço (130 mil ton.), alumínio (22 mil ton.), zinco (em implantação), tecidos, açúcar, papel, tijolos refratários, equipamentos para indústria de cimento, no comércio de tecidos (casas Jaraguá) e de materiais de construção (metalúrgica Atlas), etc. F. Matarazzo, que iniciou a vida no comércio de animais em Sorocaba, deu nascimento a um poderoso grupo industrial: têxtil ( algodão, lã, rayon, sintéticos), alimentar ( trigo, açúcar, massas, óleos vegetais, margarina), latas, cimento, louças, azulejos, química (refinaria de petróleo, ácido sulfúrico, sulfatos, acetileno, etc), celulose, papel e papelão, etc. Luiz Dumont Villares, filho de português e engenheiro eletricista formado na Suíça, montou em São Paulo oficina

para conserto de elevadores, de onde surgiu um poderoso grupo que se destaca na produção de elevadores, escavadeiras, pontes rolantes, motores a diesel para navios, aços especiais e peças moldadas. Os Klabin reiniciaram no Brasil um modesto comércio de papel, de onde partiram para a construção do maior grupo industrial no ramo de papel e papelão na América Latina, além da forte presença na produção de azulejos, de autopeças (Metal Leve), etc.

Os exemplos podem ser multiplicados. No Rio Grande do Sul lembraríamos os nomes de Renner, Micheletto, Eberle, Wallig (o maior grupo industrial de fogões do Brasil). Em Santa Catarina, além dos nomes citados anteriormente, acrescentáramos Schmidt (fundição Tupy), Zadrozny (Artex), Wernwe (Eletro-aço Altona), Fontana (Sadia), Zipperer (Móveis Cimo). Em São Paulo, Filizzola, Ramenzoni, Fileppo, Scuracchio, Crespi, Gasparian, Samello, Jafet, Irmãos Cruaães (operários até 1945 e proprietários atualmente da maior indústria de máquinas para madeira no Brasil). No Rio de Janeiro: d'Oliveira (tecidos Aurora), Muller (rolos compressores, etc), Oliveira (moinha da Luz).

Entre os empresários industriais de origem modesta lembraríamos alguns de origem luso-brasileira tradicional: João Santos, que quando menino trabalhou na Fábrica Nacional de Linhas, de Delmiro Gouveia, possui duas fábricas de cimento (Pernambuco e Pará) e está implantando mais duas (Rio Grande do Norte e Maranhão); Herberto Ramos começou em 1952 como empreiteiro de obras em Recife, tendo conseguido produzir dragas hidráulicas na sua oficina de reparos, partiu para a construção de escavadeiras (1959), como pioneiro no ramo na América Latina.

No ponto de partida da industrialização brasileira estiveram presentes inúmeros modestos empresários, em maioria imigrantes. A eles principalmente cabe o mérito de ter aberto um novo caminho econômico, numa época difícil, quando era necessário vencer a dura concorrência estrangeira e freqüentemente a má vontade dos governos. Provocaram a urbanização, ampliaram o mercado interno, lançaram as bases para a continuidade do processo industrial: as indústrias têxteis se integraram (fiação, tecelagem, tinturaria, acabamento) e formaram mercado para indústrias mecânicas, que estimularam a produção de aço, etc.

Se a aristocracia rural brasileira não teve uma participação destacada nas iniciativas industriais, os comerciantes de exportação e importação do Brasil colonial-latifundiário tornaram-se freqüentemente empresários industriais. No estudo de Bresser Pereira, assinala-se que dos 204 empresários do aglomerado de São Paulo, nada menos de 44 (21,6%) originaram-se daquela classe, fortemente de origem imigrante (90,9%). Seria o caso dos

imigrantes alemães Zerrener e von Bulow, que eram exportadores de café no porto de Santos nos fins do século passado e logo depois fundaram a Cervejaria Antártica em São Paulo. Encontramos numerosos empresários industriais nos grandes portos brasileiros que tiveram a mesma origem: Lundgren (sueco) e Delmiro Gouveia foram exportadores de couros em Recife antes de tomarem iniciativas industriais. August Suerdieck, imigrante alemão e exportador de fumo na Bahia, tornou-se o maior fabricante de charutos do Brasil, com grandes exportações para a Europa e os Estados Unidos. O Barão de Mauá: estaleiros navais; Henrique Lage: carvão e azulejos; Julius Arp (alemão): têxtil; Leslie Chomma (inglês): têxtil; Hime (inglês): siderurgia; Kastrup (dinamarquês): móveis; foram todos comerciantes de export-import antes de investirem nas atividades industriais.

As iniciativas estatais no Brasil decorreram de mudanças ocorridas no poder político. A revolução de 1930 enfraqueceu a aristocracia rural e significou a ascensão de um governo de tendências nacionalistas, que se preocupou particularmente em implantar indústrias de base: siderurgia (Volta Redonda, etc), petróleo (Petrobrás), energia (Eletrobrás), química (Cia. Nacional de Álcalis), automobilística (FNM). Além disto, não se deve minimizar o apoio governamental às iniciativas da burguesia industrial brasileira: Klabin (papel), Pignatari (cobre), Cia. Brasileira de Alumínio (grupo Ermírio de Moraes), bem como a setores econômicos inteiros: extração carbonífera, indústria vinícola, etc.

As iniciativas estrangeiras, salvo raras exceções, são muito recentes e decorrem da própria industrialização em andamento: na medida em que crescia a produção de cimento e de açúcar, por exemplo, a Bates e a Boys, ambas americanas, se instalaram para fornecer sacos de papel e de algodão respectivamente. As grandes corporações industriais americanas e européias reagiram ao nascimento de concorrentes nacionais: tendo nascido em 1936, a produção de pneus “Brasil”, de iniciativa nacional, provocou a vinda até 1939 da Firestone, da Good Year e da Pirelli. A produção de alumínio em Ouro Preto (1946) por iniciativa do engenheiro Américo R. Gianetti desencadeou violenta guerra de preços por parte da ALCAN e conseqüentemente o fracasso da iniciativa nacional e sua aquisição pelo grupo canadense. A Gessy cresceu da iniciativa de J. Milani e depois foi pressionada e adquirida pela Unilever, o maior grupo do Mundo no ramo.

As empresas estrangeiras têm procurado encontrar aliados na vida brasileira vendendo ações preferenciais ao público (Willis, Light, etc), criando novos hábitos de consumo, apoiando-se em fornecedores industriais e agrícolas. Isto explica por que a indústria automobilística é muito menos verticalizada do que nos seus países de origem: centenas de empresas fornecedoras de autopeças protestarão contra eventuais ameaças de

nacionalização. Da mesma forma a Souza Cruz, fundada no Rio de Janeiro por imigrante português e pertencentes a British-American Tobacco, possui sete fábricas de cigarros no Brasil, mas não se interessou em organizar grandes plantações próprias de fumo, diferentemente do que realizou nos Estados Unidos, visando contar com milhares de amigos pequenos plantadores de origem italiana e alemã do sul do Brasil.

Vale a pena ressaltar que a grande maioria das implantações estrangeiras no Brasil localizou-se no complexo industrial de São Paulo e elas visam não só o mercado brasileiro (o maior da América Latina), mas todo o mercado latino-americano, daí decorrendo a importância que atribuem a ALALC.

Não se deve esquecer, ainda, que as implantações industriais estrangeiras reforçaram a mentalidade consumidora da sociedade brasileira tradicional e têm contribuído nos últimos anos para a formação de uma nova sociedade de consumo, de tipo “americano”, abrangendo principalmente a classe média.

## O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO EM SÃO PAULO

Há cem anos, quando se iniciou a industrialização brasileira, nossas maiores cidades eram Rio de Janeiro, Salvador e Recife com 275.000, 129.000 e 117.000 habitantes respectivamente, conforme o recenseamento de 1872. Além disto, o Rio de Janeiro liderou a industrialização nacional até a 1ª Guerra Mundial: em 1907 contribuiu com 33,1% da produção industrial brasileira, quando todo o Estado de São Paulo participou com apenas 16,5%. Se, aparentemente, tudo indicava que o Rio de Janeiro continuaria a comandar o processo urbano-industrial do Brasil (P. DENIS, 1927, 200), como explicar a ascensão do aglomerado paulistano, dez vezes menor que o carioca em 1872 e três vezes menor em 1907 tanto do ponto de vista populacional, como industrial?

É interessante observar que até 1960 foram raras as publicações universitárias sobre a indústria brasileira, que era preocupação de uns poucos estudiosos extra-universitários como R. SIMONSEN (1939), C. PRADO JR. (1945) e H. FERREIRA LIMA (1945). Nesta fase dois geógrafos, P. PETRONE (1953) e D. LINO DE MATTOS (1958), estudaram as indústrias do aglomerado paulistano. Após 1960 multiplicaram-se os estudos sociológicos e históricos: N. VILLELA LUZ (1960), F.H. CARDOSO (1960), O. IANNI (1960), L.C. BRESSER PEREIRA (1964), L. MARTINS (1966), J. SOUZA MARTINS (1967), P. SINGER (1968), W. DEAN (1971). As pesquisas geográficas sobre São Paulo deram ênfase ao conhecimento dos centros industriais:

H. TROPMAIR (1966), F. DAVIDOVICH (1966), N.L. MULLER (1969), P. GEORGE (1969), L. GOLDENSTEIN (1970), S. S. SAMPAIO (1972). Nossas preocupações no presente trabalho estão voltadas ao estudo do processo de industrialização paulista (gênese e evolução) e das implicações espaciais do referido processo (concentração geográfica das indústrias, etc.).

O início do processo industrial paulista nas duas últimas décadas do século passado coincide com o grande aumento da produção cafeeira e com a entrada maciça de imigrantes europeus atraídos pela referida produção. Os estudos existentes levam em consideração o café e o imigrante como fatores básicos, mas alguns dão destaque maior à economia cafeeira, enquanto outros destacam a imigração. Dado o entrelaçamento entre expansão cafeeira e movimento imigratório é difícil distinguir na industrialização, a parte do café daquela desempenhada pelo imigrante, mas é fundamental procurar explicar corretamente tais relações. C. FURTADO, F. H. CARDOSO e W. DEAN, apesar das divergências de opiniões, estão entre os autores que deram destaque excessivo ao papel do café na

industrialização, sublinhando mecanismos econômicos ou modificações sociais. Na perspectiva exposta por C. FURTADO (1959) a industrialização processou-se com as crises da economia cafeeira: as quedas das exportações geraram retrações das importações de artigos industriais e paralelamente estímulos na produção industrial interna. Este relacionamento da industrialização com as situações de crise do comércio exterior foi criticado por W. DEAN (1971 p. 108), para quem a industrialização avançou nas épocas de prosperidade da economia cafeeira. Por outro lado, nem toda economia de exportação gerou automaticamente atividade industrial: a exportação de borracha na Amazônia ou de cacau no sul da Bahia não provocaram nenhuma industrialização significativa. F. H. CARDOSO viu os germes da industrialização nas modificações da sociedade cafeeira paulista dos fins do século passado: a fazenda da área de Campinas e Ribeirão Preto deixou de ser escravista para tornar-se capitalista (mão-de-obra livre) e assim o fazendeiro transformou-se em empresário industrial. Esta linha foi explorada por W. DEAN, que considerou o desenvolvimento de São Paulo único na América Latina e no qual “os proprietários rurais não somente sobreviveram como classe, mas também dirigiram a passagem de uma cultura rotineira de cana-de-açúcar no princípio do século XIX, para um complexo sistema industrial nos meados do século XX” (1971, p.41). Os dados existentes, entretanto, indicam que a aristocracia cafeeira paulista decaiu fortemente logo no início do processo de industrialização, como percebeu R. S. MORSE (1971 p. 235): “o gradual desaparecimento desses líderes (ANTONIO DA SILVA PRADO, etc) com a passagem dos anos, e depois de 1902 as crises ruinosas do café, foram de molde a deixar a aristocracia rural-urbana reduzida, por volta de 1920, a farrapos de prestígio social”. Se a tendência explicativa de C. FURTADO é nacionalista-industrialista (W. DEAN p.108), a linha de F. H. CARDOSO, esposada por W. DEAN, é uma tentativa de dialetizar em termos tais, mas sem muita base real, a perspectiva anterior.

As relações entre imigração européia dos fins do século passado e industrialização são apontadas no caso paulistano por numerosos autores, tais como R. SIMONSEN, C. PRADO JR., F. H. CARDOSO, O. IANNI, W. DEAN, J. SOUZA MARTINS, etc. Este último, por exemplo, assinalou que “as ocorrências relativas à possibilidade da indústria no Brasil referem-se sem dúvida à supressão do trabalho escravo e à imigração estrangeira para atender a demanda de mão-de-obra, pelo alargamento da faixa dos consumidores-compradores” (1973, p. 70). P. PETRONE, E. WILLEMS (1955), D. LINO DE MATTOS e L. C. BRESSER PEREIRA, entre outros, consideram a imigração estrangeira como fator fundamental não somente devido a sua importância como mercado consumidor e mão-de-

obra industrial, mas também como fonte principal de empresários industriais. Para melhor entender o papel do café e do imigrante é preciso analisar a economia e a sociedade de São Paulo antes da imigração e em seguida as características da corrente imigratória européia atraída pelo café.

O espaço econômico paulista nasceu da expansão mercantil da Europa, como área colonial encarregada de produzir gêneros de exportação em latifúndios escravistas (açúcar, café, etc.). Paralelamente, importava da Europa manufaturas (tecidos, móveis, louças, etc.) e mesmo alimentos (farinha de trigo, bacalhau, etc.). Na divisão internacional de trabalho criada pela Europa mercantil e depois industrial, São Paulo tornou-se área de grandes lavouras tropicais, com função estritamente especializada e periférica. A sociedade paulista, assim sendo, apresentava-se fortemente polarizada e hierarquizada: grandes proprietários rurais e comerciantes export-import dominavam o conjunto. Na base da escala social estavam os escravos exercendo trabalho agrícola de baixa produtividade, quase não consumindo artigos industriais e sem a menor capacidade de decisão. No meio da sociedade não podia existir uma classe média do tipo europeu, mas apenas uma insignificante camada intermediária sem maior autonomia, composta de pequenos comerciantes, artesãos, funcionários civis e militares, fortemente subordinados às classes dominantes. Esta sociedade não tinha condições internas para se auto-superar e promover o crescimento industrial (A. MAMIGONIAN, 1969).

No início do século passado os grandes proprietários rurais paulistas eram principalmente senhores de engenho que se tornaram posteriormente fazendeiros de café. Seu esquema mental caracterizava-se por uma concepção hierarquizante, incluindo aversão ao trabalho produtivo e absentéismo: daí o complexo de inferioridade em relação à Europa e o complexo de superioridade em relação aos comerciantes e às camadas populares. Para eles a fazenda era menos a unidade produtora do que a fonte de renda que garantia uma vida de gastos fáceis. À medida que enriqueciam passavam a residir nas cidades, em grande parte pela mentalidade consumidora. S. HILAIRE (1945) e outros viajantes do início do século XIX assinalaram numerosos senhores de engenho e criadores de gado residentes nas cidades paulistas, em particular na capital. A partir de 1808, um número crescente de grandes plantadores de café passou a residir em São Paulo, que foi se tornando no dizer de P. MONBEIG (1953) “a capital dos fazendeiros”. Os lucros das boas safras de café permitiam construir ricas residências paulistanas, onde freqüentemente o mobiliário e as decorações eram ao gosto francês e as roupas de cama, louças, cristais, etc. eram das melhores

procedências européias (R. SOARES JR. 1958). Assim, a aristocracia rural paulista não era mercado consumidor possível para as primeiras indústrias.

Não se trata de negar a capacidade empresarial dos fazendeiros paulistas da segunda metade do século XIX. A aristocracia paulista demonstrou amplamente sua capacidade de iniciativa, passando da lavoura para a cafeicultura, dirigindo a ampliação gigantesca da produção de café (6% da produção brasileira em 1850, 16% em 1870, 25% em 1880, 40% em 1885, 65% em 1900), construindo ferrovias para o escoamento da produção (Paulista, Mogiana, etc), promovendo a imigração de mão-de-obra européia para as fazendas, implantando estabelecimentos bancários, etc. É preciso não esquecer, entretanto, que todas estas iniciativas estavam intimamente ligadas à expansão da economia cafeeira, isto é, faziam parte de seu mundo especializado de negócios: exportação de gêneros tropicais. Já a tentativa da aristocracia paulista de superar seu próprio sistema colonial-latifundiário, tornando-se burguesia industrial, muito mais difícil do que construir estradas-de-ferro para escoar café, mostrou-se simplesmente desastrosa.

As primeiras iniciativas nas indústrias têxteis foram tomadas pela aristocracia rural. A. P. CANABRAVA (1951, p. 275) assinalou que em 1866 existiam no Brasil nove fábricas de tecidos, nenhuma delas em São Paulo. As seis primeiras tecelagens paulistas começaram a funcionar quase ao mesmo tempo, no período de 1870 a 1876, cinco das quais no interior, principalmente em áreas algodoeiras (Itu, Piracicaba, S. Luiz Paraitinga, Campinas). O crescimento rápido da lucrativa lavoura cafeeira ia absorvendo mão-de-obra escrava dos demais setores das próprias fazendas, dispensando a produção no complexo-rural de tecidos artesanais destinados a vestir seus escravos (G. PAIM, 1959 p.46). Assim sendo, frutificaram as iniciativas dos fazendeiros de algodão com A. Paes de Barros, J. P. de Souza Arouca e dos fazendeiros de café como os Souza Queiroz, que importaram equipamentos e técnicos da Europa e Estados Unidos e produziram tecidos grosseiros para vestir a população escrava.

Um importante levantamento cadastral da indústria paulista nos seus primórdios (A. F. BANDEIRA JR. 1901) assinalou vários estabelecimentos fundados por fazendeiros de café: Cia. Antártica Paulista, Vidraria Santa Marina, Tecidos Votorantim etc. Entre os primeiros industriais paulistas destacaram-se cafeicultores como Antonio da Silva Prado; A. Álvares Pentead; A. Lacerda Franco e outros. Os estabelecimentos controlados pelos fazendeiros eram pouco numerosos mas grandes, em decorrência dos vultuosos capitais propiciados pelas lucrativas safras de café, ao contrário dos controlados pelos imigrantes, que eram muitos mas quase todos pequenos. A. Silva Prado (1840-1929), acionista da Cia.

Paulista de E. Ferro e promotor da imigração européia, montou em 1895 a Vidraria Santa Marina, a primeira fábrica de garrafas do Brasil, em 1889 o curtume Água Branca e em 1913 o Frigorífico de Barretos, pioneiro no Brasil. A. Álvares Penteadó (1852-1912) fundou na capital paulista uma fábrica de sacos de juta (1889) e outra de tecidos e cobertores de lã (1898), sendo que a tecelagem de juta, a maior do Brasil, trabalhava com fios importados, empregava 800 operários, tinha 900 teares (total brasileiro 2.000) e vendia para todo o mercado nacional em 1901. A. Lacerda Franco, fazendeiro e corretor de café, instalou o Banco União (1890), a Estamparia e alvejaria Votorantim (1894) e outra indústria têxtil em Jundiaí (W. DEAN, 1971 p. 53). A. Campos Sales, Teodoro Sampaio, Asdrúbal do Nascimento, A. Rocha Miranda e P. França Pinto eram os acionistas majoritários da Cia. Antártica Paulista, fundada em 1891, enquanto Zerrenner, Büllow & Cia. subscreviam apenas 1% das ações (G. HASSE, 1974 p.52).

Os fazendeiros de café, entretanto, na maioria dos casos, acabaram perdendo seus negócios industriais. Antonio da Silva Prado, que W. DEAN (1971, p.69) considerou o modelo do fazendeiro-empresário, foi um caso típico: em 1919 vendeu o frigorífico de Barretos à Cia. Mecânica e Importadora de São Paulo (A. Siciliano), que o passou ao Anglo em 1923; seus descendentes venderam a Vidraria Santa Marina à firma francesa Saint Gobain. A Cia Antártica Paulista, dois anos após sua fundação passou às mãos de Zerrenner, Büllow & Cia, firma comercial de imigrantes alemães. W. DEAN lembra que sete dos nove cotonifícios fundados pela aristocracia paulista até 1910 passaram para o controle de imigrantes por volta de 1917 (1971 p.76): Hermann T. Muller, importador de tecidos, comprou a tecelagem dos Souza Queiroz localizada em Americana; A. Siciliano comprou a tecelagem de juta e as fábricas de tecidos Brasiral; A. Pereira Ignácio, imigrante português, adquiriu com outros sócios três tecelagens dos sucessores de L. Antonio Anhaia e D. Antonio de Barros e por pouco mais de 10% de seu valor a fábrica de tecidos Votorantim, a segunda do Estado (valendo US\$ 10 milhões), tornando-se em 1917 um dos maiores empresários industriais de São Paulo.

A mudança do controle de indústrias foi tão visível naquele momento que um porta-voz dos fazendeiros queixou-se dos imigrantes, que tinham chegado de terceira classe para “empobrecer antigas famílias da aristocracia rural, genuinamente brasileiras” (O Estado de São Paulo, 22/9/1919, conforme W. DEAN, 1971, p.76). A conjuntura da primeira guerra mundial acelerou também a mudança da propriedade das terras paulistas, que em grande parte passaram das mãos da aristocracia para as mãos dos antigos colonos de café. O reingresso depois de 1930 de alguns descendentes da aristocracia rural paulista na atividade

industrial, como J. Souza Rezende, engenheiro cujos pais perderam suas terras (Máquinas Piratininga), ou os Vidigal, banqueiros que se tornaram industriais (Cobrasma, etc.), não teve maior significado no processo de industrialização de São Paulo. Em 1935 uma amostragem governamental abrangendo 714 empresas industriais paulistas indicou 72,9% de origem não luso-brasileira (E. WILLENS, 1955, p.129). Como explicar tão forte predominância dos grupos imigrantes? Para entender a contribuição fundamental dos imigrantes à transformação industrial do Brasil é preciso enquadrá-la no extraordinário movimento europeu migratório do século passado.

Durante o século XIX e inícios do XX a Europa forneceu às regiões temperadas do mundo milhões de imigrantes. Descontando os que retornaram, estabeleceram-se nos EUA 26 milhões, no Canadá 5,5; na Austrália 1,6; etc. Conforme assinalou P. SANTI: “são estes países que adquirem uma estrutura econômico-social comparável à dos países capitalistas mais antigos, enquanto todos os países nos quais continua predominando a população nativa não conseguem desenvolver o capitalismo além de poucas zonas e de alguns setores. Isto não é devido, naturalmente, à “superioridade da raça branca”, a única que seria capaz de aprender e desenvolver as técnicas produtivas modernas. Isto se deve simplesmente ao fato de que no Canadá, Austrália, Nova Zelândia, o capital – como relação social – não está obstaculizado na sua implantação por relações pré-capitalistas ou por uma estrutura que havia sido destorcida pelo comércio precedente. Nas colônias de povoamento, ao contrário, as relações capitalistas se inserem numa estrutura preparada para recebê-las. Trata-se de uma estrutura mercantil que tem como eixo a propriedade privada e que, graças às contínuas migrações, atenua também os sofrimentos da expropriação dos produtores-proprietários. A colonização branca povoa o país de pessoas já dotadas daquele mínimo de cultura que se torna indispensável ao desenvolvimento capitalista, sem que seja imprescindível a formação de uma força de trabalho qualificada às expensas do capital, sem necessidade, portanto, de desperdiçar capital em atividade não imediata ou diretamente produtiva. Sobre a base de tais combinações é possível o desenvolvimento de uma mentalidade “empresarial” não obstaculizada pela combinação de relações capitalistas puras e relações não-capitalistas, não limitada pela presença de uma camada de “compradores” ligados apenas passivamente ao capitalismo, nem tão pouco vinculada à “tutela” de uma camada exploradora nativa” (1973, p. 40 citando MARX: História crítica da teoria da mais valia). Isto quer dizer que vivendo em seus países de origem, Grã Bretanha, Alemanha, Itália, etc. dentro de estruturas econômico-sociais capitalistas plenas ou emergentes, tais imigrantes transplantaram estas mesmas estruturas nas regiões de destino. Os europeus embarcaram para as referidas regiões

com “o capitalismo em seus ossos”, mesmo que não dispusessem de nenhum capital, mas apenas de iniciativa, habilidades especiais e engenhosidade (P. A. BARAN, 1960, p. 166).

Os milhões de europeus que se estabeleceram nos outros continentes encontraram quase sempre condições altamente propícias ao desenvolvimento econômico, como nos EUA, Canadá, Austrália. Nos EUA a “*homestead law*” de 1862 concedeu 62 hectares a cada família que se fixasse na agricultura. Mais para oeste a dimensão aumentou para 124 ha. (1909) e logo depois para 248 ha. (1916). Na América Latina as condições de implantação não foram tão favoráveis, dada à estrutura econômico-social latifundiária-escravista. A inserção dos imigrantes europeus num país latifundiário como o Brasil facilitou-lhes a ascensão econômica e social, mas limitou-lhes a longo prazo sua força de expansão, amarrando-os à estrutura atrasada e subdesenvolvida pré-existente.

O fluxo de europeus para o nosso país foi muito reduzido até 1880-85 e se dirigiu sobretudo ao Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, onde se tornaram pequenos proprietários de extensões muito acanhadas (25 ha.), pagas freqüentemente a preços elevados. Apenas 5% dos imigrantes entrados no Brasil até 1880 procuraram São Paulo. Mas a rápida expansão cafeeira, as condições de trabalho mais favoráveis e o pagamento das passagens por parte dos governos provinciais cafeicultores desviaram uma parte da corrente emigratória européia das áreas mais atrativas (EUA, etc.) para o Brasil, em particular para São Paulo. A população paulista era de 1,04 milhão de habitantes em 1886, quando começou o movimento imigratório subvencionado. Registrou 1,39 em 1890 e 2,28 milhões em 1900, aumentando numa taxa de 5,1% ao ano (taxa brasileira de 2%). De 1887 a 1902 São Paulo recebeu mais de um milhão de estrangeiros, afora os nacionais, propiciando enorme aumento da produção cafeeira, de 2,6 milhões de sacas em 1888 a 8,0 milhões em 1902, conforme R. SIMONSEN (1973, p.213). No período mais extenso de 1878 a 1937 entraram em São Paulo 2,40 milhões de imigrantes estrangeiros; isto é, 55% do total de 4,37 milhões ingressados no Brasil (E. WILLENS, 1955, p.120 citando H. DORIA DE VASCONCELLOS). Além de São Paulo e outras regiões cafeeiras (Sul de Minas e E. Santo), os imigrantes continuaram a procurar o Brasil meridional e as cidades comerciais litorâneas: Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Belém, etc.

Como se sabe, na segunda metade do século XIX aprofundaram-se na Europa as relações capitalistas na indústria e na agricultura. As contradições daí decorrentes estimularam grandes correntes emigratórias, como C. IANNI (1963) mostrou para o caso italiano. A esmagadora maioria dos europeus emigrantes eram lavradores que perderam suas terras e que tentavam retornar à condição de proprietários rurais. Essas partidas maciças

esvaziaram a vida econômica de inúmeras regiões agrícolas, estimulando nelas saídas de artesãos e comerciantes com o F. Matarazzo, comerciante em Castellabate, na Campania; A. Pereira Ignácio, filho de sapateiro de Baltar; Viana do Castelo; J. Palermo, sapateiro em Trechina, Calábria, etc. As sucessivas concentrações industriais do capitalismo europeu expulsaram do mercado artesãos, operários e pequenos empresários que vieram refazer suas vidas nas áreas de imigração. Da cidade de Milão saíram, entre outros: R. Crespi, representante comercial de tecidos; A. E. Romi, operário em fábrica de elevadores; G. Rabioglio, técnico na Brow-Boveri, etc. As perseguições étnicas na Europa oriental provocaram as saídas dos Klabin, comerciantes de papel da Lituânia; P. R. Robell, diretor de fábrica de artigos de borracha em Budapeste; D. Kopenhegen; M. Schwartzmann, etc. Como já se disse, a economia cafeeira paulista da segunda metade do século XIX cresceu consideravelmente e intensificou sua divisão social do trabalho. Enquanto a sociedade paulista tradicional dividia-se em fazendeiros, classe média de funcionários civis e militares e população escrava decrescente, os imigrantes inseriram-se como: 1) trabalhadores das fazendas pertencentes à aristocracia rural, com capacidade de trabalho e hábitos de consumo muito mais altos que dos escravos; 2) pequenos negociantes artesanais e comerciais, como J. Palermo (sapataria), M. Dedini (Oficina mecânica), V. Filizola (oficina mecânica), etc e 3) grandes comerciantes, exportadores de café e/ou importadores de numerosos produtos; Zerrenner, Büllow & Cia. (café e importação), F. Matarazzo (importação de farinha de trigo), Klabin (importação de papel), N. Jafet (importação de tecidos), etc.

O cadastro industrial paulista levantado por A. F. BANDEIRA JR. em 1901 apresentou exemplos de produções destinadas a um mercado de alto padrão (móveis, casimiras e chapéus de qualidade), mas na verdade podemos dizer que a parte principal da industrialização paulista na sua primeira fase (até a 1ª Guerra Mundial) processou-se no interior da “sociedade” imigrante. Se os estímulos provocados pela expansão do café não encontraram condições sociais favoráveis (espírito de iniciativa generalizado, consumo difundido, etc.) na sociedade latifundiário-escravista, ocorreu o oposto entre os europeus. Os colonos de café tornaram-se o principal e mais sólido mercado consumidor da indústria paulista. R. SOARES JR. conta que Jorge Tibiriçá, fazendeiro de café tradicional, conseguiu superar a crise do café de 1896-1901 produzindo e vendendo laticínios para seus próprios colonos (1958, p. 373). Enquanto os trabalhadores escravos das fazendas de café andavam descalços, os colonos europeus que os substituíram usavam botinas “rigideiras”, primeiro mercado da indústria de calçados de Franca, onde sapateiros italianos imigrantes como J. Palermo e S. Spessoto tiraram proveito das condições favoráveis. Grandes consumidores de

alimentos, como massas, banha de porco, salamarias, chocolates, etc. , os imigrantes estimularam a produção de chocolates (Falchi), refinação de açúcar (Morganti), bem como massas alimentícias na capital paulista (Secchi, Quaranta, Christofani, etc.), que permitiam a implantação de um grande moinho de trigo em 1900 (Matarazzo), logo seguido de outros.

Os capitais iniciais necessários aos empreendimentos, foram frequentemente modestos. Mesmo F. Matarazzo antes de se tornar importador de farinha de trigo, foi um pequeno comerciante em Sorocaba. Grande parte dos empresários imigrantes eram inicialmente “capitalistas sem capital” para usar a feliz expressão de E. STODIECK JR. Note-se ainda que na primeira década do século XX as remessas para a Itália, em maioria por parte dos colonos de café, através da filial de São Paulo do Banco de Nápoles, controlada por Matarazzo, perfaziam US\$ 1 milhão anuais (W. DEAN, 1971, p. 13). Por outro lado a imigração contribuiu também com mão-de-obra industrial. A capital paulista no século passado e início deste desempenhou o papel de grande mercado de trabalho para as lavouras de café: convergiam novos imigrantes e aqueles que pretendiam trocar de fazenda. Muitos deles ao invés de serem recrutados pelos fazendeiros foram absorvidos pelas indústrias nascentes (P. DENIS, 1908, p. 343). A. BANDEIRA JR. (1901, p.XVI) notou que os operários especializados em todos os ramos industriais haviam trabalhado em fábricas européias e que uns 75% do operariado paulista eram estrangeiros. A fábrica de tecidos e fiação Anhaia, controlada em 1901 por paulistas tradicionais, chegava ao extremo de ter 301 estrangeiros (58 homens, 168 mulheres e 75 menores), de um total de 310 operários. É significativo observar que os italianos alcançaram 12% da população paulistana em 1886 e ultrapassaram 50% no início do século XX (J. R. ARAUJO Fº 1958, p. 198).

As indústrias de São Paulo tiveram inicialmente que enfrentar a concorrência do Rio de Janeiro, o grande centro importador e industrial brasileiro do início do século XX, no próprio mercado paulista (A. BANDEIRA JR. 1901, p.XII). O maior número de empresários, a mão-de-obra mais preparada e o mercado mais amplo e sólido, todos fatores decorrentes da imigração européia, pesavam em favor de São Paulo. A Guanabara começou sua industrialização bem antes de São Paulo, pois ao longo da segunda metade do século passado tornou-se uma grande cidade, concentrando funções comerciais export-import e mercado consumidor urbano considerável, além de dispor do mercado do hinterland mais importante da época: a área da província do Rio de Janeiro e da zona da mata mineira. A maioria de seus comerciantes eram imigrantes europeus e foram eles que se transformaram em empresários industriais ( S. TURNOWSKI, 1969), apesar de o conjunto da cidade e o

hinterland terem permanecido dentro de estruturas coloniais, latifundiárias e escravistas, o que logo se manifestou desvantajoso.

Com o gradativo deslocamento da produção cafeeira da província do Rio de Janeiro para São Paulo, o hinterland da Guanabara foi se esvaziando: de 84% da produção brasileira em 1870, decresceu para 50% em 1890 e 35% em 1900, paralelamente ao crescimento do hinterland paulista e por conseqüência do peso de seu mercado consumidor (P. SINGER, 1968, p. 52). Não se deve entender a questão apenas quantitativamente, pois enquanto a área de influências da Guanabara permaneceu latifundiária e a massa trabalhadora, descendente em grande parte de escravos, foi mantida em baixo nível de vida, no caso de São Paulo os colonos de café, que já como assalariados tinham nível de vida mais alto, ascenderam econômica e socialmente desde a crise de 1896-1901, que marca o fim do monopólio da terra por parte dos fazendeiros tradicionais. P. DENIS (1908, p. 341) registrou as primeiras subdivisões das grandes propriedades nas áreas agrícolas velhas e a emersão de pequenas propriedades produzindo algodão, cana-de-açúcar, cereais.

Nas duas primeiras décadas do século XX houve forte coincidência e relações de causa-efeito entre crescimento industrial de São Paulo e: 1) ascensão do empresariado industrial imigrante e dos colonos de café à condição de pequenos proprietários rurais e 2) decadência da aristocracia tradicional paulista da condição de empresários industriais e de grandes proprietários rurais.

Tomando-se o setor têxtil como exemplo, notamos que os empresários imigrantes se estabeleceram após a aristocracia rural paulista e o empresariado do Rio de Janeiro. O primeiro foi o português M. José da Fonseca (1881), seguido de inúmeros outros: Crespi (1897), Kowarick (1900), Matarazzo (1904), Jafet (1906), Diederichsen (1914), etc. que cresceram rapidamente. R. Crespi tinha 280 a 300 operários em 1901, alcançou 1300 em 1909 e era o maior estabelecimento têxtil paulista em 1917. F. Matarazzo montou tecelagem para ensacar a farinha de trigo do seu moinho, adquiriu outra tecelagem em 1911 e percebendo que os sacos eram transformados em roupas pelos colonos do café, passou a fabricar tecidos populares, empregando antes de 1914 mais de 1.000 operários têxteis. Conquistado o mercado paulista de 1907 a 1914, a indústria de São Paulo lançou-se à conquista do mercado nacional (W. DEAN, 1971, p. 106).

Dentro de São Paulo a 1ª guerra mundial marcou a grande virada econômico-social. As exportações do café caíram de 46,4 milhões de libras esterlinas em 1912 a 19,0 milhões em 1918 (P. DENIS, 1927, p. 199), arrastando muitos grandes fazendeiros à crise. Paralelamente São Paulo tornou-se exportador de alimentos durante a guerra: 32.650

toneladas de carne (1918), 54.750 t. de feijão (1918), 22.000 t. de arroz (1917), etc. , conforme assinalou A. DEMAGEON (1921). As produções de cereais eram realizadas principalmente pelos colonos de café e assim B. GIOVANNETTI (1943, p. 75) pôde dizer que “durante a conflagração européia de 1914-18 as velhas regiões do Estado impossibilitadas de vender as colheitas cafeeiras a preços remuneradores, apresentavam a extravagante anomalia econômico-financeira de fazendeiros empobrecidos e colonos enriquecidos; a alta de preços dos cereais favoreceu sobremaneira aquela situação”. A crise do café durante a 1ª Guerra Mundial atingiu em maior ou menor escala os fazendeiros-industriais, o que explica o número de liquidações assinaladas por W. DEAN naquela conjuntura.

Por outro lado, a referida guerra acelerou a ascensão dos colonos de café. Eles aplicaram suas economias na compra de terras nas novas regiões (Alta Sorocaba, Alta Paulista, etc) e também nas velhas regiões agrícolas. No município de Piracicaba, por exemplo, os imigrantes começaram a adquirir pequenas propriedades decorrentes da subdivisão das fazendas de café a partir de 1920 e o número de propriedades passou de 603 (1905), para 2.640 (1935), das quais os estrangeiros possuíam 50, 1% ou 1.324 propriedades (N. L. MÜLLER, 1966, p. 90 citando M. NEME). Esta ascensão teve várias conseqüências: reforçou o mercado consumidor da indústria paulista, permitiu rápida modernização da agricultura de São Paulo, etc. Os novos proprietários rurais imigrantes passaram a utilizar técnicas mais modernas (máquinas, adubos, novas variedades) e a produzir cada vez mais para o mercado urbano de São Paulo, formando-se a partir da metrópole paulista auréolas agrárias: cinturão hortigranjeiro (nipo-brasileiros), bacia leiteira (mineiros), área açucareira (italo-brasileiros), etc.

De 1880 a 1914 a indústria de São Paulo baseou-se no mercado paulista, transplantado da Europa com a imigração. Dadas as características do seu processo de implantação e da dimensão do mercado regional, a indústria de São Paulo acabou sobressaindo-se e a partir da 1ª guerra mundial iniciou gradativamente a conquista dos mercados das indústrias regionais brasileiras (Rio de Janeiro, Nordeste, etc.) e os mercados ligados às importações estrangeiras. Esta conquista foi facilitada pelo desenvolvimento dos transportes ferroviários e mais recentemente pela rápida melhoria dos transportes rodoviários modernos. Em São Paulo as produções dos ramos existentes aumentaram quantitativa e qualitativamente, como a indústria de calçados de Franca, que na década de 1930, além das botinas destinadas aos colonos de café, passou a produzir calçados de padrão médio e chegou aos calçados masculinos esportivos. O setor têxtil passou por evolução

semelhante: aos tecidos populares do início do século acrescentaram-se produções mais apuradas. A expansão das indústrias paulistas provocou retração nas regiões menos dinâmicas, como na indústria de calçados do Rio de Janeiro, onde grandes fábricas encerraram ou diminuíram suas atividades (Bordallo, Souto, Fox, etc.). O quadro do pessoal ocupado na indústria têxtil dá uma idéia do avanço de São Paulo em detrimento do Nordeste e da Guanabara-Estado do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que constata a estabilidade da posição de Minas Gerais e a forte expansão do sul do Brasil ligado à imigração européia. Chama atenção a acentuada queda do pessoal ocupado na indústria têxtil nordestina, que decresceu de 80.000 empregados em 1950 a 41.300 em 1969, acelerando seu subdesenvolvimento.

Pessoal ocupado na indústria têxtil brasileira (1000 pessoas).

	1920	1950	1969
Nordeste	32,1 (28,7)	80,8 (23,9)	41,3 (13,8)
M. Gerais	9,5 (8,5)	29,8 (8,8)	29,4 (9,8)
GB-RJ	29,7 (26,5)	51,2 (15,1)	42,8 (14,3)
São Paulo	34,8 (31,0)	155,2 (45,9)	149,5 (50,0)
Sul	5,3 (4,7)	19,6 (5,8)	30,0 (9,8)
TOTAL	112,3 (100,0)	338,0 (100,0)	298,8 (100,0)

A indústria implantada em São Paulo até 1ª Guerra Mundial, além de se expandir na conquista do mercado nacional, conduziu a outros desdobramentos: gênese do importante ramo mecânico e aplicação dos capitais gerados na indústria têxtil em novos setores (cimento, siderurgia, etc.) Esta evolução possibilitou igualmente os primeiros investimentos paulistas nas diversas regiões brasileiras.

A necessidade da manutenção de equipamentos industriais importados estimulou o aparecimento de pequenas oficinas locais destinadas à execução de consertos: Bardella (1911), Villares (1918), Dedini (1920), Romi (1929) entre outras. Os consertos logo exigiram fabricações de peças simples e em seguida de conjuntos inteiros, até a transformação destas oficinas em indústrias de máquinas. No final da década de 1920 e durante a década de 1930 passaram às fabricações completas e o advento da 2ª guerra mundial, dificultando as importações, deu-lhes forte impulso. Bardella, pequena oficina de 35 metros quadrados em 1911, fabrica atualmente pontes rolantes, equipamentos para usinas hidrelétricas (turbinas, comportas), para fábricas de papel e celulose, para siderurgia (laminadores), etc. Villares começou consertando elevadores e aos poucos passou a fabricá-los (Atlas, 55% do mercado nacional), acrescentando produção de aços especiais, motores

diesel, escavadeiras, guindastes, pontes rolantes, etc. Romi era inicialmente oficina de automóveis em Santa Bárbara d'Oeste, passando a fabricar máquinas e implementos agrícolas, abandonando-os depois em favor da produção de tornos mecânicos, sendo neste setor um dos maiores fabricantes mundiais. Dedini consertava usinas de açúcar na área de Piracicaba e tornou-se fabricante de usinas completas (70% do mercado nacional), além de produzir equipamentos para indústria petroquímica e para papel e papelão, aço para construção (primeiro lingotamento contínuo no Brasil, 1968), transformadores, tijolos, refratários, etc. Neste último caso é interessante notar que a indústria mecânica contribuiu poderosamente para o desenvolvimento da agricultura paulista. Dedini foi um dos fatores da transformação dos engenhos de pinga pertencentes aos imigrantes italianos ex-colonos de café da área de Piracicaba e de Ribeirão Preto (Ometto, Zanin, Brunelli, Balbo, etc.) em usinas de açúcar, elevando a participação de São Paulo na produção nacional, de 20% em 1920, a 50% em 1970, deslocando do Nordeste o centro de iniciativas do setor. Nas áreas de Piracicaba e Ribeirão Preto isto correspondeu a partir de 1935-40 a uma concentração fundiária acelerada (N. L. MÜLLER, 1966, p. 92).

No final da 1ª guerra mundial os grandes grupos industriais paulistas (Votorantim, Matarazzo, Jafet, etc.) concentravam-se no ramo têxtil. Nas décadas de 1920-50 estes grupos diversificaram consideravelmente suas aplicações industriais, penetrando em novos setores: cimento, siderurgia, química, etc. O grupo Votorantim tornou-se o maior fabricante de cimento no Brasil, com nove fábricas localizadas desde o Rio Grande do Sul até o Ceará, além de entrar na metalurgia (aço, alumínio, zinco, níquel), mecânica, química, açúcar, etc., totalizando 50 fábricas e 40 mil empregados em 1970. Matarazzo, têxtil e alimentício em 1920, partiu para cimento, química, azulejos, papel e celulose, etc. (IRFM tinha 19.640 empregados em 1971). Os demais grandes grupos também diversificaram: Jafet aplicou seus lucros no setor siderúrgico, Crespi investiu em plásticos, etc. Empresas de outros ramos também se expandiram. Klabin, fabricante de papel, implantou outras fábricas de papel e celulose no Paraná, Guanabara, Sta. Catarina, além de tornar-se produtor de azulejos na Guanabara e Minas Gerais e autopeças em São Paulo. A Cia. Antártica Paulista montou ou comprou fábricas de bebidas na Guanabara, Rio Grande do Sul, Sta. Catarina, Pernambuco, Bahia, etc. Assim sendo, as grandes empresas paulistas tornaram-se os maiores grupos industriais nacionais não só pelas dimensões e diversificações alcançadas, mas pela extensão territorial de suas implantações industriais.

Até 1955, a industrialização de São Paulo foi comandada nitidamente pelos grandes empresários paulistas, em grande maioria de origem imigrante. Nas duas últimas décadas

esboçaram-se novas características do processo industrial ligadas à presença de indústrias estatais e numerosas indústrias estrangeiras. O estado brasileiro nos primeiros tempos da nossa industrialização desempenhou um papel negativo sob vários aspectos, inclusive por sua política tarifária instável e contraditória. Com o tempo, suas necessidades financeiras ligadas às taxas de importação e a manutenção do câmbio a níveis baixos, favorecendo as exportações tropicais, ajudaram indiretamente a industrialização (N. VILLELA LUZ, 1960). A Revolução de 1930, enfraquecendo a aristocracia rural e levando ao poder camadas sociais de tendências nacionalistas, inaugurou uma política governamental industrialista. Alguns setores econômicos foram beneficiados: carvão, frigoríficos, vinicultura, triticultura, etc.; foram instaladas indústrias de base e apoiou-se a burguesia industrial nacional. Não se deve minimizar o apoio de Getúlio Vargas às iniciativas do empresariado industrial paulista: Klabin (papel), Pignatari (cobre), Votorantim (alumínio), D. F. Vasconcelos (aparelhos de precisão), bem como na gênese de alguns frigoríficos (Moura Andrade, T. Maia). As implantações das indústrias de base estatais em São Paulo são recentes: Refinaria de Cubatão (1955), produzindo derivados de petróleo, asfalto, fertilizantes, Cosipa (1963), estabelecimento siderúrgico integrado, etc.

Mas a grande mudança no processo de industrialização no Brasil foi a penetração das grandes corporações estrangeiras durante as últimas duas décadas. Até recentemente eram raras as indústrias alienígenas, pois os capitais estrangeiros davam preferência a setores especiais, que não eram verdadeiramente industriais (serviços de eletricidade e telefônicos, estradas de ferro, etc.) Mas as iniciativas nacionais em alguns ramos eram logo seguidas da presença das grandes corporações internacionais receosas de perder o mercado. Assim, por exemplo, a fabricação de pneus “Brasil” no Rio de Janeiro, de iniciativa nacional, atraiu no final da década de 1930 três grandes fabricantes mundiais (Goodyear, Firestone e Pirelli), que se estabeleceram no aglomerado paulistano. Após a 2ª Guerra Mundial, o mercado consumidor nacional adquiriu dimensões consideráveis e portanto atraentes. A subida ao poder no Brasil em 1954 de setores sociais contrários ao desenvolvimento autônomo da nação, facilitou bastante (Instrução 113 da Sumoc) a invasão de investimentos estrangeiros em atividades industriais.

O complexo industrial paulistano foi escolhido como local de implantação de 80% destes investimentos, por reunir condições excepcionais: infraestrutura básica (E. F. , rodovias, eletricidade, etc.), mercado mais rico do país e indústrias fornecedoras. A indústria automobilística estrangeira pôde dispor das fábricas de autopeças nascidas anteriormente para atender o mercado de reposição de carros importados, como G. Rabioglio

(acumuladores Satúrnica), S. Fumagalli (rodas e mancais para rolamentos), etc. Assim, cresceram no complexo industrial paulistano certos ramos dinâmicos como de materiais de transporte (80% do Brasil), materiais elétricos e de comunicação (72,1% do Brasil) etc. que aceleraram seu gigantismo: responsável em 1940 por 26,9% do valor da produção industrial brasileira, em 1950 por 31,1%, passou em 1960, a 42,6%. No Brasil, tomando o caso extremo da metrópole paulistana, deve-se notar que, além de registrar 756 mil pessoas ocupadas na indústria em 1965, controlava em 1962 outros 133 mil assalariados em filiais localizadas fora do aglomerado, os quais estavam em maioria (99.600) no próprio estado de São Paulo e zona de influência regional (sul de Minas Gerais, Centro-Oeste e norte do Paraná), em particular nas cidades-satélites do complexo industrial (Campinas, Sorocaba, São José dos Campos, etc.), mas se estendiam também no restante do Sudeste (16, 340 dos quais 48% na Guanabara), Sul (11.260), Nordeste (5.890) e Amazônia (200), conforme apontou R. LOBATO CORREA (1968, p.59).

A indústria estrangeira implantada em São Paulo provocou numerosas conseqüências importantes. Estabelecidas não só para operar no mercado brasileiro, mas em toda a América Latina, procuraram obter facilidades para sua política de exportações: apoio à política da ALALC, incentivos fiscais, etc. A partir de 1964 o governo brasileiro oficializou esta tendência, que favoreceu inúmeros ramos industriais, inclusive aqueles comandados pela iniciativa nacional, especialmente os caracterizados por forte participação da mão-de-obra nos custos de produção (têxteis, calçados, etc.). Por outro lado empresas estrangeiras passaram a exportar de suas fábricas no Brasil para suas matrizes (Volkswagen, Ford, etc.). Outra conseqüência importante foi a concorrência que passaram a realizar aos fabricantes nacionais, como nos setores de eletro-domésticos (GM, GE, Philips, etc.), turbinas (Voith-RFA), elevadores (Ótis-EUA), etc., provocando fortes desnacionalizações em vários setores: automobilístico, farmacêutico, etc. Inúmeras empresas paulistas foram absorvidas pelas grandes corporações internacionais: Walita (Philips), DKW-Vemag (Volkswagen), Sofunge (Mercedes-Benz), Gessy (Unilever) e outras correm o risco: Duratex (20% da Light) Metalúrgica Dedini (20% da Kawasaki e C. Itoh), etc. Parte deste fenômeno se deve à má administração ligada ao processo de aristocratização e acomodação de parcelas da burguesia industrial nacional (Simonsen, Morganti, etc), mas parte se deve à força do capital estrangeiro, à recessão econômica de 1965-66 ligada à política de combate à inflação e ainda à política de concentração econômica estimulada a partir de 1964.

A indústria estrangeira provocou ainda outra mudança importante: o ingresso do Brasil no modo de vida americano. A sociedade latifundiária brasileira tem uma forte

tendência consumidora, que foi reforçada consideravelmente pela introdução da indústria automobilística, de eletro-domésticos, do turismo, etc. Após 1964 esta tendência foi acelerada pela política de concentração de rendas, pela difusão do crédito ao consumidor, etc. Note-se que a sociedade de consumo abrange 20% da população brasileira e ela nasce paralelamente à existência de 50% de pessoas remediadas ou pobres e 30% de miseráveis. Calculava-se em 1964 que 1/3 dos brasileiros andam descalços ou se calçavam precária ou raramente e entre eles 16 milhões de nordestinos (Guanabara Industrial, 7/1964, p.7). R. SIMONSEN já observava que “o salário em grandes zonas do norte representa muito menos do que o simples valor dos juros e amortização de um escravo nos fins da monarquia” (1939, p. 268).

Alguns escritores paulistas, originários da aristocracia rural, perceberam a importância fundamental do papel desempenhado pelos imigrantes na emergência das indústrias e na modernização da agricultura paulista: A. ALCÂNTARA MACHADO, GUILHERME DE ALMEIDA e especialmente JORGE ANDRADE. A idéia segundo a qual a industrialização brasileira nasceu do café faz parte da ideologia da aristocracia rural paulista e serve até hoje aos latifundiários brasileiros. Os mercados europeu e norte-americano criaram os estímulos necessários à produção de café e a Europa forneceu milhões de imigrantes que se inseriram de várias maneiras nesta economia e foram o núcleo principal da industrialização paulista e brasileira. Enquadrados num país latifundiário e escravista, acabaram realizando um capitalismo incompleto, ao mesmo tempo em que o mercado nacional assim criado atraiu os grandes capitais internacionais, que os expulsara da Europa cem anos atrás.

#### Origens étnicas e sociais do empresariado paulista

(conforme L. C. BRESSER PEREIRA)

			Estrangeiro	Brasil
alta superior (rural)	8	(3,9)	(---)	(100,0)
alta inferior	44	(21,6)	(90,9)	(9,1)
média superior	16	(7,8)	(56,3)	(43,7)
média-média	44	(21,6)	(81,8)	(18,7)
média inferior	58	(28,4)	(94,8)	(5,2)
baixa	34	(16,7)	(94,1)	(5,9)
	204	(100,0)	(84,3)	(15,7)

(Obs: E. WILLEMS organizou tabela semelhante.)

## REFERÊNCIAS

- J. R. ARAUJO Fº (1958): *A população paulistana, in A cidade de S. Paulo*, vol. 2, Cia. Ed. Nac.
- A. F. BANDEIRA JR. (1901): *A indústria de São Paulo em 1901*, Typ. D. Official
- P. A. BARAN (1960): *A economia política do desenvolvimento econômico*, ed. Zahar.
- L. C. BRESSER PEREIRA (1964): *Origens étnicas e sociais do empresariado paulista*, Rev. Adm. Empr., junho.
- I. P. CANABRAVA (1951): *O desenvolvimento da cultura do algodão na província de São Paulo, (1861-1875)*, Fac. C. Ec. USP.
- F. H. CARDOSO (1960): *Condições sociais da industrialização de São Paulo*, Rev. Brasiliense nº 28.
- F. DAVIDOVICH (1966): *Aspectos geográficos de um centro industrial: Jundiaí em 1962*, Rev. Brás. Geogr. nº 4.
- W. DEAN (1971): *A industrialização de São Paulo*, Difel.
- P. DEMAGEON (1921): *O desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo*, transcrito Bol. Geogr. nº 42.
- P. DENIS (1908): *L'État de São Paulo*, Ann. Geogr.
- P. DENIS (1927): *Amérique du sud*, 1e. Partie, Lib. A. Colin.
- H. FERREIRA LIMA (1954-1973): *História político-econômica e industrial do Brasil*, Cia. Ed. Nac.
- C. FURTADO (1959): *Formação econômica do Brasil*, Ed. Fundo Cult.
- P. GEORGE (1969): *Aire metropolitaine, conurbation ou region industrielle? Les cas de São Paulo*, IG da USP
- B. GIOVANETTI (1943): *Esboço histórico da alta Sorocaba*, Rev. Trib. .
- L. GOLDENSTEIN (1970) : *Industrialização de um centro-satélite: Cubatão*, USP.
- GUANABARA INDUSTRIAL (1964): *Cia. de calçados DNB*, julho.
- G. HASSE (1974): *Cia. Antártica Paulista*, Exame nº 80.
- A. ST. HILAIRE (1945): *Viagem a província de São Paulo*, etc, Ed. Martins.
- D. LINO DE MATTOS (1958): *O parque industrial paulistano, in A cidade de São Paulo*, vol. 3, Cia. Ed. Nac.

- R. L. CORREA (1968): *Contribuição ao estudo do papel dirigente das metrópoles brasileiras*, Rev. Bras. Geogr. nº 2.
- C. IANNI (1963): *Homens sem paz*, Difel.
- O. IANNI (1960): *Fatores humanos da industrialização no Brasil*, Rev. Brasiliense nº 30.
- A. MAMIGONIAN (1969): *Notas sobre o processo da industrialização brasileira*, Bol. Dep. Geogr. FFCL de P. Prudente.
- L. MARTINS (1966): *Formação do empresariado industrial no Brasil*, Rev. Inst. C. Sociais UFRJ.
- P. MONBEIG (1953): *La croissance de la ville de São Paulo*, Rev. Geogr. Alpine.
- R. M. MORSE (1970): *Formação histórica de São Paulo*, Difel.
- N. L. MULLER (1966): *Bairros rurais do município de Piracicaba*, Bol. Paul. Geogr. nº 43.
- N. L. MULLER (1969): *Industrialização do vale do Paraíba*, IG da USP.
- G. PAIM (1957): *Industrialização e economia natural*, ISEB.
- P. PETRONE (1953): *As indústrias paulistanas e os fatores de sua expansão*, Bol. Paul. Geogr. nº 14.
- C. PRADO JR. (1945): *História Econômica do Brasil*, ed. Brasiliense.
- S. S. SIMPAIO (1972): *A industrialização de Limeira*, IG da USP.
- P. SANTI (1973): *Teoria marxista del imperialismo*, P. y P.
- H. SCHLESINGER (1959): *Enciclopédia da indústria brasileira*, ed. Brasiliense.
- R. SIMONSEN (1939-1973): *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*, Cia. Ed. Nac.
- P. SINGER (1968): *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*, Cia. ed. Nac.
- R. SOARES JR. (1958): *Jorge Tibiriçá e sua época*, vol. 2, Cia. Ed. Nac.
- J. SOUZA MARTINS (1967-73): *Conde Matarazzo, o empresário e a empresa*, ed. Hucitec.
- H. TROPFMAIR (1966): *Contribuição ao estudo da indústria têxtil de América*, Bol. Paul. Geogr. nº 43.
- S. TURNOWSKI (1969): *Aspectos da indústria carioca*, Dep. Geogr. Guanabara.
- N. VILLELA LUZ (1960): *A luta pela industrialização do Brasil*, Difel.

E. WILLEMS (1955): cap. 4 *Brazil*, in *The positive contribution by immigrants*, Unesco.

## INSERÇÃO DE MATO GROSSO AO MERCADO NACIONAL E A GÊNESE DE CORUMBÁ.

Ao longo do século XIX a pecuária bovina foi se tornando a principal atividade econômica de Mato Grosso. Hoje em dia esta enorme área de criação fornece bois magros para as invernadas externas à região (Oeste de São Paulo, etc.) e conseqüentemente aos frigoríficos responsáveis pelo abastecimento de importantes cidades do Brasil-Sudeste, São Paulo em particular. Esta especialização explica o fato de que, apesar do salto populacional de 60 mil habitantes (1872) a 2510 mil (1980) nos últimos cem anos, Mato Grosso representa somente 2,11% do total populacional brasileiro, mantendo a baixíssima densidade de 2,04 hab/km<sup>2</sup>, semelhante às densidades da Amazônia.

A presença da pecuária em Mato Grosso não estimulou o desenvolvimento de uma densa malha de cidades e nem de grandes cidades. Assim, ao procurar lembrar as cidades matogrossenses, nos vêm à memória praticamente apenas Campo Grande (294 mil habitantes), Cuiabá (213 mil) e Corumbá (81 mil), que representaram 23,3% da população total do Estado em 1980. Comparando com o Norte do Brasil, notamos que o extrativismo vegetal dominante (borracha, castanha, etc.) também não gerou uma verdadeira rede urbana, mas duas cidades alcançaram outro nível populacional: Belém (934 mil) e Manaus (635 mil) que em 1980 somaram 26,6% da população total da área.

Na verdade a diferença das situações urbanas é ainda maior, pois a comparação mais correta é entre Mato Grosso e a Amazônia ocidental (Amazonas, Roraima, Acre e Rondônia)<sup>1</sup>. Em 1980 Mato Grosso registrou 2510 mil residentes, dos quais 1576 mil urbanos (62,7%), enquanto a Amazônia ocidental teve 2306 mil residentes, sendo 1272 mil urbanos (55,2%). Assim, a partir de totais populacionais, densidades demográficas e taxas de urbanização regionais semelhantes, Campo Grande representou 18,5% do total urbano matogrossense, ao mesmo tempo em que Manaus alcançava 49,9% do total urbano da sua área. Como explicar este contraste entre Amazônia composta de metrópole (Belém) e submetrópole (Manaus) e Mato Grosso, desprovido de uma grande cidade?

As relações econômicas da Amazônia desde seus inícios no século XVII até praticamente os dias de hoje se fizeram por uma única entrada (Belém), sendo Manaus a entrada obrigatória para a metade ocidental. Já no caso de Mato Grosso as portas de entrada variaram ao longo do tempo (P. Denis, 1927, p 143). O caminho de Goiás a Cuiabá utilizado desde 1736 conferiu a Cuiabá uma posição impar e insubstituível no território

matogrossense até meados do século XIX, quando a abertura da navegação pelo rio Paraguai alterou a situação, dando a Corumbá a melhor posição dentro do conjunto regional, especialmente após 1870. A implantação da EF Noroeste do Brasil (1915) mudou mais uma vez o quadro: Campo Grande passou a ser a entrada obrigatória. Assim sendo Cuiabá, Corumbá e Campo Grande se sucederam como portas de entrada do imenso território matogrossense. A medida em que Cuiabá e Corumbá, em épocas diferentes, perderam esta função, decaíram comercialmente e também como centros militares.

Paralelamente às mudanças das vias de comunicação com o Rio de Janeiro, Mato Grosso registrou desde o século XIX deslocamento de seu centro econômico do norte para o sul, decorrente em parte da gradativa ocupação da sua parte meridional. O crescimento do sul favoreceu inicialmente Corumbá e desde 1920 vem favorecendo Campo Grande. Nos últimos anos nota-se uma revalorização do norte, em decorrência da expansão da fronteira agro-pecuária em direção à Amazônia, beneficiando Cuiabá.

Decaindo como centro comercial e militar, Corumbá teve que desenvolver outras atividades a partir de 1920. Às suas atividades comerciais e militares em regressão relativa, juntou as residências, de fazendeiros do Pantanal e posteriormente atividades industriais e de mineração (manganês, ferro-gusa e cimento).

Como se deu a passagem em Mato Grosso de uma economia extrativa (ouro no século XVIII), voltada aos mercados externos e que entrou em decadência, à uma economia voltada ao mercado interno durante o século XIX (criação de gado bovino), no mesmo momento em que as mudanças nos meios de transporte (navegação a vapor) permitiram a gênese de uma praça comercial, melhor localizada do que Cuiabá?

### *1. A primeira metade do século XIX e a herança do período colonial*

Mato Grosso registrou 27.690 habitantes em 1800 e 29.801 em 1818, conforme dados dos seus governadores (V.Corrêa Filho, 1969, p 633-34). Sendo  $\frac{3}{4}$  de negros, mulatos e outros mestiços, concentrados na quase totalidade no norte, com exceção dos poucos dispersos nas fortificações militares de fronteira. Como Goiás, Mato Grosso surgiu no século XVIII com a extração de ouro e denotava acentuada decadência econômica na primeira metade do século XIX. A queda da produção de ouro em Cuiabá e arredores não foi compensada pela extração de diamantes (distrito de Diamantino), liberada em 1805, mas igualmente decadente a partir de 1825-30 (Castelnuovo, 1949, p 198). Entretanto Mato Grosso,

---

<sup>1</sup> Aziz Ab'Saber: A cidade de Manaus, primeiros estudos. BPG, nº 15, 1953.

mais do que Goiás, possuía outra base de sustentação além das exportações decrescentes de ouro e diamantes: as guarnições militares em Cuiabá e ao longo de suas extensas fronteiras.

Em consequência da mineração do ouro e da posição relativa às terras espanholas, foram instaladas na segunda metade do século XVIII várias fortificações militares: Príncipe da Beira (Guaporé), Coimbra e Albuquerque (Paraguai) e Miranda (Miranda). Enquanto diminuía a produção mineral, aumentavam os contingentes militares do governo central ao longo de todo século XIX, pois os problemas de fronteira persistiram durante todo o período. Assim, Mato Grosso reunia em 1888 nada menos de 10,8% dos efetivos do exército brasileiro, superados apenas pelos efetivos do Rio Grande do Sul (31,1%) e de Guanabara (15,6%), sendo igual aos de Pernambuco e Bahia somados. Como a população de Mato Grosso representava apenas 0,64% do total brasileiro, sua taxa de 13,67 soldados por mil habitantes era de longe a mais alta do Brasil (4,08 no Rio Grande do Sul e 1,31 na Guanabara), conforme destacou J.M. de Carvalho (1974, p 145). Igualmente cresceram os efetivos militares da marinha, ampliados já em 1825 com a implantação de um Arsenal em Cuiabá (V.Corrêa Filho, 1969, p 472).

Vivendo basicamente das decrescentes exportações de ouro e diamantes e das verbas do governo imperial tornadas imprescindíveis, Mato Grosso viu-se forçado a procurar novas saídas econômicas, novos produtos de exportação. Esta procura estimulou a extração de ipecacuanha<sup>2</sup>, exportada desde 1830 até hoje aos laboratórios farmacêuticos europeus (Album Graphico, 1914, p 259 e V.Corrêa Filho, p 689). Mais importante ainda foi que durante o século XVIII formou-se na própria área mineradora, vale dizer nos arredores de Cuiabá, uma economia agropecuária destinada ao abastecimento regional, como ocorreu em Goiás e principalmente em Minas Gerais. Ela acabou dando origem, como veremos mais adiante, à maior parcela da pecuária bovina de Mato Grosso, principal base da economia daquele Estado nos dias atuais.

Os viajantes que percorreram Mato Grosso na primeira metade do século passado, como Castelnau, D'Alincourt, Florence, etc. chamaram a atenção para a existência desta agropecuária exercida em fazendas trabalhadas por escravos, freqüentemente com engenhos-de-açúcar<sup>3</sup>, produzindo grande variedade de gêneros alimentícios e bebidas como açúcar, aguardente, farinha de mandioca, arroz, feijão, milho, café, bem como fumo e

---

<sup>2</sup> Planta natural, abundante nas mata ao noroeste de S.L. Cáceres, cuja raiz tem qualidade vomitivas. Suas exportações cresceram de 1830 a 1837, quando caíram, retomando depois de 1845. aparecia também em Goiás (Castelnau, 1949, p 105 e 168) e na mata atlântica.

<sup>3</sup> Já em 1751 forma registrados nos distritos de Cuiabá e V. Bela 62 engenhos-de-açúcar e aguardente (V.Corrêa Filho, 1969, p 694).

algodão e artigos artesanais como tecidos de algodão, rendas e louças e muitas vezes com importante criação de gado bovino<sup>4</sup>. Ao contrário da agropecuária das Minas Gerais que logo se voltou para o atendimento da cidade do Rio de Janeiro, toda esta produção destinava-se ao abastecimento regional, menos as diminutas porções de açúcar e tecidos de algodão que chegaram a alcançar o Pará (V.Corrêa Filho, 1969, p 694-95). Esta agropecuária deu origem naquela época a uma aristocracia rural composta dos maiores proprietários de engenhos e de fazendas de criação<sup>5</sup>, que constituíam com os grandes comerciantes de Cuiabá as classes dominantes daquela sociedade.

Que evolução sofreu esta economia de abastecimento muito variada e que atendia às necessidades primárias da população? Ela nasceu protegida pela distância de Cuiabá das regiões agropecuárias mais importantes, mas por isto mesmo sua expansão ficou limitada pelo mercado consumidor regional muito pequeno e estagnado, pois a distância em relação ao Rio de Janeiro e a outros centros criava um bloqueio natural. Por isto mesmo a agricultura e o artesanato acabavam decaindo: a produção dos chamados “víveres de subsistência” como farinha de mandioca, arroz, feijão e milho mal acompanhava o aumento da população regional e freqüentemente entrava em crise (Leverger, 1963, p 17); os tecidos de algodão, apesar de mais baratos do que os que os europeus em meados do século, acabavam desaparecendo nos fins do século XIX sob a concorrência das importações (Castelnau, 1949, p 166 e V.Corrêa Filho, 1969, p 695) e o açúcar passou a ser fabricado em algumas usinas implantadas após 1880, que substituíram gradativamente os engenhos, mas seus mercados não ultrapassavam o sul de Mato Grosso nas primeiras décadas do século XX e quase todas desapareceram recentemente, diante da concorrência paulista (Album Graphico, 1914, p 269 e V.Corrêa Filho, 1969, p 694). Somente a criação de bovinos, nascida no século XVIII como parte da economia de abastecimento regional, emergiu em meados do século XIX como atividade voltada ao mercado nacional, alcançando o Rio de Janeiro.

Assim, Mato Grosso no final da primeira metade do século passado pouco exportava: couros de boi (5000 peças/ano), peles de onça e veado, ouro em pó e diamantes (200 oitavas/ano) e ipecacuanha (800 arrobas/ano). Estas mercadorias se concentravam em Cuiabá, onde os comerciantes dispunham de 15 tropas (50 a 200 animais cada uma) que

---

<sup>4</sup> D’Alincourt (1953, p 155) assinalou em 1818: “á a cidade de Cuiabá medíocre, mas abastada de carne, peixe, feijão, milho, laranjas, limas, ananases e leite”.

<sup>5</sup> A.Corrêa da Costa, capitão-de-milícias além de proprietário de engenho-de-açúcar, comprou de 1814 a 1827 cinco fazendas entre os rios Cuiabá e São Lourenço, tornando-se grande criador de gado bovino; A.J. da Silva possuía em 1855 cinco grandes propriedades rurais (V. Corrêa Filho, 1969, p 473 e 481).

faziam o movimento regular pelo caminho de Goiás em direção ao Rio de Janeiro principalmente, onde eram vendidas e despachadas para a Europa (Castelnuau, 1949, p 167-68). As mesmas tropas retornavam do Rio de Janeiro com grande variedade de produtos estrangeiros destinados à alimentação das pessoas abastadas (sal, vinho, queijo, manteiga, farinha de trigo, etc.), ao uso doméstico destas pessoas (vidros, louças, móveis, balcões de ferro, etc.), à agropecuária de abastecimento (equipamentos para engenhos-de-açúcar provenientes de São Paulo, enxadas, foices, machados, etc.) e à atividade militar (armas, pólvora, chumbo, etc.) o comércio atacadista de Cuiabá cuidava de redistribuir estas importações aos centros comerciais menores, exceção de Diamantino, que as recebia de Santarém, no Pará<sup>6</sup>.

Em Cuiabá coexistiam as atividades comerciais de expedição de produtos primários (couros, peles, ipecacuanha, etc.) e de distribuição de produtos importados, com a administração civil e militar na escala de toda a província. Os grandes comerciantes da cidade, mais do que a aristocracia rural regional, era composta de portugueses, enquanto a direção administrativa militar e civil compunha-se de altos servidores do Império, nomeados no Rio de Janeiro e que se sucediam periodicamente. Quanto à função militar, Cuiabá além da grande guarnição e do hospital era sede do Arsenal de Guerra, depósito de armas e munições para toda a fronteira e do Arsenal da Marinha, onde se realizavam os reparos da flotilha que tinha a mesma finalidade (Castelnuau, 1949, p 163). Como se vê, Cuiabá era o centro da província<sup>7</sup>, sua única entrada e saída para todas as relações comerciais, militares e administrativas e com acesso por terra e pelos rios a todo o interior, inclusive às fortificações localizadas nos limites de seu território. Ma na segunda metade do século XIX abertura de fazendas de criação na parte meridional da província, o desenvolvimento de outras atividades econômicas (erva-mate, etc.) e a abertura da navegação pelo rio Paraguai enfraqueceram seu papel comercial e militar.

## *2. A expansão da pecuária e a implantação das charqueadas*

A abertura das fazendas de criação no sul de Mato Grosso no século XIX esteve ligada à expansão de três áreas distintas: norte de Mato Grosso, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, sendo a primeira responsável pelo povoamento do Pantanal, que passou a concentrar

---

<sup>6</sup> Mato Grosso importava de outras áreas brasileiras algumas mercadorias, como pólvora e sabão do Rio de Janeiro, guaraná da Amazônia e mulas do Rio Grande do Sul por intermédio de São Paulo (Castelnuau, 1949, cap XX).

<sup>7</sup> Cuiabá, sede do governo de Mato Grosso desde 1820, tinham em 1845 uns 6 a 7 mil habitantes, enquanto Diamantino tinha uns 1.500. Mato Grosso uns 1.000, Poconé uns 700 e Cáceres uns 600 (Castelnuau, 1949).

2/3 do rebanho bovino matogrossense, enquanto as correntes de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul desbravaram o planalto, os mineiros se localizando nos cerrados e os gaúchos nos campo de Vacaria, no extremo sul.

De que maneira a pecuária do norte de Mato Grosso cresceu e se expandiu espacialmente, enquanto todo o setor agrícola e artesanal da economia de abastecimento decaiu diante do reduzido mercado regional e da concorrência externa? Os preços altos da carne para o abastecimento regional nos primeiros tempos estimulavam o aumento da pecuária bovina, a ponto do capitão-general da capitania poder escrever em 1761: “no Cuiabá é já p gado vacum tanto que não chega a matar-se todos os anos metade do número de rezes que nascem naquele distrito e a última rematação que a Câmara fez do corte de vaca foi por um cruzado de ouro a arroba, metade do preço porque eu a achei quando cheguei aquela vila em 1751” (V.Corrêa Filho, 1969, p 711). As fazendas de criação alcançaram grandes dimensões, como a fazenda Caiçara<sup>8</sup>, localizada no Pantanal de Cáceres, adquirida pelo governo em 1779 e que possuía 3.632 cabeças de gado bovino, conforme avaliação feita cinco anos depois (V.Corrêa Filho, 1969, p 499), equivalente portanto às maiores fazendas do sul de Minas Gerais conhecida por S.Hilaire por volta de 1820.

Diferentemente da produção agrícola e artesanal da economia de abastecimento do norte de Mato Grosso, que não podia ultrapassar a capacidade de consumo do limitado mercado regional sem entrar em crise de superprodução, a pecuária bovina possuía características específicas. Pertencentes a grandes fazendeiros que não eram forçados financeiramente a vender toda a “produção” anual, a pecuária se expandia parcialmente independente do mercado, pois além da estrutura fundiária favorável, seus custos de produção eram mínimos: quase nenhuma mão-de-obra, reprodução natural do gado, terras baratíssimas consistindo em imensos campos favoráveis e providos de salinas naturais ao sul e sudoeste de Cuiabá, que não exigiam nenhum gasto suplementar. Assim sendo, desde o século XVIII, a medida que o mercado não absorvia a “produção” anual, o estoque bovino aumentava geometricamente. Como o rebanho bovino crescia aceleradamente, os criadores de gado se interessaram pela abertura do caminho de Pequiri<sup>9</sup>, percurso mais curto entre Cuiabá e o Rio de Janeiro e São Paulo, transpondo o alto-Pequiri e rumando em direção às

---

<sup>8</sup> A fazenda Caiçara chegou a ter antes de 1822 doze mil cabeças de gado vacum, reduzindo-se a menos de duas mil cabeças e uns trezentos cavalos em 1845, sendo os bovinos vendidos regionalmente e os cavalos destinados à cavalaria do Exército (Castelnau, p 343).

<sup>9</sup> J.J.Nunes e A.J. da Silva além de criadores de gado eram políticos importantes (V.Corrêa Filho, 1969, p 473).

cabeceiras do Sucuriu e ao Paranaíba nas proximidades de sua confluência com o rio Grande, sem passar por Goiás. A primeira tentativa foi esboçada em 1808, D'Alincourt (1953, p 16) insistiu na sua utilidade em 1818, expedições exploratórias foram feitas em 1825, novos esforços de abertura repetiram-se em 1832 e a picaa foi finalmente concluída em 1836 até o Pequiri e daí até o rio Paranaíba confiada aos pecuaristas mineiros recém-estabelecidos em Santana<sup>10</sup>. Mas o novo caminho não resolveu de imediato o problema do excedente bovino da área de Cuiabá, pois Minas Gerais e o sul de Goiás tinham rebanhos suficientemente numerosos para atender às necessidades do Rio de Janeiro. Somente por volta de 1848-50 formou-se uma corrente contínua de boiadas do norte de Mato Grosso compradas por gente de Minas Gerais, que cuidava da engorda na sua província antes de levá-las à capital brasileira (Leverger, 1963, p 17). Estas exportações sofreram diminuição logo no início por causa das doenças que atingiram os cavalos de Mato Grosso (Leverger, 1863, p 17 e V.Corrêa Filho, p 531) e voltaram a crescer apenas na década de 1860-70. Leverger avaliou o rebanho bovino matogrossense em 500 mil cabeças em 1863, o que significava um excedente anual garantido de 50 mil cabeças, mas as vendas não alcançavam 10 mil. Nos anos de 1878-80, conforme os relatórios provinciais, as vendas realizadas pelos criadores giravam em torno de 12 a 13 mil cabeças anuais, das quais apenas a terça parte era adquirida pelos compradores e invernistas mineiros, enquanto o consumo da Província absorvia duas terças partes. Aliás o excedente continuou a não ser totalmente vendido até a primeira guerra mundial, quando as exportações de carnes brasileiras aos mercados europeus alteraram a situação<sup>11</sup>. Por volta de 1910 o rebanho bovino matogrossense era calculado em 2,5 milhões de cabeças (excedente de 205 mil), enquanto os abates nas charqueadas e para o consumo estadual (90 mil), somadas às vendas interestaduais (66 mil para as invernadas de Minas e São Paulo) alcançavam 156 mil cabeças (Album Graphico, 1914, p 292-94). O crescimento acelerado do rebanho bovino do norte de Mato Grosso explica a rápida ocupação pecuária do Pantanal.

Por volta de 1844-45 toda a área entre os rios Cuiabá, São Lourenço e Paraguai estava ocupada por grandes fazendas de criação e aí se localizava a vila de Poconé, habitada “por uma das populações mais ricas do interior do Brasil, grandes criadores de gado, quase

---

<sup>10</sup> “Por esta via entraram pela primeira vez em Cuiabá, a 8 de outubro de 1836, os suínos tangidos de Uberaba em vara de 70 cabeças, além da tropa de bestas de Manoel Bernardo que, em troca, de torna viagem, conduziu boiadas dos fazendeiros cuiabanos, assim inaugurando o intercâmbio que se intensificaria mais tarde” (V.Corrêa Filho, 1969, p 496-562). A estrada do Pequiri continuou a ser melhorada entre 1838/40.

<sup>11</sup> V.Corrêa Filho (Fazenda de gado, 1955, p 35) assinala a reviravolta ocorrida durante a primeira guerra mundial: as exportações de carne cresceram enormemente graças aos frigoríficos estrangeiros estabelecidos em São Paulo, enquanto a implantação da estrada de ferro NOB integrou Mato Grosso neste processo.

todos abastados e donos de oito a dez mil cabeças cada um” (Castelnau, 1949, p 342). Desta área situada no extremo norte do Pantanal partiram os fazendeiros que ocuparam todo o restante da bacia fluvial do Paraguai e seus afluentes em terras matogrossenses. A revolta nativista registrada no norte de Mato Grosso em 1834 foi catalizadora, provocando os primeiros deslocamentos de fazendeiros de origem portuguesa para o sul nas décadas de 1840-60, alcançando até os rios Tabuco e Nioaque, nos altos vales do Negro e do Miranda. O estabelecimento de colônias militares no sul de Mato Grosso em Nioaque (1855), Dourados (1856) e Miranda (1860) ajudou esta primeira leva de povoamento. O término da Guerra do Paraguai (1870) e a “pacificação” dos bororos (1886) e de outros indígenas deu maior impulso à fixação de novos fazendeiros nas porções centrais e meridionais do Pantanal matogrossense (V.Corrêa Filho, 1969, p 536 e 556).

Enquanto o Pantanal ia sendo ocupado pelos criadores do norte (Cuiabá, Cáceres, Poconé, Livramento, etc.), o planalto do sul de Mato Grosso era povoado por uma corrente de pecuaristas mineiros já integrados desde a segunda metade do século XVIII ao abastecimento do Rio de Janeiro, em função do qual se expandiam. Provenientes do Triângulo e do sul de Minas, entravam por Santana do Pararâbba (1829) e logo seus primeiros participantes alcançavam os vales do Sucuriu, do Pardo e mesmo os campos de Vacaria à altura de Maracaju (1840-50), mas somente após a Guerra do Paraguai o povoamento se intensificou, adensando áreas já desbravadas como Bela Vista e Maracaju e alcançando novos campos em Sindrolândia, Campo Grande, R.Verde, etc. nas décadas de 1870 e 1880 (V.Corrêa Filho, 1969, p 537). Paralelamente ao povoamento mineiro que continuava, o extremo sul do planalto recebia no final do século XIX e inícios do atual outra corrente de pecuaristas, os fazendeiros gaúchos saídos do Rio Grande do Sul após a revolta federalista de 1893. estabeleceram-se nos campos de Vacaria (Ponta-Porã, Bela Vista, Rio Brillhante), onde se encontravam com os criadores mineiros. Como ocorreu com a pecuária do Pantanal até a 1ª Guerra Mundial, os excedentes foram se acumulando e ampliou-se rapidamente o estoque bovino no Planalto: em 1907-08 calculava-se que as vendas de gado não ultrapassavam metade da produção anual (Arrojado Lisboa, 1909, p 142-45).

A presença de enormes e baratos excedentes bovinos subutilizados e a posição excêntrica de Mato Grosso em relação ao mercado do Rio de Janeiro estimulavam a instalação de charqueadas nos fins do século XIX e inícios do XX. Com a existência de mercado consumidor de charque no Rio de Janeiro e Nordeste, a abertura da navegação fluvial e o fim da Guerra do Paraguai facilitaram este novo aproveitamento do gado bovino, pela possibilidade de transporte mais barato e pelo interesse dos investidores platinos. Na

Argentina e no Uruguai ocorreram desde meados do século XIX importantes modificações na economia pastoril: rápido aumento da criação de ovinos para a exportação de lã aos mercados europeus, ocupando os pastos antes destinados à pecuária bovina, abastecedora das charqueadas platinas, que além disto entravam em crise por causa da queda das exportações de carne salgada ao Brasil, Cuba e Estados Unidos (Pulgros, 1848, p 201 e Deffontaines, 1953, p 249). Assim, alguns empresários platinos ligados à exportação de charque ao Brasil tratavam de se implantar em Mato Grosso.

A isenção de impostos de 1837 beneficiou a instalação da charqueada do empresário argentino Rafael Del Sar em Descalvado, às margens do rio Paraguai, pouco ao sul de Cáceres e já no fim da década seus abates atingiram 5000 rezes anuais (V.Corrêa Filho, 1955, p 34). Foi adquirida pelo empresário uruguaio J.Cibils Buchareo, que seguindo o exemplo da Liebig's passou a produzir extrato e caldo de carne exportados para a Europa, tendo absorvido neste período fazenda de gado de 240 léguas quadradas, com umas 200 mil cabeças no seu auge em 1885-90. Passou depois as mãos da Société Industrielle et Agricola du Brésil, de capitais belgas e em 1910 ao controle do Sindicato Farquarh (Brazil Land & Cattle Packing). A produção de charque em Descalvado nas décadas de 1870 e 1880 estimulou iniciativas semelhantes na mesma região, em parte de pecuaristas matogrossenses, tendo surgido nos fins do século XIX charqueadas de menores dimensões no norte do Pantanal: Pindaibal, Triunfo, São João (Arrojado Lisboa, 1909, p 148 e 157 e Album Graphico, 1914, p 293).

Na primeira década do século XX, em decorrência de novas restrições à entrada de charque estrangeiro no Brasil, mais uma vez uruguayos montavam estabelecimentos em Mato Grosso: o saladeiro Miranda (1907), de Deambrósio, Legrand & Cia e o Saladeiro Tereré, de Moali & Grosso Ledesma, nas proximidades de Porto Murtinho, ambos com sede social em Montevidéo. Na mesma época (1909) começou a funcionar o saladeiro Barranco Branco, também nas proximidades de P.Murtinho, pertencente à Empresa Extrativa e Pastoril Brasileira. Esta três instalações tinham capacidade de abate de 50 a 60 mil rezes por safra e remetiam suas produções ao Rio de Janeiro e Nordeste, descendo o rio Paraguai (Album Graphico, 1914, p 293 e Arrojado Lisboa, 1909, p 157). As referidas charqueadas e o mercado favorável estimulavam a multiplicação de outras na segunda década deste século, principalmente no sul de Mato Grosso, tanto no Pantanal como no Planalto. As iniciativas foram em parte de comerciantes, J.Dulce & Cia., Mônaco, etc. de Cáceres e Corumbá respectivamente, mas também de fazendeiros matogrossenses, como Barros Gomes & Cia

(Otília, em Corumbá). Em 1925 funcionavam 19 charqueadas no Estado inteiro, além de outras seis paralizadas (V.Corrêa Filho, 1926), por causa da crise os anos vinte.

As charqueadas tinham necessidade de suprimentos garantidos, o que as levou a adquirir fazendas de gado, como ocorreu em Descalvado. Além destas aquisições, estancieiros platinos também compravam terras na primeira década deste século, como a Cia Fomento Argentina, que chegou a ter 277 léguas no pantanal do Nabileque (V.Corrêa Filho, 1969, p 599), ou o Trust del Alto Paraguai que adquiriu 107 léguas da antiga fazenda do Rodrigo<sup>12</sup>. Nestes fins do século XIX e inícios do XX as maiores fazendas de gado do Pantanal tinham de 15 a 50 mil rezes, conforme observou Arrojado Lisboa.

### *3. Extrativismos vegetais voltados à exportação: borracha e erva-mate*

Na mesma época em que se instalavam as primeiras charqueadas, iniciaram-se duas produções importantes: borracha e erva-mate, a primeira extraída na floresta amazônica, no extremo norte e noroeste de Mato Grosso e a segunda nos ervais do extremo sul. Assim como o início das exportações de bovinos para o Rio de Janeiro ocorreu muito tarde (meados do século XIX), bem depois de Minas e Goiás, as exportações matogrossenses de borracha e erva-mate, pela mesma razão de distância aos mercados, também se iniciaram após os demais concorrentes.

Com as possibilidades abertas pela vulcanização da borracha, as exportações brasileiras deste produto amazônico saltaram de menos de 5 mil toneladas no período 1841-50 a quase 20 mil toneladas na década seguinte, acompanhadas de grande valorização graças às crescentes necessidades da Europa e Estados Unidos. Assim, a extração cresceu rapidamente, atingindo entre 1871-72 os seringais situados ao norte de Cuiabá, nos rios formadores do Tapajós (Arinos, Verde, etc.) e por volta de 1875-77 aqueles localizados a noroeste, no rio Guaporé. Estas iniciativas partiram de Cuiabá e Diamantino, enquanto seringalistas originários da Amazônia foram responsáveis pela abertura dos altos afluentes do Madeira (Album Graphico, 1914, p 246 e 364). Apesar de crescer consideravelmente, a extração matogrossense sempre foi uma parcela diminuta da produção amazônica, 5 a 6% em 1910-12, no auge dos preços e das exportações (Album Graphico, 1914, p 364 e Anuário Estatístico do Brasil, 1956, p 528).

---

<sup>12</sup> O presidente "Trust" era B.Villanueva, vice-presidente da República Argentina e esta fazenda deu origem à Miranda Estância, que pertenceu à Territorial Franco-brasileira, vendida em 1953 a um grupo de capitalistas paulistas e desde 1967 sob controle do grupo Klabim, com 250 mil hectares e 120 mil cabeças de gado em 1973 (Arrojado Lisboa, 1909, p 148 e Exame, 8/1973, p 51).

As primeiras remessas brasileiras de erva-mate ao Prata datam dos inícios do século XIX, quando as dificuldades de relacionamento ente Paraguai e Argentina prejudicaram as exportações guaranis e assim gradativamente Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná se fizeram presentes no mercado platino. Apesar das exportações brasileiras não crescerem num ritmo semelhante ao da borracha, passaram de 19 mil toneladas no período 1831-40 a 96 mil toneladas na década 1861-70, o que motivou a procura de novos ervais. O comerciante gaúcho T.Laranjeira, que explorava erva-mate no Paraguai (1877), tratou de obter concessões em Mato Grosso (1880), mantendo por vários anos sede na cidade paraguaia de Concepcion. Com o tempo sua produção matogrossense foi se expandindo (1200 ton em 1891 e 1800 ton em 1892), graças às crescentes importações argentinas, o que lhe deu força para obter ampliação da área arrendada (1894), que alcançou 1600 léguas entre os rios Ivinhema e Iguatemi, vale dizer o monopólio da exploração dos ervais de Mato Grosso, tendo se associado na mesma época, por ocasião do “encilhamento” (1891), ao Banco Rio & Mato Grosso, ligado à família Murtinho, facção dominante na política estadual (V.Corrêa Filho, 1957, cap XI e T.Linhares, 1969, p 150).

A década 1890-1900 foi muito favorável à Mate Laranjeira que além de ampliar a concessão graças às suas ligações políticas, construiu um porto no Rio Paraguai especialmente destinado à exportação (Porto Murtinho) e beneficiou-se dos preços de venda e quantidades remetidas que aumentaram muito, pela expansão do mercado argentino e das dificuldades do comércio paranaense e catarinense afetados pela revolta federalista, alcançando 3 a 4 mil toneladas anuais no final da década, equivalentes a uns 10% das exportações brasileiras. Com a dissolução do Banco Rio & Mato Grosso, a companhia fundiu-se em 1902 com a casa importadora Francisco Mendes & Cia., de Buenos Aires, com a qual se ligava comercialmente, resultando na firma Laranjeira, Mendes & Cia, com sede na capital portenha. Nesta época já eram freqüentes os atritos com os fazendeiros gaúchos que povoavam o extremo sul de Mato Grosso (A.Figueiredo, 1968, cap 12 e Anuário Estatístico do Brasil, 1956, p 528).

Os interesses ligados direta ou indiretamente aos criadores de gado matogrossense não aceitaram tranqüilamente os privilégios da companhia ervateira e aproveitaram a crise ligada à queda dos preços da borracha (1914-15) para forçá-la a um recuo: lei estadual de 1915 restringiu a área arrendada a 400 léguas e destinou a enorme extensão liberada de preferência aos ocupantes já estabelecidos, os criadores gaúchos, em lotes de duas léguas, o que permeabilizou os ervais à penetração de médios produtores. Assim, do total de 11,4 mil toneladas exportadas por Mato Grosso em 1923, os pequenos e médios alcançaram 1,4 mil

<sup>13</sup>. Mas a partir da década de 1920-30 as plantações argentinas de erva-mate começaram a produzir, restringindo pouco a pouco as exportações brasileiras, como ocorreu de maneira mais dramática com a borracha (V.Corrêa Filho, 1957, cap XII).

#### *4. Gênese e evolução da cidade de Corumbá*

A abertura do rio Paraguai á navegação desempenhou, como vimos, importante papel no crescimento econômico de Mato Grosso durante a segunda metade do século XIX. Não só permitiu escoamento mais rápido e mais barato dos produtos tradicionais (couros e peles, ipecacuanha, etc.), mas também tornou possível produções anteriormente inexistentes, como a extração da erva-mate, a preparação do charque, etc. Além disto o rio Paraguai tornou-se via de comunicação obrigatória de Mato Grosso, por onde transitavam as mercadorias estrangeiras e nacionais importadas. Esta mudança nas comunicações e no comércio matogrossense com o exterior foi fundamental na gênese e expansão da cidade de Corumbá.

F.Castelnau realizou em 1845, pouco antes da abertura do rio Paraguai, cuidadosa expedição científica pela província de Mato Grosso. Notou que todo o sul estava povoado por milhares de indígenas e a presença “civilizada” resumiu-se praticamente às fortificações militares de Albuquerque, Coimbra e Miranda, além do posto de Corumbá. Por ser central neste conjunto de aglomerados militares, Albuquerque era mais importante, reunindo 350 habitantes, dos quais 40 militares que compunham a guarnição local, enquanto os índios formavam a maioria da população. Além de ser sede de freguesia desde 1835, centralizava o comando da fronteira com o Paraguai, ficando a ela subordinadas as guarnições de Coimbra e Miranda, além de Corumbá. Estas guarnições alcançavam uns 45 e 30 militares respectivamente e nos aglomerados moravam ainda pouco ao norte de Albuquerque, era um simples posto militar, com apenas 3 soldados, mas compunha-se de uns 100 habitantes, formados de “uma mescla de brancos, índios e negros”, cuja atividade mais expressiva era a exploração de calcário, a qual era em parte transformado em cal e remetido sob as duas formas a Cuiabá, Diamantino, etc., servindo à caiação das construções urbanas. Parte dos indígenas da área estava mais ou menos aculturada, praticando agricultura voltada parcialmente ao abastecimento das guarnições militares e mobilizada mesmo para a safra de

---

<sup>13</sup> P.C.Corrêa da Costa e Generoso Ponce eram favoráveis à divisão dos ervais e combateram as gigantescas concessões de terras aos interesses extra-regionais, como a Cia Fomento Argentina, Mate Laranjeira, etc., que restringiram a expansão dos fazendeiros matogrossenses. A Mate Laranjeira tentou derrubar em 1916 o governador Caetano de Albuquerque, mas foi forçada a aceitar a nova situação (V.Corrêa Filho, 1969, p 599-621).

ipecacuanha ao norte de Cáceres (Castelnuau, 1949, cap XXII a XXV), o que facilitou seu recrutamento para o trabalho nas fazendas de criação que se foram implantando nesta parte do Pantanal durante todo o século XIX.

A abertura da navegação pelos rios da bacia do Prata, episódio básico das lutas entre Buenos Aires e sua interlândia econômica (R.Puiggros, 1948, cap 3 e 4), interessava ao Brasil do ponto de vista estratégico e comercial por diminuir consideravelmente o tempo de duração do percurso Rio de Janeiro – Mato Grosso. As viagens feitas em tropas de mulas entre Cuiabá e o Rio de Janeiro pelo caminho de Goiás levavam de cinco a seis meses (Castelnuau, 1946, p 112), enquanto que por via marítima-fluvial puderam ser feitas em um mês. O tratado Brasil-Paraguai de 1856 liberou a navegação para Mato Grosso e permitiu a partida do Rio de Janeiro ainda naquele ano de um vapor da marinha brasileira que fez viagem experimental até Cuiabá. A pequena profundidade das águas no alto curso do Paraguai e nos rios São Lourenço e Cuiabá mostrou a necessidade de subdividir o percurso em etapas, realizadas sucessivamente por navios de menor calado.

Corumbá tornou-se porto obrigatório nestas etapas (Rio, B.Aires, Assunção, Corumbá, Cuiabá), pois os vapores que faziam o transporte do Paraguai não podiam ter calado superior a 8 a 9 pés, enquanto as embarcações que navegavam rio acima até Cuiabá eram de fundo chato e calavam no máximo um metro d'água (Diccionario, 1922, p 699). Esta posição portuária foi garantida pela escolha de Corumbá como sede de um dos quatro distritos militares da fronteira de Mato Grosso (distrito do baixo Paraguai, que englobava o forte de Coimbra), tendo quartel com comando de distrito e corpo de artilharia (Leverger, 1963, p 11), logo após a abertura da navegação.

Com acesso fluvial às regiões banhadas pelos rios Taquari-Coxim, Negro-Aquidauna, Miranda, além de São Lourenço e parte oriental da Bolívia, Corumbá passou a ser porto de trânsito e praça comercial da maior parte de Mato Grosso.

##### *5. Panorama de Integração de Mato Grosso à Economia Mundial e Nacional*

Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso foram integrados no século XVIII à economia mundial dirigida pelo capital comercial europeu, a partir de relações de trabalho escravistas, na produção de ouro e diamantes e consumo de meios de produção e artigos de consumo importados. Dada a alta valorização dos alimentos e a abundância de terras, foram se constituindo, nos arredores das minas, fazendas agropastoris altamente diversificadas. Assim, por volta de 1730 foram introduzidos na região de Cuiabá os primeiros bovinos, provenientes de São Paulo. Logo estavam constituídos dois circuitos de produção-

distribuição-comercialização: um ligado aos mercados externos (ouro), de onde vinham os produtos de luxo para o consumo dos senhores (vinhos, pratarias, etc.) e outro voltado às necessidades da massa trabalhadora, sobretudo escravos (farinha de mandioca, aguardente, etc.), lembrando na própria formação social nascente os dois circuitos econômicos até hoje existentes nos países subdesenvolvidos capitalistas (M.Santos: O espaço dividido).

Quando a mineração foi decaindo, existiam nos arredores de Cuiabá grandes unidades agropastoris de abastecimento regional e subsistência, fortemente auto-suficientes, com importantes rebanhos bovinos, como assinalaram Castelanu, D'Allincourt e Florense. Esta tendência foi reforçada durante a primeira metade do século XIX, quando as relações capitalistas internacionais se afrouxaram no período depressivo de 1815/1848, propiciando regionalmente a multiplicação acelerada deste rebanho, que em meados do século alcançava 500.000 cabeças, com desfrute de 50.000, utilizados em apenas 20%.

A revolução tecnológica ligada à estrada de ferro e à navegação a vapor reabre nova fase de expansão das relações internacionais capitalistas (1848/1873), propiciando o aumento do setor exportador e suas cidades (Rio de Janeiro, Recife, Salvador no caso brasileiro) e à conquista de novos territórios à influência capitalista, num clima de choque de interesses. Esta nova fase vai acoplar a pecuária do Pantanal ao abastecimento do Rio de Janeiro (via Minas Gerais), bem como vai forçar a abertura da bacia do Prata e a Amazônia à navegação. Os laços territoriais-comerciais de Mato Grosso foram assim intensificados, desde financiamentos bancários europeus (G.L.Alves, 1984), implantação de novas produções, como erva-mate ao mercado platino, borracha destinada ao mercado europeu e norte-americano, xarque voltado ao mercado nacional.

As concorrências inter-capitalistas alteraram posteriormente este quadro: capitais ingleses instalaram plantações de seringueira no Sudeste asiático, capitais argentinos substituíram importações de erva-mate do Brasil, liquidando as xarqueadas. De 1920 a 1970 restou a Mato Grosso a crescente especialização em criação bovina, visando ao abastecimento das invernadas paulistas (engorda), acopladas por sua vez aos frigoríficos, que no período populista passaram consideravelmente ao controle de capitais nacionais (A.Mamigonian, 1976). A política agrícola do regime militar, com incentivos fiscais e financiamentos baratos, conduziu a abertura de nova fase agropastoril em Mato Grosso, com o crescente controle da produção pelo capital bancário.

## REFERÊNCIAS

- A. Ab'Saber: A cidade de Manaus, primeiros estudos. BPG, nº 15, 1953.
- Album Graphico do Estado de Mato Grosso, S.C. Ayala e F.Simon, Corumbá – Hamburgo, 1914.
- G.L. Alves: Mato Grosso e a História: 1870-1929. BPG nº 61, 1984.
- M.Arrojado Lisboa: Oeste de São Paulo, Sul de Mato Grosso, Typ., Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 1914.
- F.Castelnau: Expedição às regiões centrais da América do Sul, tomo II, C.Ed. Nac. 1949.
- V.Corrêa Filho: História de Mato Grosso, INL, Rio de Janeiro, 1969.
- V.Corrêa Filho: Fazendas de gado no pantanal matogrossense, SAI, Rio de Janeiro, 1955.
- J.M.Carvalho: Guarnições militares no Brasil Imperial, Ver. Bras.Est.Políticos, 1974.
- L.D'Allincourt: Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá, Ed.Martins, 1953.
- P.Deffontaines: História do gado nos países do Prata, BG nº 114, 1953.
- P.Denis: Amérique du Sud, tome XV Géographie Universelle, A. Colin, 1927.
- Diccionario Histórico, Geográfico e Ethnográfico do Brasil, IHGB, Rio de Janeiro, 1922.
- A.Figueiredo: Economia do mate no Sul de Mato Grosso, tese mimeografada, P.Prudente, 1968.
- H.Florence: Esboço da viagem feita pelo Cônsul Langsdorf ao interior do Brasil, IHGB.
- A.Leverger: Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, Typ.Souza Neves, Cuiabá, 1863.
- T.Linhares: História econômica do mate, J.Olympio, 1969.
- A.Mamigonian: Notas sobre os frigoríficos do Brasil Central Pecuário, BPG nº 51, 1976.
- R.Puiggrós: História econômica del Rio de la Plata, Siglo Veinte, Buenos Aires, 1948.
- M.Santos: O espaço dividido. Livr.F.Alves, Rio de Janeiro, 1979.
- O.Valverde: Fundamentos geográficos do planejamento rural do Município de Corumbá, Ver.Bras.Geogr., Rio de Janeiro, 1972.

## NOTAS SOBRE OS FRIGORÍFICOS DO BRASIL CENTRAL PECUÁRIO

O rebanho bovino brasileiro, um dos maiores do mundo, totalizou, em 1970, pouco mais de 78 milhões de cabeças, enquanto a produção de carne foi modesta, da ordem de 1.842,2 mil ton., em decorrência do baixo desfrute da pecuária (13% aproximadamente).

Deixando de lado as pequenas áreas pecuárias e seus mercados associados, podemos dizer que existem no Brasil três grandes unidades geo-econômicas ligadas ao ciclo pecuária-abate-mercado-consumidor: o Nordeste (do Maranhão à Bahia), o Brasil central pecuário (Sudeste e Centro-oeste) e o extremo sul (Rio Grande do Sul), que assim se apresentaram em 1970:

	População (milhões)	Rebanho Bovino (milhões)	Peso das Carcaças (mil ton.)
Nordeste	28,7 (30,3)	13,7 (17,5)	309,8 (16,8)
Brasil-Central	45,5 (48,2)	43,9 (56,1)	1105,0 (59,9)
R. G. do Sul	6,8 (7,2)	12,3 (15,7)	232,9 (12,6)
BRASIL	94,5 (100,0)	78,3 (100,0)	1845,2 (100,0)

As duas metrópoles nacionais, São Paulo e Guanabara, constituem os grandes mercados consumidores e os pólos organizadores do Brasil central pecuário. Nesta vasta área, a pecuária leiteira localiza-se nas proximidades das metrópoles citadas (vale do Paraíba e sul de Minas); as áreas de criação de gado, inversamente, estendem-se na periferia mais distante (Mato Grosso, Goiás, partes de Minas Gerais), enquanto as porções intermediárias engordam os bovinos antes do abate, num modelo espacial que lembra a teoria de Von Thünen sobre a influência da distância do mercado em relação ao uso da terra.

Dentro deste conjunto geográfico, os frigoríficos aparecem em dois grandes tipos de localização: 1) junto às metrópoles nacionais, particularmente São Paulo (Swift, Comabra, Itapeçi, etc); 2) dentro das diversas áreas de engorda de bovinos, que podem ser agrupadas em três sub-regiões: a) oeste de São Paulo, sul de M. Grosso e norte do Paraná, b) sul de Goiás, Triângulo mineiro e Barretos, c) norte-nordeste de Minas Gerais e Espírito Santo, sendo que a primeira sub-região abastece, sobretudo, São Paulo e a terceira, sobretudo, a Guanabara.

Estes dois tipos de localização correspondem a duas etapas distintas de implantações: entre 1913 e 1925, surgiram os primeiros estabelecimentos, junto a São Paulo

e Rio de Janeiro, controlados por grandes empresas estrangeiras, que dominaram o mercado por várias décadas. Recentemente (1950-60), empresários nacionais, frequentemente modestos no início, implantaram abates nas áreas de invernadas, suplantando as grandes empresas estrangeiras.

### *Gênese dos frigoríficos no Brasil Central*

Até os fins do século passado, o Brasil central contava com mercados urbanos muito reduzidos. São Paulo tinha apenas 65 mil habitantes em 1880 e somente o Rio de Janeiro destacava-se com 520 mil habitantes, podendo abater em seus precários matadouros entre 110 e 120 mil bovinos por ano, para seu abastecimento. Parte considerável dos abates da região destinava-se ao consumo das pequenas cidades e zonas rurais especializadas e também se realizava nas charqueadas localizadas em M. Grosso, Goiás e M. Gerais, que remetiam suas produções ao mercado nordestino.

A presença de um único mercado urbano de proporções modestas (R. Janeiro) condicionava a existência de uma única área de engorda associada, com a qual se ligava por estrada de ferro: o sul de Minas. Esta área, aliás, não chegava a ser especializada, pois, além de receber gado magro de M. Grosso, Goiás e partes de M. Gerais para suas invernadas, também criava seu próprio gado e ainda possuía pecuária leiteira. St. Hilaire, que percorreu M. Gerais no início do século XIX constatou a complementação geográfica existente entre as áreas de criação (tropicais secas) e o sul de Minas invernista, condicionada pelas condições climáticas e pelas grandes distâncias percorridas a pé pelo gado.

O crescimento do mercado consumidor, representado pela expansão urbana do Rio de Janeiro e de São Paulo, estimulou a abertura, aos fins do século XIX, de nova zona de engorda, em áreas de mata do norte de São Paulo (Barretos), por iniciativa dos invernistas mineiros. Esta foi a primeira área exclusivamente de invernadas do Brasil central, não se dedicando à criação e recebendo todo o gado magro do Triângulo mineiro, Goiás e M. Grosso. Assim sendo, às vésperas da implantação dos primeiros frigoríficos (1910), estas duas áreas de invernadas engordavam conjuntamente 300 mil cabeças por ano, sendo que o sul de Minas alcançou seu auge durante a primeira guerra mundial (300 a 350 mil bovinos anuais), tendo sido suplantado, em seguida, pela área de Barretos, cujo máximo foi conseguido durante a segunda Guerra Mundial (500 e 550 mil cabeças anuais).

O primeiro frigorífico brasileiro começou a funcionar em 1913, em Barretos, visando o abastecimento do crescente mercado paulistano, até então atendido por precários matadouros. A iniciativa foi de A Silva Prado, grande cafeicultor, industrial (Cia. Vidraria

Sta. Marina –1895) e grande acionista da Cia. Paulista de Estrada de Ferro, que atravessava importantes zonas de café e alcançava as invernadas do norte de São Paulo. Durante a 1ª Guerra Mundial, surgiram outras duas iniciativas nacionais: em Santos, pelo empresário local de engenharia R. Simonsen e em Barbacena, sul de Minas, por empresários locais, em ambos os casos aproveitando a conjuntura favorável do mercado externo de carnes.

Nos fins do século XIX, companhias européias e americanas haviam-se estabelecido na Argentina com o objetivo de exportar carnes. A conflagração mundial de 1914-18 foi a ocasião propícia para investirem no Brasil, pois não só a Europa aumentava suas importações, como o governo brasileiro estimulava os investimentos, visando aumentar exportações, para compensar a queda do comércio de café. Dos seis estabelecimentos estrangeiros que começaram a funcionar até 1920, quatro foram montados no R. Grande do Sul, por iniciativa das três gigantescas firmas norte-americanas: Swift, Armour e Wilson. Neste período, surgiram dois frigoríficos estrangeiros no Brasil central: um em São Paulo (Continental Products) e outro nas proximidades da Guanabara (Brazilian Meat-Anglo). Em 1923, começou a funcionar em São Paulo o frigorífico Armour e posteriormente Wilson e Swift também procuraram São Paulo, adquirindo o Continental Products (1927) e um pequeno frigorífico nacional (1933), respectivamente.

No Brasil central, tanto os frigoríficos nacionais como os estrangeiros inicialmente abatiam vários tipos de animais (bovinos, suínos, ovino, etc) e produziam grande variedade de produtos: carnes verdes, resfriadas e congeladas, carnes industrializadas (conservadas e enlatadas), charque, banha, etc., sendo que os estrangeiros tinham exclusividade dos enlatados. Mas se diferenciavam quanto às dimensões dos estabelecimentos e quanto à localização dos frigoríficos nacionais; dois surgiram em áreas de invernadas e outro num porto, mas nos três casos os empresários tinham outros negócios nesses locais. Os frigoríficos estrangeiros no Brasil central localizavam-se junto às grandes metrópoles nacionais, em particular, São Paulo. Nasceram como implantações gigantescas, seguindo o modelo nascido em Chicago e aplicado em Buenos Aires e outros lugares. Enquanto a capacidade de abate máximo dos frigoríficos nacionais alcançava 700 bovinos por dia (Barretos), ligada à localização adotada e ao capital mobilizado, o Armour começou com capacidade de abate de 2.000 bovinos e 3.000 suínos por dia. Além de escolherem as proximidades dos grandes mercados urbanos e portos exportadores, estavam também não muito distantes (300 quilômetros) das duas grandes áreas de engorda da região, às quais se ligavam por estradas de ferro, e de outras áreas potenciais de engorda (Alta Sorocabana, alta

Araraquarense, Noroeste), onde compravam na década de 1920-30 terras em matas para futuras invernadas.

O domínio exercido pelas grandes empresas estrangeiras no comércio internacional de carnes bovinas e as crises deste comércio (1920-21, 1925-26, 1930-31) provocou a desnacionalização desta atividade. O Anglo adquiriu os frigoríficos de Barretos (1923) e de Santos (1931), enquanto o de Barbacena acabou fechando. O Anglo ficou também com os 65.000 hectares de terras que o frigorífico de Barretos possuía na alta Araraquarense e ampliou suas terras e seus rebanhos durante as décadas de 1920 e 1930, seguido pelo Armour, Wilson e Swift. Os frigoríficos estrangeiros controlavam, em 1940, no Brasil central e, especialmente, em São Paulo, cerca de 420.000 hectares, entre próprios e arrendados, dispondo assim de gado próprio na proporção de 35 a 40% do abate que realizavam e influenciando na determinação do seu preço.

Como o mercado externo não lhes era suficiente e o mercado interno expandia-se rapidamente, voltaram-se ao seu abastecimento, concorrendo com os precários matadouros da Guanabara, São Paulo e outras cidades. O crescimento dos mercados urbanos internos (Guanabara 2,4 e São Paulo 2,2 milhões de habitantes, em 1950) e as contínuas exportações de carne, desde a 1ª Guerra Mundial, provocaram grande crescimento da pecuária de engorda, ampliaram seu espaço geográfico, distanciaram e dispersaram as zonas de engorda. Nas décadas de 1940 e 50, foram transformadas em pastagens extensas áreas de matas do oeste de São Paulo (Alta Sorocabana, Alta Araraquarense e Noroeste), que passaram a engordar gado magro de Mato Grosso e Goiás e a despachá-lo por estradas de ferro aos frigoríficos estrangeiros de São Paulo e Barretos. As pastagens ocupavam 34% do território paulista em 1940 e alcançavam 51% em 1960. Neste mesmo período, áreas de matas do norte-nordeste de M. Gerais (Montes Claros, Teófilo Otoni e Governador Valadares) também foram transformadas em pastagens, engordando gado magro da própria região e remetendo-o por estradas de ferro à Guanabara e ao Estado do Rio de Janeiro. Apesar das distâncias crescentes em relação às novas áreas de engorda (600 quilômetros), os frigoríficos e matadouros continuaram nas suas localizações de 1920, mantendo o domínio dos mercados consumidores e das compras de gado gordo até 1955-60, quando a situação começou a se modificar.

#### *Tendências recentes da atividade de frigorificação*

A primeira reação ao domínio dos frigoríficos estrangeiros partiu dos invernistas do Estado de São Paulo que organizaram, em 1941, em Barretos, o 1º Congresso Pecuário do

Brasil Central e conseguiram do governo federal decretos de lei, impedindo a ampliação do rebanho bovino daqueles frigoríficos. Mas, somente em 1951, durante o governo Getúlio Vargas, foram tomadas várias medidas – empréstimos bancários, isenções de taxas, etc. – apoiando a implantação de novos frigoríficos no interior do Brasil central. Este estímulo foi respondido prontamente pelos invernistas de São Paulo e Mato Grosso, que passaram a montar, na década de 1950, vários frigoríficos nas suas áreas de engorda: Andradina (Moura Andrade), Araçatuba (T. Maia), Barretos (Antenor Duarte), Campo Grande (Coelho), etc. Igualmente, o governo de M. Gerais, na mesma época, considerando negativa a saída anual do seu território de 300 a 400 mil cabeças bovinas, organizou plano de instalação de quatro frigoríficos regionais, em Belo Horizonte, Montes Claros, Teófilo Otoni e sul de Minas, mobilizou os invernistas regionais e financiou a construção dos três primeiros citados.

A reação mais importante ao domínio dos grandes frigoríficos estrangeiros acabou partindo dos pequenos açougueiros nacionais de origem imigrante, que tendo pequenos matadouros ou açougues em São Paulo, na Guanabara ou mesmo no interior, tratavam de aproveitar a conjuntura política favorável e passaram a implantar frigoríficos, principalmente nas áreas de engorda: Bordon (P. Prudente), Fialdini (São Carlos), Zancopé (Jundiá), Cabral (Assis), Sola (Três Rios e Uberaba), Tafner (Patrocínio), Scalhão (Barretos), Baggio (Paranavaí), Fresnel (Pres. Venceslau), etc. Apesar de disporem de pequenos capitais iniciais e, portanto de pequenos frigoríficos, os antigos açougueiros de origem imigrante acabaram crescendo mais rapidamente que os invernistas proprietários de frigoríficos, pois tinham uma vantagem fundamental: enquanto estes entendiam de gado, eles conheciam em profundidade o mercado consumidor, fundamental nos negócios de carnes.

Tanto invernistas como ex-açougueiros deram preferência à localização de seus frigoríficos nas zonas de invernadas, o que exigia investimentos: câmaras frigoríficas, em São Paulo e/ou Guanabara, vagões e, mais tarde, caminhões frigoríficos para o transporte à grande distância. À medida que foram sendo abertas, a partir de 1955-60, novas invernadas no sul de Mato Grosso, norte do Paraná e sul de Goiás, distantes 800 quilômetros da metrópole paulistana, os frigoríficos das zonas de engorda ofereciam vantagens maiores que os localizados em São Paulo e na Guanabara: 1) enorme redução de custo do frete do boi, 2) menor perda de peso dos animais, 3) redução do tempo entre compra de gado e abate e venda da carne, 4) salários mais baixos.

Além disto, os frigoríficos estrangeiros perderam as vantagens que tinham. Monopolizando anteriormente o mercado, não modernizaram suas instalações de abate e

industrialização, aumentaram suas remessas de lucros para o exterior, em vista da pressão nacionalista do período 1950-64, e passaram a trabalhar com capital de giro, obtido de empréstimos bancários. Assim sendo, os frigoríficos estrangeiros da cidade de São Paulo e de Barretos, que haviam abatido 705 mil bovinos, em 1955, reduziram seus abates, em 1963, a 456 mil, isto é, 35% a menos. Os grupos estrangeiros, com exceção do Anglo, entraram em crise e seus frigoríficos foram vendidos: a Armour, para o grupo Bordon (1964), o Wilson, para o grupo argentino Sinossain-Comabra (1970) e o Swift, para o grupo Azevedo Antunes, ligado à mineração (1972). Note-se que o setor de carnes é um caso à parte, pois, desde 1955, está ocorrendo intensa desnacionalização da indústria brasileira.

Associado ao crescimento dos empresários nacionais do setor de carnes bovinas, vai emergindo, nos últimos anos, um novo esquema de localização, dimensões e especialização dos frigoríficos no Brasil central. No lugar da concentração de gigantescos frigoríficos e matadouros nas proximidades de São Paulo e Guanabara, vigente de 1920 até 1955, tem havido forte dispersão geográfica dos frigoríficos. Acompanhando a dispersão das zonas de engorda, passaram a contar com a vantagem de poder coletar gado gordo a curtas distâncias (100 quilômetros), diminuindo os custos de frete, mas tiveram que diminuir de tamanho, restringindo suas capacidades de abate para 400 a 500 cabeças por dia, considerada a dimensão ótima, atualmente. Por outro, os frigoríficos e matadouros de São Paulo e da Guanabara que não desapareceram, procuraram se adaptar à nova situação se especializando: diminuíram os abates, adquiriram carcaças dos frigoríficos do interior e aumentaram suas atividades de industrialização (conservas e enlatados). O melhor exemplo do novo esquema é do Grupo Bordon, que abatia em Presidente Prudente (1960) e adquiriu frigoríficos em outras áreas de invernadas: Campo Grande (MT), 1963; Anápolis (GO), 1968; Teófilo Otoni (MG), 1971, relacionados a mercados específicos (T. Otoni ao Rio de Janeiro, p.ex.). Em 1964, adquiriu o Armour da cidade de São Paulo, onde cessou o abate, mantendo apenas a industrialização. Recentemente (1973), adquiriu dois frigoríficos no rio Grande do sul, visando aproveitar as quotas de exportação.

A gigantesca produção atual do Brasil central (5,8 milhões de bovinos abatidos, em 1970) e os maiores lucros de alguns produtos vão conduzindo ao aprofundamento da especialização. Os frigoríficos mais modernos abatem exclusivamente bovinos, abandonando suínos e outros animais; dedicam-se à produção e comercialização de carnes resfriadas e congeladas, abandonando a produção de charques, banha, etc., menos rentáveis. Surgem estabelecimentos especializados na industrialização de carnes em conserva ou no comércio de tripárias, etc.

O processo, acima descrito, de dispersão espacial dos frigoríficos junto às áreas de engorda, redução de suas dimensões e crescente especialização, vem ocorrendo há mais tempo nos Estados Unidos e na Argentina, onde Chicago e Buenos Aires deixaram de concentrar geograficamente a atividade de frigorificação, desapareceram os estabelecimentos gigantescos e diversificados e entraram em decadência os grupos tradicionais do setor: Swift, Armour e Wilson.

## INDÚSTRIA DE SANTA CATARINA

### *1. Panorama Geral*

Por volta de 1960, Santa Catarina era vista como mero território de passagem entre São Paulo e Rio Grande do Sul, fazendo com que os catarinenses se considerassem inferiorizados. Tal situação se reforçava ainda mais com a posição da capital do Estado, isolada do resto do território catarinense, cujos acessos não eram pavimentados, nem mesmo sua ligação com o aeroporto. Entretanto, Porto Alegre e Curitiba já eram grandes capitais e a economia de seus respectivos estados estava em franco progresso.

No Estado, apesar de ser pouco divulgado, Blumenau e Joinville já eram notoriamente cidades industriais e a indústria catarinense se encontrava em plena expansão, inclusive superior à média brasileira. Florianópolis estava longe de ser cidade pólo, porque as grandes indústrias e outras atividades econômicas de porte estavam espalhadas pelo interior do Estado, e seu setor terciário não havia se modernizado.

Em 1940 a indústria de transformação de Santa Catarina havia representado 1,8% do valor de produção nacional (2,9% da população); em 1950 havia alcançado 2,0% (3,0% da população); em 1960 havia subido a 2,1% (3,0% da população), após o período Juscelino Kubitschek que beneficiou o Brasil-Sudeste; em 1970 atingiu 2,6% (3,1% da população) e 3,9% em 1980 (3,0% da população), o que significou um extraordinário crescimento no período 1970/80, acima da média nacional. Note-se que de 1970 a 1978 a taxa média anual de crescimento da indústria catarinense foi de 14,7%, sendo que o valor das exportações catarinenses passou de US\$ 77 milhões em 1972 para US\$ 529 milhões em 1979 (B. W. Werner), com significativa participação dos manufaturados. Por certo que a crise de 1981/83 atingiu fortemente a indústria catarinense, como todo o conjunto nacional, provocando desemprego, queda dos salários reais, concordatas, falências e fusões que fortaleceram os grupos financeiramente mais sólidos, como: Hansen, WEG, Artex, Teka, para a partir de 1984, iniciar sua recuperação.

Em 1980 Santa Catarina permanece como um importante produtor agrícola no Brasil, apesar da sua tradicional policultura estar sendo destruída, mas sua economia assume também um caráter nitidamente industrial. De 7º estado industrial em 1940, abaixo do nível de industrialização brasileira, como se viu acima, Santa Catarina alcançou a posição de 6º produtor nacional em 1980, ultrapassando nitidamente o nível de industrialização existente

no Brasil, como se vê na tabela abaixo, o que nos permite dizer que proporcionalmente Santa Catarina é mais industrializado que o Brasil.

Participação industrial e populacional dos Estados no total brasileiro (%),  
conforme IBGE: valor da produção

ESTADOS	1980		1940	
	INDUSTRIALIZAÇÃO	POPULAÇÃO	INDUSTRIALIZAÇÃO	POPULAÇÃO
1. São Paulo	52,8	21,0	43,5	17,4
2. Rio de Janeiro	10,3	9,5	23,9	8,8
3. Minas Gerais	8,6	11,2	6,7	16,4
4. Rio G. do Sul	7,1	6,5	9,8	8,1
5. Paraná	5,0	6,4	2,1	3,0
6. Santa Catarina	4,0	3,0	1,8	2,9
7. Bahia	3,4	7,9	1,4	9,5
8. Pernambuco	1,9	5,1	4,6	6,5
9. Espírito Santo	1,0	1,7	0,4	1,9
10. Ceará	0,8	4,4	0,6	5,1

Assim sendo, vai melhorando a participação de Santa Catarina no PIB brasileiro: em 1980 foi de 3,04%, passando a 3,84% em 1984. A participação catarinense no PIB da região Sul do Brasil subiu de 18,3% em 1980 para 21,6% em 1984. Não é surpresa que a renda per capita catarinense de US\$ 1,044 em 1970, tenha atingido US\$ 2,555 em 1980 e gira em torno de US\$ 2,808 em 1985. O PIB catarinense divide-se em 16% no setor primário, 37,9% no secundário (industrial) e 46,1% no terciário, mostrando seu caráter moderno. Por outro lado, as desigualdades sociais são menores do que no conjunto brasileiro, onde 37% da população economicamente ativa ganha até um salário mínimo, enquanto em Santa Catarina os dados do RAIS-83 indicaram 6,7%.

Pondo de lado as estatísticas, devemos lembrar que enquanto no Paraná se destacavam o Bamerindus e a CR Almeida (engenharia) e no Rio Grande do Sul a VARIG e o grupo Gerdau (siderurgia) como grandes grupos nacionais, em Santa Catarina os grandes grupos privados de projeção nacional eram todos eles industriais e se dispersavam pelas várias regiões: SADIA - Transbrasil e Perdigão no Oeste; Hering, Artex, Tupy, Tigre-Hansen, Weg, etc. nas áreas alemãs; Guglielmi, Freitas e Gaidzinski na área carbonífera, além da Portobello-Usati no litoral central. Certamente não deviam ser esquecidos os investimentos em geração e transmissão de eletricidade (Eletrosul e Celesc), além da

carboquímica ICC, de capitais estatais e a presença dos grupos extra-regionais (Klabin, Brastemp-Consul, etc.).

Cabe-nos questionar, consultando o mapa das regiões e centros industriais - 1980 e a tabela de Censos Industriais e seus principais ramos - 1980, por que razão a indústria, ao mesmo tempo que está desigualmente distribuída, aparece de maneira mais nítida: a) nas áreas alemãs; b) na região carbonífera-cerâmica do Sul do Estado e c) nas áreas agro-industriais do Oeste; que ramos industriais se manifestam nestas regiões e quais suas características de funcionamento geoeconômico; quais as inserções das indústrias catarinenses na divisão nacional e internacional do trabalho, a medida que elas são crescentemente exportadoras; se haveria um modelo catarinense de desenvolvimento; e também da validade das interpretações centro-periferia a gosto cepalino ou da interpretação schumpeteriana de valorização dos empreendedores ou do seu oposto, a interpretação do caráter parasitário do empresariado catarinense.

Deve-se assinalar que se os anos 80 foram recessivos no Brasil mais do que em Santa Catarina, o aprofundamento da crise econômica nos anos 90 atingiu profundamente a economia catarinense, nos anos 90-92 inicialmente e após 1995 com a abertura comercial, que significou basicamente dificuldades nas exportações e invasão ao mercado brasileiro das importações predatórias freqüentemente com uso de prática de *dumping*. Todos os setores econômicos catarinenses foram atingidos, sobretudo os setores têxtil e carbonífero. Entretanto, a desvalorização cambial no início de 1999 deu um fôlego a economia catarinense. Diante do terremoto econômico pelo qual passou o Brasil no período de abertura comercial indiscriminada muitas empresas catarinenses fugiram ao controle familiar e hoje das 23 maiores empresas do Estado, apenas onze tem o comando acionário em mãos catarinenses. Sete pertencem a grupos estrangeiros, três a fundo de pensão e duas a grupos nacionais.

## 2. Breve histórico da industrialização catarinense

Por volta de 1950-60 era voz corrente atribuir a industrialização do Sul do Brasil à riqueza artesanal da região. Como assinalou J. Roche, conforme nossos comentários (A. Mamigonian), nem toda indústria sulista nasceu do artesanato (têxtil, p. ex.), nem todo artesanato se transformou em indústria (charutos no Vale do Itajaí e o artesanato têxtil açoriano, p. ex.). De qualquer modo, a riqueza artesanal das áreas de colonização alemã e italiana no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina constituiu um fundamento importante do processo de industrialização.

Por isto mesmo, quando P. Singer escreveu sobre a região, apesar de ter chamado a atenção para a precocidade da industrialização de Blumenau, não conseguiu dar conta de toda a especificidade do processo. O ponto de partida, como ficou apontado no debate que teve seqüência com A. Barros Castro, deve ser o tipo de sociedade que se organizou nas áreas de colonização no Sul do Brasil: tratou-se do estabelecimento de milhares de pequenos agricultores independentes, artesãos, operários, pequenos comerciantes, que já praticavam uma significativa divisão social do trabalho (p. ex. os agricultores compravam tecidos, instrumentos de trabalho, etc.), a partir da origem européia, já em processo de industrialização. Aliás, muitos artesãos e operários migraram depois de expulsos da Alemanha, Itália, Polônia na segunda metade do século XIX em consequência das crises de crescimento do capitalismo industrial naqueles países, como por exemplo os operários e artesãos têxteis de Lodz (Polônia), que se estabeleceram em Brusque.

Esta pequena produção mercantil, que lembra o povoamento do nordeste dos EUA no século XVII, foi fator fundamental para entender o êxito da industrialização de Novo Hamburgo, Caxias do Sul, etc., no Rio Grande do Sul e de Blumenau, Joinville, etc., em Santa Catarina. Neste sentido, falar em modelo catarinense de desenvolvimento nos parece restritivo, pois o fator fundamental, a pequena produção mercantil transplantada da Europa do século XIX, ocorreu nas áreas de colonização do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e mesmo Paraná e seu êxito industrial contrasta com a fraqueza da industrialização até recentemente das áreas de pecuária extensiva (Campanha Gaúcha, Campos de Lages, etc.). Diga-se de passagem, que é impossível entender mesmo a industrialização paulista sem fazer apelo à força da pequena produção mercantil existente dentro e fora das fazendas de café, como os estudos de caso estão mostrando nitidamente (Franca, Limeira, Piracicaba, etc.). Assim, o apelo à interpretação schumpeteriana (o papel dos empreendedores), também nos parece pobre, pois a multiplicação dos empreendedores não pode se dar numa sociedade de base latifundiária, de fraca e pequena produção mercantil.

Hering, Döhler e Schlösser, mestres-artesãos têxteis, foram forçados a sair das áreas têxteis européias no final do século XIX, pois os artesanatos e as pequenas empresas eram forçados a cerrar suas portas nos períodos de crise. Ao se estabelecerem em Blumenau, Joinville e Brusque, respectivamente, puderam contar com compradores certos para seus produtos, os agricultores locais, e encomendar aos carpinteiros a construção de teares manuais de madeira; porém dependiam de poucos e difíceis recursos em dinheiro, obtidos localmente depois de vários tipos de trabalho e de fios de algodão importados da Europa pelo aparelho de intermediação comercial solidamente estabelecido nas principais praças

portuárias brasileiras, sobretudo Rio de Janeiro. Antes disto, nas cidades portuárias brasileiras surgiram indústrias ligadas ao capital-comercial, com grandes dimensões desde o início, como em Salvador, Recife e principalmente no Rio de Janeiro. Também no Sul do Brasil surgiu uma geração precoce de indústrias ligadas ao capital comercial (Rio Grande, Porto Alegre, Florianópolis, Itajaí, etc.), sendo que na capital catarinense a poderosa firma comercial Hoepcke investiu em fábricas de pregos, de bordados e estaleiro naval. Estas indústrias em geral, sofreram mais fortemente as crises e muitas desapareceram.

Nas áreas de colonização alemã de Santa Catarina, as indústrias nasceram, em geral, pequenas e tiveram que realizar um longo aprendizado local de resistência e lenta expansão inicial. Elas foram fornecidas pela conjuntura de depressão do comércio internacional (1873-1896), que além de criar barreira protecionista natural decorrente da pobreza cambial, reforçou a política fiscal sobre impostos de importação (I. M. Rangel). Como estas indústrias mantiveram-se sempre vinculadas à Alemanha, visando a permanente atualização das máquinas e das técnicas e por outro lado precocemente em relação ao Rio Grande do Sul os políticos destas regiões, como Lauro Müller, F. Schmidt e C. Renaux, chegaram a ter influência estadual e federal; o crescimento destas indústrias foi lento e seguro, alcançando o mercado do Sul do Brasil e às vezes do Rio de Janeiro e São Paulo antes mesmo da Primeira Guerra Mundial.

A conjuntura da Primeira Guerra Mundial foi muito favorável a estas indústrias e deu oportunidade ao surgimento da produção carbonífera em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Os grandes armadores do Rio de Janeiro, como Henrique Lage, ficaram muito vulneráveis à queda das importações de carvão-vapor europeu necessário às caldeiras dos seus navios, e assim investiram maciçamente na abertura de minas, iniciando-se em 1917 a produção comercial. No pós-guerra a situação tornou-se crítica, mas a Revolução de 1930 estabeleceu a obrigatoriedade do consumo de 10% de carvão nacional em 1931, elevado a 20% em 1937, garantindo a rentabilidade dos negócios. A Segunda Guerra Mundial permitiu novas substituições de importação e o aparecimento de empreiteiros locais como Santos Guglielmi e Diomício Freitas, que acabaram criando empresas poderosas. O funcionamento da Companhia Siderúrgica Nacional-CSN em 1945, abriu à Santa Catarina a exclusividade do mercado de carvão-coque nacional e a implantação de uma filial-mineradora da CSN (Cia Próspera), que depois passou a escoar sua produção de carvão-vapor a uma usina termoeletrica, de 25.000 KW.

A terceira grande região industrial de Santa Catarina é o Oeste, onde se processa um crescente sistema de integração e aprisionamento dos colonos aos frigoríficos (suínos,

frangos, perus, etc.). Trata-se do caso mais acabado de agro-indústria no Sul do Brasil, onde surgiram vários negócios de pequeno e médio portes que acabaram desembocando nos últimos anos em crescente concentração nas mãos de três grandes grupos: Sadia-Transbrasil, Perdigão Agroindustrial e Seara, do Grupo Hering. Os frigoríficos de suínos surgiram nas décadas de 30 e 40, como prolongamento de duas atividades: a) comercial, de compra aos pequenos colonos e venda de porcos aos frigoríficos paulistanos, como Swift e Armour; b) frigorificação, já existente no Vale do Itajaí, e sobretudo no norte do Rio Grande do Sul (de onde provinham os colonos e os comerciantes) e a remessa de banha e carne ao mercado paulistano. A integração acima referida se acelerou com a implantação pelas firmas, na década de 1960, de modernos abatedouros de frangos que visavam prender na região os colonos com poucas terras.

Assim como as indústrias de Santa Catarina, implantadas por alemães, foram concorrendo e ganhando os mercados das firmas paulistanas como malharia e felpudos, os frigoríficos do Oeste também concorreram e venceram as firmas gaúchas, por estarem melhor localizadas, e contarem com matéria-prima mais barata, foram afastando Minas Gerais do mercado paulistano, substituindo o fornecimento de banha por salami mais refinada. Os estágios nos frigoríficos da Itália, Dinamarca, Estados Unidos, entre outros foram o caminho para o aprimoramento da produção. No período após a Segunda Guerra Mundial, a Sadia e a Perdigão puderam contar com aviões DC-3, sobras do esforço de guerra americano usados e baratos, visando o transporte mais rápido das salamis ao mercado paulistano, dando assim origem a Transbrasil.

Distantes do mercado consumidor, as empresas catarinenses em geral tiveram que se aprimorar permanentemente, renovando máquinas e métodos de trabalho, enquadrando a mão-de-obra, rebaixando custos. Contaram com relações de trabalho favoráveis, pois a ideologia do trabalho dos colonos italianos, e sobretudo, alemães foi transferida aos seus filhos e netos, os operários. Portanto, não é de surpreender que a Artex tenha sido pioneira em 1958 na exportação de felpudos ao mercado americano. Com a crise de 1965-66 a empresa blumenauense ampliou sua presença e foi abrindo espaço para outras firmas catarinenses, já então com incentivos de exportação, tendo criado uma "*trading-company*" muito dinâmica.

Os incentivos fiscais (Sudene, etc.) e a abertura do capital das empresas catarinenses aos fundos de investimento, o acesso crescente aos mercados estrangeiros e a adoção pelo governo do sistema "draw-back" facilitando as importações de máquinas mais modernas, o Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina - FUNDESC e o Programa Especial de

Capitalização e Apoio à Pequena Empresa permitindo desconto de 10% no ICM estadual, o apoio técnico do Departamento de Mecânica da UFSC, os treinamentos realizados pelo Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa de Santa Catarina - CEAG/SC, o arrocho salarial e a disciplina no trabalho, permitiram a estas firmas, após 1964, dar um salto qualitativo frente as concorrentes nacionais.

#### *Algumas considerações acerca das diferentes interpretações*

Podemos concluir lembrando que são muito difundidas duas análises a respeito da indústria catarinense: a) a que tem a tendência a exaltar as especificidades regionais, valorizando a capacidade empresarial, o espírito de disciplina e de organização; b) a que tem tendência de ver Santa Catarina como um apêndice industrial do Brasil-Sudeste, sobretudo de São Paulo, e por este explorado.

A primeira visão origina-se das primeiras colocações a respeito da origem artesanal da Indústria do Sul do Brasil e atende, parcialmente, às necessidades ideológicas dos grupos empresariais. A segunda estimula uma visão de tipo centro-periferia cepalino, minimizando, como no primeiro caso, as relações sociais na gênese, na evolução e no presente da indústria catarinense e também serve, como na primeira análise, a um certo tipo de regionalismo conservador. Recentemente, como contrapartida à exaltação ao “modelo catarinense” surgiu uma interpretação que nega especificidade no processo de acumulação catarinense, insistindo no caráter parasitário do empresariado (dependência do poder público e exploração dos trabalhadores), exatamente no momento que as empresas catarinenses são vitimadas pela política neoliberal implementada pelo governo brasileiro desde 1990. Os difusores desta ideologia pretendem vender uma imagem de interpretação radical da realidade catarinense, mas na verdade se aproxima fortemente do pensamento conservador em curso. Apoiando-nos na crítica desenvolvida por M. Silva (2000), vale a pena visitar mais de perto as insuficiências teóricas deste tipo de interpretação, tão bem representada pela obra de I. Michels (1998).

A tese de que a ação estatal constituiu o motor primeiro e fundamental da acumulação industrial parece se deparar, pois, com enormes problemas conceituais.

De fato, sugerindo apoiar-se no marxismo, I. Michels pretende que a relação entre Estado e economia não apareça como uma relação de exterioridade. O que acontece, porém, quando se trata de demonstrar esta tese manuseando os dados da história? Curiosamente, o resultado a que se chega é exatamente o oposto. Para ele, ao final dos anos 50 e início dos 60, diante de uma grave crise de acumulação, manifesta na "estagnação e mesmo regresso"

(pág. 187) da industrialização estadual, "o empresariado catarinense, ao reconhecer a sua impossibilidade de dar continuidade à acumulação de capital, por conta e riscos próprios, chama pela intervenção estatal" (pág. 186-5). Ora, a adesão a uma leitura estagnacionista parece comprometer no todo a perspectiva teórica da relação Estado-economia — fazendo, pois, aparecer a primeira esfera, como uma espécie de terceira pessoa.

Na verdade falta aqui para nosso autor uma variável fundamental — condição *sine qua non* mesmo da relação de não-externalidade entre as duas esferas —, qual seja, a da análise em termos de ciclo econômico. Ela é que permite entender o porquê das estruturas estatais de financiamento empresarial estarem praticamente prontas no início dos anos 60, mas só terem um real funcionamento a partir do final dessa década quando, por conta do "milagre" brasileiro, as empresas, muito dinamicamente, iniciavam um processo de recuperação cíclica. Ou seja, apenas após o início dessa recuperação é que elas se lançam à captação de recursos estatais — o que é muito diferente de entendê-las estagnadas. Não por outro motivo o regime de incentivos fiscais do FUNDESC ter realizado até 1967 não mais que quatro operações, todas inexpressivas, enquanto o PROCAPE que lhe sucedeu, coevo do auge do "milagre" econômico e da marcha forçada do período Geisel, pôde dispor de enormes somas repassadas às empresas.

Não se pense todavia que os problemas da análise da ação estatal tenham se esgotado. As insuficiências teóricas neste campo não fazem falta — e em certos momentos seus desdobramentos políticos chegam a ser mesmo curiosos. Vejamos, pois, mais duas destas insuficiências.

Uma primeira diz respeito à idéia de que seria possível identificar "o Estado atuando em benefício da acumulação privada de capital desde o processo de ocupação territorial de Santa Catarina" (pág. 182, nota 161) — uma afirmação, convenhamos, bastante temerária para uma abordagem que se quer materialista histórica. Afinal, há acumulação privada de capital apenas quando vigoram relações de produção capitalistas, a não ser que, esquecendo o que disse Marx a respeito do dinheiro e da mercadoria, isto é, que não são capital se não existirem aquelas relações (capítulo XXIV de *O Capital*), se aceite, para caracterizar o capitalismo, a ênfase na esfera da circulação de mercadorias, as únicas possíveis em território catarinense ao tempo da ocupação. Mas certamente neste caso estar-se-ia diante de um argumento pouco sólido, vulgar mesmo, típico daqueles "economistas que suprimem todas as diferenças históricas e vêem em todas as formas de sociedade as da sociedade burguesa" (*Marx, Contribuição a crítica da economia política*).

É bom não esquecer, entretanto— e aqui reside a segunda insuficiência—, que essa acumulação financiada pelo Estado não é acumulação propriamente dita, ela é apenas enriquecimento privado — e a burguesia, desde sempre, uma classe "mais parasitária que produtiva" (pág. 29). Ora, ao leitor atento não escapa que, este tipo de análise, a despeito de apresentar-se como uma crítica radical das estruturas do capitalismo terceiro-mundista, está na verdade em fina sintonia com o pensamento conservador norte-americano, mais precisamente aquele que tem informado as atuais reestruturações neoliberais no terceiro mundo. Trata-se, a rigor, da tese das sociedades rentistas (*rent seeking societies*) — aquelas, pois, em que as "rendas capturadas pelos poderes públicos e transferidas a clientes na órbita privada" dão a tônica de suas economias; que assim estariam carentes de reformas urgentes, todas voltadas para a introdução dos mecanismos de mercado (M. Silva, citando A. B. Castro).

Mas o que dizer da idéia de que a acumulação industrial catarinense tem como apoio histórico fundamental a superexploração da mão de obra? Aqui também, ao leitor atento, e sobretudo àquele situado no campo do pensamento marxista, algumas referências causam extremo espanto, tamanhas suas fragilidades. A principal delas sem dúvida aparece na passagem em que se afirma que "os salários ... não permitem sequer a reprodução das condições elementares da vida" (pág. 176), algo assaz surpreendente se lembrarmos que o materialismo histórico ensina ser impossível a realização de um processo de acumulação quando o valor da força de trabalho está abaixo do mínimo necessário às condições de sua reprodução, já que isso resultaria expor a própria vida do trabalhador. Além disso, uma tal caracterização, sugerindo que a extração do mais-trabalho toma a forma da mais-valia absoluta, resulta unilateral e simplificadora — o que aliás não é de admirar. Tivesse I. Michels superado a infantil idéia do parasitismo da burguesia, perceberia que se trata de uma acumulação industrial muito dinâmica que combina, de modo dialético, mais-valia absoluta e relativa — o que costuma ser muito comum às industrializações tardias.

Participação dos Ramos Industriais de Transformação no Brasil (%) e em Santa Catarina (%), de 1940 a 1980, conforme Valor da Produção

RAMOS	1940		1950		1960		1970		1980	
	BR	SC								
Extração de Minerais							1,6	3,9	1,4	1,4
Transf. Minerais não met.	3,7	1,8	4,5	2,2	4,5	3,4	4,2	3,8	4,2	5,4
Metalurgia	6,3	3,5	7,6	3,0	10,5	4,8	12,4	5,1	13,7	6,2
Mecânica	1,1	0,9	1,6	1,5	2,8	2,0	4,0	5,8	7,6	7,2
Mat. Elétrico/Comunicação	0,9	0,0	1,4	0,2	4,0	1,7	4,7	1,4	5,2	2,4
Material transporte	3,0	0,6	2,3	0,4	6,8	0,6	8,2	2,3	7,8	2,2
Madeira	2,9	14,8	3,4	20,8	2,6	20,8	2,3	18,4	2,0	9,0
Mobiliário	1,6	2,6	1,7	1,7	1,8	2,4	1,8	2,7	1,5	2,9
Papel/papelão	1,8	1,2	2,0	2,2	3,0	5,7	2,4	5,9	2,7	5,0
Borracha	0,6	0,0	1,6	0,0	2,5	0,1	1,7	0,3	1,5	0,2
Couros, peles, etc.	1,9	2,3	1,5	1,5	1,1	1,0	0,7	0,7	0,5	0,3
Química	9,1	3,4	8,6	8,6	10,9	2,4	13,0	2,4	20,4	6,1
Perfumaria, sabões, velas					1,5	1,1	1,4	0,5	0,8	0,1
Prod. Plásticos					0,7	0,8	1,7	4,9	2,0	5,1
Farmacêutica, Veterinária					2,0	0,4	2,1	0,4	1,1	0,1
Têxtil	23,1	22,1	18,7	17,4	12,5	16,3	9,3	16,0	6,4	14,4
Vestuário, calçados, etc.	4,7	1,7	4,3	1,2	3,4	1,3	3,4	1,3	3,9	9,2
Prod. Alimentares	31,5	36,9	32,0	33,7	24,2	29,3	20,2	22,8	13,9	19,5
Bebidas	2,6	2,8	3,1	2,3	2,4	1,7	1,9	1,0	1,1	0,5
Fumo	1,8	0,9	1,4	0,3	1,1	1,5	1,0	2,7	0,6	1,8
Editorial e gráfica	2,6	0,8	2,8	0,9	2,3	0,9	2,5	0,6	1,6	0,5
Diversos	0,9	2,6	1,4	2,1	1,3	2,1	1,6	1,5	1,5	1,4
TOTAL - Sta. Catarina/BR		1,8		2,2		2,2		2,5		3,9

Centros Industriais e seus Principais Ramos - 1980

(% do Valor de Produção)

CEN- TROS INDUS- TRIAIS E RAMOS	Joinville	Blumenau	Jaraguá do Sul	Criciúma	Lages	Brusque	Chapecó	Concórdia	Videira	São Bento do Sul	Gaspar	Itajaí	Tubarão	Joaçaba	Urussanga	Caçador	Canoinhas	Rio Negrinho
Pessoal Ocupado (1000)	39,3	35,4	12,7	15,4	8,3	9,1	4,1	3,4	2,9	10,0	4,0	5,2	4,3	2,3	4,4	5,3	4,0	4,1
Valor Produzido (Cz\$ milhões)	74,4	66,3	17,9	16,5	16,0	12,4	12,3	10,7	10,3	9,2	7,7	7,1	5,9	5,2	5,2	4,4	3,8	3,8
Valor sobre SC	19,5	17,4	4,7	4,3	4,2	3,2	3,2	2,8	2,7	2,4	2,0	2,0	1,5	1,4	1,4	1,2	1,0	0,8
Extração Mineral				21,4									6,7		24,1			
Trans. min. não met.		1,4		28,1			1,9			7,3		20,8	24,4		60,9			7,8
Metalurgia	19,9	3,7	5,6										25,4	3,0				
Mecânica	23,7	1,5	2,9	3,4	3,3	2,5		1,7				4,5	8,3	14,7	4,5	9,9	3,3	
Mat.elétrico /telecom	1,8		30,4									6,4						
Mat. Transporte	7,2						1,5					5,8	2,5					
Madeira					22,2		1,8	1,7	3,4	4,2		4,0	3,2	4,9		42,6	70,7	9,8
Mobiliário										56,1		2,8				6,4		65,5
Papel e Papelo					51,1							9,3		5,2		15,8		
Química	2,3			13,0	4,9						41,0							
Plásticos	20,8			8,5						3,9		3,1						
Têxtil	8,7	44,1	10,6			78,7				13,3	33,7							
Vest., Calç., Art. Têxt.	6,9	28,3	24,6	3,8		8,4										12,2		
Prod. Alimentares	2,8	2,7	12,6	9,6	10,7		77,3	93,7	82,9		15,8	36,0	4,5	7,9		2,8	19,4	
Bebidas									2,6									
Fumo (aprox.)	6,6					5,3							17,0					
Diversos		4,6								9,2								

Obs.: As estatísticas não especificam ramos onde haja individualização dos dados, como p. ex. a transformação de couros em Joaçaba.

\* Química em 1940 e 1950 inclui os três ramos seguintes.

### *3. Regiões e ramos industriais em Santa Catarina*

A indústria catarinense cresceu mais do que a indústria brasileira, cujo crescimento já foi alto no período 1940-80. Representando 2,9% da população brasileira em 1940, Santa Catarina contribuiu com apenas 1,8% do valor da produção industrial, mas em 1980 somando 3,0% da população nacional, produziu 3,9% do valor industrial brasileiro, sendo que tal avanço foi se dando ao longo das décadas, mas se acelerou no período 1970-80, como vimos.

Existem relações centro-periferia a partir de São Paulo, centro do sistema capitalista brasileiro, em relação ao conjunto da economia brasileira. Porém, a relação São Paulo - Região Sul se diferencia das demais do país, em especial no que se refere ao setor industrial. As salomarias da Sadia e da Perdigão mesmo sendo vistas como simples indústrias alimentares, dominam o mercado brasileiro no ramo; as auto-peças da Tupy ou da Altona podem ser vistas como dependentes das montadoras multinacionais (como toda indústria paulista de auto-peças), entretanto, as peças de aço fundidas da Altona concorrem com as da Villares em São Paulo, assim como as conexões da Tupy dominam monopolisticamente todo o mercado nacional (desde que a Ford desistiu do setor), além de penetrarem nos mercados do centro do sistema capitalista mundial. Não se tratam de casos isolados, pois existe um grande setor industrial catarinense, como é caso dos motores e geradores Weg e Kohlbach, que além de dominarem o mercado nacional exportam dinamicamente para países como a Alemanha e o Japão.

Estudando os mapas e tabelas, constata-se que há uma forte regionalização dos ramos, como no caso de todo o departamento 1 - metal-mecânico, elétrico-comunicações, transporte, e estes se localizam fortemente na área de Joinville-Jaraguá do Sul e arredores, e de produção alimentar, muito ligada ao Oeste e assim sucessivamente; e são estes os ramos que mais cresceram no período 1940-80. Neste sentido é válido vincular a análise dos ramos às regiões industriais, podendo-se distinguir três regiões industriais importantes: a) áreas alemãs, com mais da metade da produção catarinense, b) área carbonífera-cerâmica do sul do Estado, c) o Oeste agro-industrial.

#### *A região industrial de origem alemã*

No Nordeste de Santa Catarina, de Joinville até Rio Negrinho, no planalto norte e deste até Rio do Sul, no alto Vale do Itajaí, continuando em direção a Brusque, no Vale do Itajaí-Mirim, seguindo a Blumenau e daí novamente até Joinville, fechando-se o perímetro

da área onde se localiza a região mais industrializada, englobando mais de vinte municípios, totalizando mais de 50,0% do valor da produção industrial catarinense e, em proporção maior a este valor da transformação industrial. Nesta área destacam-se dois centros industriais: Joinville, com 19,5% da produção industrial catarinense e Blumenau, com 17,4%. No conjunto desta região industrial a mão-de-obra do setor secundário está acima dos 50,0% do total da força de trabalho, e em nenhum município está abaixo de 30,0%, alcançando 55,0% em Blumenau e 58,0% em Joinville e girando ou ultrapassando os 2/3 em vários (Pomerode, Guabiruba, Rio Negrinho e São Bento). Sintetizando, esta região produziu em 1980 nada menos do que 2,1% do valor industrial brasileiro, a partir de 0,7% da população nacional, o que significa que ela é três vezes mais industrializada do que a média brasileira.

Nesta região, do ponto de vista da organização espacial, aparecem: 1) dois centros industriais importantes: no norte, Joinville e no sul, Blumenau, empregando respectivamente 39,3 mil e 35,4 mil pessoas em 1980; 2) cerca de dez centros industriais menores como Jaraguá do Sul, Brusque, São Bento, Rio Negrinho, Indaial, Timbó, empregando de 12,7 mil a 3,0 mil pessoas; 3) inúmeras sedes municipais ou proximidades com um ou dois estabelecimentos de grande porte, freqüentemente filiais-integradas como as secções de costura das grandes malharias Hering, Sulfabril e Malwee (Ascurra, Benedito Novo, Ibirama, Rodeio); e 4) numerosos estabelecimentos espalhados pela zona rural, com a capacidade de criarem aglomerados (Karsten, Haco, Oxford, Buettner, etc.) ou simplesmente isolados, como em várias zonas rurais do município de Brusque. Nestas duas últimas situações espaciais, parte importante da mão-de-obra é composta por elementos da família colono-operária, freqüentemente por mulheres, como mostra o estudo de A. Moser. Tratam-se de expansões espaciais tanto de grandes empresas como de pequenas e médias, que vão criando bacias de mão-de-obra cativa e barata, visando a diminuição dos custos de produção (forçada pela concorrência internacional e nacional) e que dão uma continuidade urbano-rural na região.

Os ramos industriais catarinenses concentrados geograficamente na área acima referida são os do departamento 1 (metalurgia, mecânica, elétrico-comunicações, material transporte e plásticos) e do departamento de bens de consumo (têxtil, vestuário-artefatos têxteis, "química" e mobiliário), que evoluíram da seguinte maneira em Santa Catarina e no Brasil:

Participação dos ramos (%) nos valores industriais totais de SC e BR

RAMOS	1940		1980	
	SC	BR	SC	BR
Têxtil	22,1	23,1	14,4	6,4
Vestuário art. Têxteis	1,7	4,7	9,2	3,9
Química*	3,4	9,1	6,1	20,4
Mobiliário	2,6	1,6	2,9	1,5
Metalúrgica	3,5	6,3	6,2	13,7
Mecânica	0,9	1,1	7,2	7,6
Plásticos	--	--	5,1	2,0
Mat. elétrico-comunicações	--	0,9	2,4	5,2
Mat. Transporte	0,6	3,0	2,2	7,8
Ind. Transf. SC/Brasil	1,8	100	3,9	100

A tabela mostra que, hoje, a região alemã possui dois setores de peso semelhante: a indústria de equipamento, localizada em Joinville e Jaraguá do Sul e a indústria de bens de consumo como têxtil, localizada em Blumenau e arredores.

As primeiras exportações artesanal-manufatureiras da região foram: banha, laticínios e madeira destinados ao mercado interno; charutos, fumos e madeira, enviados à Europa. Estas exportações foram dominantes até a Primeira Guerra Mundial, quando as têxteis, surgidas por volta de 1880, invadiram o mercado nacional, substituindo importações e permaneceram como ramo dominante até 1950, aproximadamente. As oficinas mecânicas e fundições, numerosas na pequena produção mercantil, puderam se expandir em Joinville, já que foram levadas a atender a estrada de ferro, as manutenções dos motores marítimos, os carroções de transporte de erva-mate, a economia dos colonos e as indústrias nascentes. Daí Otto Bennack ter sido pioneiro no Brasil na produção de tornos-mecânicos antes da Segunda Guerra Mundial, iniciativa abortada posteriormente.

Nascidas de iniciativas privadas modestas, mas sólidas, estas indústrias cresceram rapidamente. A Hering, simplesmente artesanal e de mão-de-obra familiar de 1880 a 1895, acabou se tornando durante a Primeira Guerra Mundial a maior malharia brasileira, alcançou 1800 operários em 1960 e nas últimas décadas tornou-se um dos grandes grupos industriais privados brasileiros, enquanto os grandes grupos nordestinos (Othon Bezerra de Mello, Casas Pernambucanas, etc.) decaíram do ponto de vista industrial: 1) a maior malharia do mundo (16.000 empregados), 2) a maior moagem de óleo de soja do Brasil (Ceval), 3) o terceiro produtor de carnes suínas e frangos do Brasil (Seara, etc.), além da presença em

outros setores (equipamentos para telecomunicações, em Curitiba, hotéis e lojas em Santa Catarina, Wrangler, etc.), com significativa presença têxtil no Nordeste (Sudene) e empregando mais de 23.000 pessoas. A produtividade industrial da malharia cresceu sempre, se acelerando recentemente: em 1915 um empregado produzia 127 dúzias de peças (38 mil no total), em 1965 produziu 427 (800 mil), alcançando 1110 dúzias em 1980 (12 milhões), sem os reflexos proporcionais no salário real dos operários (M. L. Renaux Hering). Como veremos logo mais esta situação mudou radicalmente nos anos 90.

Como no ramo de malharia no Brasil, dominada em 95% pela indústria catarinense como a Hering, a Sulfabril, a Malwee, etc., a produção têxtil de cama, mesa e banho (felpudos) igualmente foi dominada, até a onda de fusões dos anos 1990, pelas firmas catarinenses, entre as quais estão a Artex, a Teka, a Karsten, a Schlösser, a Cremer e a Buettner, que escoam 90% da produção nacional e se fazem presentes crescentemente nos mercados mundiais, sobretudo Europa Ocidental e Estados Unidos, apesar do aumento das barreiras protecionistas. O maior crescimento do ramo no Brasil se deu em Santa Catarina, que representou 8,7% das têxteis nacionais e 9,3% do setor de vestuário e artefatos têxteis em 1980. Assim, do total de US\$ 1 bilhão exportados pela economia catarinense em 1985, os têxteis alcançaram US\$ 103 milhões, parcela significativa das exportações têxteis nacionais.

Os anos 90 alteraram radicalmente o quadro do setor têxtil brasileiro e catarinense, sintetizado no quadro do comércio exterior de têxteis brasileiros (US\$ milhões)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Export	1100	1400	1300	1400	1400	1200	1200	1100	1090
Import	569	535	1100	1400	2200	2300	2400	1900	1400
Saldo	609	954	206	80	-843	-1000	-1100	-809	-433

Como se pode ver no quadro acima a produção brasileira nos anos 90 foi duplamente penalizada: 1) pela invasão ao mercado interno dos produtos asiáticos tendo as importações saltado (US\$ 535 milhões em 1992 para US\$ 2.400 milhões em 1997 e 2) pelas dificuldade enfrentadas pelas exportações brasileiras, que haviam alcançado um patamar de US\$ 1.400 milhões nos anos 94-95 e caíram para US\$ 1.100 milhões nos anos 98-99, em vista da supervalorização do real frente ao dólar. Os efeitos nas regiões têxteis brasileiras tradicionais foram devastadores: na região centrada em Americana-SP os empregados no setor eram 31,1 mil pessoas em 1990, tendo caído para 13,4 mil em 1996, passando por

---

\* Incluía em 1940 produtos farmacêuticos-veterinários, perfumaria-sabões-velas, excluídos em 1980 (que inclui óleo de soja processado quimicamente).

ligeira recuperação recente (17 mil em 1999). O setor têxtil centrado em Blumenau diminuiu o número de trabalhadores formais de 500 mil em 1990 para cerca de 240 mil em 1998, ocorrendo enorme terceirização, com achatamento dos salários, sendo que nas grandes empresas onde já foi de R\$ 600 está hoje em R\$ 400. Importantes empresas do setor têxtil catarinense saíram das mãos dos seus controladores familiares como Artex, a Sul Fabril, entre outras. A Hering para sobreviver teve que se desfazer de importantes ativos como a Ceval (Bunge & Born) e Tecanor (Vicunha). A indústria têxtil catarinense que alcançou a impressionante marca de US\$ 423 milhões exportados em 1993, equivalente a 30,6% das exportações brasileiras regrediu para US\$ 258 milhões, 26,6% do total brasileiro, mas dá sinais de recuperação das encomendas internas e das exportações tendo em vista o enorme aumento da produtividade nos últimos anos, as medidas de limitação das importações e o alento dado pela recente desvalorização cambial.

As áreas alemãs se caracterizam por uma produção diversificada, realizada por estabelecimentos de porte nacional e às vezes mundial: a) Geladeiras Cònsul, maior produtora nacional, adquirida nos anos 70 pela Brastemp, de menor porte, e quase vendida na época à Philips holandesa; b) Hansen-Tigre, a maior produtora nacional de PVC rígido, com fábricas em todo Brasil e no Paraguai, domina o mercado, mesmo com a presença da multinacional Brasilit em São Paulo; c) Fundação Tupy, produtora de ferro maleável, alcançou o porte das maiores dos Estados Unidos e Europa. Elas datam da década de 1930-40, nasceram e cresceram enormemente em Joinville e arredores.

A Weg surgiu em Jaraguá do Sul, com três sócios e três empregados em 1961, quando produziu 146 motores elétricos, seguindo o exemplo da Kohlbach, que havia começado poucos anos antes. A Weg alcançou 100 empregados em 1965, produziu 9000 motores, e partiu do mercado de Santa Catarina, alcançou todo o Sul penetrando diretamente no interior de São Paulo, sem passar pelos atacadistas da rua Florêncio de Abreu (capital). Buscando secretamente tecnologia em São Paulo, onde estavam seus gigantescos concorrentes como a Arno, a GE, a Búfalo e a Brasil, a Weg cresceu à taxa anual de 37% na década 1965-75, quando a economia nacional cresceu a 10%. Em 1975 empregava 1550 pessoas, produzia 308 mil motores e se tornava o maior produtor da América Latina, para onde iniciara exportações em 1970. Hoje exporta para a Europa, América Latina, Estados Unidos, Canadá, África, Austrália, Ásia, e inclusive Japão, mantendo nestas regiões representantes e assistência técnica, já que seus produtos alcançam mais de 50 países. A Weg motores, líder do grupo que controla de 70 a 90% de determinados segmentos do mercado brasileiro, produziu 994 mil motores em 1981, 621 mil em 1983, em plena crise,

alcançou 1,035 milhão em 1985, tendo chegado, pois, em meados da década de 1990, a uma capacidade de produção de 5 milhões de motores elétricos/ano. No final da década de 1970 a empresa sentiu necessidade de se tornar um grupo diversificado, tendo surgido sucessivamente: a) Weg-acionamentos (componentes eletrônicos e controladores programáveis); b) Weg-máquinas (máquinas elétricas gigantes para mineração, petroquímica, celulose, etc.), e por aquisição de empresas em crise (1981-82); c) Weg-transformadores (Blumenau); d) Weg-química (Guaramirim), Weg-pescados (Penha), além de aplicações de incentivos; e) Weg reflorestamento (Corupá, São Bento e Araquari: 4500 hectares), conforme A. Ternes.

No que se refere aos controles lógico-programados da Weg, a firma catarinense concorre neste setor de ponta com a Romi, a Villares e a Mangels de São Paulo. O combate audacioso das indústrias catarinenses parte de uma posição geográfica desvantajosa: matérias-primas e mercados consumidores distantes, situação semelhante a da Suécia em relação à Europa e a do Japão em relação ao mundo, porém compensada, como nos países citados: a) pelos permanentes avanços tecnológicos, apoiados em centros tecnológicos anexos às indústrias - Tupy, Embraco, Weg, no acompanhamento de revistas científicas internacionais, na participação nas feiras mundiais de mecânica, na absorção da tecnologia existente nas concorrentes mais avançadas, nos contratos de pesquisa com o curso de Engenharia Mecânica da UFSC, onde a Weg adquiriu um “software” para cálculos de campo eletromagnético; b) pela política de auto-suficiência (integração vertical a maior possível) e diversificação de produtos para garantir o equilíbrio financeiro.

Note-se que além das empresas do setor têxtil, outras firmas catarinenses tiveram de enfrentar o desafio neoliberal dos anos 90, sendo que a Consul, a Embraco e a Tupy, no caso de Joinville, passaram para controle acionário extra-regional: Whirlpool (EUA) no caso da Consul e da Embraco e Previ-Bradesco no caso da Tupy. Tratam-se de unidades industriais de grandes dimensões e fortemente exportadoras, sendo que no caso da Embraco (compressores) existem unidades industriais na Itália, na Eslováquia e na China (*joint-venture* Beijing-Embraco). Assinale-se que das grandes empresas de origem alemã em Santa Catarina WEG e a Hansen continuam sob controle familiar e muito agressivas nos negócios. A primeira domina o mercado brasileiro de motores elétricos e teve receita US\$ 640 milhões em 1999 (US\$ 150 milhões em exportações, disputando o mercado com as multinacionais GE, Siemens, Hitachi, etc.). No setor de tubos e conexões de PVC a Tigre elevou a participação no mercado nacional para 65 % em 1996, em grande parte graças a um acentuado aumento de produtividade: em 1990, seus 5,5 mil funcionários produziram 65 mil

tons. e em 1996, contando com 2,8 mil trabalhadores, produziu 130 mil tons. (US\$ 480 milhões).

Em resumo, as áreas de colonização alemã tiveram enorme expansão de 1970-80 no setor de bens de consumo, inclusive duráveis. As malharias, felpudos e cristais em Blumenau, Brusque e Joinville, as porcelanas e faianças em Pomerode, São Bento do Sul e Rio Negrinho, as geladeiras, aparelhos de ar condicionado, em Joinville, cresceram mais que a média nacional. No setor de equipamentos, a expansão igualmente foi expressiva sobretudo em Joinville e Jaraguá do Sul: motores, máquinas para madeira, controles numéricos, autopeças, fundidos e aços em geral, compressores, carrocerias de ônibus, plásticos para saneamento, etc. concorreram vitoriosamente com São Paulo e se fizeram presentes de maneira agressiva nos mercados mundiais (Estados Unidos, Europa Ocidental e restante do mundo), sobretudo a partir de 1970. E, não é surpresa que partindo do Centro Regional de Tecnologia em Informática, anexo a UFSC, e das iniciativas privadas (Weg e outros), a indústria catarinense já esteja ingressando no ramo da informática.

#### *A região carbonífera-cerâmica do Sul do Estado*

A análise do mapa de localização industrial mostra nitidamente a existência no Sul do Estado de outra região importante, com vários centros industriais: Criciúma, o quarto centro industrial catarinense, Tubarão onde se localiza a maior termoeletrica brasileira, movida a carvão-vapor; Urussanga, com cerâmica e extração e beneficiamento de carvão, e Imbituba, porto carbonífero onde operava a Indústria Carbonífera Catarinense - ICC.

A Segunda Guerra Mundial marcou uma conjuntura importante para a região carbonífera: a) grande aumento da produção de carvão, visando substituir o importado, b) aparecimento e crescimento de atividades dos empreiteiros locais: Freitas, Guglielmi, Zanette, etc., que foram ocupando o espaço das companhias tradicionais, do Rio de Janeiro (H. Lage) e São Paulo (Jafet - 1964), c) implantação da Companhia Próspera, filial da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, visando produzir e coordenar a produção de carvão-metalúrgico, necessário ao atendimento da siderurgia nacional. Quando o consumo de carvão-vapor pelas estradas de ferro, caldeiras dos navios e gás de rua foi sendo substituído por outras fontes, a CSN foi obrigada a implantar uma termoeletrica com a capacidade de produção de 25 mil kW visando ao atendimento regional e a absorção do excedente decorrente da continuidade da produção do carvão-metalúrgico.

A expansão industrial de Santa Catarina, necessitando cada vez mais de eletricidade que as companhias regionais (Força e Luz no Vale do Itajaí, Empresul, em Joinville e

arredores) não tinham condições de atender nem financeiramente, nem fisicamente, e somada ao excedente de carvão-vapor no Sul do Estado, forçou uma conjugação de esforços do governo catarinense com o federal (Plano Nacional do Carvão), na década de 1950, resultando na implantação da Sotelca: a CSN realizou os investimentos na termoelétrica, com utilização de equipamentos importados MAN e Brown-Boveri, na sua etapa inicial, de duas unidades de 50 mil kW cada, enquanto o Governo Estadual construiu a linha de transmissão de Tubarão e Joinville. Antes do início da operação da usina, em 1965, eram produzidos na área carbonífera do Sul de Santa Catarina 1,5 milhão de toneladas de carvão-lavado por ano, do que resultavam 690 mil toneladas de carvão-metalúrgico, 550 mil de carvão vapor e 280 mil toneladas de rejeito piritoso (a maior reserva de enxofre do Brasil, sendo que apenas a primeira parcela era utilizada).

Com a Sotelca, hoje Usina Termoelétrica Jorge Lacerda, expandem-se duas participações de grande porte na produção, transmissão e distribuição de eletricidade em Santa Catarina: a Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC e a Centrais Elétricas do Sul do Brasil – ELETROSUL (a última incluída no programa de privatização do governo FHC em 1995). A CELESC incumbiu-se de duas tarefas principais, ou seja, a absorção das empresas regionais de eletricidade, incorporando várias pequenas usinas hidrelétricas, sobretudo na área de colonização alemã como Palmeiras, Cedros, Bracinho, Salto Weisbach, usinas de 10 a 25 mil kW; e manter e implantar linhas de transmissão para o Oeste, passando por Lages, e para Florianópolis em 138 kW. Enquanto isto, a Eletrosul passou a se encarregar da ampliação da usina Jorge Lacerda (Tubarão), que alcançou 232 mil kW em 1973 e 482 mil em 1978, sendo que nas últimas etapas foram feitos acordos de fornecimento com a Skoda (tcheca), abrangendo um pacote tecnológico europeu fechado e a montar as linhas de transmissão de 230 kW para Curitiba e Porto Alegre, integrando pela primeira vez o sistema elétrico do sul do Brasil. Neste sistema a empresa federal vai se tornando cada vez mais geradora - Usinas Salto Santiago, Salto Osório, Foz da Areia, Jorge Lacerda, Passo Fundo, e transmissora em grandes proporções; e as companhias estaduais (Celesc, Companhia de Eletricidade do Paraná-Copel e Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE) vão se tornando crescentemente distribuidoras.

Assim, o balanço de eletricidade em Santa Catarina mostra que em 1975 a Celesc gerou 398,9 milhões de kW/h e adquiriu 1675,7, e indica uma dependência crescente, pois em 1985 ela gerou 332,6 e adquiriu 5411,6. O consumo é basicamente industrial (53,0% em 1975 e 54,4% em 1984), além de residencial (16,8 e 18,6), comercial (11,3 e 10,2) e demais classes (18,9 e 16,8).

### Principais Municípios Consumidores de Eletricidade

MUNICÍPIOS	1975	1980	1985
Joinville	260.458	520.319	686.045
Blumenau	218.615	394.228	590.556
Criciúma	100.077	236.985	378.571
Florianópolis	101.158	199.147	274.530
Brusque	50.079	103.611	154.892
Itajaí	67.857	118.136	142.424
Tubarão	36.022	90.106	141.711
Chapecó	29.184	72.779	112.527

Fonte: CELESC

Até recentemente o carvão-vapor produzido em Santa Catarina se destinava quase exclusivamente à geração de eletricidade. A crise do petróleo beneficiou a produção de carvão-vapor no Brasil, especialmente após 1979, abrindo mercados na substituição do óleo combustível das caldeiras (indústria de cimento, etc.).

### Produção de Carvão Vendável (1.000 t)

Ano	Carvão Energético				Carvão met.	
	SC	RS	PR	TOTAL	SC	BRASIL
1976	1.305	977	182	2.464	865	3.329
1980	1.840	1.577	203	3.620	1.288	4.908
1985	3.314	2.663	276	6.253	1.396	7.697

A produção carbonífera catarinense esteve na origem de dois setores industriais regionais, a ICC, localizada no porto de Imbituba e filiada à Petrofértil (Grupo Petrobrás) e as indústrias de azulejos, localizadas em Criciúma, Tubarão, Urussanga e Imbituba (Cecrisa, Cesaca, Eliane, etc.), que tornaram a região em principal produtora do país.

A produção de carvão catarinense apresenta 25% de rejeitos piritosos (ferro e enxofre). Com as importações brasileiras de enxofre sendo pressionadas pelas dificuldades cambiais, e em decorrência das sobras de tais rejeitos na região constituírem um sério problema, houve estímulo para seu aproveitamento pelo governo federal. O rejeito é concentrado nas áreas carboníferas (Criciúma) e, remetido por via ferroviária como o carvão, até o porto de Imbituba, é transformado em ácido sulfúrico (processo Mitsubishi-Lurgi). A ICC recebe, por via marítima, concentrado fosfático, oriundo do sul de Goiás, que reagindo com o ácido sulfúrico permite obter ácido fosfórico (processo Rhone-Poulenc-Krebs). Em 1984, a ICC foi responsável por 43% da produção nacional de enxofre (80 a

85% do consumo nacional de enxofre depende de importações), que transformado tornou-a responsável por 16% da produção de ácido fosfórico (2º produtor nacional, atrás apenas da Fosfértil, também da Petrofértil), sendo que todo este produto final, 107.000t, destinou-se, por via marítima, às fábricas de fertilizantes gaúchas (Ipiranga, Trevo, etc.), localizadas no porto de Rio Grande.

A produção de carvão esteve durante muitos anos bloqueada pelo consumo reduzido de carvão-metalúrgico nacional, pois as siderúrgicas (CSN, Cosipa, Usiminas) sempre preferiram o coque importado. Por esta razão, os mineradores trataram de procurar negócios para aplicar seus lucros (hotéis, loteamentos, fazendas de gado, meios de comunicação, etc.). Henrique Lage havia instalado uma fábrica de porcelana em Imbituba, visando equipar seus navios de passageiros com louças de fabricação própria, e que evoluiu para fábrica de azulejos. A existência de argilas na região, a experiência técnica acumulada e a garantia de mercado lucrativo de azulejos levou os capitais locais, desde a década de 1960, a se dirigirem à produção de azulejos, que cresceu rapidamente, ultrapassando, nos mercados de São Paulo, a presença da Klabin e outros produtores tradicionais. Esta multiplicação de fábricas de azulejos permitiu a implantação de uma grande fábrica de máquinas para azulejos (Conventos, do grupo Freitas).

Por outro lado, os mineradores de carvão investiram também na produção de coque, que vendem às fundições de São Paulo, etc. Ultimamente, com o crescimento da extração carbonífera, estão obtendo, graças as suas boas relações no Ministério de Minas e Energia, concessões de lavra no Rio Grande do Sul (Osório, Gravataí, etc.), em bacias de profundidades maiores (600m), mas com camadas mais espessas e com maior possibilidade de coqueificação. Além disto, estão enveredando para pesquisa e produção de chumbo e cobre no Vale do Ribeira, São Paulo, e de ouro no Estado do Pará.

Além do Vale do Itajaí, a região do Sul do Estado foi fortemente atingida pela abertura comercial dos anos 90. A mineração do carvão chegou a empregar no fim dos anos 80 treze mil trabalhadores e hoje não ultrapassa três mil. O encolhimento resultou da decisão do governo Collor de liberar totalmente as importações de carvão consumido principalmente pelas indústrias siderúrgicas (CSN, Cosipa, Usiminas, etc.) e usinas termoelétricas. Em 1989 a extração catarinense alcançava 5,9 milhões de tons. e em 1997 estava reduzida a 2,8 milhões, destinadas às termoelétricas da Eletrosul (hoje Gerasul) já que as siderúrgicas passaram a importar carvão metalúrgico. Não bastasse isto a ICC foi desativada cessando a utilização do rejeito piritoso e a produção de ácido fosfórico e foram abandonados os projetos de utilização do óxido de ferro existente no rejeito.

Mas foi graças ao carvão que o Sul catarinense se destacou pela presença da maior concentração de indústria de cerâmica e azulejo e pelo florescimento da indústria de confecção que em 1997 empregava 7,5 mil trabalhadores, sobretudo mulheres de ex-mineiros. Além disto ocorreram outras diversificações: 1) produção de copos plásticos descartáveis (80% da produção brasileira), com filiais se instalando recentemente em Minas Gerais, 2) produção de tubos de PVC, 3) produção metal-mecânica.

No setor cerâmico destacam-se empresas como a Cecrisa, Eliane, Vectra, De Luca, que somadas à Portobello (Tijuca-SC) respondem por 65 % das exportações brasileiras de pisos e revestimentos, aumentando o valor agregado com produtos decorados e porcelanados destinados aos EUA, Canadá e Mercosul, concorrendo com os produtos italianos e espanhóis. O domínio do mercado brasileiro se fez pelas aquisições de concorrentes (Klabin: Rio de Janeiro e Belo Horizonte) e pela implantação de novas unidades em Santa Catarina e fora (Goiás, etc.), com automatização crescente do processo produtivo.

#### *A Indústria no Planalto Catarinense*

No período 1940-60, Santa Catarina, como também o Paraná e o Rio Grande do Sul, destacou-se no Brasil pela importância da extração e transformação de carvão e madeira, a 1ª no sul do Estado e a 2ª no planalto. Nesta época, Itajaí e São Francisco do Sul foram basicamente portos exportadores de madeira serrada, pinho, principalmente, para a Europa e Argentina. As matas de araucária e outras foram sendo devastadas e hoje, mesmo com o reflorestamento, o beneficiamento da madeira que representava 14,8% da produção total em Santa Catarina em 1940 e havia alcançado o teto de 20,8% em 1960, caiu para 9,0% em 1980. Assim, de 2º ramo industrial em 1960, caiu para o 4º em 1980 e a queda continua. Paralelamente, nota-se que na mesma área do Estado cresceu o ramo do papel e papelão, que em 1940 representava 1,2% do conjunto industrial catarinense e ultrapassou o patamar dos 5,0% em 1960.

O beneficiamento de madeira e a produção de papel e papelão se encontram dispersos em todo o planalto, mas, sua localização preferencial se dá nos Planaltos de Lages e Norte, que fazem parte de uma faixa territorial que vai de Vacaria/Lagoa Vermelha, no RS, passando pelas referidas áreas catarinense e pelo planalto paranaense (Ponta Grossa, Telêmaco Borba, etc.) e alcança Itapeva, em São Paulo. Nesta região estão localizadas grandes e médias fábricas de madeira, celulose, papel e papelão.

A produção de madeira nas décadas de 30 e 40 no Planalto Catarinense foi acelerada pela modernização das ligações rodoviárias da área com o Rio Grande do Sul e São Paulo e pela acelerada penetração dos madeireiros/colonos italianos e alemães do Rio Grande do Sul (Batistella, Lüersen, Dal'Asta, e outras), assim como também a produção de pasta mecânica iniciada com técnicas rudimentares por Primo Tedesco em Caçador (1937), aproveitando o potencial hidrelétrico local, além de outros empreendedores. Posteriormente, os grupos Hering e Bornhausen montaram (1955-60) um grande estabelecimento de papel e papelão na área rural de Lages, baseado em fábrica do mesmo ramo que controlavam em Itajaí, mas foram forçados, pelo endividamento excessivo, a vendê-lo ao Grupo Olinkraft (EUA).

As vantagens de localização ecológica para reflorestamento (*pinus* exóticos, araucária e eucalipto), o preço da terra, aproveitamentos hidrelétricos baratos permitiram o gradativo domínio dos grandes grupos multinacionais americanos (Manville, Rigesa, Bates, etc.), além do maior grupo nacional do ramo, a Klabin, que já tinha um grande estabelecimento em Telêmaco Borba/PR e se instala na zona rural de Lages (Papel e Celulose Catarinense começa a produzir em 1969). Hoje, como desde o início da produção dos pequenos empresários de origem gaúcha, a produção se destina ao abastecimento do mercado interno (São Paulo e outros), mas já atende secundariamente ao mercado externo.

Temos nessa área territorial um quadro de grandes e médias fábricas instaladas no centro de gigantescos reflorestamentos próprios (20 a 40 mil hectares) e de terceiros, com pouca indução no processo industrial regional, pois são estabelecimentos de grande dimensão de capital e de vinculações a grande distância. Não aparece uma região industrial, nem centros industriais, mas indústrias isoladas e auto-suficientes, constituindo uma estrutura super imposta à economia anterior pastoril latifundiária, com seus pequenos proprietários e trabalhadores expropriados e, portanto, com fortes excedentes de mão-de-obra.

A região apresenta ainda uma pecuária bovina importante, mas o crescimento urbano do Estado foi muito mais rápido que o crescimento do rebanho, o que levou a crescentes importações de gado vivo e carnes bovinas equivalentes a 140 mil cabeças/ano do Rio Grande do Sul e do Brasil Central Pecuário.

O Oeste de Santa Catarina, diferentemente do planalto de Lages e Norte, foi povoado por pequenos proprietários policultores, com tendência desde o início (1920-30) a produção comercial de suínos e milho. A partir de 1960 a integração dos colonos às agro-indústrias foi se acelerando e temos hoje uma verdadeira região agro-industrial que produz porcos/salamaria, aves (da matriz ao produto final), soja/óleo, maçã, etc. Assim, as

indústrias do litoral (exceção da USATI) que se baseavam na policultura, perderam velocidade, enquanto se acelerou o avanço do Oeste, com a concentração dos grandes capitais (Sadia, Perdigão e Hering/Seara/Ceval), usando a Secretaria da Agricultura e outras vantagens federais e estaduais.

Assim como as indústrias das áreas alemãs (Blumenau, etc.) foram criando nos seus arredores verdadeiras bacias cativas de mão-de-obra, as agro-indústrias do Oeste foram criando áreas rurais cativas quanto à produção dos milhares de colonos integrados, inclusive da força de trabalho de toda a família. Com a construção de estabelecimentos industriais gigantescos e com a crescente especialização e controle da produtividade dos colonos, os preços baixos pagos a eles, os preços de oligopólio, alcançados no mercado nacional, esta região tornou-se a mais importante do Brasil nos ramos acima referidos e partiu recentemente para a exportação maciça de aves congeladas aos mercados mundiais, sobretudo ao Oriente Médio, que alcançaram, em 1985, US\$ 150 milhões, além das maciças exportações de farelo de soja (US\$ 134 milhões), óleo de soja (US\$ 75 milhões) etc., para os mercados europeus, sobretudo.

Apesar da economia suinocultura e de frangos não ter sido atingida nos anos 90 tão drasticamente quanto à produção têxtil ou a extração de carvão, o setor dominante do Vale do Peixe e do Oeste catarinense passou também por sérias dificuldades que se manifestaram pela descapitalização das empresas e várias mudanças no controle acionário: 1) O caso mais espetacular foi o da Ceval, que era a maior processadora de soja do Brasil e controladora da Seara (aves e suínos), pertencente ao grupo Hering (Blumenau) e que aumentou seu faturamento líquido US\$ 1.455 milhões em 1991 para US\$ 2.379 milhões em 1995 e que acabou adquirida, como já se disse, pelo grupo Bunge & Born, multinacional de alimentos, 2) a Perdigão do grupo catarinense Brandalise acabou sob o controle da Pervi, 3) a Sadia se viu obrigada a desfazer dos negócios no setor de soja, 4) a Chapecó acabou sendo vendida ao grupo argentino Macri. Aliás, os processos de aquisição continuam com a compra da granja Resende pela Sadia (Uberlândia-MG), da divisão de carnes da Batavo (Parmalat) pela Perdigão, além de outros negócios em andamento. Dos grandes grupos que nasceram em Santa Catarina somente a Sadia continua sob controle familiar (Fontana), mas todos eles ampliaram seus negócios para todo o Brasil ultimamente, sobretudo para o Centro-Oeste, aproveitando preços baixos da terra e custos vantajosos da produção de milho, soja etc., necessários a produção mais barata de aves. Mesmo assim Santa Catarina respondia em 1996 por 68% das vendas de carnes de frango para o exterior concorrendo com os EUA e a França. Novas unidades ainda estão surgindo no Oeste catarinense em municípios poucos

explorados como Maravilha e Quilombo, em instalações modernas e com preocupações ecológicas.

#### REFERÊNCIAS

BOLETIM ESTATÍSTICO DA CELESC 1990, Florianópolis, s.d.

BOSSLE, O. P. *A industrialização em Santa Catarina (1880-45)*. São Paulo: USP, 1985.

CASTRO, A. B. *Sete ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1971.

CENTRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL DE SANTA CATARINA. Evolução histórico-econômica de Santa Catarina; estudo das alterações estruturais (século XVII - 1960). Florianópolis, 1980.

ESPÍNDOLA, C. J. *As agroindústrias do Brasil: O caso Sadia*. Ed. Grifos, 1999.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Geografia do Brasil; região sul*. Rio de Janeiro, 1977.

GOULART F<sup>o</sup>, A. *A indústria do Vestuário*. Letras Contemporâneas, 1997.

HERING 100 ANOS: 1880-1980. Blumenau, 1980.

INFORMATIVO ANUAL DA INDÚSTRIA CARBONÍFERA - Brasília, DNPM, 1990.

MAMIGONIAN, A. *Estudo geográfico das indústrias de Blumenau*. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, IBGE, 27:389-481, jul./set. – 1965.

\_\_\_\_\_. *Notas sobre a indústria de eletricidade em Santa Catarina*. Boletim do Departamento de Geografia, FFCL - Presidente Prudente, nº 4, 5, 6, 1972-74.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*, Trad. M. H. B. Alves, 2. ed., São Paulo, Martins Fontes, 1983.

\_\_\_\_\_. *O capital*, vol. 1, t. 2, trad. R. Barbosa e F. R. Kothe, 3 ed., São Paulo, Abril Cultural, 1984.

MICHELS, I. L. *Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento*. UFMS, 1998.

MOSER, A. *A nova submissão*. Porto Alegre, Edipaz, 1985.

NUNES LINS, H. *O alvorecer de um novo séculos*. In. Santos, S. C. *Santa Catarina no século XX*. UFSC e FCC, 2000.

OLIVEIRA ROCHA, I. *Industrialização de Joinville-SC: da gênese as exportações*. 1977.

RANGEL, J. M. *Economia: milagre e anti-milagre*. Rio de Janeiro, J. Zahar, 1985.

- RENAUX HERING, M. L. *A industrialização no Vale do Itajaí (1880-45)*. São Paulo, USP, 1985.
- SILVA, E. L. *História de Joinville*. Jornal Extra, 5-9 mar., 1985.
- SILVA, M. A. Crítica ao modelo de SC. *Gazeta Mercantil*, Caderno Santa Catarina, 03.05.2000.
- SINGER, P. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1968.
- TERNES, A. *Weg-36 anos de história*. Joinville, 1997.
- VIEIRA, S. Indústria de alta tecnologia: reflexos da reserva de mercado e do neoliberalismo em Florianópolis. PPGG-UFSC, 1996.
- VIEIRA FILHO, A. *As raízes da industrialização*. Florianópolis: Ed. do Autor, 1986.
- VOLPATO, T. G. *A pirita humana*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1984.
- WAIBEL, L. Princípios da colonização européia no sul do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 11 (2): 159-222, abr./jun. 1949.
- WERNER, B. W. Perspectivas da indústria catarinense. *Análise Conjuntural de Santa Catarina*. Florianópolis, 1 (1): 712, jan./jun. 1985.

## TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL NO CENTRO DO SISTEMA CAPITALISTA

Está muito difundida a idéia de que as empresas multinacionais criam e controlam a tecnologia produzida no mundo. Na periferia do sistema capitalista a chamada “transferência de tecnologia” tornou-se uma espécie de chave mestra do desenvolvimento econômico. Além de a ideologia dominante supervalorizar a técnica estrangeira, como se para produzir sabonetes (Unilever, Colgate-Palmolive) ou engarrafar água mineral (Nestlé, Perrier) os capitalistas e as técnicas locais não fossem suficientes, ela também simplifica a realidade tecnológica que ocorre no centro do sistema. Na verdade, a criação tecnológica no sistema capitalista não é um dado imutável e está submetida a injunções estruturais. Por isto mesmo a Inglaterra perdeu o pioneirismo neste campo fundamental para os Estado Unidos, que estão atualmente sendo ultrapassados pelo capitalismo japonês.

### *Sistema capitalista e criação de tecnologia*

O modo de produção capitalista iniciou-se com a manufatura, cujos prenúncios ocorreram nas cidades italianas (séc. XIV e XV) e flamengas (séc. XV), mas a era capitalista data do séc. XVI quando surgiram as manufaturas na Inglaterra. Como todos os modos de produção pré-industriais, a manufatura foi muito conservadora, os progressos técnicos eram raríssimos e dependiam da habilidade do trabalhador ou do gênio inventor. A manufatura não diferia do artesanato nos métodos e instrumentos de trabalho, porém na organização do processo de trabalho, que consistia na divisão do trabalho manual, praticamente o único fator de progresso econômico. Tendo alcançado sua forma mais acabada (*factory system*), manteve-se como tal durante séculos de mercantilismo monopolista (Sweezy, 1977 pp.131-137).

A maciça expropriação de camponeses independentes, a acumulação interna e externa, a abertura de mercados mundiais (séc. XVI e XVIII), permitiu ao capitalismo inglês realizar a revolução industrial, isto é, a substituição do trabalho manual pela máquina. No dizer de Marglin “não foi a fábrica a vapor que nos deu o capitalismo, foi o capitalismo que engendrou a fábrica a vapor” (1976, p. 78). A indústria abriu uma segunda fase do capitalismo, a da livre concorrência, onde as formas existentes de um processo produtivo nunca são aceitas como definitivas. A concorrência entre as empresas capitalistas, as lutas operárias por aumentos salariais, a escassez de mão-de-obra assalariada (como nos EUA até

a guerra civil) e as guerras entre os países capitalistas determinaram os avanços tecnológicos. “Poder-se-ia escrever toda uma história das invenções, feitas a partir de 1830, com o único propósito de suprir o capital com armas contra as revoltas dos trabalhadores”, conforme assinalou Marx, exemplificando com a máquina de fiar automática, o martelo a vapor, a máquina de estampar tecidos, etc. (1975, livro I pp. 499-501). Na manufatura e no artesanato, o trabalhador se servia da ferramenta, enquanto na fábrica passou a servir à máquina.

Com a mecanização, a ciência assumiu a feição de força produtiva, separada do trabalho e posta a serviço do capital. A indústria pôs em prática sistematicamente o princípio de se analisar o processo produtivo em suas fases constituintes e de se resolver os problemas assim propostos pela aplicação da mecânica, da química e das demais ciências naturais, dando origem à nova ciência da tecnologia (Marx, livro I Cap. XIII). Podemos dizer que a tecnologia é filha do dinamismo industrial e da fertilidade da ciência. À medida que a indústria foi descobrindo que a ciência podia ser cada vez mais uma força produtiva, foi submetendo a produção de conhecimentos científicos à mesma divisão de trabalho a que estava sujeita a produção de qualquer outra mercadoria. Assim, na Alemanha a industrialização da pesquisa foi introduzida na Bayer por volta de 1880, com divisão parcelar e hierárquica das tarefas, visando diminuir custos e assegurar à firma um monopólio técnico gerador de sobrelucros (Gorz, 1976 p. 244). Como escreveu Habermas (1975 p. 306), “a racionalidade da ciência desfigurada no capitalismo rouba à técnica moderna a inocência de pura força produtiva, isto é, há a fusão peculiar da técnica e da dominação, da racionalidade e da opressão”.

Na ideologia econômica contemporânea o progresso técnico é “*deus ex-machina*” e o aumento do rendimento é o objetivo dos modelos econômicos. A perspectiva stalinista do primado das forças produtivas sobre as relações de produção se aproxima da visão acima referida, por entender as forças produtivas como sendo basicamente os equipamentos e os métodos de organização (Benakouche, 1982 p.6). Daí o prestígio a leste e a oeste da chamada “Revolução Científica e Técnica” (automação, etc). Em termos puramente tecnológicos trata-se de um processo radical como a revolução industrial. Entretanto, desde fins do século XIX o capitalismo entrou em sua fase monopolista, conseqüência lógica das tendências inerentes à indústria moderna de se concentrar e centralizar. Não está demonstrado que as atuais mudanças tecnológicas correspondam ao início de outra fase do capitalismo, a chamada “era tecnológica” (Sweezy, 1977 p.140). Diferentemente de Schumpeter dos primeiros tempos, para quem a mudança tecnológica constituía um

subproduto da atividade inovadora espontânea dos empresários, Marx assinalou o caráter objetivo da técnica (decorrente da concorrência sobretudo), que não se confunde com supremacia da técnica, pois ela não opera e não avança independentemente da formação sócio-econômica e sim independentemente da vontade dos indivíduos, sejam capitalistas ou cientistas (Sweezy, 1977 p. 146).

Na fase concorrencial do capitalismo (séc. XIX), a expansão das empresas, então de pequenas dimensões, dependia da redução dos custos e levava ao aumento da escala produtiva (concentração), até o ponto em que a acumulação geral de capital ultrapassava a expansão dos mercados, resultando daí crises dos negócios. Os investimentos diminuía, parte da força de trabalho e dos equipamentos tornava-se ociosa e obsoleta, ocorrendo nesta depressão do ciclo uma forte centralização de capitais (falências, fusões, etc). Aberto novo ciclo de expansão com novos investimentos, estes correspondiam a técnicas aperfeiçoadas. O processo de acumulação (concentração e centralização) de capitais conduziu ao longo de décadas ao aparecimento de empresas gigantescas e oligopolistas, com problemas diferentes de crescimento. Não se tratou mais de simples redução de custos e aumento de produção. A maximização do lucro, incluindo a obsolescência planejada, as campanhas de vendas, a administração de preços pelos cartéis, passaram a requerer uma política de marcha lenta da capacidade produtiva, declinando a intensidade das inovações. Kalecki (1976 p. 192) foi o primeiro a lembrar que o caráter monopolista do capitalismo passa a dificultar a aplicação de novas invenções. Por consequência, a empresa gigantesca passou a canalizar seus lucros em direção a outros países (multinacionalização) e outros ramos industriais (conglomerado), conforme assinalou Sweezy (1977 a, pp. 49-57).

A tendência dos oligopólios retardarem as inovações, faz com que o setor de médias e pequenas empresas de cada ramo tenha duas opções principais: 1) subordinação às grandes empresas (fornecedoras); 2) especialização tecnológica. Não deve constituir surpresa o fato de que duas das principais inovações da siderurgia do pós-guerra tenham nascido de pequenas empresas: o processo LD, de injeção de oxigênio na aciaria, criado pela Voest (Áustria) e o processo de redução direta do minério, as chamadas mini-siderurgias, criado pela Korff (Alemanha). Grande número de invenções e inovações continua hoje a ocorrer mesmo nos Estados Unidos em empresas pequenas e médias, que desempenham o papel de “banco de ensaio” na expressão usada por Rosa Luxemburgo (Mandel, 1972 p. 52).

Economistas de prestígio como Furtado (1974) e Rattner (1980) tem enfatizado seguidamente o controle que os oligopólios mundiais exercem sobre a produção e transferência de tecnologia no mundo capitalista. Hymer (1978 pp. 49-59) analisou o

desenvolvimento desigual que ocorre no interior da empresa multinacional, à medida que elas exercem suas funções em três níveis de hierarquia e localização distintos no espaço mundial. Pouca ênfase, entretanto, tem sido dada ao desenvolvimento econômico e tecnológico desigual que ocorre no centro do sistema, onde os Estados Unidos recuam e o Japão avança. O próprio Hymer (1978a pp. 67-93) chamou a atenção para as características da já então visível expansão japonesa frente aos oligopólios norte-americanos. Na verdade o avanço tecnológico americano transformou-se em atraso e o atraso japonês transformou-se em avanço. O que explica a inversão de posições, a crescente decadência americana, o permanente avanço do Japão em direção a novos ramos, automóveis, computadores e robôs, nos quais os americanos começaram primeiro?

#### *Desenvolvimento desigual no centro do sistema capitalista*

O processo de cartelização dos diversos ramos produtivos, que deu início à fase monopolista do capital, reuniu após feroz concorrência as maiores e portanto mais avançadas empresas americanas e européias. No ramo de eletricidade os primeiros acordos (1887-1900) foram realizados por firmas americanas e alemãs, GE, Westing-house, Siemens, AEG, etc. , assim como no ramo petrolífero acertaram-se (1928-1935) firmas americanas, inglesas e holandesas, Exxon, Texaco, Shell, BP, etc. Países inteiros foram excluídos dos acordos, na medida que suas maiores empresas não alcançavam porte mundial nos respectivos ramos, sendo seus mercados partilhados pelos oligopólios.

As empresas japonesas foram excluídas dos cartéis exatamente porque na época elas eram pequenas, o que obrigou o capitalismo japonês a resguardar seu mercado interno e a prosseguir na sua política agressiva de preços concorrenciais nas exportações, baseada na renovação tecnológica permanente e na mão-de-obra barata, conseguindo desalojar os tecidos ingleses dos mercados asiáticos. Partindo de níveis industriais muito baixos, mas aumentando e diversificando sua produção, o capitalismo japonês iniciou com grande atraso a fabricação de automóveis (1930) e de alumínio (1933), intensificou a construção naval e conseguiu ampliar sua produção de aço de 2,3 milhões de toneladas em 1929 para 6,5 em 1938, período em que a produção americana caiu de 57,3 a 28,8. Durante a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos ampliaram em 22% sua capacidade instalada e alcançaram 80 milhões de toneladas em 1944. Este período e os anos seguintes corresponderam a um grande avanço tecnológico americano (energia atômica, computadores, aviões a jato, etc) . A necessidade de aplicação dos superlucros no pós-guerra conduziu os oligopólios à criação de um espaço econômico unificado no centro do sistema capitalista (Gatt, Mercado Comum

Europeu, etc.), liberando os fluxos dos grandes capitais nos dois lados do Atlântico norte, como sublinhou Furtado (1974 p. 28). Vale lembrar que a expansão oligopolista é menos intensiva (novas tecnologias no ramo em que opera) e mais extensiva: filiais em novos países, com a tecnologia já alcançada anteriormente (multinacionalização) e aquisição de empresas em outros ramos (conglomeração).

O Japão não participou deste processo, mantendo seu mercado praticamente fechado aos investimentos estrangeiros até 1973, além de acelerar as importações de tecnologia. O número de contratos de licença de duração superior a um ano passou de 101 a 1.546 em 1971 e o valor do pagamento anual subiu de US\$ 7 milhões a US\$ 469 milhões (Madeuf, 1981 p. 175). Esta política tecnológica garantiu ao Japão a criação da mais moderna indústria do mundo, como ocorreu por exemplo no ramo siderúrgico nas décadas de 1950 e 1960 ou no ramo de computadores nas décadas de 1960 e 1970.

Na produção mundial de aço a introdução do conversor a oxigênio em 1952 pela Voest austríaca significou importante mudança técnica (Steindl, 1980 pp.53-55). Naquele ano os Estados Unidos produziram 84,5 milhões de toneladas de aço, o Reino Unido 16,7, a Alemanha Ocidental 13,8, a França 12, 7 e o Japão 7,0. Em 1980, em plena crise mundial do capitalismo, as produções foram respectivamente 100,6 (EUA), 11,3 (R. Unido), 43,8 (Alemanha Ocidental), 23, 1 (França) e 111,4 (Japão). Lembremos que os Estados Unidos registraram 106 milhões em 1955 e 132 em 1974. O Japão utilizou rapidamente o processo LD, produzindo em 1960 por este sistema 11,9% do seu aço (3,3% nos EUA), em 1966 alcançou 55% (17% nos EUA), atingiu 78,1% em 1978 (61,1% nos EUA) conforme anotou Dourille (1981 p.73). No Japão todas as empresas siderúrgicas logo introduziram o conversor LD, enquanto nos Estados Unidos apenas a Mc Louth Steel Corp. , a 10ª empresa siderúrgica americana adotou o LD até 1959, tendo sido ela também a pioneira a resolver o problema do lingotamento contínuo na produção de chapas finas para carrocerias de automóveis. Paralelamente a sua imobilidade técnica, o cartel americano do aço aumentou os preços dos produtos siderúrgicos de 101, 7% entre 1947 e 1957, ao passo que os outros artigos subiram 21,1% (Veloso, 1968). Igualmente, nos altos-fornos a situação americana foi se deteriorando: em 1963 para uma capacidade de 46, 7 milhões de toneladas de gusa a USSteel e a Bethlehen tinham em conjunto 113 unidades, enquanto a Yawata e a Fuji (que se fundiram em 1968) com 17,9 milhões tinham apenas 19 unidades. Em 1975 os Estados Unidos produziram 72,5 milhões de toneladas de gusa em 119 altos fornos, dos quais 59 tinham menos de 1.200 metros cúbicos de volume útil e apenas um único com mais de 2.800. O Japão em 1973 produziu 86,9 milhões de gusa em 51 altos fornos, dos quais

apenas 9 com volume útil inferior a 1.200 metros cúbicos e 14 com mais de 2.800 (Dourille, 1981 p.65). Não causou surpresa a transformação dos Estados Unidos em grande importador de aço. Em 1959 o aço japonês começou a entrar no mercado americano, o que logo garantiu ao Japão a posição de maior exportador mundial em 1963 (5,3 milhões de toneladas), ultrapassando a Alemanha Ocidental. As importações totais dos Estados Unidos não cessaram de crescer: 6,3 milhões em 1964, 10,5 em 1965, 11,9 em 1967 e 15,5 em 1968, quando a pressão do cartel americano do aço forçou o estabelecimento de quotas de importação neste último nível, levando à redução do ritmo de crescimento da produção japonesa e europeia (Folha de São Paulo 4.5.72) e garantindo a política de sobrelucros, combinada com lenta modernização técnica, como se pode comparar no quadro abaixo, referente a 1971 (Fortune, 5 e 8 – 1972):

	VENDAS – US\$ BILHÕES	LUCROS LÍQUIDOS	EMPREGADOS
USSteel .....	4 928,2 .....	154,5 .....	183.940
Nippon Steel .....	4 087,9 .....	47,5 .....	100.821
Bethlehen .....	2 963,6 .....	139,2 .....	115.000
Nippon Kokan .....	2 122,5 .....	23,8 .....	49.681
Armco Steel .....	1 696 .....	50,7 .....	49.916
Sumitomo .....	1 598,2 .....	14,5 .....	42.538

Exportador de têxteis antes da Segunda Guerra Mundial, o Japão tornou-se na década de 1960 o maior exportador mundial de aço e navios. Limitados na sua expansão siderúrgica pela estrutura oligopolista americana, que passou a controlar a importação, os grandes grupos industrial-financeiros do Japão (Mitsui, Mitsubishi, Sumitomo, Fuji, etc.) aumentaram seus investimentos nos ramos não bloqueados: aparelhos eletro-domésticos de massa, automóveis, computadores etc., nos quais os Estados Unidos tinham até então superioridade tecnológica, obtida durante o esforço de guerra ou devido ao maior avanço industrial anterior. Em cada um destes ramos o capitalismo japonês realizou gigantesco esforço tecnológico independente, a partir de uma posição de atraso.

A indústria mundial de computadores começou em 1956, quando a Univac (Sperry Rand) lançou no mercado americano o Eniac, utilizado inicialmente para fins militares. As empresas americanas (IBM, GE, Univac, TRW, etc.) tomaram conta do mercado mundial, estabelecendo-se e dominando a Europa ocidental, onde limitaram a expansão das firmas locais, que detêm atualmente parcelas reduzidas dos seus mercados nacionais, 36% na Inglaterra, 22% na Alemanha Ocidental, 15% na França. 10% na Itália, como sublinhou Madeuf (1981 p. 177). Tornando-se importador dos computadores americanos, o Japão

passou a correr os mesmos riscos que a Europa ocidental, começando sua reação em 1956, quando cientistas da Universidade de Tóquio produziram o primeiro computador japonês. Em 1956 o MITI japonês estabeleceu o primeiro programa para fabricação de computadores, com subsídios governamentais: Fujitsu, Toshiba, Hitachi, Mitsubishi, Oki e Matsushita começaram a fabricação de componentes e a projetar mini-computadores. A Fujitsu, uma das pioneiras, começou a fabricar mini-computadores em 1960 aproveitando a reserva de mercado garantida pelo governo (Pinheiro, 1975 p.41). A partir de 1959-60 o MITI traçou de comum acordo com as empresas uma estratégia global: 1) sobretaxou as importações, que alcançaram 65% do mercado em 1961, caindo a 21% em 1972; 2) proibiu a compra no exterior de componentes que tivessem similares nacionais; 3) restringiu os investimentos estrangeiros no ramo de computadores; 4) coordenou as empresas japonesas do setor, ajudando-as a adquirir tecnologia no exterior e apoiando-as financeiramente na pesquisa, produção e comercialização. Em 1961 a IBM venceu a resistência do MITI e instalou-se no Japão, mas com o compromisso de vender patentes às empresas japonesas. De 1961 a 1964 quase todas as empresas japonesas fizeram associações com as americanas, visando alcançar maturidade tecnológica: Hitachi-RCA, Mitsubishi-TRW, NEC-Honeywell, Oki-Univac, Toshiba-GE. A aquisição da Machines Bull francesa pela GE (1964) estimulou novo fluxo de subsídios governamentais, o que garantiu a cada empresa alcançar auto-suficiência de componentes e peças dos computadores que fabricavam por volta de 1970/71. O fim das *joint-ventures*, a fusão das empresas, Fujitsu-Hitachi-Mitsubichi e NEC-Toshiba, o desenvolvimento dos computadores da série LSI (1972/75), com o dobro da capacidade de processamento IBM-370, permitiram ao MITI suspender os subsídios e liberar as importações, colocando o Japão em condições de concorrer com os Estados Unidos no mercado internacional (Pinheiro, 1975 pp. 44-46). Assim, as empresas japonesas dominam atualmente o mercado internacional de memória para computadores.

R. B. Reich, professor em Harvard e ex-diretor de planejamento da Federal Trade Commission, perguntou recentemente quem vai dominar os mercados para produtos de alta tecnologia no fim desta década, os Estados Unidos ou o Japão. Relacionando as principais pesquisas financiadas pelo MITI e pelo Departamento de Defesa na corrida para desenvolver robôs industriais, lasers, aviões, computadores, semicomputadores e fibras óticas, concluiu no sentido da provável vitória japonesa, apontando como razão principal a diferença de natureza da concorrência existente nas duas economias. “O MITI permite que diversas empresas cooperem em projetos de pesquisa básica específica, mas garante que

sejam ferozmente competidoras na hora de colocarem seus produtos no mercado doméstico e internacional” (Jornal do Brasil 13-12-81).

Recentemente os jornais divulgaram informações sobre o avanço do Japão frente aos Estados Unidos e à Europa ocidental na robotização industrial. Isto significa uma nova etapa do avanço japonês, pois até agora o Japão teve que alcançar e ultrapassar os Estados Unidos, enquanto na robotização os japoneses partiram na frente numa tecnologia criada nos Estados Unidos, que não se aplica a um determinado ramo específico, mas serve, como a máquina a vapor, a linha de montagem, o computador, etc. a toda a produção industrial (Sweezy, 1977 pp. 139-140). A crise do capitalismo central incide mais fortemente nas economias menos competitivas, Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, com acentuada queda na produção, fortes taxas de desemprego e alta inflação, enquanto a economia japonesa mantém sua vitalidade. Como vimos, a fraqueza americana é muito anterior à crise atual e o estabelecimento de quotas de importação de aço (1968), têxteis (1972), automóveis (1980), comprova a força política dos oligopólios e a fraqueza da economia, que se reflete no déficit de US\$ 18 bilhões nas transações comerciais com o Japão em 1981. Vários grandes grupos oligopolistas americanos dão sinais da crise: Chrysler perdeu o controle acionário das filiais européias (França, Inglaterra e Espanha) para a Peugeot, vendeu suas filiais latino-americanas (Brasil e Argentina) à Volkswagen, vendeu sua filial australiana à Mitsubishi e pôs à venda a General Dynamics, sua divisão mais lucrativa; o controle acionário da American Motors passou às mãos da Renault; a Ampahl vendeu parcela considerável de suas ações à Fujitsu; no setor de robôs, a IBM fez acordo de aquisição de tecnologia com a Sankio Seiki, a GE fez com a Volkswagen e a GM acertou *joint-venture* com a Fujitsu para instalar fábrica nos Estados Unidos.

Nesta evolução desigual que os Estados Unidos e o Japão estão vivendo, a tecnologia está desempenhando um papel objetivo: à medida que nos Estados Unidos os oligopólios cartelizaram todos os ramos econômicos, mais do que em qualquer outro país capitalista, sua criatividade tecnológica diminuiu mais intensamente, enquanto que no Japão, a política de concorrência de preços no mercado interno e externo forçou a renovação tecnológica permanente, como se percebe no quadro abaixo da repartição percentual do registro de patentes nacionais (N) e estrangeiras (E), organizado por Madeuf (1981 p.80):

	1940		1955		1965		1976		1979	
	N	E	N	E	N	E	N	E	N	E
EUA	90	10	87	13	81	19	63	37	63	37
JAPÃO	75	25	75	25	66	34	80	20	79	21

O capitalismo japonês realizou uma estratégia tecnológica global elaborada e posta em prática conjuntamente pelo governo e pelas empresas gigantescas:

1. reserva de mercado para as empresas japonesas nos ramos dependentes de importações até alcançar a maturidade tecnológica, como ocorreu no ramo de computadores de 1960 a 1975;
2. restrições severas aos investimentos estrangeiros em quaisquer ramos industriais até 1973;
3. programa governamental de subsídios à pesquisa tecnológica nas empresas dos ramos conjunturalmente prioritários (de ponta), combinada com 4) importação da mais avançada tecnologia ocidental sob forma de licença de fabricação e sua conseqüente assimilação (Madeuf, 1981 pp. 173 a 179). Assim sendo, poderíamos dizer que se a Inglaterra realizou o ponto alto da elaboração das técnicas durante a primeira revolução industrial (máquina a vapor) e os Estados Unidos realizaram os maiores avanços posteriores (produção em série, linha de montagem), sendo que, atualmente o Japão assumiu a dianteira, realizando mudanças naquilo que Kalecki (1976 p.192) julgava imutável, a linha de montagem, que as empresas japonesas transferem para as áreas de mão-de-obra barata na Ásia de sudeste (Coréia do Sul, Formosa, Tailândia, Filipinas, etc.) ou robotizam, quando não podem deslocá-las geograficamente (automobilística, etc.).

## REFERÊNCIA

- R. BENAKOUCHE (1982): Que Tecnologia, para qual sociedade? In Economia e Desenvolvimento n° 2.
- E. DOURILLE (1981): La Sidérurgie dans le monde depuis 1952, Notes & Etudes Documentaires n° 4623-4.
- C. FURTADO (1974): Mito do desenvolvimento econômico, Paz e Terra.
- A.GORZ (1976): Técnica, técnicos e luta de classes, in Divisão Social do Trabalho e modo de produção capitalista. Escorpião.
- J. HABERMAS (1975): Técnicas e Ciência como ideologia, in coleção Os Pensadores vol. XLVIII, Abril.
- S. HYMER (1978): A empresa multinacional e a lei do desenvolvimento desigual, in Empresas multinacionais: a internacionalização do capital, Graal.

- S. HYMER (1978 a): As empresas multinacionais norte-americanas e a concorrência japonesa no Pacífico, in Empresas...
- M.KALECKI (1976): Teoria da dinâmica econômica, in coleção Os Pensadores vol. XLVII, Abril.
- B. MADEUF (1981): L'ordre technologique international – production et transferts, Notes & Etudes Docum. N° 4641-2.
- E. MANDEL (1972): A resposta socialista ao desafio americano, Cor.
- S. MARGLIN (1976): Origens e Funções do parcelamento das tarefas, in Gorz: Divisão Social... Escorpião.
- K. MARX (1975): O Capital, crítica da economia política, Civ. Brasileira.
- F. PINHEIRO (1975): Tecnologia: o que o Japão tem a ensinar, Exame nº 11.
- H. RATTNER (1980): Tecnologia e Sociedade, Brasiliense.
- J. STEINDL (1980): Progresso técnico, distribuição e crescimento, in Garegnani: Progresso técnico e teoria econômica, Hucitec-Unicamp.
- P. SWEEZY (1977): K. Marx e a revolução industrial, in Capitalismo Moderno, Graal.
- P. SWEEZY (1977 a): Acerca da teoria do capitalismo monopolista, in Capitalismo ..., Graal.
- P. D. VELOSO (1968): Crise no mercado mundial de aço, Eng. Min. Met. nºs 2 e 3.

## CICLOS ECONÔMICOS E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

### 1

Até a Revolução Industrial a humanidade conheceu ritmos climáticos nas suas atividades econômicas: os anos climáticos catastróficos seguidos provocaram fomes e epidemias e levaram a conflitos: 1) entre senhores e servos da Europa medieval e possibilidades de melhor (ocidente) ou pior (oriente) divisão do excedente econômico; 2) entre camponeses e burocracia imperial na Ásia (China), com ampliação das obras públicas de barragens, canalizações, etc, ou empobrecimento generalizado.

### 2

A Revolução Industrial dos fins do séc. XVIII inaugurou os ritmos industriais de várias durações, principalmente os ciclos decenais (juglarianos) e os ciclos longos, de cinquenta anos (Kondratieff), cada ciclo com fase expansiva (“a”) a fase depressiva (“b”). Marx e Engels constataram os ciclos decenais entre 1848 e 1857, que foram sistematizados estatisticamente por Juglar em 1860. Engels assinalou também a chamada “longa depressão do final do séc. XIX” e a sistematização estatística dos ciclos longos foi feita entre 1918-21 por N. Kondratieff (1926).

### 3

Até hoje tanto entre marxistas como não-marxistas há resistência à aceitação dos ciclos longos, pois como assinalou Rangel, para a URSS não convinha admitir que o capitalismo em depressão poderia sair da crise e voltar a se expandir e para o ocidente não interessava admitir que após longos anos de expansão poderia advir um período depressivo na economia. A possibilidade de administrar os ciclos decenais foi teorizada por Keynes e posto em prática nos anos 30 na Alemanha, Estados Unidos, etc. A administração dos ciclos Kondratieff não foi teorizada e esta omissão é uma das raízes da crise da URSS.

### 4

Como Marx assinalou, as crises decenais são basicamente de superprodução (ou inter-setoriais, o que vem a dar no mesmo), enquanto as crises do ciclo longo parecem estar ligadas a tendência à queda da taxa de lucro de longo prazo, com o esgotamento do uso das invenções revolucionárias ligadas a cada revolução industrial. Note-se que cada revolução industrial tem ocorrido de dois em dois Kondratieff (a 1ª em fins do séc. XVIII, a 2ª em fins do séc. XIX e a 3ª está por se iniciar), sob a liderança sucessivamente da Inglaterra (1º), dos EUA e Alemanha (2º) e com acréscimo do Japão (3º), num movimento geográfico profeticamente assinalado por Hegel, em direção ao Oriente.

5

Note-se que se o 1º, 3º e 5º Kondratieff se abrem como revoluções industriais, o 2º (1948-73, fase expansiva) e o 4º (1948-73, fase expansiva) se abrem como revoluções nos transportes, com aplicações de invenções já realizadas nas revoluções industriais voltadas agora a este setor de circulação e a expansão da anterior revolução industrial em novas regiões geográficas: EUA e Alemanha entre 1848-73, e Europa e Japão entre 1948-73.

6

As fases depressivas, nas quais as taxas de lucro estão baixas, são períodos de extremo desafio para a retomada da lucratividade perdida, por um esforço intenso de invenções, que se transformam em tecnologia nova, mais nova e depois novíssima, que permitem desencadear uma nova onda de investimentos maciços, sucateando o capital fixo envelhecido, por ter alcançado 1) alto grau de avanço técnico e 2) preço baixo, conseqüentemente atrativo ao papel de “destruição criadora” (Rangel e Schumpeter)

7

As fases depressivas são fases de expansão geográfica, expansão extensiva dos capitais até então hegemônicos no mundo, mas expansão defensiva economicamente (e ofensiva militarmente), como a chamada expansão imperialista inglesa principalmente, na fase “b” do 2º Kondratieff (1873-1896) ou também a expansão das multinacionais, principalmente americanas, na fase “b” do 3º Kondratieff (1920-48): GM e Ford ocupando a Europa e companhias petrolíferas ocupando o Mundo.

8

As perdas de poder econômico das potências hegemônicas (Inglaterra - 1ª RI e EUA 2º RI) no final de dois Kondratieff de dominação estão ligadas à perda de capacidade de renovação tecnológica decorrente da substituição da concorrência por domínios oligopólicos propiciadores de super-lucros: império colonial inglês com mercados ativos no século XIX e cartelização oligopólica das multinacionais americanas (p. ex. GM, Ford, Chrysler na indústria automobilística mundial)

9

Entre os que aceitam os ciclos longos existem duas interpretações quanto às causas: 1) causa interna ao sistema econômico capitalista, isto é, tendência à queda da lucratividade sob capitalismo estimula invenções que restabelecem lucratividade e aplicadas sucessivamente aos diferentes setores e ramos acabam esgotando a lucratividade possível, provocando a necessidade de novas invenções; 2) Mandel, entre outros, prefere a causa extra-econômica, de preferência política: a “onda ascendente” (e não ciclo) do

pós-guerra (1948-73) nasceu de “ininterrupta revolução tecnológica” decorrente da corrida armamentista, mas os satélites de telecomunicações datam de 1969...

10

A escola de regulação (Aglieta, Boyer entre outros), indicou a necessidade de estudar regimes de acumulação, de estudar os acoplamentos produção-consumo e assinalaram a ocorrência da regulação concorrencial no século XIX, com disputas acirradas dos mercados externos, substituída pela regulação fordista no século XX, com sustentação dos mercados internos (políticas keynesianas). Na verdade, o taylorismo, como organização do trabalho, é parte integrante da 2ª RI e foi completada pelo fordismo. O fordismo veio completar o taylorismo, mas o substituto do fordismo está para ser criado após a eclosão da 3ª RI (novo acoplamento produção-consumo é necessário ao capitalismo), com o aperfeiçoamento do taylorismo.

11

Os períodos depressivos (vivemos num deles de 1973-1998) correspondem a mudanças profundas de conjunturas econômicas, políticas, sociais e espaciais. Assim, a conjuntura depressiva 1920-48 provoca nova relação mundo-nações: a Inglaterra abandonou definitivamente o livre-cambismo e houve fechamento dos mercados nacionais nos EUA, Alemanha, França e na periferia do sistema capitalista (e substituições de importações se aceleraram). O período depressivo atual, sem o fechamento abrupto do mercado americano, diferentemente da queda do comércio mundial dos anos 30, significa ampliação das trocas internacionais e chance para as exportações dos mais competitivos: 1) Japão e Alemanha ao centro do sistema, 2) Brasil, Coréia do Sul, Taiwan na periferia. A crise da economia americana coloca a questão: “globalização” ou projetos nacionais emergentes (Brasil, Coréia do Sul, China, etc)?

12

Os períodos expansivos e os períodos depressivos criam situações distintas nas relações centro-periferia, como assinalou Rangel para o Brasil, mas válidas para a periferia em geral. Os períodos depressivos desencadeados no centro (1815-48 / 1877-96 / 1920-48 / 1973-98) exigem, pelas tensões econômicas, sociais e políticas mudanças dos pactos de poder. No caso do Brasil: Independência, Abolição-República, Revolução de 30 e políticas de substituições de importações, usando capacidades deixadas ociosas pelas crises. No caso brasileiro, atualmente o epicentro da crise se localiza geograficamente nas grandes cidades (S. Paulo, R. Janeiro, etc), onde se encontram: 1) capacidades industriais instaladas

subutilizadas, 2) nós-de-estrangulamentos nas infra-estruturas (saneamento básico, metrô, etc), 3) mão-de-obra especializada e braçal desempregada.

13

A organização do espaço sob o capitalismo dependeu e depende das revoluções industriais, das revoluções nos transportes (conjunturas expansivas), mas também das reestruturações econômicas e espaciais que ocorrem nos períodos depressivos. Os exemplos são inumeráveis: 1) nas cidades do mundo toda a 1ª RI corresponde a localização industriais junto às EF e nas de navegação, bem como a “haussmanização” do espaço social urbano, 2) a 2ª correspondeu à americanização do espaço urbano, com verticalizações, *express-ways* urbanas, etc., 3) a revolução nas dimensões dos navios de carga transoceânicos de após 45 correspondeu à integração da mineração de ferro, bauxita, carvão, etc. transcontinental (Brasil, Austrália, etc.), 4) o período depressivo 1973-96 empurrou várias produções industriais para fora do centro do sistema (compressores para Singapura e Brasil) ou para novas regiões industriais dentro do centro do sistema (sul dos EUA, península Ibérica, etc.).

#### REFERÊNCIA

- A. Aftation et alli: *Fluctuations économiques*. 2 vol. Ed. Domat Montchrestien, 1954.
- P. Baíroch: *Commerce extérieur et développement économique de L'Europe au XIX siècle*, Mouton, 1976.
- P. Boccara et alli: *Cycles longs, mutations et crise*, Issues - Economie et Politique, nº 16, 1983.
- J. Ellul: *Mudar de revolução*, 1985 (1982).
- J. A. Estey: *Ciclos econômicos*, Ed. Mestre Jou, 1965 (1941).
- M. Flamant et J. S. Kerel: *As crises econômicas, Europa - América*, 1983.
- J. S. Goldstein: *Long cycles, prosperity and War in Modern Age*, Yale Univ. Press. 1988.
- N. Kondratieff: *Ondas longas da conjuntura*, Rev. de Occidente, Madrid, 1946 (1926)
- W. A. Lewis: *Crecimiento y Fluctuaciones 1870-1913*, FCE, 1983.
- J. H. Lorenzi et alli: *La Crise du XX Siéde*, Economica, 1980.
- N. V. Luz: *A luta pela industrialização do Brasil*, Alfa-Ômega, 1978.
- A. Mamigonian: *introdução ao pensamento de I. Rangel*, Geosul nº 3, 1985.
- E. Mandel: *Las ondas largas del desarrollo capitalista*, Madrid, siglo XXI, 1986.

- K. Marx: Lei da queda da taxa de lucro, in O Capital vol. III Livro 3 secção III, 1984.
- F. Mauro: História Econômica Mundial 1790-1970, Ed. Zahar, 1973.
- W. C. Mitchell: Os ciclos econômicos e suas causas, Abril, 1984 (1927)
- M. Niveau: História dos fatos econômicos contemporâneos, Dif. Eur. Livro, 1969.
- I. Rangel: O Brasil na fase “b” do 4º Kondratieff, in Ciclo, Tecnologia e Crescimento, Civ. Bras. 1982.
- I. Rangel: História da dualidade brasileira, Rev. Ec. Pol. nº 4, 1981.
- B. Rosier et P. Dockès: Rythmes économiques, crises et changement social, La decouvert, 1983.
- J. A. Schumpeter: Business cycles: a theoretical, historical and statistical analysis of the capitalist process. Mc Graw Hill, 1939, 2 vols.

## TEORIAS SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

### *I - Teorias sobre a industrialização brasileira e latino-americana*

A industrialização brasileira é tema de debate da nossa intelectualidade desde as décadas de 20 e 30. O. Brandão publicou *Agrarismo e Industrialismo* em 1926<sup>14</sup> e R. Simonsen divulgou em 1939 a primeira história da industrialização brasileira<sup>15</sup>. Nos dois casos trataram-se de intelectuais engajados, o primeiro, dirigente comunista e o segundo, líder industrial, ambos defensores da industrialização, numa época em que se considerava o Brasil como “país essencialmente agrícola” e cuja industrialização sofria grandes resistências dos setores ligados à divisão internacional do trabalho, interna e externamente. Assim, precocemente as esquerdas brasileiras tornaram-se, junto com a burguesia industrial, defensoras do processo de industrialização.

A industrialização brasileira recebeu um capítulo na *História Econômica do Brasil*, de C. Prado Jr., publicado em 1945<sup>16</sup> e mais tarde mereceu interpretações mais aprofundadas nos escritos de dois economistas ligados aos órgãos de planejamento governamentais. I. Rangel e C. Furtado<sup>17</sup>, publicados na década de 50. Paradoxalmente, o tema da industrialização só despertou o interesse dos professores universitários após a publicação de *Formação Econômica do Brasil*, de C. Furtado, quando o Departamento de Sociologia da USP entrou no debate, sobretudo F.H. Cardoso e O. Ianni<sup>18</sup>. No fundo, até então, a universidade não julgava a temática relevante, pois não percebia as dimensões econômico-sociais e políticas que o processo de industrialização já alcançava. O debate que se seguiu, com a participação de numerosos pesquisadores universitários brasileiros e estrangeiros, iria demonstrar o caráter controvertido das interpretações, tais como: 1) as

---

<sup>14</sup> Mayer, F. (1926) *Agrarismo e industrialismo*. Buenos Aires. Fritz Mayer foi o pseudônimo de Octávio Brandão, de tradição anarquista, que contribuiu desde 1922 para a implantação e crescimento do PCB e apontava a presença esmagadora de latifundiários no aparelho de Estado brasileiro na década de 20 e a necessidade de reforma agrária para a industrialização.

<sup>15</sup> Simonsen R. (1973) *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional., EDUSP, edição organizada por E. Carone. Simonsen foi fundador da CIESP (1928) e da FIESP e o líder industrial de maior prestígio no Brasil nas décadas de 30 e 40.

<sup>16</sup> Prado Jr., C. (1945) *História do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, escrita originalmente para o Fondo de Cultura Económica (México).

<sup>17</sup> Rangel, I. (1957) *Dualidade Básica da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, cujas idéias foram aplicadas por G. Paim (1957) *Industrialização e Economia Natural*. Rio de Janeiro: ISEB. Furtado, C. (1959) *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fundo Cultura. Rangel e Furtado publicaram vários outros textos.

<sup>18</sup> Cardoso, F.H. (1960) “Condições sociais da industrialização de São Paulo”. *Ver. Brasiliense* nº 28, e Ianni, O. (1960) “Fatores humanos da industrialização no Brasil”. *Ver. Brasiliense* nº 30, procuraram apontar os fatores sociais da emergência do mercado interno e dos capitais para a industrialização, pouco abordados por C. Furtado.

conjunturas de crise das exportações (guerras mundiais, crise de 1929 etc.) tinham sido favoráveis ou desfavoráveis ao avanço industrial?, 2) a condição de periferia do sistema mundial capitalista bloqueava ou não a industrialização? 3) a que classes sociais couberam as primeiras iniciativas industriais: aos fazendeiros, aos comerciantes de *export-import*, à pequena burguesia e outros setores populares? etc. Paralelamente, a questão da industrialização havia chegado na época ao próprio âmbito popular, onde também se veiculavam opiniões divergentes: a industrialização havia começado com Volta Redonda ou com a implantação das usinas hidrelétrica da Light? A indústria brasileira era multinacional? Etc. Desde então o avanço industrial brasileiro foi considerável, assim como se fez um longo percurso intelectual, que provocou alguns esclarecimentos, mais ainda hoje as interpretações continuam contrastantes, pois refletem as vinculações entre elas e as classes sociais interessadas no processo.

Nas esquerdas brasileiras três teorias referentes à economia brasileira em geral e à industrialização em particular, tiveram papel hegemônico na luta intelectual, sucessivamente: 1) a teoria da CEPAL, que popularizou a expressão “industrialização por substituição de importação”, dominou o ambiente cultural de 1955 a 1964, 2) a teoria da dependência, que teve grande aceitação no período seguinte ao golpe militar, enfatizou a subordinação da industrialização aos interesses do centro do sistema capitalista, 3) a teoria dos ciclos econômicos, com grande aceitação recente, reconhece o enorme dinamismo do processo de acumulação capitalista brasileiro.

### *1. As idéias da Cepal*

As idéias da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina – ONU) foram fortemente hegemônicas nas esquerdas brasileiras, e mesmo latino-americanas, dos fins da década de 50 até meados de 60. Elas surgiram fortemente ligadas aos processos de industrialização e aos problemas decorrentes, pois desde fins do século XIX grandes indústrias foram se instalando em todas as cidades portuárias brasileiras, desde Belém do Pará e São Luís do Maranhão até o porto do Rio Grande, criando uma nova realidade no interior da economia agroexportadora, sendo que o mesmo acontecia em quase toda a América Latina, como na Argentina, no México, na Colômbia etc.

No Brasil, R. Simonsen destacou a conjuntura da Primeira Guerra Mundial e da crise de 1929 como favorável à industrialização, em vista da incapacidade de importação do Brasil, inaugurando entre nós a visão de uma industrialização que se impulsionava nos momentos de crise das relações centro/periferia, substituindo importações tornadas

problemáticas pela queda das nossas exportações<sup>19</sup>. R. Simonsen foi também o primeiro a chamar a atenção para a necessidade do planejamento governamental como instrumento de aceleração da industrialização, combatendo as concepções antiintervencionistas de E. Gudin, para quem as vantagens comparativas internacionais ligadas às exportações agrícolas eram as que mais interessavam ao Brasil, nos moldes da política econômica da Velha República<sup>20</sup>.

Independentemente de R. Simonsen, na Argentina R. Prebisch analisou as relações comerciais entre América Latina e os países do centro do sistema capitalista desde o século XIX até após a Segunda Guerra Mundial, concluindo que os preços dos produtos primários exportados tinham a tendência a sofrer uma queda em relação aos produtos industriais importados, que significava uma tendência ao empobrecimento. A correção das tendências dependia da ruptura da divisão internacional do trabalho, via industrialização dirigida pelo Estado<sup>21</sup>. A deterioração dos termos de intercâmbio entre a América Latina e os centros dinâmicos capitalistas, segundo Prebisch, resultava da diferença de comportamento da demanda de produtos primários em relação à demanda de manufaturados, pois 1) a elevação da renda popular no centro não podia significar aumento proporcional de consumo de alimentos importados e 2) as matérias-primas compunham em menor proporção os produtos industrializados em vista do avanço tecnológico e do uso de sintéticos. Além disso, a abundância de mão-de-obra na periferia levava a tendência à queda dos salários e assim dos preços dos produtos primários, diferentemente da escassez da mão-de-obra no centro, que provoca aumento dos custos e elevação dos preços dos manufaturados. Assim, o fosso entre centro e periferia tendia a aumentar e sem intervenção estatal o processo era irreversível. Mas Prebisch, como os cepalinos em geral, não levava na devida conta o imenso avanço industrial que já estava em processo na América Latina, pois na Argentina já em 1929 o setor industrial alcançava 22,8% do PIB e atingia 14,2% no México e 11,7% no Brasil<sup>22</sup>.

A industrialização como processo de substituição é a tese central da Cepal, que parte dos obstáculos externos ao desenvolvimento. Como R. Simonsen e R. Prebisch haviam assinalado, a queda na capacidade de importação da economia, decorrente da permanente

---

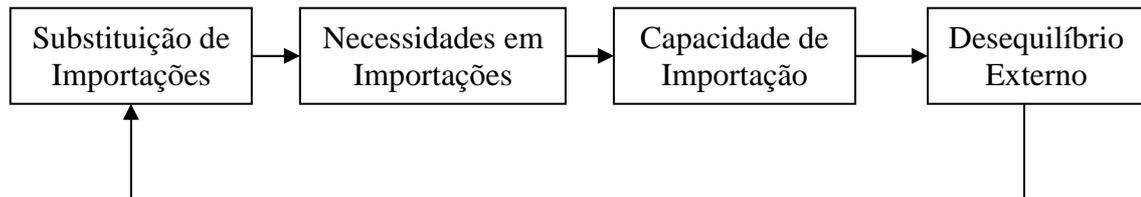
<sup>19</sup> Simonsen, R. *Evolução Industrial do Brasil*. Op. cit., p. 49.

<sup>20</sup> Gudin, E. & Simonsen, R.C. (1978) *A controvérsia do planejamento da economia brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA, 2ª ed., introdução de C. Von Doellinger. O pensamento de Gudin representava os interesses dos comerciantes de exportação e importação, das oligarquias agroexportadoras e do capital industrial da Inglaterra, todos derrotados pela revolução de 30, que discordavam que se transferissem, via Estado, recursos para as atividades industriais nascentes no Brasil, enquanto R. Simonsen defendia os interesses dos industriais brasileiros.

<sup>21</sup> Prebisch, R. (1950) *El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas*. Nova York: Cepal-ONU. Prebisch, alto funcionário do Banco Central da Argentina, desenvolveu suas idéias nas décadas de 30 e 40.

<sup>22</sup> Furtado, C. (1976) *A economia latino-americana*. São Paulo: Nacional, 2ª ed., p. 124.

dificuldade cambial e das crises do comércio internacional estimulava a produção industrial interna, que punha em ação um mecanismo circular, pelo qual toda nova etapa na substituição de importações implicava aumento das necessidades de novas importações superior ao crescimento da capacidade de importação, levando a um dispêndio de divisas superior à economia realizada, agravando o déficit externo, o que reincentivava o processo de substituição, conforme o esquema de G. Mathias<sup>23</sup>:



Tais obstáculos externos constituem também estímulos ao desenvolvimento industrial, como já foi assinalado, e além disso o avanço industrial era visível desde antes de 1930. Ainda assim, a queda dos termos de intercâmbio entre centro e periferia significava empobrecimento crescente, pois o excedente econômico criado na periferia acabava sendo transferido, na sua maior parte, para o centro pelos mecanismos de troca internacional, e o que restava na periferia, segundo a Cepal, absorvido improdutivamente pelas classes dominantes e médias perdulárias, em gastos ostentatórios. Percebe-se, assim, o caráter estagnacionista do raciocínio cepalino: 1) o comércio internacional era desfavorável, 2) o excedente econômico era, assim, absorvido em maior parte pelo exterior, 3) o excedente econômico que permanecia na periferia era desperdiçado<sup>24</sup>. Agravando o raciocínio cepalino estagnacionista, havia também obstáculos internos, como 1) a concentração de rendas muito grande, e assim o mercado consumidor era limitado para absorver a produção industrial, 2) a tecnologia importada, dado o avanço do centro, era de dimensões superiores às possibilidades do mercado, gerando unidades de grande porte, com capacidade ociosa, provocando custos elevados, além de que não absorvia mão-de-obra, restringindo ainda mais o mercado consumidor e exigindo, assim, correções no sentido de tecnologias mais modestas, compatíveis com as necessidades de industrialização periférica, 3) tendências à

<sup>23</sup> Mathias, G. (1983) *O Estado Superdesenvolvido*. São Paulo: Brasiliense, p. 139. Mathias faz a crítica da distinção entre fatores externos e internos das industrializações dos países latino-americanos, considerando que ambos participam de movimento único que compõe a economia mundial capitalista.

<sup>24</sup> Oliveira, F. (1981) *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes-Cebrap, 4ª ed., p. 13. O autor faz perigosa crítica às teorias cepalinas e dependentistas.

importação de modelos de consumo em consequência da concentração de rendas, provocando a produção precoce de artigos de luxo e o desperdício do excedente econômico, 4) o excedente sendo insuficiente, pela sua absorção externa e desperdício interno, havia necessidade de apelar para as poupanças externas, sob forma de empréstimos bancários ou inversões diretas.

A Cepal apontava como medidas corretivas dos bloqueios a adoção de reformas estruturais levadas a efeito pelo Estado, principalmente a reforma agrária, pois a concentração de terra provocava restrições insuperáveis ao mercado interno, impedindo o avanço industrial, além de que a agricultura latifundiária trabalhava com técnicas primitivas, gerando baixa produtividade e insuficiência de alimentos e matérias-primas nas cidades, e assim elevação dos custos industriais. A transferência de mão-de-obra da agricultura para a indústria provocaria automaticamente, na visão da Cepal, distribuição de renda, decorrente do aumento de produtividade, e a reforma agrária ampliaria o mercado interno, atendendo às necessidades do avanço da industrialização.

Os estudos empíricos de R. Simonsen e C. Furtado<sup>25</sup> enfatizaram a importância da introdução do trabalho livre na economia cafeeira, com a abolição da escravatura. Enquanto prevaleceu o trabalho escravo, as necessidades de consumo das fazendas de café foram atendidas pelas atividades de subsistência realizadas nas horas deixadas vagas pela cultura de exportação, ou pelas importações, que abasteciam o consumo dos fazendeiros. A mão-de-obra livre foi usada para atender exclusivamente à lavoura de café e era remunerada com dinheiro, o que permitia adquirir alimentos e produtos industriais. Os lucros da produção cafeeira se transferiam para as atividades industriais por intermédio do sistema bancário. Com o tempo as atividades industriais acabaram gestando um centro dinâmico na economia brasileira.

## 2. A teoria da dependência

No tempo em que a teoria da Cepal foi hegemônica nas esquerdas brasileiras (1955-64), houve bom entrosamento entre suas idéias e as do PCB. Formou-se uma verdadeira frente única entre as interpretações dos industriais e dos comunistas, como precocemente O. Brandão e R. Simonsen demonstraram, ao combater a idéia do Brasil “país

---

<sup>25</sup> Simonsen, R. *Op. cit.* e Furtado, C. *Op. cit.* Furtado apresentou vários capítulos sobre a economia cafeeira, no interior da qual se dá a gênese da industrialização, mas não tem um capítulo específico sobre essa gênese, conforme lembrou Martins, J.S. (1979) *O cativo da terra*. São Paulo: C. Humanas, p. 98.

essencialmente agrícola”, que servia aos interesses agroexportadores<sup>26</sup>. Segundo o PCB o latifúndio feudal dominante produzia gêneros de exportação, que interessavam aos países centrais, responsáveis pelo abastecimento do país em produtos industrializados, prejudicando a incipiente industrialização, que também era bloqueada pela pobreza da população rural, sem poder aquisitivo. O imperialismo controlava as finanças e o comércio de exportação, funcionando como uma bomba da sucção, carreando as riquezas nacionais para o exterior. O PCB se aproximava da Cepal pela visão estagnacionista, por admitir inversões industriais estrangeiras, desde que não norte-americanas e pela defesa das reformas de base, no início da década de 60, como indispensáveis à continuidade da industrialização.

Se as colocações de C. Furtado e da Cepal conseguiram aliados, sobretudo nas idéias do PCB sobre a industrialização brasileira, criaram também adversários. C. Furtado foi criticado por não ter desenvolvido empiricamente seu modelo explicativo, deixando de se referir mais explicitamente aos fatores sociais responsáveis pela criação do mercado interno e pela gênese dos capitais invertidos na industrialização, além de ter se restringido basicamente à análise da industrialização no interior da economia cafeeira, não dando atenção ao processo no conjunto brasileiro.

A ausência de referência à origem dos empresários nas análises de R. Simonsen e C. Furtado na verdade estava vinculada à necessidade de não ofender a poderosa oligarquia agrária, que divulgava a idéia de seu próprio papel diretor na implantação da atividade industrial. No entanto, autores marxistas como C. Prado Jr. e L. Basbaum<sup>27</sup>, entre outros, já haviam assinalado o papel fundamental dos imigrantes como os principais responsáveis pela gênese da industrialização brasileira. Por outro lado, F.H. Cardoso e O. Ianni<sup>28</sup> vincularam a criação do mercado interno aos estímulos da especialização provocados nas fazendas durante as conjunturas de valorização dos gêneros de exportação, que permitiam a produção por terceiros dos alimentos e produtos industriais. E nessas ocasiões, quando as atividades das fazendas de café tornavam-se muito lucrativas, geravam excedentes aplicáveis em outras atividades (estradas de ferro, indústrias, etc.), tese que posteriormente foi defendida por vários pesquisadores.

---

<sup>26</sup> Mantega, G. (1984) *A economia política brasileira*. São Paulo: Polis-Vozes, 2ª ed., cap. IV e Breares Pereira, L.C. (1982) *Seis interpretações sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Dados, nº 3, p. 173 ss.

<sup>27</sup> Prado Jr., C. *Op. cit.*, cap. Industrialização e Basbaum, L. (1957) *História Sincera da República*. Rio de Janeiro: Livraria São José, cap. Desenvolvimento Industrial e Capitalização.

<sup>28</sup> Cardoso, F.H. *Op. cit.* e Ianni, O. *Op. cit.*

Estas formulações visavam diminuir as interpretações que enfatizavam a importância dos imigrantes e assim combater a idéia do *self-made-man*, tão antipática à esquerda. Nesta direção W. Dean foi mais longe, insistindo no papel dirigente dos fazendeiros de café, que teriam conduzido a economia brasileira da agroexportação ao sistema industrial existente em meados do século XX, além de relacionar os avanços da industrialização com as épocas de prosperidade da economia cafeeira, criticando R. Simonsen e C. Furtado, que vinculavam a industrialização às crises do comércio exterior. Assim, já que o país não era mais “essencialmente agrícola”, os ideólogos da agroexportação trataram de se apropriar da industrialização<sup>29</sup>, como após 1964 iriam se apropriar da idéia da necessidade de intervencionismo estatal.

Com o golpe militar de 1964, as divergências no interior do bloco Cepal-PCB acabaram aflorando, dando origem à teoria da dependência, hegemônica nas esquerdas durante a segunda metade dos anos 60 e primeira dos anos 70. Logo após o golpe, C. Furtado via o Brasil como um “país sem futuro” e estagnado, pela paralisação dos investimentos industriais, pela pecuarização do campo etc.<sup>30</sup>. Os dependentistas reinterpretavam a história e analisavam a conjuntura econômico-política de uma nova maneira. Assim, os arcaísmos feudais apontados pela Cepal nada mais eram do que manifestações do subdesenvolvimento capitalista, pois o Brasil, como toda a América Latina, era visto como fruto da expansão capitalista da Europa, tendo sido capitalista desde seus inícios<sup>31</sup>. Em 1966-67 para C. Furtado o Brasil não tinha futuro, enquanto para os dependentistas não tinha passado.

Os dependentistas reconheciam que havia ocorrido na década de 50 um grande avanço na industrialização brasileira, diferenciando-se da análise Cepal-PCB, mas que isto se devia à maior dependência e atrelamento à economia mundial capitalista, sobretudo pela presença maciça das multinacionais no setor industrial. A burguesia nacional abdicara de sua independência, a industrialização tinha deixado de ser um processo autônomo para ser associado, num tripé constituído pelas multinacionais, estatais e privadas nacionais, como no caso da indústria automobilística, onde as estatais se encarregavam das chapas de aço, as

---

<sup>29</sup> Dean, W. (1971) *A industrialização de São Paulo*. Difel, p. 41 e 108 e Peláez, C.M. (1972) *História da industrialização brasileira*. Rio de Janeiro: APEC.

<sup>30</sup> Furtado, C. (1979) “Brasil: da república ao estado militar”. In: *Brasil tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª ed.: o texto original foi publicado na França em 1967.

<sup>31</sup> Frank, A.G. “Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano”. In: Pereira, L. *Urbanização e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 3ª ed.; publicado originalmente nos EUA em 1966.

privadas nacionais eram fornecedoras das autopeças e as multinacionais eram montadoras e detinham a liderança<sup>32</sup>.

Mas a industrialização havia criado mais problemas do que os existentes anteriormente, pois com um exército industrial de reserva numeroso e o uso de tecnologia sofisticada importada, a criação de empregos tinha sido pequena, a produtividade havia aumentado e os salários haviam caído, ocorrendo uma superexploração do trabalho e lucros extraordinários, situação que exigia a presença de ditaduras militares colonial-facistas. A dependência, que se tornou crescentemente interna à economia brasileira, se manifestava agora pelo crescimento das remessas de lucros e *royalties*, pagamento dos empréstimos externos etc., não dando margem à apropriação interna do excedente econômico. Além disso, com a contração do mercado interno a economia entrava em profunda crise, caracterizada como crise no processo de substituição de importações, pois as substituições “fáceis” já haviam sido realizadas. A solução encontrada havia sido a exportação de produtos industriais, passando o Brasil a ser um país sul-imperialista na América Latina<sup>33</sup>.

Estabelecia-se uma nova divisão internacional do trabalho, não mais de oposição nações periféricas (produtos primários) – nações centrais (produtos industrializados). Países como o Brasil eram chamados a exportar bens de consumo industriais (têxteis, calçados etc.) aos países centrais, numa aliança de classe dominantes do centro e da periferia, pois essas exportações contribuíam para baratear a reprodução da força de trabalho no centro e, por outro lado, mantinha-se intacto o monopólio de centro na produção de bens de equipamento, que exigia grandes inversões em pesquisas, inalcançável na periferia. Assim, a dependência se manifestava também por uma estrutura econômica de desequilíbrios setoriais, faltando o departamento de bens de equipamento, situado no exterior. O crescimento da economia brasileira só ocorreria quando a divisão internacional do trabalho favorecesse sua articulação no interior do sistema capitalista mundial<sup>34</sup>.

Apesar das aparentes diferenças, a teoria da dependência era uma extensão da visão cepalina à nova realidade da industrialização brasileira e do regime militar de 1964. Na sua análise, o excedente econômico era transferido para o exterior não apenas pelos mecanismos comerciais, mas pela remessa de lucros e *royalties*, pagamento dos empréstimos etc.; o acesso à tecnologia de ponta era impossível e o mercado interno estava comprimido, e assim

---

<sup>32</sup> Evans, P. (1980) *A trílice aliança*. Rio de Janeiro: Zahar.

<sup>33</sup> Mantega, G. *Op. cit.*, cap. 5, sobretudo as idéias de R.M. Marini, próximas da 4ª Internacional e dos geopolíticos argentinos, como Guglielmelli, J.E. (1979) *Geopolítica del Como Sur*. El Cid Editor, p. 142.

<sup>34</sup> Oliveira, F. *Op. cit.*, p. 12-3, onde as colocações dependendistas de F.H. Cardoso e E. Faletto são distintas das de A.G. Frank e R.M. Marini.

o avanço a novos níveis estava bloqueado. A teoria da dependência permanecia estagnacionista, num novo patamar, o do modelo “semi-industrializado” e articulado mundialmente como subimperialismo<sup>35</sup>. Era como se o Brasil tivesse passado de uma situação estática (país agrícola), por processos não muito claros, para uma nova situação estática (país semi-industrializado), da qual não tinha como sair.

Os dependentistas foram uma dissidência no seio da intelectualidade de esquerda antes ligada ao modelo Cepal-PCB. Essa dissidência ocorreu em toda a América Latina, como também entre os intelectuais de esquerda do centro do sistema, entre economistas (A.G. Frank), sociólogos (I. Wallerstein), geógrafos (Y. Lacoste) etc. Na América Latina essa dissidência era sobretudo política nas suas motivações e visava refuncionalizar os PC. Partindo da idéia de que não havia condições de crescimento econômico sob o capitalismo, apontava somente duas perspectivas possíveis: fascismo ou socialismo, e, assim sendo, a teoria da dependência funcionou como justificativa às guerrilhas, já que o capitalismo na periferia, como para a Cepal, não tinha futuro<sup>36</sup>.

### 3. Os ciclos de acumulação

Assim como a teoria da Cepal entrou em crise com o golpe militar de 1964, que desvendou as fraquezas desse modelo interpretativo, a teoria da dependência começou a entrar em crise em meados de década de 70, quando a contestação armada ao regime militar foi mingando e o “milagre” econômico comprovou a força do dinamismo industrial brasileiro e o governo Geisel pôs a economia em marcha forçada para a nova substituição de importações, dos insumos básicos e dos bens de equipamentos pesados<sup>37</sup>. Os dados econômicos mundiais, diferentemente das visões estagnacionistas, indicaram o extremo dinamismo da economia brasileira: de 14º PIB do mundo capitalista em 1965 (US\$ 19 bilhões), ela ascendeu à condição de oitavo em 1984 (US\$ 187 bilhões), registrando um crescimento de dez vezes, somente inferior ao do Japão (treze vezes) no centro do sistema, tendo nesse período ultrapassando Holanda, México, Suécia, Espanha, Austrália e Índia<sup>38</sup>.

Nestas circunstâncias foram sendo retomadas as idéias de I. Rangel, lançadas na década de 50, que constituíram a primeira visão teórica crítica ao modelo cepalino e por isso

---

<sup>35</sup> Salama, P. (1976) *O processo de subdesenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, entre outros autores adota a categoria “semi-industrializados” Note-se que, desde 1973, M. Santos refere-se `economia brasileira como industrializada subdesenvolvida. *Espaço e Sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979.

<sup>36</sup> Roxborough, P. (1981) *Teorias do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, cap. 9, foi o primeiro a indicar as relações entre a teoria da dependência e as tentativas de guerra de guerrilhas na América Latina, igualmente apontadas recentemente por F. Oliveira. *Folha de São Paulo*. 22/09/87.

<sup>37</sup> Castro, A.B. & Souza, F.E.P. (1985) *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

<sup>38</sup> Banco Mundial. *Relatório anual – 1986*. Rio de Janeiro: F.G. Vargas.

mesmo tinham que ser ocultadas pela maciça propaganda das idéias da aliança Cepal-PCB, dominantes na época<sup>39</sup>. Rangel destoava ao duvidar que o imperialismo fosse intrínseca e universalmente hostil ao desenvolvimento das forças produtivas nos países dependentes e que o capitalismo nacional fosse necessariamente favorável e apresentava uma teoria do capitalismo contemporâneo e suas especificidades no Brasil, inclusive as articulações de modos de produção a nível nacional e internacional<sup>40</sup>, ausente nas formulações cepalinas e empobrecidas nos dependentistas. Assim, para os cepalinos e dependentistas a crise econômica de 1962-67 constituía um “fechamento” do mercado interno e uma crise definitiva do modelo de substituição de importações, quando não passava de uma crise cíclica. Rangel partia da questão capital: por que se desenvolve o Brasil enquanto os cepalinos preferiam se perguntar por que o Brasil estava tão atrasado em relação ao centro do sistema.

Rangel foi o primeiro a assinalar, seguido mais de perto por P. Singer e F. Oliveira<sup>41</sup>, que a industrialização deu origem a um vigoroso modo de produção capitalista no interior da economia agroexportadora com forte setor natural, que desde a década de 20 gerava seus próprios ciclos médios, com fase expansiva seguida de fase recessiva. Tais ciclos levavam à expansão industrial dos investimentos, que se tornam ociosos nos momentos de insuficiência do consumo. A capacidade ociosa recém-instalada constituía poupança potencial, que podia dispensar a poupança externa para a retomada do desenvolvimento econômico no ciclo seguinte. O capitalismo brasileiro estava em condições de se expandir internamente mesmo quando eram desfavoráveis as relações externas, como ficou evidente na década de 30.

O ponto de partida do esquema explicativo de Rangel foi a constatação de que o sistema mundial capitalista vive fases de expansão e fases de depressão, isto é, cresce em ciclos de longa duração (ou Kondratieff de cinqüenta anos) e os médios (juglarianos de dez anos). Nas fases de expansão dos ciclos longos o centro do sistema tem necessidade de mais matérias-primas, alimentos e mercados consumidores da periferia, tendo interesse em aprofundar a divisão internacional do trabalho, incorporando novos territórios e realizando mais investimentos, tanto no centro como na periferia. Nas fases de depressão dos ciclos

---

<sup>39</sup> Rangel, I. (1957) *Introdução ao estudo do desenvolvimento econômico brasileiro*. Salvador: Univ. da Bahia, apresentou as primeiras críticas à Cepal, expostas em debate em Santiago do Chile, 1954, com J. Ahumada, cujas idéias foram publicadas depois. *Teorías y programación del desarrollo económico*. Santiago: ILPES, 1967; Mantega, G. *Op. cit.* classifica, erroneamente Rangel como cepalino.

<sup>40</sup> Rangel, I. (1968) *Dualidade básica...* e o prefácio a R. Losada Aldana. *Dialética do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

<sup>41</sup> Singer, P. (1982) *Desenvolvimento e crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª ed. E Oliveira, F. *Op. cit.*

longos, diminuindo o ritmo econômico do centro do sistema, vai ocorrendo contração das quantidades e dos preços das matérias-primas e alimentos produzidos na periferia. Como os recursos em uso na periferia estavam voltados em parte ao atendimento do comércio internacional, sob formas de terras, trabalhadores e capitais, eles entravam em ociosidade parcial nessas fases depressivas, forçando a procura de utilizações rentáveis, elevando a economia de alguns países periféricos a se concentrarem na produção de artigos tradicionalmente importados<sup>42</sup>.

Na fase depressiva do primeiro Kondratieff (1815-48), diante da contração do comércio internacional, os fazendeiros passavam a usar parte de suas terras e escravos na produção de subsistência, como no caso dos tecidos grosseiros para uso interno dos latifúndios, assim como na fase depressiva seguinte (1873-96), a substituição de importações adquiriu o caráter de pequena produção mercantil nas oficinas de reparos trabalhadas por “negros de ganho”, que se multiplicaram nas cidades brasileiras e de algumas grandes fábricas de tecidos. Esta industrialização nascente desde 1880 continuou a crescer nas fases de expansão do comércio internacional (1896-1921), pois o Brasil reagia positivamente aos estímulos do centro e também já contava desde os fins do século XIX com tarifas destinadas a atender às necessidades fiscais do Estado brasileiro, que funcionavam como barreiras protecionistas. Assim, é irrelevante, até certo ponto, a discussão acadêmica sobre se a industrialização foi mais rápida com a expansão ou contração do comércio internacional, já que nas duas conjunturas o processo industrial avançou<sup>43</sup>.

À medida que avançava, a industrialização ia gerando um centro dinâmico interno, que na década de 20 já era considerável, pois a indústria, principalmente o ramo têxtil, era o setor mais importante da economia brasileira após o café. Criava-se um setor industrial, que passava a ter seu próprio dinamismo, que se manifestava nos ciclos juglarianos brasileiros. Cada ciclo médio correspondeu a um degrau na escada da substituição de importações: indústria de bens de consumo simples, indústrias de materiais de construção, indústria de bens de consumo duráveis e indústrias químicas e mecânicas pesadas. Isto explica por que a limitação do mercado determinado pela concentração de renda não foi um empecilho, mas até um estímulo à industrialização, tornando desnecessária a reforma agrária, pois os lucros obtidos no setor de bens de consumo simples (têxtil etc.) iam sendo aplicados nas indústrias de materiais de construção, como no caso dos grupos Votorantim, Matarazzo, Jafet, etc.,

---

<sup>42</sup> Rangel, I. (1981) “História da dualidade brasileira”. São Paulo: Rev. *Econ.Política*. nº 4.

<sup>43</sup> Rangel, I. (1985) *Economia: milagre e antimilagre*. Rio de Janeiro: Zahar.

substituindo as novas importações que se faziam. Além disso, a partir da implantação do setor de materiais de construção (cimento, ferro, azulejo etc.), os grupos que se estabeleceram primeiro conseguiram oligopolizar o mercado, dispondo de superlucros crescentemente aplicáveis em novas substituições de importações.

Na passagem de um ciclo juglariano a outro foram necessárias medidas institucionais que facilitassem as substituições de importações, como o controle do câmbio, o confisco cambial do café, as reservas de mercado, as prioridades às importações de equipamentos não produzidos internamente, os incentivos fiscais e creditícios etc. Evidentemente, o Estado que chegou ao poder em 1930, no qual os industriais foram sócios minoritários, foi indispensável ao bom sucesso deste percurso, e a concentração de rendas, fortemente ligada à ausência de reforma agrária, só passou a ser empecilho atualmente, à medida que o edifício industrial se completou, alcançando o limite final da substituição de importações com a recém-implantada indústria mecânica pesada, tornando necessário um novo pacto de poder e um novo modelo de crescimento econômico-social.

## *II - Ciclos Longos e Inserção do Brasil na Economia Mundial: Transição para a Economia Industrial*

Combatendo a teoria das vantagens comparativas do comércio internacional, que apontava os benefícios para a periferia da sua inserção como produtora de bens primários, a CEPAL, na sua análise das relações centro-periferia, insistia na degradação das relações de troca e assim na oposição entre nações periféricas frente às nações do centro do sistema capitalista em consequência do bloqueio imposto ao desenvolvimento da periferia. Por sua vez, a teoria da dependência, constatando o avanço da industrialização na periferia, apontava para a existência de uma aliança de interesses das classes dominantes centrais e periféricas e para as oportunidades de avanço da industrialização dependente, capturada pelas multinacionais, nas conjunturas favoráveis da divisão internacional do trabalho (DIT). A teoria dos ciclos econômicos capitalistas (I. Rangel) apontava a possibilidade de expansão capitalista nos países como o Brasil, tanto nas fases de expansão do sistema capitalista mundial e da DIT, como nas fases de contração, tendo em vista a existência de um setor interno industrial, com dinamismo próprio como ficara demonstrado na década de 30<sup>44</sup>.

Para um conhecimento mais correto das relações centro-periferia é necessário considerar os processos de funcionamento do sistema capitalista mundial, em particular os

mecanismos de gênese e ação dos ciclos longos (Kondratieff) no interior das economias centrais capitalistas, nas relações centro-periferia em geral, bem como em particular suas conseqüências no comércio internacional e nas possibilidades de reação ativa ou passiva dos diferentes segmentos geográficos e setoriais da periferia às conjunturas internacionais desfavoráveis.

### *1. Os ciclos longos e as relações centro-periferia capitalistas*

#### *Os ciclos longos na história do capitalismo central*

O sistema capitalista teve origem na Inglaterra no século XVI, com a implantação das manufaturas têxteis de lã e dos arrendamentos capitalistas na agricultura, destinados a criação de carneiros, etc. Antes disso, e paralelamente, os capitais comerciais portugueses e espanhóis haviam lançado as bases das trocas comerciais e das pilhagens coloniais, seguidos pelos capitais comerciais ingleses, holandeses e franceses. Onde a economia capitalista manufatureira e agrícola pouco avançava, como em Portugal e Espanha, os impérios coloniais reforçaram o feudalismo interno e barraram a transição ao capitalismo: o ouro da América deu mais vida ao feudalismo, do que acumulação primitiva ao capitalismo ibérico<sup>45</sup>. Naqueles países nos quais a economia manufatureira já havia avançado, como na Holanda e na Inglaterra, ocorreram revoluções burguesas precoces, nos séculos XVI e XVII respectivamente, tornando os impérios coloniais bases da acumulação primitiva capitalista, onde as trocas e pilhagens favoreciam a expansão da manufatura e não a sobrevivência do feudalismo nas metrópoles. Assim, não se deve tomar ao pé da letra a afirmação de que era a supremacia comercial que dava margem, na época, à supremacia manufatureira<sup>46</sup>. Não há dúvida, entretanto, que a expansão das manufaturas, nascentes na Inglaterra acopladas ao mercado interno, exigiam a conquista de novos mercados e assim expansão comercial, conquistada de novas colônias. Os séculos XVI e XVII foram por excelência o período áureo do capital comercial europeu, responsável pela nascente "Economia-mundo européia"<sup>47</sup>, na qual ocorreram diferentes graus de integração com a periferia em formação: as áreas de "plantations" escravistas no Brasil, Antilhas e Sul dos EUA foram as mais

---

<sup>44</sup> RANGEL, I. Introdução... Cap.3 e OLIVEIRA, F. op. cit., p. 12 e seguintes.

<sup>45</sup> VILAR, P. Ouro e moeda na História: 1450-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, Cap. XVI e XVII discute as conseqüências negativas do ouro colonial no desenvolvimento capitalista da Espanha.

<sup>46</sup> Formulação clássica de Marx sobre o período mercantilista.

<sup>47</sup> WALLERSTEIN, I. The modern world-system. N. York: Academic Press, 1974. Poderíamos dizer, apoiados em P. Vilar, discordando de I. Wallerstein e A.G. Frank, que os impérios coloniais ibéricos foram feudais, enquanto o Império Inglês já nasceu capitalista no século XVII.

integradas, seguidas da Europa Oriental (Prússia, Polônia, Hungria etc.) e América Espanhola, onde dominou o trabalho servil, reforçada no primeiro caso, a chamada segunda servidão, ou por substituição dos modos de produção asiáticos existentes anteriormente entre os astecas, incas e maias. As economias tribais africanas, que forneciam os escravos para a América, as economias asiáticas auto-suficientes da Índia e da China, abastecedora, de artigos de luxo e as áreas de pequena produção mercantil da Nova Inglaterra e do Canadá mantiveram relações menos intensas com o capital comercial europeu.

A articulação entre o centro e a periferia era realizada pelo capital comercial europeu e assim as formações sócio-espaciais periféricas eram compostas de dois setores: o capital mercantil europeu presente na colônia e na metrópole e as estruturas produtivas internas que sozinhas não conseguiam definir um modo de produção. Na verdade, a escravidão brasileira ou a servidão na América espanhola eram mais complexas do que a escravidão romana antiga ou o feudalismo europeu, pois não eram puras e sim criações simultâneas do capital comercial europeu, que obtinha super-lucros exportando aos preços mais altos e importando os preços mais baixos e para isto impunha na periferia relações de trabalho compulsórias. No processo de emergência do capitalismo foram nascendo formações sociais duais na periferia (capital comercial mais trabalho compulsório), na expressão de I. Rangel, que não podiam ser entendidas na estrita extensão do território colonial, como a escravidão no Brasil, que consistiu numa articulação que abrangia a produção de mercadorias e subsistências no Brasil, a reprodução da força de trabalho na África e a acumulação de capital principalmente na Europa ocidental<sup>48</sup>.

A economia-mundo européia foi sujeita às oscilações cíclicas de longa duração, que consistiram num movimento secular, com uma fase de grande expansão no século XVI e outra fase depressiva no século XVII. A fase expansiva correspondeu à implantação das manufaturas na Inglaterra e Holanda e às descobertas marítimas e coloniais sobretudo portuguesas e espanholas. A manufatura consistia num sistema avançado de organização do trabalho, com sua divisão interna, mas era tecnicamente conservadora, na medida em que era artesanal<sup>49</sup>. Uma vez implantado, o sistema se expandia horizontalmente, sem maiores renovações técnicas de capital intensivo. Provavelmente por esta razão o século XVII foi marcado pela baixa conjuntura, pois o sistema manufatureiro não podia sofrer alterações

---

<sup>48</sup> RANGEL, I. Dualidade básica... Cap. 1 e 2 e Prefácio...; NOVAIS, F. Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial. São Paulo: Cadernos CEBRAP 17, 1974.

<sup>49</sup> SWEEZY, P. Capitalismo moderno. Rio de Janeiro: Graal, 1977, p. 131 e seguintes.

verticais, além de que os territórios coloniais conquistados no século XVI não foram ampliados e as guerras comerciais se restringiram mais a disputá-los<sup>50</sup>.

Durante o século XVII a depressão econômica que se manifestou na Europa, exceção da Holanda, provocou grande diminuição do comércio colonial e assim queda da produção dos gêneros coloniais, principalmente no período 1620-1670. A periferia, aparentemente, permaneceria deprimida, mas os acontecimentos históricos mostraram que na Índia, no Brasil, nas colônias americanas da Espanha e mesmo num país então semi-periférico como Portugal, haviam potenciais disponíveis à expansão de produções destinadas aos mercados internos, até então abastecidos pelo capital mercantil europeu.

Na Índia houve forte crescimento das manufaturas têxteis, que provocou conjuntura econômica favorável ao comércio, à agricultura, etc. No Brasil e na América espanhola desenvolveram-se a pecuária e a agricultura destinadas ao abastecimento interno e nas cidades do México, Peru, Chile, etc. desenvolveram-se manufaturas de tecidos de algodão e lã, grandes (obrajes) e pequenas (trapiches), manufaturas reais de cigarros e pólvoras, fábricas de louças e chapéus, etc. que floresceram exatamente nas conjunturas de depressão do comércio colonial nos séculos XVII e XVIII<sup>51</sup>. A mesma relação entre depressões comerciais e arranques industriais ocorreu em Portugal, onde a queda dos preços do açúcar, tabaco, cravo, etc. acabou provocando no período 1670-1690 o primeiro impulso industrialista, de tipo colbertiano, interrompido com a elevação dos preços dos gêneros coloniais nos fins do século XVII. Nos séculos seguintes, depressões comerciais continuaram a estimular reações industrializantes em Portugal<sup>52</sup>.

O período mercantilista e manufatureiro do capitalismo apresentou fases de expansões e depressões comerciais, além de ter estimulado na periferia 1) relações de produção que se subordinavam ao capital comercial europeu e 2) o desenvolvimento das

---

<sup>50</sup> HOBBSAWM, E. As origens da Revolução Industrial. São Paulo: Global, 1979. A crise geral de economia européia no século XVII.

<sup>51</sup> FRANK, A.G. Acumulação mundial - 1492-1789. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, p. 122 e seguintes; HUMBOLDT, A. *Essai politique sur le royaume de la Nouvelle Espagne*. Paris: Lib. J. Renouard, 2.ed. 1827. Humboldt visitou em 1803 a cidade de Queretaro, no México, onde assinalou a existência de 20 grandes manufaturas têxteis e 300 pequenas, que transformaram naquele ano 970 toneladas de lã bruta, além da gigantesca manufatura real de cigarros, que empregava 3.000 pessoas, das quais 900 mulheres, conforme Cap. XII do livro V. Deve-se lembrar que na Espanha a manufatura real de cigarros localizava-se, na mesma época, em Sevilha, num prédio tão grande, que abriga hoje a Universidade.

<sup>52</sup> MAGALHÃES GODINHO, V. Le Portugal, les flottes du surce et les flottes de l'or. In: SERRÃO, J e MARTINS, G. Da indústria portuguesa. Lisboa: Horizonte, 1978, p. 223 e seguintes, onde aponta as depressões comerciais de 1670-1690, 1716 e anos seguintes, 1769-1778, 1808-1826, 1834-1850 etc., as duas últimas ligadas aos ciclos longos industriais ingleses; VICENS-VIVES, J. Manual de história econômica de España. Barcelona: Ed. Vicens-Vives, 5.reed., 1979, Cap. 30 aponta, igualmente, reações manufatureiras na Catalunha no final do século XVII, na mesma linha de VILAR, P. *La Catalogne dans l'Espagne Moderne*, tome I, Paris: Le Sycomore, 1982, p. 638 e seguintes; MARTINS, R.B. A indústria têxtil doméstica de Minas Gerais no século XIX. In: 2º Seminário sobre a economia mineira. Diamantina: DEDEPLAR-UFMG, 1983, enfatiza a tendência a auto-suficiência artesanal na economia mineira da segunda metade do século XVIII, discordando das colocações de C. Furtado (Formação...), que negou a reação endógena.

forças produtivas mesmo nas fases de depressões comerciais, inclusive na semiperiferia ibérica. O que se passou no período industrial do capitalismo?

### *Comércio internacional e modos de produção no Brasil*

Os contemporâneos da grande depressão da segunda metade do século XIX (1873-1896), como F. Engels, haviam percebido a existência de um período prolongado de contração econômica, mas somente os estudos de estatística econômica de N. Kondratieff, publicados em 1926, demonstraram a evidência empírica dos ciclos longos, nos quais se alternavam fases de expansão e fases de depressão econômicas<sup>53</sup>. Assim, desde a primeira revolução industrial sucederam-se quatro ciclos longos, com um primeiro período expansivo (a) e um segundo depressivo (b), totalizando cinquenta anos cada um, aproximadamente, como se segue:

	(a)	(b)
1º ciclo longo de Kondratieff	1790-1815	1815-1848
2º ciclo longo ou Kondratieff	1848-1873	1873-1896
3º ciclo longo ou Kondratieff	1896-1920	1920-1948
4º ciclo longo ou Kondratieff	1948-1973	1973-1996(?)

Os ciclos longos desempenharam e continuam desempenhando papel fundamental no funcionamento do sistema capitalista. A fase expansiva do primeiro ciclo longo (1790-1815) correspondeu ao auge da primeira revolução industrial (Inglaterra), ponto de partida dos ciclos industriais longos (Kondratieff) e médios (Juglar) e do capitalismo concorrencial, que se estendeu historicamente pelos dois primeiros ciclos longos (1790-1896). Na fase depressiva do segundo ciclo longo (1873-1896) aceleraram-se as mudanças que transformaram o capitalismo concorrencial em monopolista e imperialista, bem como foram lançadas as bases da segunda revolução industrial (EUA e Alemanha). O capitalismo monopolista tem correspondido ao terceiro e quarto ciclos e mesmo o planejamento keinesiano, vigente desde a década de 30 no centro do sistema, não impediu a eclosão de nova fase depressiva, iniciada em 1973, durante a qual parecem estar em gestação as inovações técnicas e outras mudanças que permitem pensar numa terceira revolução

---

<sup>53</sup> F. ENGELS em 1892 foi o primeiro a chamar a atenção para a grande depressão da segunda metade do século XIX no prefácio à segunda edição alemã de *La situation des classes laborieuses en Angleterre*. Paris: Costes, 1933. M. DOBB analisou a referida depressão em *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973 (primeira edição inglesa de 1945), pp. 366-391, assim como outros economistas marxistas, mas foi N. KONDRATIEFF em 1926 o primeiro a sistematizar e explicar os ciclos longos em *Las ondas largas de la coyuntura*. Madrid: Revista de Occidente, 1946.

industrial, que deverá se abrir na década de 90 (Japão?). Estas rápidas observações levam a concluir que os ciclos longos fazem parte do cerne do capitalismo e de sua periodização<sup>54</sup>.

O capitalismo tem funcionado à base de longas fases de investimentos crescentes, expansão e euforia, como no após segunda-guerra mundial e de fases de queda do nível dos investimentos, depressão e pessimismo, como está acontecendo desde 1973. Como explicar esta alternância sucessiva de expansão-depressão? Ao introduzir a máquina-a-vapor, a revolução industrial inglesa permitiu a elevação da taxa de lucro e provocou o rápido desaparecimento das manufaturas e artesanatos na Inglaterra. Mas à medida em que esta inovação foi entrando em todos os ramos industriais, ela foi esgotando paulatinamente as áreas carentes de investimentos e baixando a taxa média do lucro, criando uma situação desinteressante ao capital e abrindo, assim, um período depressivo (1815-1848). Ao se esgotarem as possibilidades de avanço da máquina-a-vapor no setor industrial, o capitalismo inglês adotou duas alternativas: 1) expansão do comércio internacional, com a crescente penetração de seus tecidos em novos mercados, sucessivamente Índia colonial, América recém-independente e China após a guerra do Ópio (1842), cujos artesanatos e manufaturas foram sendo destruídos e 2) estímulos às invenções que permitissem a aplicação da máquina-a-vapor aos meios de transporte continentais e oceânicos, que haviam se mantido "manufatureiros". Enquanto a primeira opção correspondia a uma acumulação extensiva, horizontal e geográfica, a segunda era uma opção que provocou logo depois acumulação intensiva e vertical, rejuvenescendo e dinamizando a Inglaterra quando foi posta em prática maciçamente, abrindo nova fase expansiva do capitalismo (1848-1873), baseada na utilização crescente dos trens e navios-a-vapor em todos os quadrantes do mundo<sup>55</sup>.

Passada a grande fase de investimentos na modernização dos transportes, que permitindo baratear seus custos deu novo impulso à divisão internacional do trabalho patrocinada pela indústria inglesa, os negócios voltaram a se contrair no período 1873-1896, fase depressiva do 2º Kondratieff. Nesta fase as fusões industriais se aceleraram na Inglaterra e o capital industrial foi penetrando no setor bancário, resultando no capitalismo monopolista e financeiro. Diante da queda do comércio internacional, o poder militar inglês se encarregou de abrir novos mercados na África e na Ásia, lançando as bases da etapa imperialista do capitalismo, como parte do processo de acumulação extensiva e horizontal.

---

<sup>54</sup> RANGEL, I. O Brasil na fase "b" do 4º Kondratieff. In: *Ciclo, Tecnologia e crescimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, lembra a referência de Schumpeter aos ciclos como não sendo simples amígdalas no corpo do capitalismo.

<sup>55</sup> NIVEAU, M. *História dos fatos econômicos contemporâneos*. São Paulo: Difel, 1969; MAURO, F. *História econômica mundial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

A Inglaterra não reagiu à depressão de 1873-1896 de maneira dinâmica, diferentemente dos EUA e Alemanha, até então atrasados, que foram os lugares onde ocorreram as invenções que permitiram a eclosão da segunda revolução industrial (linha de montagem, eletricidade, química etc.), no final do século XIX e inícios do século XX<sup>56</sup>.

### *Ciclos longos e reações econômicas no Brasil*

As relações centro-periferia criadas pelo capital comercial no século XVI e reforçadas pela manufatura capitalista que sustentaram uma grande variedade de trabalhos compulsórios na periferia, intensificaram-se no século XIX com o crescimento do capitalismo industrial inglês, responsável pela passagem dos modos de produção escravistas e asiáticos periféricos aos modos de produção feudais periféricos<sup>57</sup>.

Nas fases expansivas dos ciclos longos (1790-1815 e 1848-1873), os investimentos no centro como na periferia cresciam. A expansão da Inglaterra determinava maiores aquisições de matérias-primas e alimentos da periferia, que sofria extroversão em decorrência de um crescimento proporcionalmente maior do comércio internacional em relação à economia. Nas fases depressivas dos ciclos longos emanados do centro (1815-1848 e 1873-1896), as compras de matérias-primas e alimentos da periferia decresciam bem como os preços, ocorrendo contração da DIT mais do que proporcional à economia, grande ociosidade de capital-dinheiro, terras e força de trabalho voltados à produção exportadora, provocando tendências desiguais à estagnação ou ao crescimento para dentro, pela via de substituição de importações<sup>58</sup>. O comércio internacional acompanhou rigorosamente os ciclos longos como se pode perceber nos dados de W.W. Rostow<sup>59</sup>, que calculou suas taxas anuais médias de crescimento por, períodos: 1860-70 (5,5%), 1870-1900 (3,2%), 1900-13 (3,7%), 1913-29 (0,7%), 1929-38 (-1,15%) 1938-48 (0,0%), 1948-71 (7,3%), com avanço ou recuo da DIT nas fases expansivas e depressivas da economia mundial respectivamente.

Os dados organizados por H. Bruit<sup>60</sup>, referentes ao comércio exterior de cinco países latino-americanos no período 1850-1914, confirmam as tendências de abertura e fechamento das economias nacionais ao comércio internacional, mas servem para distinguir dois tipos de reações diferentes. Brasil, México e Colômbia caracterizavam-se por uma

---

<sup>56</sup> NIVEAU, M. op. cit.; MAURO, F. op. cit.; BEAND, M. *História do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

<sup>57</sup> RANGEL, I. Dualidade básica... e Prefácio a R. Losada Aldana...

<sup>58</sup> RANGEL, I. A história da dualidade brasileira. *Rev. Econ. Pol.*, nº 4, 1981, p. 17 e seguintes.

<sup>59</sup> ROSTOW, W.W. *The world economy, history and prospect*. Univ. Texas Press, 1978, citado por BEAUD, M. op. cit., p. 312.

<sup>60</sup> BRUIT, H. *Acumulação capitalista na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1982, gráfico 2, p. 50 e RANGEL, I. A história da dualidade... quadros I e II, p. 34.

inserção moderada na DIT durante o período: o comércio exterior por habitante, apesar de variar conforme os estímulos emanados do centro do sistema, não se ampliou nitidamente. Assim, o Brasil partiu de menos de £4 (1850-54), tendo atingido pouco mais de £6 em 1870-74 e 1880-84, caindo para £3 em 1900-04 e não alcançando £5 em 1910-14. Já a Argentina e Chile apresentaram crescente inserção na DIT: a Argentina partiu de £5,5 em 1860-64 e apesar das leves oscilações cíclicas, ultrapassou £20 em 1910-14. A Argentina e o Chile, em decorrência da crescente demanda internacional de trigo, carnes e lã no primeiro caso e de nitratos no segundo caso, se abriram fortemente à DIT no século XIX, enquanto Brasil, México e Colômbia continuavam a desenvolver na mesma época economias voltadas ao mercado interno nos períodos de depressão externa (Gráfico 1).

I. Rangel<sup>61</sup> foi o primeiro a relacionar a estrutura e evolução da formação social brasileira aos modos de produção dominantes no centro do sistema. O escravismo como criação do capital comercial europeu, nas condições específicas das forças existentes em certas áreas da periferia, estava maduro para assumir o poder no Brasil durante o período depressivo do 1º Kondratieff (1822), em sociedade com o capital comercial brasileiro, que se havia formado nas principais praças portuárias. (Rio, Recife, Salvador, etc.), ao longo do período colonial, como dissidência do capital comercial português. Esta aliança de classes dominantes brasileiras havia rompido sua subordinação ao capital comercial da metrópole portuguesa e passava a se relacionar com o capital industrial inglês, ao redor do qual passou a girar de 1808 a 1930. No período depressivo de 2º Kondratieff (1876-96) ocorreu outro reajuste de classes dominantes e do pacto de poder interno: os senhores de escravos cederam a hegemonia e se transformaram em senhores de terras, como dirigentes subalternos. No período depressivo do 3º Kondratieff (1930), os senhores de terras assumiram a hegemonia, aliados aos industriais dissidentes do capital comercial interno e substituíram a dependência ao capital industrial inglês pela subordinação ao capital financeiro norte-americano, mais dinâmico.

As relações sociais no interior da formação social brasileira alcançaram graus de maior tensão nos períodos depressivos dos ciclos longos, como as lutas regionalistas que sacudiram o Brasil durante o período regencial (Balaiada, Cabanada, Farrapos, etc.), as rebeliões que antecederam a Abolição – República, o Tenentismo das décadas de 1920-30, que conduziram à reformulação dos pactos de poder dominantes<sup>62</sup>. Por outro lado, tais

---

<sup>61</sup> RANGEL, I. Dualidade básica... e a Hist. dualidade...

<sup>62</sup> Deve-se notar que as fases depressivas dos ciclos longos foram não só no Brasil como também na península ibérica, América espanhola e outras regiões períodos de lutas sociais intensas, como a combinação entre lutas de classes e lutas entre dissidências regionais e o poder central em toda a América Latina de 1820 a 1850, conforme indicou para o Brasil I. RANGEL, I. A hist. dualidade...

pactos, envolvendo igualmente as forças sociais dominantes no centro do sistema, apesar de vigentes em toda a periferia, tiveram suas especificidades em cada formação social nacional: a revolução de 1930 no Brasil apeou do poder os setores agro-exportadores, que na Argentina, na mesma época, tiveram seu poder reforçado, com conseqüências desiguais no processo de substituição de importações<sup>63</sup>.

Os pactos de poder se fizeram acompanhar da luta pela hegemonia das idéias econômicas. A política inglesa de ampliação do comércio internacional encontrou defensores na América Latina de após-independência: os chamados "liberais", como o visconde de Cairu e Jovellanos, mas a conjuntura depressivo de 1815-1848 favoreceu a defesa das idéias chamadas "conservadoras", de intervenção do Estado, protecionismo e defesa da mercado interno. Com o avanço da DIT após 1848, os "liberais", apoiados pela Inglaterra tornaram-se vitoriosos e tomaram medidas de abertura, em prol do livre-comércio<sup>64</sup>.

O século XIX apresentou duas fases depressivas prolongadas (1815-48 e 1873-96), durante as quais as reações à penetração das mercadorias inglesas variaram conforme os pactos de poder existentes na periferia. Assim, comparando os exemplos da Índia Britânica, Brasil e México, percebemos que por volta de 1820-30 as tarifas de importações mais baixas eram cobradas na Índia (3% ad-valorem), seguidas pelas brasileiras (15%) e as mais altas eram as do México, que alcançavam 40%<sup>65</sup>. Certamente estas taxas diferentes relacionavam-se com a falta de autonomia política da Índia Colonial, a independência brasileira realizada sob proteção inglesa e o processo de lutas intensas que provocaram a independência do México. Assim, nesse período, teve seqüência a invasão de tecidos ingleses na Índia Colonial, no Brasil e no México, mas na periferia latino-americana houve uso das capacidades ociosas criadas na depressão de 1815-48. No México, por exemplo, o governo independente tornou-se protecionista e industrialista. Sob a liderança do ministro L. Alamán não só manteve altas as tarifas de importação, como criou o Banco de Avio, responsável

---

<sup>63</sup> MURMIS, M. e PORTANTIERO, J.C. Estudo sobre as origens do peronismo. Cap. 1. São Paulo; Brasiliense, 1973; MAMIGONIAN, Armen. O processo de industrialização da América Latina: o caso brasileiro. São Paulo: Orientação USP n° 8, 1988.

<sup>64</sup> Jovellanos e Visconde de Cairu foram exemplos de "liberais". JOVELLANOS, G.M. (1744-1811), político e economista espanhol, defendia o livre-comércio e exerceu grande influência da América espanhola. Cf. SILVA HERZOG, J. Antologia del pensamiento economico-social I, México: Fondo de Cultura Económica, 1963, pp. 280-290. L. Alamán e Alves Branco foram exemplos de ministros protecionistas no México e no Brasil da primeira metade do século XIX. Deve-se notar que as idéias protecionistas apareciam em todos os quadrantes em que se combatiam o domínio inglês, como mostra a publicação em 1841 de "Sistema nacional de economia política", de F. LIST.

<sup>65</sup> PANIKKAR, K.M. A dominação ocidental na Ásia. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; PRADO JR., C. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1945; HERRERA CANALES, I. El comercio exterior de México: 1821-1875. México: El Colegio de México, 1977.

pelo financiamento de várias fábricas têxteis modernas implantadas neste período<sup>66</sup>. A reação brasileira foi mais modesta, em vista dos compromissos assumidos pelo Estado no processo de independência, mas eficiente. A ociosidade de terras e braços antes voltados à exportação foi canalizada à produção de alimentos e matérias-primas e à produção de tecidos, móveis, roupas, etc. que realizavam uma substituição de importações no interior das fazendas escravistas. O capital comercial brasileiro, que também se tornou ocioso, deu origem aos primeiros bancos comerciais privados de 1838 a 1847 no Rio, Salvador, São Luiz, Belém e Recife, além de que o enfraquecimento das finanças públicas em consequência da queda das receitas cambiais, levou o Estado brasileiro a baixar em 1844 as primeiras tarifas fiscais e protecionistas de nossa história<sup>67</sup>.

O avanço da DIT nos anos 1848-73 provocou nova extroversão nas economias periféricas e o enfraquecimento dos setores ligados à substituição de importações realizadas anteriormente: no México as tarifas foram afrouxadas a partir de 1856 e no Brasil a partir de 1857, provocando desindustrialização entre nós, que se manifestou, por exemplo, no fechamento do estaleiro naval do Barão de Mauá<sup>68</sup>. Na verdade, ao longo de todo o século XIX as tarifas de importação variaram na Europa Continental como também na periferia em vista das expansões e depressões da economia industrial inglesa, baixando e subindo respectivamente, num movimento inverso<sup>69</sup>.

## *2. Ciclos longos, substituição de importações e industrialização brasileira*

A industrialização brasileira nasceu sob o signo das relações mundiais de nossa economia, ao influxo dos ciclos emanados do centro do sistema capitalista, tendo adquirido um impulso extraordinário desde a revolução de 1930, em conjuntura de forte contração do comércio internacional, continuando seu avanço rápido no após-guerra, mesmo com a recuperação do sistema mundial capitalista.

---

<sup>66</sup> O Banco de Avio funcionou de 1830 a 1842, tendo se constituído num banco estatal de desenvolvimento econômico. O período 1837-1846 foi radicalmente protecionista, visando proteger as quatro fábricas de tecidos de algodão já em funcionamento em 1837 e financiadas pelo referido banco, além de outras quatro em implantação. O número de teares mecânicos que em Puebla era de 60 em 1838, alcançou (540 em 1843) 1889 em todo o país. POTASH, R.A. El Banco de Avio de México. México: Fondo de Cultura Económica, 1959, cap. XI e XII.

<sup>67</sup> SOUZA FRANCO, B. Os Bancos do Brasil. Brasília: Ed. UnB, 1984, apontava em 1848 as “instituições de crédito como o mais poderoso meio de aproveitar os capitais desempregados” visando fomentar as atividades econômicas. A tarifa Alves Branco elevou os impostos sobre importações de 15% a 30%, cf. PRADO JR., C. op. cit.

<sup>68</sup> HERRERA CANALES, I. op. cit., p. 119; Exposição do Visconde de Mauá aos credores da Mauá & C. e ao público. Rio de Janeiro, 1878, p. 8 e seguintes; a Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema foi fechada em 1860, recuperou-se durante a guerra do Paraguai para decair em seguida.

<sup>69</sup> BAIROCH, P. Commerce extérieur et développement économique de l'Europe au XIX<sup>e</sup> siècle. Paris: Mouton, 1976; VILELA LUZ, N. A luta pela industrialização do Brasil. São Paulo: Alfa Ômega, 1978, cap. 1 e 2.

### *Da substituição natural à substituição industrial*

Assinalamos, anteriormente, que a relação entre conjunturas mundiais favoráveis e desfavoráveis à DIT e atividades econômicas no Brasil constituíram um dado básico de nossa história<sup>70</sup>. Assim, quando a produção açucareira no Brasil nos fins do século XVII e inícios do XVIII sofreu forte contração causada pela concorrência das Antilhas, houve uma reação dinâmica no interior dos engenhos, visando manter elevado o nível das atividades, usando a capacidade instalada que se tornava ociosa. Benci em 1700 e Antonil em 1711 constataram que os senhores de engenho do Nordeste para fazer face à crise, punham a disposição de seus escravos pequenos lotes de terras e um dia da semana destinados aos cultivos de subsistência, dando origem ao que se pode chamar de "brecha camponesa" no escravismo colonial<sup>71</sup>.

Igualmente, quando se iniciou a partir de meados do século XVIII a fase de decadência da extração do ouro em Minas Gerais, ocorreu um sólido processo de substituição de importações, que foi dando origem à "fazenda mineira", caracterizada por uma policultura agrária extremamente variada, além de forte auto-suficiência artesanal. Por isto mesmo o Marquês do Lavradio, em 1779, salientava "a independência com que os povos de Minas se tinham posto dos gêneros da Europa, estabelecendo a maior parte dos particulares, nas suas próprias fazendas, fábricas e teares, com que se vestiam a si e à sua família e escravatura, fazendo panos e estopa e diferentes outras drogas de linho e algodão, e ainda de lã"<sup>72</sup>. Este mesmo processo ocorreu em menores proporções nas áreas de mineração de Mato Grosso e Goiás, como assinalaram os viajantes estrangeiros, permitindo o aparecimento de um setor de subsistência muito diversificado, em diferentes regiões brasileiras, que está na raiz do que M. Santos chama de "circuito inferior da economia"<sup>73</sup>.

Mas foi somente com o capitalismo industrial dominante no centro do sistema capitalista, que os ciclos longos se manifestaram e de maneira muito vigorosa nas relações centro-periferia. Se a conjuntura ascendente de 1790-1815 havia contribuído à

---

<sup>70</sup> RANGEL, I. Dualidade básica... e A história dualidade...

<sup>71</sup> CARDOSO, C.F.S. Agricultura, escravidão e capitalismo. Petrópolis: Vozes, 1979, cap. IV; BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos. São Paulo: Grijalbo, 1977 refere-se ao "costume que praticam alguns senhores neste Brasil, os quais achando dificuldade em dar o sustento aos escravos, que os servem das portas a fora nas lavouras dos engenhos, lhes dão em cada semana um dia, em que possam plantar e fazer seus mantimentos", p. 58. ANTONIL, A.J. Cultura e opulência do Brasil. Bahia: Livr. Progresso, 1955, faz referências semelhantes, p. 52.

<sup>72</sup> MARTINS, R.B. A indústria têxtil doméstica de Minas Gerais no século XIX. In: 2º Seminário sobre a economia mineira. Diamantina: DEDEPLAR, 1983, p. 81.

<sup>73</sup> MAMIGONIAN, Armen. Inserção de Mato Grosso ao mercado nacional e gênese de Corumbá. In: GEOSUL, nº 1. Florianópolis: Ed. UFSC, 1986, p. 41 e seguintes; SANTOS, M. O Espaço dividido. Rio de Janeiro: Livr. F. Alves, 1979.

diversificação e ampliação das exportações brasileiras (algodão e couros sobretudo), o período de baixa conjuntura internacional que vai de 1815 a 1848 provocou no Brasil uma generalizada substituição de importações, que se repetiu, ainda no século XIX, na baixa conjuntura de 1873-1896, como já se assinalou<sup>74</sup>.

No processo que deu origem à independência brasileira manifestaram-se duas tendências econômicas contraditórias referentes à industrialização: a intenção industrializante da coroa portuguesa, baseada na experiência pombalina e consubstanciada no alvará de 28 de abril de 1809 e a subordinação do comércio importador aos interesses do capital industrial inglês, conforme o tratado de 19 de fevereiro de 1810, que conferiu às manufaturas inglesas tarifa preferencial de 15%<sup>75</sup>. Da coexistência destas duas linhas resultaram algumas, iniciativas estatais e privadas, que deram origem à implantação de algumas indústrias e manufaturas, nos ramos siderúrgico, têxtil etc., que tiveram poucos anos de vida, pois não suportaram a concorrência dos produtos ingleses<sup>76</sup>.

A queda do comércio exterior brasileiro no período 1821-30 a 1841-50 de £1,95/habitante/ano a £1,64<sup>77</sup>, foi provocando séria crise nas finanças do Estado, além de sentimentos nacionalistas e protecionistas. Assim, com o encerramento da vigência do tratado de 1810, acabou sendo decretada em 1844 a tarifa Alves Branco que visava "não só preencher o déficit do Estado, como também proteger os capitais nacionais já empregados dentro do país em alguma indústria fabril, e animar outros a procurarem igual destino", elevando as taxas sobre os tecidos importados a 30%. Além disto, as fábricas de tecidos foram beneficiadas em 1846-47 por vantagens fiscais<sup>78</sup>. Em 1844 existiam no Brasil quatro fábricas de tecidos de algodão, três nascidas na Bahia em 1834, 1835 e 1844 e uma no Rio de Janeiro, nascida em 1840. Até 1857-60, quando a política tarifária brasileira sofreu liberação, surgiram mais sete, sendo três na Bahia e as demais em Alagoas, Minas, Rio e São Paulo<sup>79</sup>.

A contração do comércio mundial no primeiro ciclo Kondratieff permitiu aplicação de capital-dinheiro dos comerciantes das praças portuárias brasileiras em atividades

---

<sup>74</sup> RANGEL, I. Dualidade básica... e PAIM, G. Industrialização e economia natural. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.

<sup>75</sup> VILELA LUZ, N. op. cit., cap. 1.

<sup>76</sup> VON ESCHWEGE, W.L. Pluto Brasiliensis. Vol. II. São Paulo: Cia Ed. Nacional, p. 346 e seguintes; NIZZA DA SILVA, M.B. A primeira gazeta da Bahia: Idade d'ouro do Brasil. São Paulo: Cultrix, 1978, p. 81 e seguintes.

<sup>77</sup> RANGEL, I. A história dualidade... quadro I, p. 34.

<sup>78</sup> VILELA LUZ, N. op. cit., p. 23 e seguintes.

<sup>79</sup> SUZIGAN, W. Indústria brasileira: origem e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986, tabela 20, p. 384 e seguintes; PAULA, J.A. Dois ensaios sobre a gênese da industrialização em Minas Gerais: a siderurgia e a indústria têxtil. In: 2º Seminário... e CANABRAVA, A. O desenvolvimento da cultura do algodão da província de São Paulo (1861-1975). São Paulo, p. 275 e seguintes, assinalam o aparecimento e fracasso do primeiro estabelecimento industrial têxtil em Minas Gerais e São Paulo respectivamente.

bancárias<sup>80</sup> e em algumas indústrias de tecidos de algodão, as quais, entretanto, não podiam realizar uma significativa substituição de importações diante da vigorosa concorrência inglesa. O principal esforço de substituição de importações naquela conjuntura foi a diversificação das atividades produtivas no interior da fazenda de escravos, numa "economia natural onde o poder de competição da indústria capitalista do centro dinâmico chegava mais enfraquecido do que se limitado por uma forte tarifa aduaneira"<sup>81</sup>.

A queda do comércio exterior no período 1821-1850, acima assinalada, evidenciou-se nos seguintes dados: para uma população de quatro milhões de habitantes em 1821, o Brasil importava £4,57 milhões, enquanto em 1848-50 quando a população havia alcançado sete e meio milhões importávamos £ 6,38 milhões, o que obrigava a ampliar a economia natural para atender a queda das importações. Na verdade, esta economia natural no interior das fazendas já vinha do período colonial, incluindo os tecidos grossos destinados ao vestuário dos negros e a enfardar gêneros agrícolas<sup>82</sup> e foi ampliada neste período, visando substituir as importações em declínio.

O artesanato doméstico rural esteve difundido por todo o território brasileiro durante o período colonial, conforme assinalou S. Buarque de Holanda e observaram os viajantes estrangeiros que percorreram o Brasil no início do século XIX, em pontos tão distantes como o interior de São Paulo, a ilha de Santa Catarina ou os arredores de Cuiabá<sup>83</sup>. Entretanto, Minas Gerais foi, provavelmente, a área na qual os artesanatos mais se estenderam e se aprofundaram, desde a produção das necessidades de consumo comuns e de luxo, até a produção de utensílios para o trabalho agrícola<sup>84</sup>.

Em Minas Gerais desde o século XVIII até as primeiras décadas do XX "foi tão generalizada a plantação de algodoeiro, que em cada fazenda havia teares para o fabrica de tecidos grosseiros". A maior parte da produção de tecidos de algodão era constituída de panos grosseiros para escravos e pobres, mas também se produziam tecidos finos usados na "Confecção de roupas masculinas e roupas de baixo, além das conhecidas toalhas de mesa, lençóis e colchas, que rivalizavam com as mais finas importações". Em 1827-28 produziam-se em Minas 7,4 milhões de metros de tecidos de algodão, que representavam quase 20% das importações brasileiras de tecidos de algodão inglês, sendo que 30% da produção

---

<sup>80</sup> SOUZA FRANCO, B. op. cit., cf. nota 24.

<sup>81</sup> RANGEL, I. A hist. dualidade..., p. 21.

<sup>82</sup> PAIM, G. op. cit., p. 27 e seguintes, onde se lembra que no Brasil durante o período pombalino "esses tecidos grosseiros eram por demais baratos para suportar despesas de comercialização, muito altas, e não interessava a Portugal, por conseguinte, exportá-los para a colônia".

<sup>83</sup> BUARQUE DE HOLANDA, S. Caminhos e fronteiras. Op. cit.; HILAIRE, A.S. Viagens...

<sup>84</sup> PAIM, G. op. cit.; MARTINS, R.B. op. cit. e PAULA, J.A. op. cit.

mineira era exportada, principalmente ao Rio de Janeiro. O avanço do DIT após 1850 estimulou as fazendas a se especializarem na produção para exportação, absorvendo mão-de-obra da produção natural e criando mercado para os tecidos industriais, importados ou produzidos internamente. Assim, em 1869 o presidente da província lamentava que "a indústria manufatureira já prosperou na Província mais do que hoje, e tende a decair cada vez mais, com a concorrência dos produtos estrangeiros mais perfeitos e menos custosos, que a facilidade das vias de comunicação vai introduzindo na província". Em 1872 Minas Gerais reunia 55% dos 139 mil trabalhadores em tecidos recenseados no Brasil, mas as exportações dos "panos de Minas", tão fortes durante a primeira metade do século XIX, declinaram a partir de 1875 e desapareceram nos últimos anos do século<sup>85</sup>.

Quanto à siderurgia, mesmo antes da independência o Estado financiou a implantação de altos fornos no início do século XIX, em São Paulo e Minas, mas que não tiveram sucesso. Como assinalou Eschwege, além de outras dificuldades, o mercado consumidor, pelo menos no caso de Minas Gerais, estava atendido pelas inúmeras forjas existentes na zona central da província, em todas as grandes fazendas, produzindo ferro em cadinhos, transformado em ferraduras de animais, peças de engenho, ferramentas agrícolas etc. Em 1853, segundo J. Monlevade, existiam 84 forjas naquela zona, em 1883 foram relacionadas 75 e em 1894 haviam 55, das quais 6 pequenas usinas fundadas após 1888. Como o artesanato têxtil doméstico, a sobrevivência foi prolongada, mas com as novas condições do comércio mundial as forjas primitivas foram cedendo lugar às usinas, a primeira das quais, a usina Esperança, foi implantada em 1888<sup>86</sup>.

A contração da economia mundial capitalista, que estimulou a auto-suficiência da fazenda escravista no Brasil, teve fim em 1848-50, e a partir daí a utilização maciça de transporte ferroviário e da navegação a vapor em todo o planeta garantiu grandes investimentos e incentivou a periferia a produzir mais gêneros de exportação. A economia brasileira voltou a se inserir na DIT, desestimulando a produção natural nas fazendas, que passou a declinar. O comércio exterior brasileiro, que havia sido de £ 1,64/habitante/ano no período 1841-50, o mais baixo do século XIX, alcançou £3,40 no período 1871-80, garantindo lucratividade às atividades de exportação e estimulando as importações inglesa<sup>87</sup>. Como já apontamos anteriormente, se a conjuntura de contração do comércio mundial havia

---

<sup>85</sup> PAULA, J.A. op. cit., p. 54; Martins, R.B. op. cit., p. 83 e seguintes.

<sup>86</sup> VON ESCHWEGE, W.L. *Pluto Brasiliensis*. 2º vol. São Paulo: Nacional, p. 436 e seguintes; PAIM, G. op. cit., p. 35 e seguintes; PAULA, J.A. op. cit., p. 21 e seguintes. O projeto do intendente Câmara abrangia duas grandes unidades siderúrgicas (São Paulo e Minas Gerais), que abasteciam o Brasil e exportariam para a Prata.

<sup>87</sup> RANGEL, I. *A história dualidade... quadro I*, p. 34; PAIM, G. op. cit., cap. 2.

favorecido o estabelecimento de tarifas protecionistas em 1844, a sua expansão a partir de 1848-50 contribuiu para a redução das tarifas aduaneiras em 1857 e 1860 e reintrodução de nova fase de livre-comércio, dificultando a existência das poucas "fábricas nacionais", surgidas na conjuntura anterior. Por outro lado, a reinserção do Brasil na DIT, propiciando recursos monetários aos fazendeiros, levou-os a abandonar suas casas-grandes, onde se realizavam os artesanatos de auto-consumo, e a se instalarem nas cidades, dando impulso à urbanização brasileira após 1850<sup>88</sup>.

Esta urbanização de após 1850 acentuou uma das características das cidades brasileiras, a de cidades de fazendeiros, que aliás nelas se instalaram com sua numerosa criadagem escrava liberada das casas-grandes. A partir de 1873, excetuando o café, cujo preço caiu mais tarde, os produtos de exportação brasileiros acusavam queda no preço obtido no mercado, provocando o declínio da renda monetária e empobrecimento da aristocracia rural recém urbanizada. Assim, essa população escrava foi sendo lançada ao mercado urbano de trabalho, alugados ou como "negros de ganho"<sup>89</sup>, em profissões que freqüentemente contribuíam para substituir importações, como carpinteiros, pedreiros, gráficos mecânicos e muitas vezes agrupados especialmente como rua Ferradores (atual rua da Alfândega) ou a Praia dos Sapateiros (Praia do Flamengo), além de constituírem parte significativa da mão-de-obra especializada das manufaturas de chapéus e outras do Rio de Janeiro. Assim como a "brecha camponesa" das primeiras crises da economia exportadora escravista, o "negro de ganho" foi também uma brecha, inserido na pequena produção mercantil urbana nas últimas décadas de escravidão<sup>90</sup>.

Além da substituição de importações urbanas artesanais e manufatureiras usando mão-de-obra escrava e livre, ocorreu também uma substituição natural no interior das fazendas, mais modesta que anteriormente, e começou a se generalizar, principalmente pela aplicação dos capitais comerciais, que cresceram rigorosamente de 1850 a 1873, mas que se tornavam ociosos desde então, uma substituição industrial de importações no setor têxtil, desde o Maranhão até o Rio Grande do Sul, beneficiada pelas tarifas ascendentes de 1879. Note-se que esta substituição industrial, modesta inicialmente, passou a desempenhar papel central na economia brasileira após 1930<sup>91</sup>.

---

<sup>88</sup> VILELA LUZ, N. op. cit., p. 27 e seguintes; e p. 35 sobre as "fábricas nacionais", a maioria das quais eram na verdade grandes manufaturas; RANGEL, I. A história dualidade... p. 24 e 25.

<sup>89</sup> RANGEL, I. A história dualidade..., p. 24 e 25; PAIM, G. op. cit., cap. 2.

<sup>90</sup> RANGEL, I. A história dualidade..., p. 25; NOGUEIRA DA SILVA, M.R. *Negro na rua*. São Paulo: Hucitec, 1988, p. 34; SOARES, L.C. A manufatura na formação econômica e social escravista no Sudeste. Niterói: UFF, 1988. Mimeo.

<sup>91</sup> SUZIGAN, W. op. cit., tabela 20; VERSIANI, F.R. *Industrialização e economia de exportação: a experiência brasileira antes de 1914*. Rev. Bras. Econ. Vol. 34, nº 1, 1980, anexo 1; VILELA LUZ, N. op. cit., cap. 2.

### *Os principais ramos industriais no início do século XX*

Quais os ramos industriais que se desenvolveram no Brasil até as primeiras décadas do século XX? As produções industriais mais avançadas eram as de alimentos, têxteis e vestuário. Alguns destes setores já eram claramente industriais: tecidos de algodão, lã e juta, além da produção de açúcar, fósforos e cerveja, enquanto outros permaneciam ainda com características manufatureiras e mesmo artesanais, como as produções de calçados, chapéus, cigarros e charutos, móveis, banhas, charque, além dos curtumes e oficinas mecânicas e fundições. A produção de tecidos de algodão, entretanto, era de longe a mais importante.

Assim como na Inglaterra do século XVIII, o ramo têxtil foi o primeiro a se tornar industrial, mas sem passar pela longa fase manufatureira, saltando rapidamente da fase artesanal à industrial. Esta passagem ganhou impulso a partir de 1865-70, visando atender às necessidades das fazendas, que se especializavam nos gêneros de exportação e abandonavam a produção artesanal de auto-consumo. Assim, por exemplo, em Minas Gerais (Sete Lagoas), na fazenda de A.G. Mascarenhas, em meados do século XIX, havia 12 teares manuais operados por escravos, produzindo tecidos de algodão para ensacar gêneros agrícolas e vestir os escravos, além de alguma sobra para vender. Seus filhos, que haviam exercido atividades comerciais lucrativas (sal) instalaram 18 teares mecânicos importados dos Estados- Unidos, acionados por força hidráulica, supervisionados por técnico americano, e com forra de trabalho, matérias-primas e mercado consumidor das redondezas, que começaram a produzir em 1872. O mesmo processo acima referido, iniciado na Bahia, começava a se generalizar por todo o território brasileiro<sup>92</sup>.

Tendo começado com estabelecimentos de pequeno porte no período 1840-1870, substituindo a produção artesanal das fazendas reinseridas na DIT, a produção industrial de tecidos de algodão iniciava sua concorrência aos produtos importados nas duas últimas décadas do século XIX. Deste modo, em 1907 já controlava 67% do mercado interno e atingia 81% em 1913, acelerando o processo. Assim sendo, na última data não só era nitidamente o mais importante segmento industrial brasileiro, como era o 10º parque têxtil no mundo, ocupando 50 mil teares<sup>93</sup>.

Além da indústria têxtil, onde predominava a produção de tecido de algodão, o ramo alimentar teve grande significação no início do século XX. Apresentava-se também

---

<sup>92</sup> STEIN, S.J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil - 1880-1950*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979, p. 35 e seguintes; CANABRAVA, A.P. *O desenvolvimento da cultura do algodão na província de São Paulo (1861-1875)*. São Paulo, p. 175 e seguintes.

<sup>93</sup> SUZIGAN, W. *op. cit.*, p. 148.

bastante disperso geograficamente e muito diversificado quanto aos sub-ramos. Certos segmentos ainda mantinham características fortemente manufatureiras, como os estabelecimentos produtores de banha de porco e sobretudo as charqueadas, muito numerosas no Rio Grande do Sul, onde as maiores unidades empregavam centenas de trabalhadores. Durante a primeira guerra mundial, a partir de incentivos governamentais, implantavam-se matadouros-frigoríficos, principalmente em São Paulo, usando técnicas modernas e voltados conjuntamente às exportações (33 mil toneladas em 1918), que acabaram sendo controlados por capitais norte-americanos e ingleses. No ramo alimentar houve avanço das usinas de açúcar, no Nordeste e no Estado do Rio de Janeiro, que acabaram absorvendo grande número de engenhos, numa modernização sem mudanças sociais<sup>94</sup>. Também no final do século XIX e início do XX, cresceram produções tipicamente artesanais e manufatureiras de substituição de importações, que aliás já se haviam completado em setores como cervejas, chocolates, massas alimentícias, etc., sendo que o primeiro dos citados se tornava rapidamente industrial (Brahma – Rio de Janeiro e Antártica – São Paulo, que tinham 700 e 362 empregados, respectivamente, em 1907).

Igualmente dispersos nas maiores cidades brasileiras apareciam outros setores "industriais", que aparecem eram muito precocemente no processo de substituição de importações da primeira metade do século XIX, como artesanatos que se tornaram manufaturas e que cresceram durante o período de substituição de importações do 2º Kondratieff (1873-1896), usando parcela considerável de mão-de-obra escrava especializada (negros de aluguel), além de trabalhadores urbanos livres, muito dos quais imigrantes estrangeiros recém-chegados. Em 1907, estes setores, já em parte transformados em industriais, controlavam o mercado interno em altas proporções: charutos e cigarros (100%), calçados (95%), chapéus (90%), móveis (90%), etc.<sup>95</sup>.

Se as indústrias das primeiras décadas do século XX eram claramente ramos de consumo popular, como fica claro na relação do Censo Industrial – 1907, é importante chamar a atenção para o caráter precoce de algumas produções industriais de equipamento. Já assinalamos que elas existiam durante o século XIX no interior do complexo rural brasileiro. Mas nas grandes cidades elas apareceram muito cedo, como oficinas mecânicas e fundições para atender as necessidades de conserto das máquinas das usinas-de-açúcar

---

<sup>94</sup> MAMIGONIAN, A. *Notas sobre os frigoríficos do Brasil Central Pecuário*. São Paulo: EPG nº 51, 1976; EISENBERG, P. *Modernização sem mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

<sup>95</sup> SUZIGAN, W. op. cit., p. 122 e seguintes; Censo Industrial, 1907, p. 261.

(Recife), das fazendas de café (São Paulo e Campinas), dos navios a vapor (Rio de Janeiro), etc.<sup>96</sup>

### *Gênese dos capitais e localização industrial na primeira fase*

O primeiro grande segmento industrial brasileiro foi constituído pelas fábricas de tecidos de algodão, que surgiram inicialmente na Bahia, onde funcionaram 11 dos 30 estabelecimentos existentes no Brasil em 1875<sup>97</sup>. Em fins do século XIX a cidade do Rio de Janeiro ocupava a primeiro lugar não só no ramo têxtil, mas em geral: em 1907 contribuiu com 33,1% da produção industrial brasileira, quando todo o Estado de São Paulo participou com apenas 16,5%. Entretanto, durante a primeira guerra mundial, São Paulo assumiu a liderança, que foi sendo cada vez mais ampliada. Como explicar estas mudanças?

As primeiras iniciativas industriais na Bahia foram tomadas pelos grandes comerciantes portugueses<sup>98</sup>, antes mesmo de 1850 e estiveram ligadas à grande contração das atividades agrícolas de exportação da primeira metade do século XIX, que atingiu mais agudamente esta antiga região açucareira, provocando grande ociosidade de terras e braços, que explica o surgimento precoce no Recôncavo de um campesinato recém-liberto (policultura e fumo no século XIX) e conseqüentemente grande ociosidade do capital comercial, que procurou caminho nas indústrias de substituição de importações de tecidos populares e sacos de algodão de uso regional. No caso do Rio de Janeiro, a indústria têxtil também surgiu cedo, mas seu grande impulso data da década de 1870-80, com transferência de capitais do comércio importador. Aqui, novamente, os capitais comerciais foram se tornando ociosos com a contração do centro do sistema capitalista após 1873 e como eles eram os maiores importadores e atacadistas de tecidos do Brasil (A. Vizeu, Sotto Maior, D. Bebiano, etc.), acabaram dando origem às maiores fábricas de tecidos nacionais da época, como a América Fabril, metropolitana, etc.<sup>99</sup>. O mesmo processo ocorreu nas praças comerciais do Nordeste, como assinalaram M. C. Pereira de Melo e D.M. Passos Sobrinho, estudando o Maranhão e Sergipe, respectivamente<sup>100</sup>.

As primeiras iniciativas industriais em São Paulo foram tomadas pela aristocracia rural. As seis primeiras tecelagens paulistas começaram a funcionar entre 1870 e 1876, não

---

<sup>96</sup> SUZIGAN, W. op. cit., p. 232 e seguintes; Censo Industrial, 1907, mapas estatísticos da indústria fabril; CORREA DO LAGO, L.A. et alii. A indústria brasileira de bens de capital. Rio de Janeiro: FGV, 1979, cap. 2.

<sup>97</sup> STEIN, S.J. op. cit., p. 36.

<sup>98</sup> STEIN, S.J. op. cit., p. 41.

<sup>99</sup> STEIN, S.J. op. cit., cap. 6.

<sup>100</sup> PEREIRA DE MELO, M.C. *Máquina e trabalho: um estudo das relações de trabalho na indústria têxtil do Maranhão (1940-60)*. Pernambuco: UFPE, 1983. Mimeo, p. 41 e seguintes; PASSOS SOBRINHO, J.M. *História econômica de Sergipe (1850-1930)*. Campinas, IFCH-UNICAMP, 1983. Mimeo, p. 119 e seguintes.

longe das áreas algodoeiras. A expansão da lavoura de café ia absorvendo mão-de-obra escrava dos setores de auto-consumo das fazendas, dispensando a produção no complexo rural dos tecidos artesanatos destinados a vestir seus escravos. Assim, foram frutificando as iniciativas industriais dos fazendeiros de algodão (A. Paes de Barros, D.P. Souza Arouca, etc.) ou de café (Souza Queiroz, etc.) que importavam equipamentos e técnicos europeus ou norte-americanos e tinham como mercado consumidor os trabalhadores escravos das fazendas de café<sup>101</sup>.

Entretanto, a medida em que as fazendas de café paulistas se expandiam, eram forçadas a absorver, sobretudo nas frentes pioneiras, colonos imigrantes estrangeiros, que tendo em conta a escassez de força de trabalho nessas regiões, obtinham o direito de realizar cultivos intercalares de cereais (arroz, feijão, milho, etc.), como pequenos produtores independentes, além dos salários referentes aos cafezais. Estas relações de trabalho permitiram uma distribuição de rendas tal que dava margem a uma pequena acumulação por parte desses colonos e o surgimento nas cidades vizinhas de uma pequena produção mercantil destinada a atender suas necessidades, que constituiu o ponto de partida de numerosas pequenas indústrias paulistas em Limeira (máquinas agrícolas), Franca (calçados) e muitas outras cidades.

A primeira guerra mundial marcou em São Paulo uma grande virada econômico-social: as exportações de café caíram de £ 46,4 milhões em 1912 para £ 19,0 milhões em 1918, arrastando muito grandes fazendeiros à crise. Paralelamente cresceram as exportações de feijão (55 mil toneladas em 1918), de arroz (22 mil toneladas em 1917), etc., produzidos principalmente pelos colonos de café<sup>102</sup> e assim "durante a conflagração européia de 1914-18 as velhas regiões do Estado, impossibilitadas de vender as colheitas cafeeiras a preços remuneradores, apresentavam a extravagante anomalia econômico-financeira de fazendeiros empobrecidos e colonos enriquecidos; a alta dos preços dos cereais favoreceu sobremaneira aquela situação"<sup>103</sup>.

Assim sendo, as duas primeiras décadas do século XX marcaram em São Paulo a aceleração do crescimento industrial, pela multiplicação gigantesca das iniciativas empresariais, graças à dinâmica e numerosa pequena produção mercantil, e assim da concorrência, que explica porque representando 16,5% do parque industrial brasileiro, São

---

<sup>101</sup> CANABRAVA, A.P. op. cit., p. 275; PAIM, G. op. cit., p. 46; MAMIGONIAN, A. O processo de industrialização em São Paulo. BPG, nº 50, 1976 e seguintes.

<sup>102</sup> DENIS, P. Amérique du Sud. Vol. I. Paris: A. Colin, 1927, p. 199; MANGONION, A. O desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: IBGE-BG nº 42, 1946.

<sup>103</sup> GIOVANETTI, B. Esboço histórico da Alta Sorocabana. São Paulo: Rev. Trib., 1943, p. 75.

Paulo dispunha de 72,2% da potência elétrica industrial em 1907, distanciando-se tecnicamente dos demais produtores, inclusive do Rio de Janeiro. Este processo correspondeu à ascensão de parte dos colonos de café à condição de pequenos proprietários rurais e dos empresários industriais imigrantes (comerciantes de importação, numerosos pequenos capitalistas, etc.) à hegemonia da transição ao capitalismo moderno, paralelamente à decadência da aristocracia tradicional paulista da condição de empresários industriais e grandes proprietários rurais até então dominantes. Em 1935, num levantamento oficial que abrangeu 714 empresas industriais paulistas, 72,9% detinham origem não luso-brasileira<sup>104</sup>.

As colocações que acabamos de fazer entram em choque com as teses muito freqüentes segundo as quais a industrialização paulista esteve ligada basicamente à transferência de capitais da cafeicultura à indústria<sup>105</sup>. Mesmo analistas de esquerda confundiram a questão das relações sociais ligadas à industrialização, quando se negaram a encarar de frente o papel da imigração no processo, com receio de resvalarem na ideologia do "self made man"<sup>106</sup>. Entretanto os levantamentos estatísticos de E. Willems datados de 1950 e de L.C. Bresser Pereira datados de 1962, ambos referentes a metrópole paulistana, mostram a insignificância da contribuição dos fazendeiros de café ao processo de industrialização<sup>107</sup>. Como explicar a ênfase, sempre reiterada no papel dos fazendeiros, visivelmente pequena? A medida em que esta classe social entrou em decadência econômica no início do século XX e sobretudo durante a primeira guerra mundial, para preservar sua posição política hegemônica até 1930, e mesmo depois seus interesses crescentemente contestados, ela precisava compensar, mantendo viva e intacta sua imagem de dinamismo e sua presença no campo político e das idéias (Semana de Arte Moderna, passado bandeirante, PD, USP, etc.).

Na verdade, a nível de regionalização do processo de industrialização, poderemos nos perguntar se não há, à maneira da divisão norte-sul na Itália, outra semelhante no Brasil, que englobe na região industrial dinâmica a maior parte do Brasil meridional?

---

<sup>104</sup> Anuário industrial 1970, p. 148, onde se vê que 18,6% do parque industrial paulista era eletrificado, contra apenas 5,4% na Guanabara; WILLENS, E. Brasil. In: *The positive contribution by immigrants*. Paris: UNESCO, 1955, p. 129 e seguintes.

<sup>105</sup> FURTADO, C. op. cit.; DEAN, W. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971, p. 41 e seguintes; CARDOSO DE MELLO, Z.M. *Metamorfose da riqueza: São Paulo 1845-1895*. São Paulo: Hucitec, 1986.

<sup>106</sup> IANNI, O. *Fatores da Industrialização no Brasil*. São Paulo: Rev. Brasiliense, nº 30, 1960.

<sup>107</sup> WILLENS, E. op. cit., p. 133; BRESSER PEREIRA, L.C. *Origens étnicas e sociais do empresariado paulista*. São Paulo: Rev. Adm. Empr., junho 1964

### *3. A revolução de 1930 e a industrialização brasileira*

A revolução de 1930 teve relação direta com o período depressivo do 3º Kondratieff (1920-1948) e com o fim da hegemonia industrial britânica e da economia agro-exportadora, inaugurando o período de expansão da economia nacional sob dinamismo próprio, que interessava tanto às oligarquias rurais regionais voltadas ao mercado interno, como aos industriais que puderam acelerar o processo de substituição de importações<sup>108</sup>.

A era de progresso que a reinserção na DIT em meados do século XIX havia proporcionado à economia brasileira, com a expansão do setor agro-exportador, parecia se esgotar na década de 1920-30. A queda do nosso comércio exterior durante a grande depressão mundial iniciada em 1873, havia estimulado e tinha sido compensada pela substituição artesanal e manufatureira urbana de importações (calçados, chapéus, charutos-cigarros, móveis, instrumentos de trabalho, etc.). Por outro lado, a manutenção a partir de 1879 de tarifas altas sobre produtos importados, com finalidade basicamente fiscal, havia garantido o início da substituição industrial de importações (tecidos), mesmo com o restabelecimento do comércio exportador após 1885. Assim, a economia brasileira crescia tanto nas fases de expansão, como de contração da DIT<sup>109</sup>. Com o grande crescimento das nossas produções para exportação nos fins do século XIX e inícios do XX e concomitante inelasticidade dos mercados das economias centrais, começaram a ocorrer as primeiras superproduções, que deprimiam os preços, como no exemplo da safra de café, que saltou dos 2,6 milhões de sacas em 1888 para os 8,0 milhões em 1902, já em grave crise que levou ao acordo de Taubaté (1906), visando a sustentação dos preços internacionais<sup>110</sup>.

A política de sustentação dos preços do café, inaugurada pelo acordo de Taubaté, acabou tendo conseqüências no conjunto da economia brasileira, pois à medida que os preços eram sustentados: 1) tomavam-se empréstimos no exterior, Inglaterra sobretudo, que o conjunto da economia brasileira tinha que pagar, 2) estimulava-se, involuntariamente, o aumento da produção e assim novas super-produções. Esta política, conjuntural inicialmente, passou a ser permanente a partir de 1926, com o governo Washington Luís, criando crescente oposição dos setores econômicos e regiões prejudicados<sup>111</sup>.

---

<sup>108</sup> FAUSTO, B. *A revolução de 1930*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

<sup>109</sup> Esta constatação fundamental para a análise da história econômica brasileira é devida a I. RANGEL - *A história dualidade... e supera a discussão sobre crescimento maior ou menor da industrialização nos períodos de maior ou menor inserção na DIT*, travada por C.M. Paláez - *História da Industrialização brasileira*. Rio de Janeiro: APEC, 1972, ao criticar C. Furtado - *op. cit.*

<sup>110</sup> SIMONSEN, R. *op. cit.*, p. 213.

<sup>111</sup> FAUSTO, B. *op. cit.*, p. 19 e seguintes, baseado em A. Delfim Netto.

A substituição de importações, que havia vencido o grande desafio da primeira guerra mundial, continuava avançando tanto no setor têxtil, como em novas áreas. A Cia. Siderúrgica Mineira, logo adquirida pela ARBED, iniciava em 1921 a produção de aço, que havia sido estimulado pelo grande aumento da produção de ferro gusa durante a guerra, assim como a Cia. Brasileira de Cimento Portland, com 70% de capitais canadenses, começava a produzir em 1926 em São Paulo<sup>112</sup>. Sob o estímulo do aumento da produção de 1922-23, os industriais de tecidos de algodão ampliaram suas instalações e enveredaram nas últimas substituições de importações possíveis no ramo, os têxteis de luxo (felpudos, gobelins, etc.), mas foram surpreendidos em 1925-26 com as exigências dos financiadores ingleses da política de sustentação do café de abertura do mercado brasileiro às importações industriais, que acabaram provocando queda da produção interna<sup>113</sup>.

Em São Paulo, durante a década de 1920-30, processaram-se as maiores rupturas políticas, com o aparecimento do Partido Democrático (1926) e da FIESP (1928), o primeiro rompendo com o PRP, que tinha a hegemonia política nacional e o segundo com a Associação Comercial e Industrial de São Paulo. O PD refletia descontentamento dos grandes cafeicultores que sofreram perdas durante as crises do início do século e da primeira guerra mundial e adotava uma postura anti-industrialista, tendo dado origem à UDN (1945), que reuniu setores agrários decadentes da economia cafeeira (São Paulo e Rio de Janeiro) e do açúcar (Nordeste). A FIESP surgiu da necessidade dos industriais se desvencilharem do grande comércio importador paulista, do qual tinham sido uma dissidência, pois se viam prejudicados pela política de importações patrocinada pelo governo central, decorrência da sustentação do café. Enquanto a frente paulista ia se rompendo, o Rio Grande do Sul se unia em torno da política de valorização do mercado interno. Com a crise mundial de 1929, o governo Washington Luís abandonou a política de sustentação de preços do café, para poder aumentar as exportações e assim acabou perdendo o apoio dos cafeicultores<sup>114</sup>. Em 1930 perderam o poder o grande comércio importador, a cafeicultura paulista e a indústria inglesa, que estavam em coalizão desde 1888-89, tendo ascendido o latifúndio ligado ao mercado interno, a indústria brasileira e os bancos americanos, que foram solidificando sua aliança nas décadas de 1930 e 40<sup>115</sup>.

---

<sup>112</sup> PELÁEZ, C.M. op. cit., p. 141 e seguintes.

<sup>113</sup> Em 1922 produziram-se no Brasil 628,6 milhões de tecidos de algodão, que subiram a 939,8 em 1923 e caíram para 582,0 (1928) e 478,0 (1929), conforme Repertório Estatístico do Brasil, quadros retrospectivos nº 1, IBGE, 1941, p. 39.

<sup>114</sup> FAUSTO, B. op. cit., p. 32 e seguintes; TRINDADE, H. Aspectos políticos do sistema partidário, riograndense (1882-1937). In: Economia & Política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 166 e seguintes.

<sup>115</sup> RANGEL, I. A história dualidade... op. cit.

A oligarquia gaúcha, que liderava a aliança vitoriosa, era autoritária-reformista, de formação ideológica positivista, conduziu um processo de modernização pelo alto, a chamada via prussiana, como já havia acontecido na segunda metade do século XIX na Alemanha, Itália e Japão. Do ponto de vista econômico, em primeiro lugar, o poder vitorioso retomou a política de sustentação do café, já que a superprodução caracterizou o mercado até 1943-44, garantindo a manutenção da renda da cafeicultura. Mas no lugar da sustentação beneficiar basicamente o setor, ela teve em vista os interesses globais da economia, pelo caminho do controle, o que passou a permitir o uso seletivo das divisas, em direção às importações "essenciais" e em detrimento das importações "supérfluas". O uso dos recursos nacionais e governamentais, visando acelerar a substituição de importações, passou a ser submetido a um mínimo de planejamento, por órgãos criados após 30 como o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, Conselho Federal do Comércio Exterior e Comissão de Planejamento Econômico, nos quais participaram industriais como B. Simonsen, tomando posições contrárias ao livre-comércio, a favor do protecionismo e do planejamento<sup>116</sup>

Por outro lado, a substituição da Inglaterra pelos Estados-Unidos como poder hegemônico externo não criou empecilhos insuperáveis à industrialização, pois o poder no capitalismo americano era mantido pelo setor bancário, mais do que pelo industrial ao contrário da Inglaterra onde os bancos subordinavam-se às indústrias<sup>117</sup>, o que garantiu financiamentos durante a segunda guerra mundial às companhias estatais nascentes (CVRD e CSN). Deve-se notar que antes de 1930, o Brasil mantinha relações internacionais triangulares, obtendo a maior parte das divisas dos Estados-Unidos (café) e gastando-as com importações de produtos industriais e financiamentos (café) ingleses. Assim, os Estados-Unidos não eram nossos grandes fornecedores de produtos industrializados, mas sim de derivados de petróleo, e com isto a revolução de 1930 não afetou nitidamente seus interesses industriais<sup>118</sup>. Já na Argentina a situação se colocou de outra maneira: o peso do setor agro-exportador frente ao setor de mercado interno era muito maior do que no Brasil e se voltava para o mercado consumidor inglês. Acabou reagindo defensivamente na década de 30, prendendo-se numa DIT em processo de superação e assim sua substituição de importações tornou-se mais lenta do que a brasileira.

---

<sup>116</sup> DINIZ, E. Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; GUDIN, E. e SIMONSEN, R. A controvérsia do planejamento na economia brasileira. Rio de Janeiro: IPEA, 2.ed. 1978.

<sup>117</sup> RANGEL, I. A história dualidade... op. cit.

<sup>118</sup> RANGEL, I. Dualidade básica... op. cit., cap. 4 e 5.

Com a crise mundial de 1929 a contração do comércio internacional brasileiro foi enorme: de £4,4B/ano/habitante no período 1921-30, caiu para £ 1,76 na década 1931-40<sup>119</sup>. O novo pacto de poder criado em 1930 tratou de acelerar o processo de substituição de importações: 1) usando seletivamente os recursos cambiais, como já se sublinhou, 2) retirando as barreiras fiscais internas entre as unidades estaduais, 3) financiando a produção por intermédio do Banco do Brasil, colocado sob a direção dos industriais, como na ampliação das empresas Klabin (papel), Pignatari (cobre) etc., 4) instituindo reservas de mercado, como no exemplo do carvão, obrigando o uso obrigatório de 10% (1931) e depois de 20% (1937) do produto nacional sobre o total consumido por cada usuário brasileiro, etc. A reação da indústria à crise mundial, dada a capacidade ociosa existente em alguns ramos, foi imediata, assim como se consolidou nos anos seguintes aos estímulos da conjuntura e governamentais. A produção de carvão mineral aumentou de 27% de 1930 a 1931, a de tecidos de algodão aumentou de 30% e a de cimento aumentou de 95%<sup>120</sup>.

Como uma das medidas mais eficazes de apoio à industrialização não se deve esquecer a política trabalhista, que foi capaz de enfraquecer as organizações operárias combativas e instituir sindicatos atrelados ao Estado autoritário paternalista. A experiência em curso nas indústrias "alemãs" do Rio Grande do Sul (Renner, por exemplo, onde havia trabalhado Lindolfo Collor), seguindo o modelo iniciado na Europa por Bismarck<sup>121</sup>, foi a base empírica da nova legislação trabalhista<sup>122</sup>. Note-se que enquanto na Argentina, mesmo após a crise mundial, a industrialização sofreu pressões pelo lado "direito" (agro-exportadores), como pelo lado "esquerdo" (organizações operárias combativas), no Brasil a revolução de 1930 conseguiu superar estas duas pressões limitantes à acumulação industrial.

Com o avanço da industrialização se acelerou a integração das economias até então fortemente regionais em torno de São Paulo. Na Amazônia, por exemplo, em contração enorme desde a crise da borracha da segunda década do século, ao lado da agricultura de subsistência que se estendeu no interior dos seringais substituindo importações pela via da economia natural, a parte da produção comercial da borracha que sobreviveu à crise, passou a ser destinada às indústrias de pneumáticos que surgiam no Rio de Janeiro e São Paulo, e além disto desenvolveram-se plantios de juta e de guaraná destinados às fábricas de sacos de juta e de refrigerantes localizadas igualmente no Sudeste<sup>123</sup>.

---

<sup>119</sup> RANGEL, I. A história dualidade... op. cit., quadro I.

<sup>120</sup> Repertório Estatístico do Brasil, op. cit., p. 20, 39 e 43.

<sup>121</sup> KENT, G.O. Bismarck e seu tempo. Brasília: Ed. UnB, 1976; ROSAVALLON, P. La crise de l'Éfat-providence. Paris: Ed. Seuil, 1981.

<sup>122</sup> MUNAKATA, K. A legislação trabalhista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1981; FAUSTO, B. Estado, trabalhadores e burguesia (1920-1945). São Paulo: Novos Estudos CEBRAP, n° 20, 1988.

<sup>123</sup> LOBATO CORRÊA, R. A periodização da rede da Amazônia. Rio de Janeiro: IBGE-RBG n° 3, 1987.

## A AMÉRICA LATINA E A ECONOMIA MUNDIAL: NOTAS SOBRE OS CASOS CHILENO, MEXICANO E BRASILEIRO.

O Brasil, como todo o mundo, vive uma encruzilhada no interior do período histórico do capitalismo tardio, expressão de E.Mandel equivalente à transição capitalismo-socialismo. A queda da URSS não significou o fim do socialismo, que continua na China, o país que mais cresce no mundo, no Vietnã, na Coreia do Norte e em Cuba. No interior deste processo, a fase depressiva (1973-1996) do 4º Ciclo Kondratieff revela evoluções desiguais no centro e também na periferia do sistema capitalista: 1) os EUA enfrentam acirrada concorrência japonesa e alemã e 2) os tigres asiáticos crescem rapidamente, apesar da crise mundial, enquanto os países latino-americanos estão mergulhados na crise desde 1981-82.

A fase depressiva (1920-1948) do 3º ciclo Kondratieff e a contratação do comércio mundial após 1929 estimularam políticas protecionistas e keynesianas no centro do sistema (EUA, Alemanha, França, etc.), assim como substituições de importações na periferia (América Latina, Ásia, Europa mediterrânea e oriental, etc.). A retomada do crescimento mundial após 1948 reativou o comércio internacional, mas a fragilidade econômica da Europa ocidental forçou o surgimento de um mercado comum continental e protecionista, que elevou a escala geográfica das atividades econômicas, a concorrência interna e a produtividade. Hoje em dia a fragilidade da economia americana obriga os EUA a organizarem um mercado continental (Nafta), seguindo o modelo europeu, enquanto o Japão não se interessa por um bloco regional, sob forma de um mercado comum, pois seu horizonte é mundial, dada sua competitividade superior aos concorrentes.

A emersão dos novos países industriais na periferia do sistema capitalista no pós-guerra, tanto na Ásia (Índia, Tigres, etc.) como na América Latina (Brasil, México, Argentina, etc.), baseou-se em projetos nacionais de industrialização e sobretudo na reserva de mercado para as atividades internas. A chamada “globalização” liderada pelos EUA em relação à América Latina visa conseguir a abertura comercial indiscriminada dos mercados nacionais e assim a quebra da reserva de mercado, a desindustrialização, e a diminuição da soberania já limitada que desfrutamos.

### *I*

As teorias sobre o subdesenvolvimento econômico e a industrialização da América Latina reduzem-se a três grandes visões de mundo, gerais e abrangentes, pois se aplicam também às interpretações referentes ao capitalismo, ao socialismo, à expansão

surpreendente dos tigres asiáticos, etc. e que são: 1) o neoliberalismo, 2) as teorias da Cepal – dependência e 3) o marxismo.

Deve-se dizer que estas teorias estavam postas desde as décadas de 1950-60 em todos os países latino-americanos. O neoliberalismo, sob influência de Hayek e Friedman, aparecia com Harberger e Corvo (Chile), Martinez de Hoz e Cavallo (Argentina), Roberto Campos (Brasil) etc., enfatizando os entraves ao livre jogo do mercado como causa de má alocação de recursos, tendo como efeito uma ineficácia crônica da economia.

As teorias com maior força e dinamismo intelectual foram as apresentadas por Prebisch (Cepal) e A.G.Frank (dependência) e desenvolvidas por J.Ahumada e A.Pinto (Chile), C.Furtado (Brasil), A.Ferrer (Argentina), etc. Elas apontavam para: 1) o atraso do setor agrícola (tradicional), independente da progressão do setor industrial (moderno), 2) o caráter estagnante das relações com o exterior no quadro da divisão internacional do trabalho herdada do século XIX, 3) a imitação pelas classes dominantes locais do modelo de consumo do centro do sistema capitalista, daí decorrendo fraca propensão à poupança interna.

A visão marxista das décadas de 1950-60, desenvolvida por C.Prado Jr. (Brasil), S.Aranda, A.Martinez e Cademartori (Chile), Semo (México) etc., destacava o caráter capitalista inicial da América Latina e culpava as burguesias nacionais de incapacidade de se constituírem com independência.

C.Omiami lembrou que todas as interpretações acima apontadas apresentaram observações aproveitáveis para uma análise da realidade, mas acabaram permanecendo limitadas como explicações. Na verdade a menos rigorosa de todas as teorias na época era a marxista, pois se deixou “poluir” pelas interpretações cepalinas e dependentistas. Não adotou categorias teóricas fundamentais como modo de produção e formação social, não se preocupou em apontar as leis da acumulação capitalista externas à região (centro do sistema) e internas (nacionais), nem fez uma análise rigorosa do planejamento estatal vigente na época e principalmente não conseguiu perceber que o desenvolvimento unia atraso e dinamismo no mesmo processo desigual e combinado, onde setores adiantados apresentavam capacidades ociosas e setores atrasados funcionavam como nós-de-estrangulamento.

## II

Como se processou o crescimento econômico da América Latina e sua industrialização no século XX? Nascida periférica à Europa no século XVI, teve sua

produção escravista ou feudal inserida no comércio internacional. Desde o início sua economia dependeu das expansões e contrações da economia européia, que estimulavam maior ou menor participação na divisão internacional do trabalho. Os períodos de contração do comércio internacional provocaram substituições de importações mesmo no período colonial, como assinalaram A.Humboldt (México e Cuba), e Antonil (Brasil, entre outros, em decorrência do uso de capitais, terras e força-de-trabalho que se tomavam ociosos com a contração das exportações. Após a primeira revolução industrial o centro do sistema capitalista passou a funcionar em ciclos de 50 anos, com fases de 25 anos de expansão e outros tantos de depressão (ciclos longos de Kondratieff). Assim sendo, os períodos 1790-1815, 1848-1873 e 1896-1920 foram de fortes estímulos na periferia, com a intensificação da divisão internacional do trabalho, aumentando as exportações de produtos primários: crescimento “hacia fuera”; enquanto os períodos 1815-1848, 1873-1896 e 1920-1848 corresponderam a fases de contração das exportações latino-americanas, com o conseqüente crescimento “hacia dentro”, nas expressões consagradas de R.Prebich. Assim, o período depressivo mundial de 1873-1896 provocou queda nas exportações cubanas (J.Le Riverend), como em toda a América Latina, mas também estimulou substituição de importações artesanal-industrial em todo o continente, como assinalou C.Ominami para o Chile.

As tarifas de importação, fonte principal de recursos públicos durante o século XIX na América Latina, dependiam do grau de autonomia nacional. Por volta de 1810-1815 enquanto a Índia praticava tarifa de importação de 3% *ad valorem*, imposta pela Inglaterra, no Brasil a tarifa era de 15% e no México 40%. Ao longo do século XIX e até 1930 os países latino-americanos adotaram políticas de livre-comércio (tarifas baixas) nas fases expansivas do comércio internacional, mas também políticas protecionistas (tarifas mais altas), que não interessavam à Inglaterra, nos períodos depressivos. O Brasil, por exemplo, elevou suas tarifas alfandegárias em 1844 (40 %) e as reduziu em 1859, prejudicando as atividades internas (como o estaleiro Mauá, no Rio de Janeiro), voltando a elevá-las em 1881 e nunca mais caírem em vista do volume dos investimentos industriais de substituição de importações realizados pelo capital comercial de export-import. Estas oscilações também ocorreram na Europa continental segundo Bairoch.

É preciso assinalar no período 1850-1920 a existência de dois tipos diferentes de inserção nacional no comércio internacional: 1) maior abertura nas relações externas (Argentina, Chile, Uruguai, etc.), com 5 a 7 libras esterlinas inglesas export-import por habitante, no final do século XIX e 2) menor abertura nas relações externas (Brasil, México,

Colômbia, etc.), com 1,5 a 3 libras. Nos dois casos as curvas cíclicas também são diferentes: no primeiro caso nitidamente ascendentes, enquanto no segundo mais suaves. A Colômbia tinha 1,0 libra esterlina per-capita export-import em 1850, alcançou 3,3 libras em 1870, mas regrediu a 1,5 em 1895-1899, conforme H.Bruit.

Ao lado das dimensões geográficas das nações latino-americanas e de outros fatores, estas aberturas maiores ou menores ao comércio exterior tiveram papel importante no processo de industrialização. Se tomarmos a América Latina como um todo, o choque comercial de 1929-30 (estrangulamento cambial) desempenhou um papel automático de estímulo à substituição de importações espontâneas. Mas se compararmos os ritmos da industrialização brasileira, muito superiores aos da Argentina, temos que buscar as causas, entre outros fatores, no grau de abertura comercial precedente. A economia exportadora brasileira em 1929 representava 25% do PIB, enquanto a Argentina girava em torno de 50%. Em 1930 enquanto os setores agro-exportadores no Brasil (café) reforçaram seu poder e continuaram subordinados à indústria inglesa, com quem assinalaram o acordo de 1933, semelhante ao tratado de Methuen (1703), entre Inglaterra e Portugal.

Após 1930 o Estado nacional brasileiro passou a ter uma política de industrialização, diferentemente da Argentina, com 1) distinção nítida entre importações supérfluas (bens de consumo simples) e importações essenciais (sobretudo bens de equipamento), 2) sustentação dos preços do café pelo confisco cambial sobre suas exportações e não como anteriormente, por empréstimos externos pagos pelo conjunto da economia, 3) financiamento às substituições de exportações essenciais e 4) política trabalhista paternalista, num processo de implantação do capitalismo semelhante ao prussiano. Como não foi realizada nenhuma reforma agrária, o que reduziu drasticamente o mercado interno popular, o Brasil tomou-se, muito precocemente (década de 1950), exportador de tecidos de algodão, alcançando o 6º lugar mundial na produção de fios de algodão, enquanto a Argentina estagnava sua produção, a Colômbia crescia consideravelmente até 1990 e o Chile se desindustrializava:

<b>Fios de algodão (1000 ton.)</b>	<b>1974</b>	<b>1990</b>
Argentina	89	105
Brasil	152	607
Chile	22	10
Colômbia	28	82

Fonte: Images économiques du monde, Sedes, Paris.

### III

As evoluções industriais tão desiguais como as acima indicadas têm muito a ver com a conjuntura mundial depressiva, iniciada em 1973 e com o avanço do neoliberalismo na América Latina. Deve-se notar que o Chile foi o primeiro país do mundo a aplicar as idéias de Hayek e Friedman desde 1973 até hoje, apesar das “correções” necessárias, antes mesmo da Inglaterra, sem contar as experiências, também precoces na Argentina (1976-1986) e no Uruguai, sob o patrocínio do FMI e dos agro-exportadores, conforme indicaram vários estudiosos, P.Anderson, J.Ramos, Larrain e Selowsky entre outros.

É interessante comparar os países subdesenvolvidos da Ásia com os da América Latina no período pós-1973: enquanto os primeiros reforçaram seus projetos nacionais de industrialização, com nítido alavancamento do estado e contando com dívidas externas modestas (China 13%, Coréia do Sul 20%, Índia 21% do PNB em 1988), os países latino-americanos, com seus Estados nacionais enfraquecidos, foram na maioria forçados a aceitar imposições do FMI, em grande parte pela vulnerabilidade decorrente de suas dívidas externas (Bolívia 109%, Chile 86%, Argentina 70% do PNB em 1988). A primeira área é influenciada pelo Japão, país com grande superávit comercial, enquanto a segunda é subordinada aos EUA, que registram seguidos déficits comerciais (US\$ 166 bilhões em 1994), com interesse em forçar a abertura comercial das nações de sua área de influência, usando mecanismos de supervalorização das moedas locais e estabilidades monetárias artificiais, seguidos de déficits comerciais catastróficos e novas instabilidades monetárias, tudo isso embutido no interior de políticas econômicas recessivas. Assinale-se que na conjuntura depressiva mundial pós-1973 o comércio internacional se intensificou, diferentemente da conjuntura depressiva anterior (1920-48), pois o fechamento da economia americana provocaria o rápido declínio do dólar como moeda de troca comercial. A intensificação do comércio internacional, combinada com a conjuntura depressiva mundial, tem sido mais favorável ao Japão do que aos EUA, mais favorável à Ásia do que à América Latina e mais favorável aos capitais do que aos trabalhadores. Temos que tentar entender este processo no que se refere à América Latina e em particular ao Brasil.

O caso chileno é o mais prolongado e o único bem sucedido experimento neoliberal. O governo de Allende havia iniciado reforma agrária e nacionalização de empresas estrangeiras (ITT, cobre, etc.), mais foi estrangulado por violenta crise econômica e política. A produção de fios de algodão, por exemplo, que havia alcançado 27,1 mil toneladas em 1971, caiu para 22,0 mil em 1974. A contra-revolução militar realizou uma reestruturação profunda da economia e da sociedade chilena: 1) pôs fim à reforma agrária e

liberou os preços agrícolas, 2) reprimiu os operários e impôs nova legislação trabalhista organizando sindicatos por empresa e tornando as greves mais difíceis, 3) privatizou a maior parte da previdência social, passando-a às mãos dos bancos, em contratos anuais leoninos (poupança interna forçada), mantendo sob responsabilidade estatal aqueles que não interessavam ao capital privado (os trabalhadores abaixo do nível de pobreza), 4) privatizou (e às vezes desnacionalizou) a maioria das empresas estatais, mantendo apenas o controle acionário da Codelco (cobre) e participações minoritárias em petróleo e eletricidade, setores considerados estratégicos, e assim o setor nacionalizado da economia caiu de 45% do PNB em 1973 para 25% em 1978, 5) deu aos capitais estrangeiros os mesmos direitos usufruídos pelos capitais nacionais, e sem encerrar a lista, 6) estimulou o desenvolvimento de novas atividades de exportação (pescado, madeiras, frutas, etc.).

O governo militar chileno ao lado dos estímulos às exportações primárias, ao sistema draw-back, etc., foi diminuindo progressivamente as tarifas de importação, a pretexto do combater a inflação superior a 300% em 1974 e 1975, fixando-as em 10% em 1979 e permitindo uma avalanche de importações de têxteis, eletrodomésticos, etc. e desmantelando o parque industrial nacional. A produção de fios de algodão caiu em 1985 a 8,4 mil toneladas, apenas 31% do que havia sido em 1971. Para compensar os déficits comerciais de 1979 e 1980 (US\$ 0,4 e 1,0 bilhão), e que tiveram seqüência em 1981 e 1982, o governo estimulou a entrada de dinheiro estrangeiro nas bolsas, atraindo-o com juros altos, um artifício que não durou muito. Em 1982 a taxa fixa do câmbio, com o escudo chileno supervalorizado em relação ao dólar, que havia estimulado importações e desestimulado exportações, foi abandonada e a moeda interna foi sendo sucessivamente desvalorizada (1982-84), em meio a uma queda brutal da economia e do emprego, como a que se registra atualmente no México, pelas mesmas razões. Os Chicago boys chilenos foram rapidamente substituídos em 1982 pelos chamados pragmáticos, mas a dívida externa que era de US\$ 5 bilhões em 1975 havia saltado para US\$ 18,4 bilhões em 1985.

A experiência chilena parecia fracassar em 1982-85, mas o regime militar mantinha alguns controles importantes, não só os acima apontados, mas a fixação da taxa de câmbio, que permitiu frear as importações após 1982, reativar lentamente a economia interna e obter superávits comerciais e a continuação da política do chamado emprego mínimo do governo (US\$ 40/mês), em frentes de trabalho hitlerianas-keynesianas.

Mas a principal razão da retomada do crescimento chileno foi a persistência da política de diversificação das exportações, que havia começado precocemente sob inspiração e financiamento da CORFO nas décadas de 1950-60, como assinalou Aníbal

Pinto. A Corporación de Fomento, nascida em 1939 (o BNDE no Brasil é de 1952) havia percebido que o estrangulamento das exportações chilenas (80% do cobre até 1975) era um nó que precisava ser desatado e seu Departamento de planejamento havia indicado as explorações florestais, a fruticultura e o pescado como complementações e assim, por exemplo, a produção de cítricos de 16 mil ton. em 1955 já alcançava 82 mil em 1970.

Foram ampliados os novos negócios esboçados pelo CORFO antes de 1973 e reestruturadas regiões inteiras do país, como a área entre Santiago e o deserto de Atacama ao norte que se tornou uma enorme área frutícola exportadora e a região entre Santiago e o sul do Chile, que se tornou outra área fortemente especializada em silvicultura e também exportadora. A primeira tece a vantagem do clima seco e portanto isenta de infecções biológicas, com altos rendimentos e baixos custos. Os cítricos saltaram de 93 mil ton em 1978 para 210 mil em 1991, além dos tomates uvas, pêssegos, kiwi e outras frutas destinadas crescentemente às exportações. A região ao sul de Santiago foi transformada numa gigantesca área produtora de madeira, celulose e papel e apoiada em plantações de *Pinus radiata*, que na sua área de origem, Califórnia, se tomava boa para corte com 20 na os de idade e no Chile podia ser aproveitada com 15 anos. Por outro lado, a pesca que havia se desenvolvido no litoral do Peru nas décadas de 1950 e 1960 acabou estimulando a repetição da experiência no Chile; que aumentou sua produção de 214 mil ton. em 1955 para 1180 mil ton. em 1970, aproveitando o percurso sul-norte dos cardumes na corrente marítima de Humboldt. A ampliação da frota pesqueira chilena e das instalações portuárias no litoral meridional elevaram as capturas para 6006 mil ton. em 1991, a 5ª produção mundial (15ª em 1974).

Os investimentos internos e externos nos setores acima mencionados cresceram (Shell p.ex., em silvicultura), mas os capitais estrangeiros deram preferência ao setor mineral, com crescimento da produção de cobre metálico para 1328,5 mil ton. em 1990, contra 647,4 mil ton. em 1970 (Broken Hill, Anaconda, etc. além da estatal Codelco). A produção mineral e metálica foi diversificada: molibdênio, lítio, ouro, prata, zinco e as exportações de cobre caíram para 45,7% do total chileno em 1990, apesar de aumentarem em termos absolutos.

Os grandes grupos chilenos, freqüentemente de origem agrária e comercial no início do século e transformados em industriais depois de 1930, tornaram-se conglomerados (10 a 12), centrados em bancos, previdência privada e export-import, dedicados também a negócios diversificados, como navegação marítima, telecomunicações, transporte aéreo, mineração, mídia, pesca, plantas industriais de papel e celulose, de farinha de peixe, agro-

industriais, etc., freqüentemente associados a capitais estrangeiros americanos, japoneses, australianos, etc. tendo alcançado dimensões significativas e sem oportunidade de negócios internos, tem exportado capitais para a Argentina, Bolívia, Peru, etc., aproveitando privatizações ou pequenas joint-ventures.

A economia chilena foi se recuperando no final da década de 80 pelo percurso acima descrito. As exportações se diversificaram e cresceram consideravelmente: de US\$ 1,2 bilhão em 1970 a US\$ 4,8 em 1980, caíram após a crise de 1982 (US\$ 3,6 em 1985) e alcançaram US\$ 8,9 em 1991, com superávit comercial de US\$ 1,5 bilhão, sendo que o desemprego oficial de 19,6% da população ativa no auge da depressão do início dos anos 80 caiu a 6,3% em 1988. Ora, a destruição do parque industrial chileno do início da década de 70, apesar de brutal e desnecessária, foi compensada, em vista de seu tamanho relativamente diminuto (25% do PIB em 1970), pelo aumento gigantesco do setor primário-exportador, usando-se recursos naturais que permaneciam fortemente ociosos e enfrentando o estrangulamento cambial das décadas de 1950-60, como a CORFO já havia indicado. Isto quer dizer que o crescimento chileno é menos fruto do neoliberalismo do que da relação dialética entre estrangulamentos e ociosidades, conforme assinalaram Marx e Keynes e que Rangel aprofundou estudando a economia brasileira.

A receita do FMI, atendendo aos interesses dos EUA, de abertura dos mercados nacionais latino-americanos às importações, com déficits comerciais enormes, “compensados” com o fluxo de capitais estrangeiros especulativos para as bolsas, atraídos pelos juros altos, tem provocado dumping da produção interna e conseqüente recessão interna. No auge do processo de abertura comercial do México (1992-94), o país acumulou déficits comerciais de US\$ 48,4 bilhões, reduziu suas reservas cambiais em 1994 a US\$ 6,5 bilhões, cifra insignificante, e cresceu no triênio à média ridícula de 2,2% ao ano. A experiência catastrófica iniciada no México com a crise de dezembro de 1994, equivale àquela que aconteceu em 1982 no Chile, como salta aos olhos no quadro abaixo, da insuspeita e conservadora US-Latin trade, de agosto de 1995:

<b>MÉXICO</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>
Crescimento econômico (%)	2,8	0,4	3,5	-4
Inflação (%)	11,9	8	7	50,3
Exportações (US\$ bi)	46,2	51,9	60,8	75
Importações (US\$ bi)	62,1	65,4	79,4	69
Balança comercial (US\$ bi)	-15,9	-13,5	-19	6
Reservas cambiais (US\$ bi)	19,2	25,3	6,5	15
Dívida externa (US\$ bi)	133,2	153,5	163,2	164,8
Relação cambial (peso/dólar)	3,1	3,1	3,4	6,4

O programa de “ajuste” do governo mexicano, depois de crimonosos déficits comerciais e da falência financeira nacional, tem provocado diminuição das atividades econômicas e desemprego, com a inflação de janeiro a julho de 1995 alcançando 35,6% ao lado de reajustes salariais de 19,5%. Mas o reajuste econômico do México em 1995 não pode ser o do Chile em 1982, pois a reduzida dimensão do parque industrial chileno e as possibilidades de expansão de setores primário-exportadores, tendo em vista capacidades naturais altamente subproveitadas, não existem nem para o México, a Argentina e principalmente para o Brasil, economias que passaram por industrializações bastante avançadas e devem considerar estas realidades.

#### IV

A inflação tem sido escolhida pelos neoliberais do mundo inteiro como o inimigo público número um, mas os estudiosos de esquerda devem eleger a crise econômica como a questão fundamental, já que a inflação é consequência d crise, um epifenômeno. Procurar remédios para a inflação é no mínimo um equívoco, quando se devem buscar os caminhos para a saída da crise, no interesse dos trabalhadores e da nação. Com maior ou menor inflação, respectivamente nos períodos depressivos e expansivos da acumulação capitalista interna, o Brasil construiu a economia industrial mais dinâmica, complexa e estruturada da América Latina, conseguindo em sucessivos ciclos econômicos juglarianos brasileiros passar dos bens de consumo simples (anos 30), aos bens intermediários (anos 40), bens de consumo duráveis (anos 50) até os bens de equipamentos pesados (anos 70). Este último setor foi constituído de empresas estatais (Mafersa), privadas nacionais (Villares, Bardella), e as estrangeiras (GE, ABB).

A marcha forçada da economia nos anos 70, liderada pelos militares nacionalistas, provocou um enorme endividamento do governo brasileiro, que investiu em infra-estrutura e emprestou dinheiro barato às empresas privadas nacionais de equipamentos, mas ficou prisioneiro d elevação dos juros dos empréstimos estrangeiros e depois dos empréstimos internos. Paralelamente os investimentos em infra-estruturas (Ferrovia do Aço, usinas de eletricidade, rodovias, portos, etc.) foram paralisados, constituindo gigantescos nós-de-estrangulamento econômicos, enquanto as indústrias mecânicas ficaram sem encomendas e fortemente ociosas. Desde 1980 o Brasil vive a crise acima descrita, de maneira prolongada e perigosa, mas ela pode ser superada, no interesse dos trabalhadores e da nação pela ligação econômico-financeira entre ociosidades e estrangulamentos, que provocará a retomada do crescimento econômico e a consequente sanidade financeira do Estado e sua possibilidade

de realizar políticas públicas, sobretudo a distribuição de lotes rurais para milhões de bóias-frias e lotes urbanos para milhões de sem-teto nas cidades, mudando a estrutura do mercado de trabalho e do nível de renda.

Esta política econômica exige concessões de serviços públicos estrangulados (usinas elétricas em construção paralisada, que são 18 no Brasil, por exemplo) à iniciativa privada, com obrigações de investimentos imediatos, usando capacidades ociosas internas (engenharia pesada, equipamentos, técnicos, trabalhadores, insumos, etc.), provocando efeitos multiplicativos enormes na economia. É preciso assinalar a inutilidade macroeconômica e social, sem falar das negociatas, das privatizações de empresas estatais brasileiras lucrativas, como as siderurgias e petroquímicas durante FCM ou da CVRD pretendida pelo desgoverno FHC-ACM.

Deve-se notar que Cuba foi obrigada, pela queda da URSS, a usar capacidade ociosas para enfrentar os nós-de-estrangulamento (cambial, por exemplo) como os recursos naturais e humanos magníficos para o turismo, terras e trabalho ocioso na produção de alimentos (autoabastecimento das forças armadas, das usinas de açúcar e oficinas mecânicas anexas, etc.). O México construiu 4000 quilômetros de rodovias, apesar do período neoliberal recente, usando este mesmo princípio, assim também a concessão de portos, em cogitação.

É preciso enfatizar que pensadores como Che Guevara e Ignácio Rangel continuarão iluminando as lutas dos trabalhadores latino-americanos. Rangel estudou a acumulação capitalista do nosso ponto de vista e mostrou que existem apenas três fontes de poupança: 1) o arrocho salarial, que é poupança reacionária, 2) a poupança externa, que provoca dependência e 3) a capacidade ociosa interna, a única progressista.

#### REFERÊNCIA

Larrain, F. y Selowsky, M. (compiladores): **El setor público y la crisis de la America Latina**, México, 1990.

Ominami, C.: Chilli: échec du monétarisme périphérique, in Boyer, R. (org.): **Capitalismes fin de siècle**, Paris, 1986.

Pinto, A.: As raízes do experimento ortodoxo chileno, in **Novos Estudos CEBRAP n° 27**, São Paulo, 1990.

Rangel, I.: **Economia: milagre e anti-milagre**, Rio de Janeiro, 1986.

Ramos, J.: **Política econômica neoliberal em países del cono sur de America Latina – 1974-83**, México, 1989.

Sader, E. e Gentili, P.: **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**, São Paulo, 1994, em especial P.Anderson.

Vuskovic, P.: O FMI e a crise econômica da América Latina, in **Novos Estudo CEBRAP nº 15**, São Paulo, 1986.

## MARXISMO E “GLOBALIZAÇÃO: AS ORIGENS DA INTERNACIONALIZAÇÃO MUNDIAL

O cerne não histórico, anti-histórico, do pensamento burguês,  
surge em seu aspecto mais patente quando examinamos  
o problema do presente como problema histórico.  
G. Lukács

### 1. Introdução

G. Myrdal criticou a maquiagem que as expressões sócio-econômicas podem sofrer. Antes da Segunda Guerra Mundial falava-se em países atrasados, que os marxistas caracterizavam como coloniais e semi-coloniais. Após 1945 apareceram como subdesenvolvidos, mas com o tempo passaram a ser chamados de “menos desenvolvidos” e depois “países em desenvolvimento”. J.K. Galbraith igualmente ironizou o fato de que as instabilidades geradas pelo capitalismo fossem chamadas nos EUA de “crise” ou “pânico” no século XIX, “depressões” no início do século XX, “recessões” no pós segunda guerra, “ajustes de crescimento” recentemente e agora apenas “equilíbrios permanentes de desemprego”<sup>124</sup>.

Segundo os neo-liberais “globalização”, expressão de uso corrente e maciço, é a novidade que explica o mundo atual. Pretende negar o jogo dos interesses nacionais e quanto aos países sub-desenvolvidos considera irrelevantes as relações centro-periferia intrínsecas ao sistema capitalista, relações que podem ser analisadas numa visão mais moderada (CEPAL) ou numa visão mais radical (marxista). Assim como ocorreu com subdesenvolvimento ou com crises econômicas, “globalização” não seria imperialismo disfarçado? O conceito de imperialismo, do início do século XX, foi atenuado para Economia-mundo pelos moderados (I. Wallerstein, G. Arrighi, etc) e mais adocicado para “globalização” pelos neo-liberais<sup>125</sup>.

Atrás da visão edulcorada, vendida por atacado e a varejo, existe basicamente o esforço dos EUA para retomarem a hegemonia econômica e política desafiada pela URSS, pelo Japão, pelos não-alinhados, etc (1950-80). Reaparece a visão religiosa do *American*

---

<sup>124</sup> G. Myrdal, conform I. Sachs: *Desenvolvimento numa economia mundial liberalizada e globalizante*, 1997 e J. K. Galbraith: *Uma viagem pelo tempo econômico*, 1994, pp. 4 e 5.

<sup>125</sup> De 1945 a 1965 os estudos sobre imperialismo, protecionismo e monopólio quase desapareceram das universidades inglesas, reaparecendo no final da década de 60. M. Barrat-Brown, 1978, p. 13. A expressão “globalização” se generalizou nas revistas de administração de negócios americanos na década de 80. F. Chesnais, 1994, pp. 14 e 15 e adotada pelo G-7 em seguida.

*Dream*, incluindo a arrogância típica: “o que é bom para a General Motors é bom para a América. o que é bom para a América é bom para o resto do Mundo”<sup>126</sup>. Entretanto o neo-liberalismo (e a “globalização”) é artigo de exportação dos EUA, mais do que de uso interno. A conversão de sátrapas tele-evangelistas, inclusive alguns “esquerdistas” arrependidos (Blair, FHC, Menen, etc), corresponde à perda de autonomia nacional no interior do império americano<sup>127</sup>.

Certamente uma análise do último quartel do século XX, como qualquer tema relevante, encontrará três grandes interpretações: a dos neo-liberais, entusiasmados com a “globalização” e propondo “mais mercado”, o que inclui o desaparecimento do FMI, por ser inútil<sup>128</sup>; os centristas querem dar um caráter mais palatável à “globalização”, combatendo seus efeitos perversos (I. Sachs p.exemplo); as posturas de esquerda partem da necessidade de uma análise concreta (múltiplas determinações), isto é, o estado das forças produtivas, bloqueadas no período depressivo do capitalismo (desde 1973) e das novas formas de relações de produção (toyotismo, por exemplo), os papéis do capital financeiro e do Estado na atual conjuntura, a próxima emersão da terceira revolução industrial, etc.

A partir de 1973, período que marca uma vitória importante, mas parcial, do capitalismo sobre o socialismo, alguns intelectuais de esquerda, baseando-se em idéias de Marx, passaram a acreditar de boa fé na “globalização” (O. Ianni, J. Gorender, entre nós). A idéia de revolução de Marx contribuiu para isto, ao imaginar vitórias simultâneas na Inglaterra, Alemanha e França, que tornariam o socialismo vitorioso à escala mundial<sup>129</sup>. Assim como a revolução socialista permaneceu isolada na URSS por décadas, a primeira revolução capitalista ficou isolada na Inglaterra (Gromwell, séc. XVII), frente à hostilidade do feudalismo da Europa continental. As relações entre os fenômenos nacionais e mundiais não são tão simples e a transição de um sistema a outro é mais complexa e prolongada do que se imagina.

## 2. *Gênese do mercado mundial*

As cruzadas (séc. XI a XIII), em plena Idade Média, constituíram a primeira grande expansão feudal, militar, territorial e mercantil da Europa ocidental, incorporando cidades e

---

<sup>126</sup> G. Messadié: *A crise do mito americano*, 1989, cap. 5, ironiza a declaração de Charles Wilson, ex-presidente da General Motors e ex-secretário da Defesa dos EUA.

<sup>127</sup> I. Rangel chamou a atenção desde a década de 60 para os instrumentos do imperialismo no Brasil, certamente válidos para outros países: “desfaçatez da direita, imbecilidade das esquerdas e o déficit em conta corrente no balanço de pagamentos”, conforme D.D. Carneiro, in *O pensamento de Ignácio Rangel*, 1997.

<sup>128</sup> M. Friedman defendeu a extinção do FMI na última reunião da entidade, Isto é Dinheiro 01/10/97.

<sup>129</sup> K. Marx foi influenciado pelas revoluções de 1848, conforme I. Deutcher, no sentido de apostar numa revolução socialista simultânea na Europa.

regiões do Mediterrâneo oriental aos domínios da feudalidade europeia e do capital comercial das cidades italianas. As importações de artigos de luxo da Ásia e do Oriente médio, regiões mais avançadas, feitas por Veneza, Gênova, etc, para abastecer os senhores feudais europeus, deles adquirindo cereais, são o primeiro comércio medieval a grande distância, resultando mais tarde na produção de manufaturas de tecidos de seda (substituição de importações) em Lucca (séc. XIII), em Veneza (séc. XIV) etc.<sup>130</sup>

A mesma aliança entre capitais comerciais e senhores feudais esteve presente nas conquistas portuguesas no litoral atlântico africano (séc. XV) e nas grandes navegações do século XVI, que criaram pela primeira vez o mercado mundial<sup>131</sup>. As trocas comerciais envolvendo Ásia, África e América beneficiaram a Europa, e por isto o primeiro sistema colonial teve um importante papel na acumulação primitiva do capitalismo, e lançaram as bases das relações centro-periferia, inicialmente comandadas pelas monarquias feudais e pelos grandes comerciantes europeus. Nesta fase mercantilista foram implantados os impérios das nações europeias, através de políticas estatais de conquistas militares e de monopólio colonial. Os comerciantes acumularam superlucros transacionando mercadorias de diferentes modos de produção e regiões do Mundo, como tecidos de luxo, chá e especiarias da Ásia, metais preciosos e açúcar da América, escravos da África, etc<sup>132</sup>. Desde os meados do século XVII, com a vitória da Revolução puritana na Inglaterra e o consiguiente alavancamento do modo de produção capitalista (Leis de navegação, etc), as relações centro-periferia no interior do antigo sistema colonial foram sendo gradativamente alteradas, com o crescente comando da produção manufatureira inglesa sobre o sistema colonial dos seus adversários europeus, nascendo assim o Império inglês em detrimento das colônias da França, Holanda, Espanha, Portugal, etc, e subordinando o capital comercial aos seus objetivos<sup>133</sup>.

No final do século XVIII, após mais de um século de conquistas de novas colônias e zonas de influência, as manufaturas inglesas se defrontaram diante de alguns desafios: os

---

<sup>130</sup> A. Smith: *A riqueza das nações*, Nova Cultural, 1985, Livro Terceiro, cap.III e K. Marx: *O Capital*, Civ. Brasileira, 1974. Livro 3 cap. XX (observações históricas sobre o capital mercantil).

<sup>131</sup> P. Vilar: *Le temps du "Quichotte"*, analisa o que chama de "o imperialismo espanhol, etapa suprema do feudalismo", Europe n° 121-122, 1956 e P. Anderson: *Linhagens do Estado absolutista*, Ed. Brasiliense, 1985, K. Marx considerou o século XVI como o início da era capitalista.

<sup>132</sup> K. Marx: *O capital*, Livro I, cap. XXIV (A chamada acumulação primitiva), onde se assinala que o sistema colonial privilegiou toda a Europa ocidental, mas o proveito maior ficou com que teve o seu modo de produção feudal transformado em capitalismo por mudanças radicais nas relações entre servos e senhores, isto é, a Inglaterra.

<sup>133</sup> A expansão do capitalismo inglês não se fez apenas pela gradativa incorporação das colônias das demais metrópoles europeias, mas também pela absorção de países europeus ao seu círculo de influência, como p. ex. Portugal (N.W. Sodré: *O tratado de Methuen*, ISEB, 1957), diminuindo as atividades artesanais e manufatureiras nas regiões dominadas.

salários aumentavam<sup>134</sup> e a penetração na Índia, já conquistada, exigia diminuição de custos. A primeira revolução industrial havia entrado na ordem das necessidades do capitalismo inglês e, uma vez em andamento, impunha o fim do antigo sistema colonial das metrópoles feudais européias (França, etc) e da escravidão na América (início do século XIX), isto é, a abertura de novos mercados.

### 3. *O capitalismo industrial, os ciclos longos e o aparecimento do imperialismo*

O sistema manufatureiro inglês se esgotou no final do século XVIII e deu origem à invenção (J. Watt, 1769/1784) e utilização crescente da máquina à vapor, mas enquanto existiu foi muito agressivo militarmente na conquista de colônias e zonas de influências, transformadas em mercados consumidores, entretanto muito conservador do ponto de vista técnico, semelhante ao sistema artesanal das corporações de ofício. Sua expansão foi tipicamente extensiva: mais e maiores estabelecimentos, que exigiam conquistas de maiores extensões territoriais<sup>135</sup>.

A grande indústria rompeu com a rotina das manufaturas, revolucionando permanentemente as bases técnicas do capitalismo. Nas relações com os operários e com os concorrentes, a introdução de máquinas cada vez mais avançadas por parte dos capitalistas significava maiores lucros e maiores participações nos mercados. Mas a concorrência, que estimulava inovações tecnológicas, acabava provocando depois de algum tempo, investimentos excessivos e por consequência crises de superprodução. No período industrial, pós-manufatureiro, a acumulação capitalista passou a ser nitidamente cíclica<sup>136</sup>, com fases expansivas e fases depressivas, em particular os ciclos decenais (Juglar) e os ciclos longos, de cinquenta anos de duração aproximada. (Kondratieff).

A Inglaterra havia realizado a primeira revolução industrial sozinha, distanciando-se das demais potências européias, assim como liderou a aplicação da máquina à vapor aos meios de transportes (locomotiva e navios) em meados do século XIX, na fase expansiva do segundo ciclo longo (1848-73). Assim, suas importações de matérias-primas cresceram extraordinariamente: 1) 4,4 milhões de toneladas de lã em 1820 para 22,2 milhões em 1840

---

<sup>134</sup> De 1640 a 1740 os salários mais do que duplicaram na Inglaterra, conforme C. Hill: *A revolução inglesa de 1640*, Ed. Presença, 2ª Ed. p. 17.

<sup>135</sup> P. Sweezy enfatizou o caráter conservador da manufatura: *K. Marx e a revolução industrial*, in *Capitalismo Moderno*. Ed. Graal, 1977, pp. 132-34.

<sup>136</sup> Os ciclos decenais foram sistematizados por C. Juglar em 1851-52 e os ciclos longos foram sistematizados por N. Kondratieff em 1924, na URSS. Ambos começaram com a revolução industrial e os longos têm a seguinte datação: 1º 1790-1815-1848, 2º 1848-1873-1896, 3º 1896-1920-1948 e 4º 1948-1973...

e 2) 18,6 milhões de toneladas de algodão em 1813 para 222,5 milhões em 1841<sup>137</sup> para atender sua condição de “fábrica do mundo”, exportadora de produtos industrializados, no comando da crescente divisão internacional do trabalho. Data de 1846 a abertura da Inglaterra às importações de cereais, que forçou a estabilização dos salários operários e o aumento da pressão pela adoção no mundo inteiro do regime de livre-comércio. Sua presença ao longo do século XIX pode ser medida pelo índice de produção industrial, que foi de 4 em 1790, de 7,4 em 1815 e de 100 em 1913, mas seu auge data de 1860-70. Seu monopólio tecnológico havia lhe garantido superlucros e obrigou seus concorrentes a se defenderem com o uso de tarifas protecionistas para alavancarem suas industrializações nacionais<sup>138</sup>. Assim, em 1870 a Inglaterra, já em perda de velocidade, detinha 31,8% da capacidade industrial do mundo, contra 23,5% dos EUA, 13,2% da Alemanha e 10,3% da França. De 1871 a 1913 o comércio exterior inglês cresceu apenas 100%, enquanto o da Alemanha cresceu 255%<sup>139</sup>.

Para se entender a queda da Inglaterra, a ascensão dos EUA e da Alemanha e a gênese do imperialismo é necessário levar em conta a concorrência intercapitalista no período 1873-1896, correspondente à depressão do segundo ciclo longo e ligada ao esgotamento tecnológico da primeira revolução industrial, baseada na máquina a vapor.<sup>140</sup>

A Inglaterra começou a declinar como potência industrial de primeira grandeza no período depressivo 1873-96, quando compensou seu declínio com o reforçamento do poderio militar, a conquista de novas colônias e zonas de influência e o aumento dos seus investimentos no exterior. Seu envelhecimento industrial, que aparece nitidamente no período acima referido, está na base de seu imperialismo precoce: a City Londrina passou a ser grande praça financeira do mundo e em 1914 os investimentos britânicos no exterior

---

<sup>137</sup> Dados em libras-peso, in A. Marchal e R. Basse: *Économie politique*, tome I, PUF, 1956, p. 67, convertidas em toneladas. O crescimento extraordinário das importações de algodão pela Inglaterra estimulou o aumento da produção nas suas colônias e zonas de influência, inclusive no Sul dos EUA, onde a produção anual triplicou de 1801-05 a 1821-25, assim como triplicou novamente em 1841-45, tendo reforçado a escravidão e o livre-cambismo sulista, o que levou a tentativa de secessão da Carolina do Sul, em 1832, contra as tarifas altas de importação vigentes na União. Para a Índia as exportações inglesas passaram de insignificantes 914 mil metros em 1814 para 46,6 milhões de metros em 1835, equivalentes a 25% das manufaturas de algodão exportadas, enquanto as exportações de tecidos de algodão da Índia caíram de 1,3 milhão de libras-esterlinas em 1814 para 60 mil libras em 1844, cf Barrat-Brown, *After imperialism*, apud P. Santos: *El debate sobre el imperialismo*.

<sup>138</sup> P. Bairoch: *Commerce extérieur et développement économique de l'Europe au XIX siècle*, Ed. Mouton, 1976, estudou no capítulo III as políticas aduaneiras européias de 1815 a 1914, onde se percebe a relação entre pressões livre-cambistas e fases expansivas dos ciclos longos e inversamente pressões protecionistas em fases depressivas dos ciclos longos. A mesma relação é possível perceber no Brasil durante o século XIX, conforme N. Vilela Luz: *A luta pela industrialização do Brasil*, Ed. Alfa-Omega, 2ª Ed, 1978, cap. I.

<sup>139</sup> Os dados são de A. Marchal e R. Basse, op. cit. pp. 67-68. A. Siegfried: *La crise britannique au XX siècle*, A. Colin, 1975, indica o auge da Inglaterra em 1860-70 e o início da decadência em 1880, p. 15, citando o *Report of the Royal Commission appointed to inquire into the depression of trade and industry*, 1886.

<sup>140</sup> A primeira revolução industrial, com sua fase expansiva de 1790 a 1815, retomou fôlego com a aplicação da máquina a vapor aos transportes (1848-73), mas se esgotou em seguida, abrindo caminho à segunda revolução industrial, que começou em 1896-1920.

equivaliam a US\$ 19,5 bilhões, representado 50% do total mundial, seguidos dos investimentos da França (US\$ 8,6 bilhões), Alemanha (US\$ 6,7 bilhões), EUA (US\$ 2,5 bilhões) e os US\$ 2 bilhões da Holanda<sup>141</sup>. Os investimentos ingleses em 1914 estavam espalhados pelo Mundo todo, 47% deles dentro do império britânico, sobretudo no Canadá, Austrália, Índia e África do Sul e 53% fora do império, sobretudo nos EUA e na América Latina (Argentina, etc). Como dissemos, a presença mundial maciça dos investimentos ingleses contrastava com seu envelhecimento industrial: 1) de 1881-85 a 1911-13 a produção mundial de manufaturados cresceu 310% e a inglesa 162% e a exportação mundial de manufaturados cresceu 239% e a inglesa 175% (diminuição do comércio internacional em relação à produção); 2) a parte da Inglaterra no comércio internacional de manufaturados caiu de 37,1% em 1883 para 25,4% em 1913; 3) em 1913 as exportações industriais alemãs eram de 23,9% têxteis, 28,9% metais, 17,7% máquinas e 14,4% químicos, enquanto para a Inglaterra os têxteis representavam 48,8%, os metais 16,7%, as máquinas 10,0% e os químicos 5,1%<sup>142</sup>.

O retorno ao padrão-ouro após a Primeira Guerra Mundial tornou a economia britânica ainda menos competitiva e suas exportações totais no comércio internacional caíram entre 1913 e 1929 de 13,1% para 9,87% e, assim, a Inglaterra se viu forçada a desvalorizar a libra em 1931 e o Acordo de Otawa (1932) criou uma zona de trocas protegidas dentro da Commonwealth: as exportações passaram de 18,2% a 30,2%<sup>143</sup>. A Inglaterra foi sendo obrigada a reduzir sua presença mundial (meados do século XIX), cada vez mais à Commonwealth após 30 e recentemente à Europa, onde não é potência líder. Na verdade hoje ela faz parte da zona de influência dos EUA, subordinação que começou no início do século XX e foi se acentuando cada vez mais.<sup>144</sup>

Em resumo, a Inglaterra teve até 1870 o monopólio da primeira revolução industrial e do comércio internacional. Com a crise de 1873, os mercados internacionais sofreram uma contração decorrente inicialmente da queda do crescimento econômico e logo

---

<sup>141</sup> Note-se que em 1973 a balança comercial inglesa já era deficitária (56,3 milhões de libras), mas seu balanço de pagamentos era superavitário em 81,3 milhões de libras; em 1896 déficit de 137,9 libras e superávit de 56,8 libras respectivamente; em 1913 déficit de 131,6 Libras e superávit de 224,3 Libras; em 1931 déficit de 407 Libras e superávit de 70 milhões de Libras; isto é, as rendas de investimentos no exterior e as demais rendas invisíveis não eram mais suficientes para cobrir o déficit da balança comercial, conforme B.R. Mitchel e P. Deane, *Abstract of British Historical Statistics*, in R. Marx, *Le déclin de l'économie britannique*.

<sup>142</sup> A. Marchal e R. Barre, *op. cit.* p. 67 e seguintes; R. Marx: *Le déclin de l'économie britannique*, p. 18 e seguintes; R. Smith: *The British economic crisis*, p. 55 e seguintes.

<sup>143</sup> A. Marchal e R. Barre, *op. cit.*, p. 74.

<sup>144</sup> J. McMillan e B.Harris: *A invasão econômica americana (The american take-over of Britain)*, Ed. Expressão e Cultura.

depois, por causa das medidas protecionistas nacionais<sup>145</sup>, os industriais ingleses do setor têxtil, siderurgia, construção ferroviária e naval, etc, usaram suas crescentes sobras de caixa decorrentes da nova conjuntura depressiva, que diminuiu os lucros e as oportunidades de investimentos, para adquirir o controle dos bancos, até então comerciais e de empréstimos. Esta fusão reforçou o setor industrial inglês e garantiu a realização da agressiva política de conquistas de novos territórios coloniais (África, etc), visando a manutenção de seus super-lucros monopólicos, ameaçados pela nova conjuntura.

Assim sendo, os capitais ingleses fluíram ao exterior com o objetivo de intensificar a divisão internacional do trabalho sob seu comando: 1) controle das matérias-primas coloniais (corantes naturais, por exemplo), à escala mundial, como fornecedor privilegiado, 2) controle dos mercados de produtos industriais (têxteis, por exemplo), mantendo uma política anti-industrializante nas colônias e semi-colônias, 3) construção de ferrovias, portos, cabos submarinos, serviços urbanos, ampliação da marinha mercante e de guerra, etc 4) empréstimos aos governos dos países carentes de capitais ou em dificuldades financeiras.

A tradição secular em política colonial inglesa foi assim intensificada no último quartel do século XIX<sup>146</sup>, originando, aliás, empresas com ramificações mundiais como a ICI, a Shell, a Lever, etc. Mesmo após a Segunda Guerra Mundial, planos para o plantio maciço de amendoim (servindo à produção de margarinas, etc) foram implementados no Quênia, Tanganica e Rodésia do Norte, envolvendo a *Overseas Food Corporation*, dependente do Ministro do abastecimento John Strachey<sup>147</sup>.

Em 1913, no auge do seu imperialismo, a Inglaterra somava US\$ 19,5 bilhões investidos no exterior, contra US\$ 6,7 bilhões da Alemanha e US\$ 2,5 bilhões dos EUA. Os investimentos ingleses no exterior localizavam-se nos EUA (20%), Canadá (13,6%), Austrália e N. Zelândia (11%), Índia (10%), África do Sul (9,8%), Argentina (8,5%), Brasil (3,9%), Rússia (2,9%), etc e consistiam em ferrovias (41%), empréstimos governamentais (30%), empresas de mineração e financeiras (10%), indústria e comércio (6%), serviços

---

<sup>145</sup> As políticas protecionistas recomeçaram na Europa continental em 1877 na Rússia, Áustria e Espanha, em 1878 na Itália, em 1879 na Alemanha e em 1881 na França, reunido nestes países interesses industriais e agrícolas, estes últimos prejudicados pelas crescentes importações de cereais de além-mar. P. Bairoch, *op. cit.* pp. 48 e 49. Também no Brasil houve retorno à tarifa fiscal e protecionista de 1879, coincidindo com o período depressivo mundial, quando começou verdadeiramente a industrialização brasileira. N.V. Luz, *op. cit.*, p. 55.

<sup>146</sup> O termo imperialismo foi usado pela primeira vez nos anos anteriores a 1880, por autores e administradores britânicos favoráveis ao fortalecimento e expansão do império colonial, conforme G.W.F. Hallgarten, *Imperialismus von 1914*, apud P. Sweezy, *op. cit.* p. 102.

<sup>147</sup> *La politique coloniale de la Grande Bretagne, La Documentation Française*, Net ED n° 1411, 1950 p. 5 e seguintes. É verdade que os EUA na mesma época organizavam o abastecimento de açúcar a partir de suas áreas coloniais e semi-coloniais (Cuba, Filipinas e Porto Rico). Curiosamente J. Strachey, marxista na década de 30 e crítico da exploração colonial inglesa (*Natureza de las crisis*, FCE, 1939), tornou-se revisionista logo depois (*El fin del imperio*, FCE, 1962), como outros anteriormente e posteriormente.

públicos (5%), etc, devendo enfatizar a importância dos investimentos em ferrovias e a quase ausência de investimentos industriais<sup>148</sup>.

Paralelamente à extroversão inglesa no período 1873-1896, a Alemanha e os EUA caracterizaram-se neste período por uma forte industrialização interna, poucos investimentos no exterior e liderança nos ramos emergentes da segunda revolução industrial, pouco expressivos na Inglaterra, como equipamentos elétricos, motores à explosão, indústria química, alumínio, etc.

#### 4. A guisa de conclusão: “globalização” ou nova etapa do imperialismo?

Quando N. Bukharin e W. Lenin escreveram seus livros sobre o imperialismo, durante a primeira guerra mundial, conheciam a referência de F. Engels à chamada grande depressão do final do século XIX, mas não tinham conhecimento da existência dos ciclos longos, descobertos por Kondratieff na década de 20<sup>149</sup>, o que não impediu que suas análises permanecessem mais profundas do que daqueles historiadores que entraram em contato posteriormente com tal idéia.<sup>150</sup>

É curioso assinalar que no debate contra as posturas revisionistas da 2ª Internacional, Lênin elogiou a observação sobre o “ultra-imperialismo” de Kaustsky, como tendência futura do capitalismo, mas na realidade concreta do início do século tratava-se de imperialismos agressivos uns em relação aos outros na disputa pelos mercados. A tendência das gigantescas fusões de hoje em dia assinalam a possibilidade do aparecimento dos primeiros cartéis globais, como nas previsões da existência provável de cinco ou seis grandes operadoras de telecomunicações em 2005-2010, ou de cinco ou seis grandes montadoras automobilísticas, etc. A “globalização” como ideologia que se vende e se impõe aos povos oprimidos é basicamente o projeto econômico-político americano de liderar o ultra-imperialismo futuro. E isto nos interessa?

---

<sup>148</sup> H. Feis, *Europe, the world's banker, 1870-1914*, apud R. Marx op. cit. p. 21 e Barratt-Brown, *After Imperialism*, quadro VIII, apud P. Santi, *El debate sobre el imperialismo...* p. 40.

<sup>149</sup> N. Bukharin: A economia mundial e o imperialismo (esboço econômico) e W. Lenin, O imperialismo, fase superior do capitalismo (ensaio de vulgarização), 1915 e 1916 respectivamente. Após a revolução W. Lenin nomeou N. Kondratieff chefe dos serviços de estatística econômica da URSS, quando dirigiu a equipe que descobriu os ciclos longos, após exaustivos levantamentos em publicações especializadas inglesas, alemãs, francesas e americanas, daí resultando a paternidade que lhe atribuiu J. Schumpeter, em *Business Cycles*, 1939. Para Schupeter analisar os ciclos significava analisar o processo econômico capitalista e que eles não eram como as amígdalas, separáveis do organismo vivo, mas sim essenciais, como as pulsações do coração. Op. cit. Prefácio.

<sup>150</sup> E. Hobsbawn, trilogia das eras das revoluções, do capital e dos impérios, D. Landes, Prometeu desacorrentado, F. Mauro, História econômica mundial 1790-1970 e M. Niveau, História dos fatos econômicos contemporâneos, entre outros. W. Lenin percebeu que a livre-concorrência começou a ser abalada no período depressivo que se seguiu a 1873, dando origem aos primeiros cartéis industriais e bancários, que foram se fundindo gradativamente. Op. cit. p. 34 e seguintes.

## CAPITALISMO E SOCIALISMO EM FINS DO SÉCULO XX (VISÃO MARXISTA)

### I

Vivemos neste fim de século no mundo todo um refluxo das lutas sociais e uma intensiva ideologização de extrema-direita na vida intelectual, ambos impostos pelo grande capital, sobretudo norte-americano, momentaneamente vitorioso.

Numa certa medida é uma repetição piorada de outras conjunturas econômicas depressivas típicas do capitalismo, como ocorreu nas últimas décadas do século XIX e nas décadas imediatamente seguintes à primeira guerra mundial. Ao se instalar no centro do capitalismo uma fase de crise prolongada agravam-se as tensões sociais, políticas, étnicas, nacionais, ideológicas, etc, revelando o enorme potencial destrutivo e irracional do sistema e assim a sociedade burguesa torna-se conjunturalmente mais neurótica como lembramos recentemente<sup>151</sup>.

É necessário enfatizar que na conjuntura depressiva atual a maioria dos intelectuais de direita assume uma postura ofensiva na chamada “batalha das idéias” (Gramsci), reduzida, na verdade, a um mercado de “idéias”. Ex-esquerdistas e hoje neoliberais como Vargas Llosa, H.M. Enzensberger, Mário Soares e outros, afirmam, de pés juntos e na mais santa ignorância, não ser verdade que o centro do sistema capitalista (EUA, Europa e Japão) vive à custa do Terceiro Mundo, “por não ser essa operação rentável” e nem querem se lembrar da acumulação primitiva do capital (Marx), quando durante séculos África, América Latina e Ásia foram saqueadas. Trata-se, segundo eles, de idéias dignas de “perfeitos idiotas de esquerda”, verdadeiros “dinossauros”. Aliás, o monopólio da mídia e a desqualificação dos adversários, transformados em inimigos, são práticas neofascistas, orquestradas pelo grande capital norte-americano.

Por sua vez, a maioria dos intelectuais de esquerda, ao invés de assumir uma postura radical, prefere moderar suas idéias. E. Hobsbawm, por exemplo, nega que a história funcione à base de leis, “pois isto lembra demais o positivismo tradicional”<sup>152</sup>, esquecendo-se de que Marx analisou várias leis de funcionamento do sistema capitalista, com o radicalismo que lhe era peculiar.

---

<sup>151</sup> A. Mamigonian: *Neo-darwinismo social e múltiplas tensões no capitalismo em crise*, Revista ADUSP, n. 18, outubro 1999, São Paulo. E. Morin: *Cultura de massas no século XX*.

<sup>152</sup> E. Hobsbawm: *O novo século*. Cia. das Letras, São Paulo, 2000.

O que é o capitalismo atual? Para os marxistas radicais as lições deixadas por Marx e Lênin continuam fundamentais. Mas o que nos responde Marilena Chaui, uma marxista moderada, com base em D. Harvey e R. Kurz?<sup>153</sup> Segundo ela expõe:

1. o desemprego tornou-se estrutural, deixando de ser acidental ou expressão de uma crise conjuntural;

2. o monetarismo e o capitalismo financeiro tornaram-se o coração e o centro nervoso do capitalismo;

3. a terceirização tornou-se estrutural, deixando de ser um suplemento à produção que agora não se realiza mais sob a antiga forma fordista das grandes plantas industriais;

4. a ciência e a tecnologia tornaram-se forças produtivas, deixando de ser meros suportes do capital para se converterem em agentes de sua acumulação;

5. diferentemente da forma keynesiana, agora o capitalismo dispensa e rejeita a presença estatal não só no mercado, mas também nas políticas sociais, de sorte que a privatização também tornou-se estrutural,

6. a transnacionalização da economia torna desnecessária a figura do estado nacional com entrave territorial para o capital e dispensa as formas clássicas do imperialismo (colonialismo político-militar, geopolítica de áreas de influência, etc) de sorte que o centro econômico e político encontram-se no FMI e no Banco Mundial;

7. a distinção entre países de Primeiro e Terceiro Mundo tende a ser substituída pela existência em cada país de uma divisão entre bolsões de riqueza absoluta e de miséria absoluta.

Apesar do meritório esforço de síntese da mencionada autora, sou obrigado a estranhar "novidades" no capitalismo atual, como 1) o "desemprego estrutural", quando para Marx o exército industrial de reserva faz parte intrínseca do capitalismo, 2) o "capitalismo financeiro" passou a ser o cerne do capitalismo desde fins do século XIX (Hilferding, Lênin, etc), 3) a "terceirização" nasceu com o capitalismo, 4) a "ciência e a tecnologia" são forças produtivas já analisadas por Marx, etc. E o principal é que os acontecimentos históricos demonstraram essas verdades desde um ou mais séculos. Mais graves são as observações finais: 1) "o capitalismo rejeita a presença estatal no mercado, etc", 2) "o Estado-nacional tornou-se desnecessário" e 3) "a contradição centro-periferia tende a desaparecer". Da mesma maneira que muitos intelectuais brasileiros de esquerda

---

<sup>153</sup> M. Chaui: *De alianças, atrasos e intelectuais*. Folha de São Paulo, 24 de abril 1994, D. Harvey: *Condição pós-moderna*. Ed. Loyola, 1992, R. Kurz: *O colapso da modernização*.

acreditam na existência da “globalização” (O. Ianni, etc), Marilena Chaui acredita nas orquestrações neoliberais sobre as mudanças no capitalismo atual, em ambos os casos com santa-ingenuidade.

3

É natural que ex-esquerdistas e mesmo marxistas moderados do centro do sistema capitalista acreditem em propaganda neoliberal, pois não só estão sob pressão, como também aproveitam bem a doce vida, como as viagens que gostosamente Mário Soares ou o poeta alemão Hans Magnus Enzensberger fazem, pagas com os juros da dívida externa e outras fontes transferidos da periferia para o centro do sistema, que significam a miséria de milhões e as benesses de alguns. Entre os geógrafos europeus são naturais as mudanças de posturas em D. Harvey, para quem a relação centro-periferia não tem mais poder explicativo, em Y. Lacoste, cada vez menos terceiro-mundista e em H. Capel, que aconselha seus colegas latino-americanos a não falar de imperialismo ianque<sup>154</sup>.

Não deveria ser natural o clima de submissão intelectual entre as pessoas de esquerda da periferia capitalista, diante da brutalidade neoliberal a que somos submetidos. Esta submissão intelectual tem várias explicações e uma delas é a colonização cultural que se tornou mais forte atualmente. Otto Maria Carpeaux lembrou a propósito de uma viagem a uma colônia francesa na África negra, o choque que sentiu André Gide (*Voyage au Congo*) na visita a um colégio oficial, onde numa classe de latim os meninos negros de 10 a 11 anos estavam traduzindo, sob supervisão do professor, o começo do *De Bello Gallico*, porque, explicava o mestre, também negro, se tratava “dos nossos antepassados gauleses” e os meninos recitavam em coro: “Gallia est divisa in partes tres”<sup>155</sup>. E muitos de nós de esquerda continuamos a recitar em coro: “é globalização, é globalização”, “o Estado é ineficiente, o Estado é ineficiente”, “a inflação é o inimigo número um, número um”, “a abertura comercial é necessária, é necessária”, etc.

Ora, no lugar desta marcha a reboque das idéias neoliberais, os intelectuais de esquerda deveriam se perguntar se não são imposturas as afirmações a respeito 1) do enfraquecimento do Estado capitalista e, se verdadeiras, em que países, em que setores e quais seus significados, 2) do enfraquecimento ou desaparecimento das fronteiras nacionais e, se verdadeiras, em que casos ocorrem e por quais razões, 3) da tendência ao

---

<sup>154</sup> D. Harvey: entrevista no Bol. Paulista de Geografia, n. 74. Y. Lacoste: *Contra os anti terceiro-mundistas e contra certos terceiro-mundistas*. Ed. Ática, 1991, H. Capel: Palestra no Encontro de Geógrafos Latino-americanos, B. Aires, 1997.

<sup>155</sup> Júlio César: *Comentários sobre a guerra gálica*, apresentação O. M. Carpeaux. Ed. de Ouro, 1967.

desaparecimento das relações centro-periferia no sistema capitalista, substituídas pela homogeneização das sociedades (o primeiro mundo e o terceiro mundo se misturariam em todos os países), 4) de o imperialismo ter acabado ou estar mais poderoso e atuante e quais suas manifestações e 5) de como todas estas perguntas se manifestam no período depressivo atual do capitalismo. Evidentemente as respostas a essas questões exigem um enorme esforço teórico e empírico, mas é preciso enfrentar o desafio. Sem pretender responder às questões, é necessário assinalar os rumos que a procura deve tomar, enfatizando a importância da análise dos processos, uma análise que valorize a gênese das mudanças em andamento.

#### 4

Neoliberalismo e “globalização” são as duas idéias-força mais importantes impostas ao mundo pelo imperialismo norte-americano desde 1980, aproximadamente. Quando se iniciou o período depressivo atual no centro do sistema capitalista (ciclo Kondratieff), o capitalismo americano estava atordoado pelas derrotas militares na Ásia (Vietnã), pela expansão geopolítica da URSS, pela crescente concorrência japonesa e pela sua própria perda de dinamismo econômico.

Os dois choques do petróleo (1973 e 1979) foram fortes sinais de alerta, além de que em 1971, sob pressão da concorrência comercial do Japão e da Alemanha, Nixon já havia desvinculado o dólar do seu lastro em ouro. A grande virada dos EUA começou com o governo Reagan (1980-1988), que iniciou uma agressiva política de recuperação das posições perdidas<sup>156</sup>.

A impressionante recuperação pela qual passou a economia americana na década de 80 tem relação direta com a política keynesiana (e não neoliberal) adotada pelo governo Reagan de alavancar a corrida armamentista (afinal a primeira aplicação prática das idéias de Keynes foi feita na Alemanha hitlerista nos anos 30), usando déficits orçamentários e gigantescas emissões de bônus do tesouro americano (endividamento junto aos bancos japoneses, alemães, etc) com fontes de financiamento, favorecendo a retomada da atividade produtiva, a criação de milhões de empregos, bem como um forte estímulo às indústrias de alta tecnologia e outras (IBM, Microsoft, Boeing, etc). Paralelamente, as grandes empresas privadas da segunda revolução industrial (GE, Ford, etc) foram estimuladas e financiadas a abandonar suas estruturas fordistas “inchadas” e passaram por reestruturações que as

---

<sup>156</sup> I. Rangel: *A recuperação americana* (1 e 2). Folha de São Paulo, 21.04 e 06.07 de 1983, N. Spulber: *The american economy: The struggle for supremacy in the 21st century*, Cambridge Univ. Press, 1995.

aproximaram de estruturas toyotistas, que seus cientistas sociais passaram a chamar envergonhadamente de “flexíveis” ou “pós-fordistas” (Scott e Storper entre os geógrafos). Tais reestruturações foram garantidas pela política de reserva de mercado, isto é, protecionismo planejado, como no caso de estabelecimento de quotas de importações de automóveis (1981), que se não tivessem sido adotadas resultariam em maciças destruições do parque industrial americano, diante das importações competitivas e predatórias dos produtos japoneses.

Em resumo, os EUA puseram em prática, na década de 80 e na década atual (Clinton), uma política econômica combinando medidas keynesianas e neoliberais em doses planejadas pelo Estado, incluindo além do que já foi exposto: 1) uma abertura controlada, visando importar bens de consumo simples e duráveis que ajudem a rebaixar os custos de reprodução da força de trabalho, além de petróleo e matérias-primas necessárias, 2) medidas neoliberais para uso no exterior; cobranças de juros dos devedores, aberturas dos mercados financeiros e de mercadorias na América Latina e em inúmeros tigres asiáticos, incluindo dolarização cambial, como na Argentina, e absorção do movimento das bolsas, como no caso das ações brasileiras hoje mais transnacionalizadas em Nova York do que em São Paulo, 3) medidas neoliberais intensas em matéria fiscal, com diminuição de impostos às empresas e aumentos junto à classe média, nas desregulações nas relações de trabalho e em certos setores, como nas finanças e na aviação, 4) uma política agressiva de ampliação do território econômico americano (Nafta, que faz com que 85% das exportações do México se dirijam aos EUA) e a crescente inclusão de novas áreas (Caribe, em estado avançado e América Latina, África negra e Europa Oriental, em disputa com a Europa).

Não é difícil entender que a mudança de política e de postura do governo americano, de defensiva na década de 70 para agressiva na década de 80, exigisse a criação da idéia de “globalização” como a nova “realidade” mundial, como campanha mundial de marketing num dado momento, no seguinte se referindo a algum tipo de matriz organizacional de empresas ou então à irrelevância das fronteiras nacionais. Foi no último sentido que “globalização” se tornou artigo de exportação americano, visando forçar a abertura dos mercados financeiros e de mercadorias no exterior, quando as revistas de administração de Harvard, Yale e outras universidades “sérias” foram estimuladas a produzir enxurradas de artigos “científicos” como “The Globalization of Markets” de T. Levitt, na Harvard Business Review.<sup>157</sup>

---

<sup>157</sup> No Brasil poucos intelectuais perceberam o caráter neocolonial da chamada “globalização”, merecendo destaque P. Nogueira Batista Jr.: *Mitos da “globalização”*, IEA - USP, 1997, N. Werneck Sodré: *Imperialismo e neoliberalismo*,

De tudo que foi dito é fácil imaginar que o Estado no centro do sistema capitalista tem desempenhado um papel fundamental não só na corrida tecnológica em direção à terceira revolução industrial, mas também no reforçamento dos interesses das nações hegemônicas e das fronteiras nacionais. M Guaino, comissário francês de planejamento criticou a “globalização” nos seguintes termos: “terminou-se por perder de vista que o coração da economia está no interior do próprio país e que o essencial se joga, antes de mais nada, na proximidade”, pois afinal de contas a proporção do comércio extra-europeu no PIB europeu não é maior que 10%. O planejamento continua sendo importante ferramenta de política econômica nos países centrais e de reforçamento dos Estados-nação. Neste sentido, o Estado no centro do sistema não pode se encolher como garante o marketing neoliberal: as despesas estatais como percentagem do PIB aumentaram nos EUA de 1960 (26,8%) para 1980 (31,4%) e 1998 (32,8%), assim como na França de 1960 (34,6%) para 1980 (46,1%) e 1998 (54,3%), com receitas proporcionalmente menores em 1998 em relação a 1960, o que, aliás, tem garantido negócios financeiros de bilhões de dólares por dia, com papéis da dívida pública americana, alemã, japonesa, francesa, etc<sup>158</sup>.

É necessário assinalar que as grandes multinacionais americanas, européias e japonesas realizam um gigantesco esforço de participação em todos os mercados da chamada “Tríade” (EUA, Europa e Japão), tentando participar do seleto e pequeno grupo dos futuros sobreviventes das fusões que estão se acelerando, procurando estar entre os cinco ou seis grupos mundiais de cada setor (telecomunicações, automóveis, equipamentos elétricos, etc) nos próximos dez anos. Quando isto ocorrer haverá tendência ao aparecimento de uma nova cartelização mundial e assim nos aproximaremos do superimperialismo constituído de poucas empresas globais, como previu Kautsky no início do século. Haverá também a possibilidade no centro do sistema de nova regulação produção-consumo, com base num oligopólio global (EUA, Europa, Japão), que substitua o fordismo oligopólico nacional (1930-1975) e o toyotismo concorrencial (1975-2010?). Mas isso não significa o fim das nações, pois paralelamente ao processo acima apontado, também está em andamento a emersão de novas potências (China, Índia, Coreia, etc), o que nos leva a crer que o século XXI também será de conflitos nacionais, como foram os séculos XIX e XX.

---

Revista Princípios, São Paulo, 1997. Ver também Micklethwait e A. Wooldridge: *Os bruxos da administração*, cap. 10, Ed. Campus, 1998.

A nós brasileiros cabe nos perguntarmos se queremos como futuro a condição de semicolônia norte-americana, como ocorre crescentemente com o Canadá, o México, a Inglaterra e com nós mesmos ou se nos interessa, pelo potencial que já demonstramos (alcançamos e perdemos a condição de 8ª potência mundial), retomar nosso esforço nacional de autonomia, já demonstrado em vários setores, como a busca do petróleo em águas profundas (Petrobrás), a produção de aviões de linhas regionais, onde somos os maiores do Mundo (Embraer), nas pesquisas puras e aplicadas (física, biologia, agronomia, etc).

Para tanto, como cientistas e cidadãos, temos que reassumir o nosso destino e tomar consciência da gravidade da situação. No período 1930-80 fomos o país que mais cresceu no Mundo, juntamente com a URSS e o Japão, como freqüentemente lembrava Ignácio Rangel, o mais genial economista que o Brasil produziu, praticamente o único que apontava a saída da crise pelo uso das capacidades ociosas em mecânica e engenharia pesadas na construção de obras paralisadas como a Ferrovia do Aço, as usinas elétricas ou aquelas que andavam lentamente (metropolitanos, saneamento básico, rodovias), pela concessão de serviços públicos à iniciativa privada, com os compromissos de investimentos maciços, até hoje praticamente ausentes<sup>159</sup>.

Os militares, responsáveis pelo endividamento ligado à “marcha forçada” (A. Barros Castro) da década de 70, não conseguiram equacionar a problemática financeira da crise brasileira (Estado excessivamente endividado), mas nem os partidos de esquerda, freqüentemente carentes de instrumental teórico sério, e acabaram enveredando pela chamada “teoria” da inflação inercial e pela política de estabilização monetária, sem se dar conta de que este era o caminho que interessava ao imperialismo. Além das advertências de I. Rangel, repetidas dezenas de vezes nos debates na imprensa, vale a pena lembrar as observações de P. Anderson: “recordo-me de uma conversa que tive no Rio de Janeiro, em 1987, quando era consultor de uma equipe do Banco Mundial... Um amigo neoliberal da equipe... confiou-me que o problema crítico no Brasil não era uma inflação demasiada alta, mas sim demasiado baixa... Esperemos que os diques se rompam, precisamos de uma hiperinflação aqui para condicionar o povo a aceitar a medicina deflacionária drástica que falta neste país”<sup>160</sup>.

---

<sup>158</sup> M. Guaino: *Le mythe de la mondialisation*, Le Monde 24.05.1996, in L. Sachs: *Desenvolvimento numa economia liberalizada e globalizada: um desafio impossível?* Estudos Avançados, n. 11 (30), 1997, os dados sobre receitas e despesas estatais são de OCDE.

<sup>159</sup> I. Rangel: *Economia: milagre e anti-milagre*. Zahar, Rio de Janeiro, 1986.

<sup>160</sup> P. Anderson et alli: *Neoliberalismo na América latina*, Paz e Terra.

Os números da balança de pagamentos (US\$ milhões) demonstram os resultados perniciosos que passamos a sofrer, por conta do controle da inflação pelo uso da abertura indiscriminada do nosso mercado às importações predatórias, que nos tornaram altamente vulneráveis aos ditames do FMI, do Banco Mundial, etc:

	<b>1987</b>	<b>1990</b>	<b>1997</b>
balança comercial =saldo	+11172	+10753	-8372
balança de serviços =saldo	-12678	-15369	-27288
juros	-8792	-9748	-10390
viagens internacionais	-184	-121	-4377
transportes	-785	1643	-4514
seguros	-214	-69	74
lucros e dividendos	-909	-1592	-5597
outros	-1975	-2196	-2485

Da política neoliberal que nos foi imposta e cujo lado negativo os EUA não adotam (menor Estado e abertura comercial indiscriminada) acabou resultando o agravamento da dívida pública externa e interna, a ausência de política industrial e de exportações e um maciço desemprego: enquanto os EUA registraram 6,9 milhões de desempregados em 1990, cifra que aumentou para 7,4 em 1995, conseguiram uma queda do desemprego para 5,9 milhões em 1999, caindo da 2ª posição mundial em termos absolutos para a 6ª, o Brasil por conta do neoliberalismo registrava 2,4 milhões de desempregados em 1990, subiu para 4,5 em 1995 e atingiu 7,7 milhões em 1999, saltando da 8ª posição mundial para a terceira<sup>161</sup>. Não podemos suportar tamanha traição nacional e arrogância social, como esta política de vendermos nossas indústrias e exportarmos nossos empregos.

## 6

O que se passou no mundo socialista ao longo do século XX e o que se passa hoje, incluindo a queda da URSS e a rápida expansão econômica e militar da China?

Assim como a transição feudalismo-capitalismo durou séculos, conforme as análises feitas durante o debate Dobb-Sweezy, igualmente a transição capitalismo-socialismo está se fazendo ao longo de séculos. Os germes do capitalismo nas cidades italianas e flamengas (séculos XIII e XIV) não foram suficientes e só muito mais tarde as relações capitalistas de produção na Inglaterra tiveram forças suficientes para romper a carapaça feudal (Revolução puritana), criando em meados do século XVII o primeiro Estado capitalista no mundo, que teve ele próprio papel de alavancar o capitalismo inglês vitorioso.

<sup>161</sup> Márcio Pochmann, elaboração Unicamp, a partir de dados oficiais internacionais.

Ora, quando Marx e Engels imaginaram a vitória da revolução simultaneamente na Inglaterra, França e Alemanha, criando um núcleo socialista mundial ao redor do qual poderiam girar e se incorporar os demais países (inclusive a Rússia, com sua comunidade agrária igualitarista), estavam se baseando nas experiências das revoluções de 1848 que agitaram a Europa, como já foi assinalado (I. Deutscher). Mas a realidade mostrou-se diferente, pois, quando da conjuntura revolucionária mundial de 1917-23, somente na Rússia a revolução se saiu vitoriosa, em parte graças às idéias de Lênin, que conseguiram impulsionar para frente o pensamento marxista radical.

Já eram visíveis no início do século XX a coexistência no movimento socialista europeu de idéias marxistas moderadas, radicais e de esquerdismo infantil, que nasceram com o próprio socialismo de meados e segunda metade do século XIX, com direita (Lassale), centro (Marx) e esquerda (Blanqui) bastante nítidos. Frequentemente um mesmo revolucionário adotou posições esquerdistas num momento e moderadas em outro, como ocorreu com Bukharin ou Fidel Castro e ao longo do século XX as posições de direita, centro e esquerda se enfrentaram na interpretação e na prática revolucionária, sendo que o esquerdismo se manifestou por radicalizações insustentáveis (Trotsky contra a paz com a Alemanha durante a 1ª G. Mundial ou o igualitarismo social sem bases materiais palpáveis, como em Mao e Che Guevara).

O maior mérito de Lênin foi ter percebido que a 1ª G. Mundial seria uma conjuntura excepcional na luta da classe operária europeia contra o capitalismo, frente às posturas medrosas dos marxistas excessivamente moderados (Kautsky, entre outros). Quando os camponeses russos, convocados ao serviço militar, começaram a abandonar as frentes de batalha nos inícios de 1917, percorrendo centenas de quilômetros a pé e passaram a ocupar as terras feudais nas suas aldeias de origem, Lênin assinalou que os “camponeses votavam com os pés”. Preparou a tomada do poder que saiu das mãos dos mencheviques, pois estes não se decidiram a favor dessas ocupações e nem da paz com a Alemanha, medidas que reforçaram o poder bolchevique durante a sangrenta guerra civil (1918-1921), desencadeada pelo feudalismo russo e pelo imperialismo mundial. A ausência de uma diretriz a favor da ocupação das terras pelos camponeses contribuiu para a derrota da tentativa revolucionária na Hungria na mesma época (G. Lukács).

A vitória da Revolução de outubro comprovou a força do marxismo radical, assim como a realidade foi mostrando que o capitalismo nos países centrais se consolida mais e mais. Enquanto Marx não havia percebido claramente o papel crescente do nacionalismo na Europa e no mundo, Lênin apontou de maneira pioneira para a crescente relação centro-

periferia capitalista (imperialismo), que tornava a periferia tendencialmente revolucionária e o centro crescentemente reacionário. Além da explosão de criatividade intelectual que a vitória da revolução de 1917 propiciou em campos tão variados como a economia (Kondratieff), a política (Gramsci), a filosofia (Lukács), o cinema (Eisenstein), o teatro (Brecht), etc, ela contribuiu para impulsionar as lutas dos povos coloniais, sobretudo asiáticos, onde os problemas sociais (reforma agrária, exploração operária, etc) se agravavam pela brutal exploração estrangeira, francesa (Indochina), japonesa (China e Coréia), inglesa (Índia), etc. Assim, não deve surpreender que o Manifesto Comunista de 1848 tenha sido traduzido para o chinês apenas em 1920, mas que o pequeno PCC dos anos 20 tenha iniciado a duras penas suas atividades revolucionárias e que em 1949 tomava o poder, abalando a hegemonia americana na Ásia, recém adquirida pela derrota do Japão na segunda guerra mundial. Passaram a se travar naquele continente as lutas mais duras entre capitalismo e socialismo à escala mundial na segunda metade do século XX. O marxismo deixou gradativamente de fazer sentido na Europa ocidental e passou a ser fonte de inspiração e instrumento de luta nas regiões periféricas semi-coloniais ou coloniais e semi-feudais, em processo de industrialização.

## 7

Ora, a ausência de revoluções nos países capitalistas centrais e a vitória revolucionária em países atrasados como a Rússia (1917), o Vietnã (1945), a Iugoslávia (1945), a China (1949), Cuba (1959) colocou o problema da “construção” do socialismo, já que nestes países não existiam as mínimas bases materiais para relações de produção socialistas. As revoluções socialistas vitoriosas tiveram que assumir muitas tarefas complexas, no lugar de simplesmente implantar relações socialistas de produção, diminuir a jornada de trabalho e dissolver gradativamente o Estado, como nas idéias de Marx (Lênin: O Estado e a revolução). Criou-se uma situação semelhante à chamada Inovação Meiji (1868), quando senhores feudais tomaram o poder, criaram um Estado capitalista, dissolveram as relações feudais e implantaram de cima para baixo relações capitalistas de produção: o Estado capitalista precedeu e criou a sociedade capitalista japonesa, sob pressão externa colonialista desde 1853 (abertura dos portos).

Entre estas tarefas complexas esteve a luta pela sobrevivência da revolução durante muitos anos, como a preparação do Exército vermelho para enfrentar a Alemanha nazista ou a guerra civil de décadas na China para derrotar os senhores feudais e o imperialismo e nos dois casos realizar paralelamente tarefas da revolução burguesa (reforma agrária), que nem

Kerensky e nem Chiang Kaishek conseguiram implantar. Assim, incidem em ilusões a-históricas os marxistas moderados de hoje (radicais de ontem), que preferem *a posteriori* os mencheviques aos bolcheviques.

A complexidade incluiu a precária preparação democrática das lideranças revolucionárias, incluindo Lênin, que não percebeu a importância da chamada Oposição operária (A. Kollontai) para a democracia socialista, como antídoto aos métodos burocráticos crescentes (Zinoviev, Stálin, etc). Ao invés do fortalecimento da classe operária no poder, houve seu enfraquecimento. Com o tempo agravou-se a contradição entre interesses da burocracia e os interesses dos trabalhadores. Depois do fracasso das canhestras tentativas de reformas dos anos 50 e 60 (Kruchev), os trabalhadores foram se desmotivando e boicotando a produção. O impasse poderia ter sido quebrado recentemente pela introdução maciça de automação e conseqüente diminuição da jornada de trabalho, que estimularia a participação dos trabalhadores na administração das empresas (auto-gestão) e levaria à diminuição da burocracia estatal, que naturalmente não estava interessada nestas mudanças. Assim, pela nossa análise não procedem as colocações que de tempos em tempos aproximam a experiência socialista da experiência capitalista, como a passagem indolor do capitalismo para um “socialismo mundial produtor de mercadorias” abrangendo socialismo e capitalismo para um “socialismo tecnocrático” (Kautsky), a ênfase nas semelhanças das estruturas burocráticas e tecnocráticas sob o capitalismo e o socialismo (Galbraith: O novo estado industrial) e o chamado “sistema mundial produtor de mercadorias” abrangendo socialismo e capitalismo (R. Kurz: O colapso da modernização), que em todos os casos minimizam o papel das lutas de classes, da política e dos sujeitos históricos, em favor de determinações estruturais, numa empobrecedora visão economicista.

## 8

Antes da queda da URSS, provocada pela apostasia de seus dirigentes contra-revolucionários (Yeltsin) ou aprendizes de feiticeiros (Gorbachev), decorrente da crescente incompetência e apodrecimento da burocracia dirigente, o PCChinês iniciou em 1978 as reformas anunciadas ainda nos últimos anos de Mao Tsetung (As quatro modernizações). Graças à experiência revolucionária de Teng Tsiaoping as mudanças contribuíram para acelerar o crescimento econômico, científico e militar da China, começando pelo retorno à agricultura familiar, que permitiu a abundância interna de alimentos e mesmo as exportações de excedentes (carnes de porco, de frango, etc). Nos últimos anos foram sendo instituídas eleições para a chefia das aldeias, mobilizando centenas de milhões de

camponeses, retomando e reforçando as práticas democráticas da antiga comunidade agrária.

Garantida a base alimentar de um bilhão e duzentos milhões de chineses, foi implantada nas cidades litorâneas (zonas econômicas especiais) a experiência dos tigres asiáticos (Hong Kong, Singapura, etc), elevando rapidamente as exportações chinesas, sobretudo de bens industriais de trabalho intensivo, incluindo hoje produtos eletrônicos, tornando a China superavitária no comércio exterior. Recentemente as grandes empresas estatais estão passando por rápidas modernizações (transporte aéreo, ferroviário, portos e rodovias, siderurgias e minerações, etc), assim como estão crescendo rapidamente a ciência e a tecnologia econômica e militar, tornando a China candidata a ocupar no século XXI o lugar que a URSS ocupou no mundo até recentemente, desafiando a liderança imperialista dos EUA.

As reformas chinesas se baseiam no marxismo renovado, nas experiências socialistas chinesas, positivas e negativas (Mao Tsetung), nas experiências soviéticas, positivas e negativas, no confucionismo e na cultura milenar chinesa, na experiência japonesa de capitalismo (*joint-ventures*, etc), nos Tigres asiáticos (exportações) e na necessidade de enfrentar os problemas e desafios internos e externos. Como a maior potência do mundo dentro de cinquenta anos, a China desestabilizará a “pax americana” e irá demonstrando ao longo do tempo a viabilidade das alternativas socialistas às crescentes irracionalidades e neuroses das sociedades capitalistas.

## 9

Muitos intelectuais perceberam o papel da 1ª G. Mundial como divisor de águas quanto à crise do sistema capitalista: do otimismo de antes se passou à dura realidade do crescente irracionalismo e da necessidade de superá-lo (G. Lukács: *La destruction de la raison*; E. Hobsbawm: *Bárbarie: guia do usuário*, in *O mundo depois da queda*), que não pára de aumentar, apesar de amenizadas nas conjunturas econômicas expansivas. Quer dizer que o futuro nos aponta para mais socialismo ou mais barbárie, as opções que a humanidade deve escolher.

Diante do aumento das pressões americanas, o PC argentino se solidariza com Cuba lembrando que “*millones de niños en America latina pasan hambre y vagan abandonados por las calles. Ninguno de ellos es cubano. Es la diferencia entre el capitalismo excluyente y el socialismo de poder popular*”. Antes da queda da URSS, um intelectual da estatura de Lukács insistia na necessidade de um “retorno a Marx”, um

renascimento do marxismo, diante da burocracia em degeneração e afirmava corajosamente em 1969: “mas mesmo o pior socialismo é sempre melhor do que o melhor capitalismo; só aparentemente isto é um paradoxo” (Pensamento vivido, Ed. UFV).



## GÊNESE E OBJETO DA GEOGRAFIA: PASSADO E PRESENTE

A geografia responde, como outros conhecimentos, à necessidade de descrição e explicação do mundo: da natureza que nos envolve e cujas leis de funcionamento nos interessam, bem como da sociedade, cujas leis, mais complexas e mutáveis, igualmente fazem parte do interesse dos homens. Assim, os conhecimentos geográficos aparecem timidamente desde os tempos primitivos da humanidade (as tábuas de navegação dos polinésios, conforme o exemplo de De Martonne). Continuaram e se sofisticaram com as primeiras civilizações da China, Mesopotâmia, Grécia, etc. Mas foi entre os gregos que alcançou as primeiras conotações de ciência.

Coincidentemente foi nos séculos V e IV a.C. que ela alcançou entre os gregos os primeiros sinais de maturidade, com Heródoto e Tucídides pais ao mesmo tempo da geografia e da história. Igualmente nesta época a cultura grega alcançou o máximo de sua maturidade na Filosofia (Sócrates), no teatro (Sófocles), entre outras áreas de conhecimento. Provavelmente geografia, história, filosofia, teatro, etc, amadurecidos na mesma conjuntura, responderam a perguntas, indagações e dúvidas que diziam respeito às mudanças radicais sofridas pela civilização grega. Demóstenes lembra que antigamente se falava da vitória dos atenienses e Maratona ou em Salamina, enquanto que depois era a tal ou qual general que cobria o mérito de ter vencido o inimigo; a demissão política do povo ateniense, no dizer de C. Moisés (As instituições gregas) foi acompanhada de sua predileção pelos chefes militares gloriosos, que a divindade indicava através da vitória.

Tratou-se de uma prolongada e conflituosa substituição do modo de produção antigo (Marx), isto é, da pequena produção mercantil sólida, baseada na separação de camponeses e artesãos livres e prósperos, por uma paulatina diferenciação social que conduziu ao empobrecimento de parte dos camponeses, com resistências na defesa da reconstituição de um certo igualitarismo (reforma de Sólon, entre outros), e a emergência de uma aristocracia rural, que se baseava crescentemente no trabalho escravo. Assim sendo, a primitiva vitalidade dos tempos homéricos foi sendo substituída por um crescente prestígio da guerra e desprezo pelos ofícios artesanais, que chamou atenção de Heródoto, ao comparar gregos e egípcios.

A passagem conflituosa do igualitarismo ligado à comunidade primitiva e posteriormente à pequena produção mercantil, base material da democracia grega a um sistema crescentemente escravista e desigual está na raiz da mudança da sociedade grega. A altura dos séculos V e IV a.C., a intelectualidade se pergunta o que havia mudado e por

que os gregos daquela época não eram mais os gregos de antigamente. Para tentar responder a estas dúvidas surgem várias tentativas: 1) a história procurou o caminho no esforço de decifração do passado; nas instituições primitivas, nos acontecimentos bélicos, que haviam ocorrido; 2) a geografia realizou seu esforço de cotejar os gregos daquela conjuntura com os chamados, bárbaros, tendo Heródoto muitas vezes realizado nos seus escritos comparações elucidativas e participado ativamente de viagens ao mundo exterior conhecido de então; 3) a filosofia de Sócrates, diante dos primeiros problemas psicológicos nas relações sociais e individuais alienadas, procura o caminho do “conheça-te a ti mesmo”; 4) o teatro, como por exemplo, na Antígona (Sófocles), coloca as questões das leis antigas e novas que dilaceravam o destino e a felicidade humana.

Nota-se que tanto geografia, história, filosofia e teatro tendiam a ter visões globais, abrangentes, que procuravam descrever e explicar a realidade, sem estabelecer limites rígidos para o seu pensar. O objeto da geografia, desde os seus inícios gregos até hoje, tem girado em torno de uma visão holística que abarque o natural e o social, mesmo que suas leis não sejam estritamente as mesmas e suas relações sejam mutáveis e de difícil apreensão.

A geografia, além da gênese grega, teve uma segunda gênese, entre os alemães do início do século XIX. Ao longo dos séculos XVI-XVIII várias ciências foram se setorializando em relação ao conjunto dos conhecimentos humanos, como a política (Maquiavel), a economia (Smith), etc, mas a geografia que começa a ser repensada por Kant e Hegel é, como a grega, globalizadora, continuando a abranger campos que foram se setorializando (águas, clima, solo, economia, etc) anteriormente. Seu mérito, como o da história, foi de se manter um cruzamento de conhecimentos que se iam especializando aceleradamente. Por isto mesmo o conhecimento geográfico do delta do Tonquim foi tão importante estrategicamente para americanos e vietnamitas.

Assim sendo, as contribuições gregas como as germânicas (Humboldt e Ritter) e as posteriores contribuições da escola geográfica francesa (La Blache), continuam de viva utilidade hoje em dia, a medida que a geografia encontra mais intensamente o marxismo após a derrota americana no Vietnã. Tanto geografia como marxismo tem a tendência à postura holística, hoje cada vez mais indispensável às tentativas de decifrar a complexidade do mundo. Cabe aos geógrafos de hoje retomar a tradição que a “École des Annales” (L.Febvre e M. Bloch) herdou de Vidal de La Blache e que tanto vitalizou a história; isto é a procura incessante da interdisciplinaridade, que na década de 40 aparecia nitidamente em L.Febvre (*Géographie Linguistique*), G.Le Brás (*La géographie*

religieuse), F.Braudel (*Une géographie de l'individu biologique?*), H. Baulig (M.Bloch, géographie), etc. Mas enquanto a ótica da interdisciplinaridade dos geógrafos, devido a composição social de suas lideranças, acabou aprisionada pela rigidez da busca das permanências, o caráter transitório dos acontecimentos, questionando a própria noção de região, pois esta dependia, na verdade, do problema e da época que se tinha em mente, como assinalou já em 1913 M.Bloch: “por que devemos esperar que o jurista interessado no feudalismo, o economista que está estudando a evolução da propriedade no interior do país nos tempos modernos, e o filólogo que trabalha os dialetos populares tenham todos que respeitar fronteiras precisamente idênticas?” (P.Burke: *A escola dos Annales: 1929-1989*).

E não se tratava de uma interdisciplinaridade fria, mas ativa. M.Bloch julgava necessário que o historiador regional combinasse as habilidades de um arqueólogo, de um paleógrafo, de um historiador das leis e assim por diante.

Além da interdisciplinaridade, havia da parte da geografia e posteriormente da história a preocupação pela totalidade, pela realização de estudos globais, que distinguíssem vários níveis da “construção” estudada, desde os alicerces e do porão até o sótão, o que significava um primeiro nível de forte participação dos fenômenos naturais na via humana (de mudanças lentas), um outro nível de atuação das estruturas econômico-sociais e um nível mais elevado dos acontecimentos políticos e eventos em geral. Mas aqui novamente uma diferença importante: enquanto na geografia a preocupação por causalidade freqüentemente se prendeu à rigidez do esquema possibilismo-determinismo nas relações homem-meio, entre os historiadores, muitas vezes até espontaneamente ou por influências marxistas, foi-se percebendo a existência de múltiplas determinações, desde aquelas naturais até as econômico-sociais, políticas, culturais, etc, como aparece em F.Braudel, por exemplo.

A renovação por que passa a geografia atualmente requer uma radicalização teórica, no sentido de recuperar a interdisciplinaridade e a visão de totalidade propiciadas pelos paradigmas de formação sócio-espacial e de geo-sistema. Isto quer dizer que quem faz geografia humana deve assumir funções não somente de geógrafo estrito-senso, mas de historiador, economista, sociólogo, etc.

## A GEOGRAFIA FRANCESA NOS MEADOS DO SÉCULO XX E A CONTRIBUIÇÃO DE JEAN TRICART

### I

Como se sabe, a ciência geográfica moderna é relativamente recente, fundada que foi na primeira metade do século XIX por A. von Humboldt (1769-1859) e K. Ritter (1779-1859), durante o processo que desembocou na unificação alemã. Mesmo mantendo sua força na Alemanha, a geografia alemã moderna migrou para os Estados Unidos, a Rússia, a Inglaterra, a França e outros países, mas foi na França, durante a primeira metade do século XX, que surgiu uma nova geografia, chamada de “Geografia Francesa”, aparentemente em oposição à geografia alemã.

A troca de influências intelectuais entre a França e a Alemanha sempre foi muito forte em todos os campos e também ocorreu na gênese da geografia moderna. Humboldt, após duas viagens de pesquisa à América espanhola (1799-1804), se instalou por vinte anos em Paris, onde manteve diálogo com cientistas como Gay-Lussac, Laplace, Lamarck, Cuvier, Arago, Jussieu e outros, que permitiu o uso das ciências especializadas na criação de uma geografia regional, capaz de sintetizar inúmeros conhecimentos distintos num determinado território e de uma geografia sistemática (geral, no dizer de De Martonne), capaz de estabelecer inter-relações teóricas entre as especializações, como I. Kant havia proposto.<sup>1</sup>

O avanço da geografia germânica com Humboldt e Ritter forçou os franceses a procurar a Alemanha, como aconteceu com Reclus, que foi discípulo de Ritter. Com a criação da geografia universitária francesa o movimento se intensificou. Após assumir a cadeira de geografia em Nancy (1872), P. Vidal de La Blache (1845-1918) foi visitar O. Peschel em Leipzig e von Richthofen em Berlim, assim como estimulou, mais tarde, Max Sorre a assistir aulas com Ratzel e De Martonne a seguir aulas de Richthofen, A. Penck e J. Hann.<sup>2</sup>

Foi sob a liderança de La Blache que a geografia francesa começou a rivalizar e mais tarde nos anos 30, a ultrapassar a geografia alemã. Sua liderança se manifestou: 1) pela intensificação dos contatos com a geografia alemã, 2) pelo intercâmbio com especialistas da geologia (Emm. De Margerie) e da biologia (A. Chevalier e L. Cuénot), 3)

---

<sup>1</sup> G. Taylor (org.): *Geography in the twentieth century*, Londres, Methuen, 1951 cap.2, de G. Tothan.

<sup>2</sup> A. Cholley: Emm. De Martonne, necrológio, *Ann. de géographie*, 1956.

pela orientação de teses de doutorado: as primeiras teriam sido as de J. Brunhes e de E. de Martonne em 1902, tendo lecionado na Sorbonne de 1898 a 1909, 4) pela publicação de livros: revista (*Annales de géographie* a partir de 1891), cartas-murais escolares, Atlas générale Vidal de La Blache (*histoire et géographie*), 5) pelo planejamento da monumental *Géographie Universelle*, editada após sua morte, de 1927 a 1948, além de outras atividades e iniciativas.

Assim sendo, já em 1922 L. Febvre (“A Terra e a evolução humana”) podia assinalar alguns traços distintivos da geografia francesa frente à alemã: 1) a idéia de possibilismo ao invés do “determinismo” de Ratzel, assumindo uma posição mais equilibrada no estudo da relação homem-natureza, não aceitando um possibilismo radical, que valorizava a ação humana independente da natureza (E. Durkheim) e nem a ênfase ratzeliana nos fatores naturais e 2) a valorização dos estudos regionais, presente nas teses de seus discípulos (De Martonne, Demangeon, Blanchard entre outros), expondo as condições naturais e introduzindo depois os chamados “gêneros de vida” como elementos centrais da ação humana, num certo reducionismo do social ao natural, postura matizada após sua viagem aos Estados Unidos (UGI-1904) pela categoria “civilização”, para dar conta dos fatores humanos de grandes dimensões territoriais. Mais tarde lablachianos como P. Gourou fizeram grande uso desta proposta (civilização do arroz, para a Ásia do sudeste), assim como P. George para classificar tipos de cidades à escala mundial (européias, americanas, socialistas, etc.).

## 2

Com o falecimento de Paul Vidal de La Blache, logo após a publicação do seu “*La France de l’Est (Lorraine-Alsace)*” editado em 1917 e que alcançou a 4ª edição em 1920, a liderança da geografia francesa passou às mãos de seu discípulo De Martonne, que já vinha sendo preparado para a função. De Martone (1873 – 1955) doutorou-se aos 29 anos com um estudo regional na Romênia (*La Valachie, Essai de Monographie Géographique*, 1902), habilitando-se a participar das conversações sobre as novas fronteiras européias, após a Primeira Guerra Mundial.

Os esforços de crescimento da geografia francesa continuaram com De Martonne, que já havia se destacado com a publicação em 1909 do primeiro volume do seu “*Traité de Géographie Physique*”, que sistematizou os conhecimentos elaborados até então, sobretudo

por W. M. Davis, com quem La Blache e De Martonne estiveram nos Estados Unidos em 1904<sup>3</sup>.

De Martonne, por sua vez, preparou seu sucessor, A. Cholley (1886 – 1968), começando por orientá-lo na tese “*Les Préalpes de Savoie*”, de 1925 e introduzindo-o dois anos depois na Sorbonne. Juntamente com seu mestre De Martonne e com A. Demangeon, A. Cholley contribuiu para novo salto qualitativo da geografia francesa, que passou a ser a principal escola do mundo nos anos 30<sup>4</sup>.

Se a guerra franco-prussiana (1870–1871) teve um grande papel impulsionador da moderna geografia francesa, a Primeira Guerra Mundial (1914–1918) constituiu um divisor de águas na história da humanidade. Revelou o caráter destrutivo do capitalismo e juntamente com a vitória da revolução soviética (1917) provocou uma polarização na vida política e intelectual à escala mundial. Desde então passou a reinar, no dizer de P. Monbeig, “o medo e recusa de ver claramente” e “a humanidade branca perdeu confiança nela mesma e confiança no seu futuro”<sup>5</sup>. Acrescente-se que à guerra e à revolução soviética seguiu-se o início de outra fase depressiva do ciclo longo mundial (1920–1948), durante o qual ocorreu a crise de 1929, com enormes conseqüências.

Com a fundação em 1924 da chamada Escola de Frankfurt (Adorno, Marcuse e outros) surgiram as primeiras tentativas de uma geografia marxista na Alemanha, com K. A. Wittfogel e W. Christaller<sup>6</sup>. A subida do nazismo ao poder em 1933 não só provocou enorme êxodo intelectual (o romancista T. Mann, o geógrafo L. Waibel entre outros), como abortou a tentativa acima referida.

Enquanto a geografia marxista alemã foi uma explosão de curta duração, na França a presença do marxismo na geografia se fez mais lentamente, mas com mais frutos. A primeira manifestação de fôlego da esquerdização de parte da intelectualidade francesa foi a publicação a partir de 1929 dos “*Annales d’histoire économique et sociale*”, revista inspirada nos *Annales de Géographie* e que contou no seu comitê de redação com dois geógrafos de peso, A. Demangeon e A. Siegfried. Marc Bloch e Lucien Febvre, seus fundadores foram influenciados pelas idéias marxistas e de interdisciplinaridade. M. Bloch (1886–1944), como J. Ancel, dedicado à geografia política, e outros intelectuais franceses,

---

<sup>3</sup> N. BROU: Vidal de La Blache em *America du Nord*, Ann. De Géographie, 1991.

<sup>4</sup> A. Mamigonian: *A escola francesa de geografia e o papel de A. Cholley*, Cadernos geográficos, UFSC, 2003.

<sup>5</sup> P. Monbeig: *La Crise des sciences de l’homme*, Casa Estud. Brasil, R. Janeiro, 1943.

<sup>6</sup> Wittfogel: *Teoria e método*. Seleção de textos AGB – São Paulo nº 20, 1992, org. H. D. Heidemann: *Geopolítica, materialismo geográfico e marxismo*, p. 19 a 69 e *As causas naturais da história econômica: natureza e sociedade no sistema marxiano*, p. 71 a 84. W. Christaller: *Die zentrale oste sudentenschland*,

morreu fuzilado, resistindo ao nazismo<sup>7</sup>. Numerosos estudantes de geografia que em 1928 – 29 faziam suas agregações ou seus diplomas de estudos superiores em Paris, como J. Dresch e P. Monbeig, passaram por um processo de esquerdização, assim como alguns professores. A. Cholley, por exemplo, destacou as classes sociais no povoamento rural francês no “*Présentation de une carte de la repartitive de l’habitat rurale*” (UGI – Paris, 1939), numa das primeiras manifestações de geografia social, na opinião de P. Claval<sup>8</sup>.

Entretanto a geografia francesa nos anos 20 a 30 continuava fortemente “regional”, dando seqüência à tradição de teses universitárias sobre uma região delimitada, estudada em suas bases naturais, sobre as quais se inseriam as atividades humanas, tudo com grande riqueza de detalhes. Entre as primeiras teses do início do século XX, apenas as de J. Brunhes (*L’irrigation: des conditions géographiques, ses modes et sou organization dans la peninsule Iberique et dans l’Afrique du Nord*, de 1902) e de Midorre (*Les Pyrénées méditerranées, étude de géographie biologique*, de 1913) fugiram parcialmente à regra estabelecida por P. Vidal de La Blache. Assim, se sucediam as teses regionais de D. Faucher (*Plaines et bassie du Rhône moyen*, Valence, 1927), C. Rodequain (*Le Than Hoa, étude géographieque d’une province annamite*, Paris, 1929), A. Gibert (*La Porte de Bourgogue et d’Alsace*, Paris, 1930), A. Meynier (*Segalas, Lévezou, Chataigneraie, Aurillac*, 1931), P. Deffontaines (*Les hommes et leurs travaux dans les Pays de la Moyenne Garonne*, Lille, 1932), R. Dion (*Le Val de Loire*, Tours, 1933), P. Gourou (*Les paysans du delta tonkinois*, Paris, 1936) e outras<sup>9</sup>.

Ora, se os estudos regionais franceses tiveram grandes méritos, criaram também algumas armadilhas, a mais limitante das quais foi pretender estabelecer uma lógica seqüencial de fatos naturais sucessivos, seguida de fenômenos humanos, que seriam apenas conseqüências. O espírito da coleção “*Geografia humana*”, da editora Gallimard, publicada de 1933 até 1972, apesar de suas inúmeras qualidades, revela didaticamente esta armadilha, como aparece em livros escritos por P. Deffonteines, organizador da coleção: *L’homme et l’hiver au Cavada* (1957), entre outros<sup>10</sup>. Tratava-se de uma visão “naturalizada” da geografia, enfatizando a natureza e sua influência sobre o homem, como se fosse a única geografia possível. Não se percebia que Humboldt já havia indicado, a

---

<sup>7</sup> A. Mamigonian: *op. cit.* p. 22 e 25.

<sup>8</sup> P. Claval: *Histoire de la Géographie française de 1870 à nos jours*, Nathan, 1998.

<sup>9</sup> J. Tricart: *L’Habitat rural*, CDU, Paris, 3ª ed., 1959.

<sup>10</sup> P. Deffonteines, brilhante geógrafo da escola regional francesa, se despreendeu da armadilha regional em outros trabalhos, como no seu *Géographie et religions*, de 1948, da mesma coleção. A visão “naturalizada” da geografia apareceu no Brasil entre outros em Lamego, na série *O homem e a restinga, O homem e a serra*, etc do CNG-IBGE.

partir das idéias de Kant, os dois caminhos da geografia: 1) começar pela natureza, vista como um sistema, em direção aos fenômenos humanos e 2) iniciar pela sociedade, vista como um sistema e ir em direção dos fenômenos naturais<sup>11</sup>.

### 3

Na geografia francesa as teses universitárias tiveram importante papel impulsionador da continuidade ou da renovação das tendências existentes. A tese de A. Cholley, acima referida, teve um grande efeito inovador, pois 1) enfrentou o desafio, como mais tarde também ocorreu em J. Chardonnet (*Le Relief des Alpes de Sud*, Patis, 1947), de colocar em debate as idéias de E. de Martonne, orientador de ambos, com as de R. Blanchard sobre a geomorfologia alpina (*Les Alpes Françaises*, 5 vols., Grenoble), 2) introduziu na climatologia francesa o conceito de massas de ar, dos meteorologistas escandinavos J. Bjerkner e H. Solberg, e trabalhou na região estudada não só com temperaturas e precipitações, mas também com tipos de tempos e estações do ano, 3) percebeu a existência de inúmeros “sistemas” naturais integrados, unidades distintas umas das outras, apesar de vizinhas, a partir do olhar privilegiado de uma região montanhosa, como ocorreu anteriormente com Humboldt e M. Sorre, e posteriormente com J. Dresch e G. Bertrand<sup>12</sup>.

Do embate entre as idéias de Emn. De Martonne e R. Blanchard sobre o relevo alpino, A. Cholley enveredou por um caminho crítico em relação à geomorfologia estrutural até então dominante. Como assinalou F. Joly<sup>13</sup> os primeiros geomorfólogos foram todos geólogos, como Emm. De Margerie na França e W. M. Davis nos EUA e não tinham uma visão das formas do relevo que abrangesse todo o meio ambiente, e que fosse parte dele, como a geografia exigia. Ao aprofundar seus estudos dos processos erosivos, Cholley foi percebendo a enorme importância do clima e elaborou a idéia de geomorfologia climática fundamentada na visão de “sistemas de erosão”, diferentes conforme os climas<sup>14</sup>. Durante os anos 30 A. Cholley intensificou suas pesquisas geomorfológicas referentes à França e acabou elegendo a bacia sedimentar de Paris como a principal área de estudos, onde decifrou as chamadas “*Surfaces mentierisées de la région parisienne*” (*Bulletin de*

---

<sup>11</sup> G. Tathan, in G. Taylor: *Geography in the twentieth century*, 1951.

<sup>12</sup> Humboldt estudou os Andes, Sorre e G. Bertrand estudaram em épocas diferentes os Pirineus e J. Dresch o “*Manj Central du Grand Attar de Monakech*”, 1940 (tese orientada por De Martonne).

<sup>13</sup> F. Joly: *La Géographie n'est-elle qu'une science humaine?*, Herodote n°12, 1978.

<sup>14</sup> As idéias inovadoras de A. Cholley sobre a geomorfologia estão sistematizadas em “*Morphologie structurale et morphologie climatique*”, Ann. De Géographie, 1950.

*l'Assoc. des géogr. français*, 1938), no planalto calcário da Brie, de origem geológica terciária, que havia passado por processo de perda de seus componentes “moles”, com conseqüente aumento dos seus componentes duros, silicosos, numa fase seca do quaternário, permitindo falar em “superfícies terciárias poligênicas”, que já havia pesquisado no Jeux meridional em 1932. Adotou a bacia sedimentar de Paris como área de pesquisas de seus discípulos, procurando se apoiar nos estudos sedimentológicos do laboratório de geomorfologia, da École Pratique des Hautes-Études, onde A. Cailleux trabalhara com bons resultados<sup>15</sup>. Estes estudos dos geógrafos franceses, de J. Dresch mas sobretudo de A. Cholley e seus discípulos levaram à mudança da agenda geomorfológica da União Geográfica Internacional, que em Lisboa (1949) ainda discutiu as “superfícies de aplainamento nos dois lados do Atlântico”, mas que em Washington (1952) passou a dar ênfase aos depósitos de encostas, inclusive “cascalheiros”, tão reveladores dos processos paleo climáticos<sup>16</sup>.

A referência que acabamos de fazer a geomorfologia valia também para os fatos naturais, que serviam de “base” para a geografia humana regional francesa. A compartimentação do relevo em relação aos solos, em relação ao clima e assim por diante, levava freqüentemente à ausência de um verdadeiro estudo de meio ambiente, que resultasse de uma visão dialética da natureza como um todo, em que seus diferentes componentes aparecessem entrelaçados, como havia ensinado Humboldt. A principal exceção a esta tendência positivista na primeira fase das teses regionais francesas foi o estudo M. Sorre, acima referido, provavelmente por se tratar de uma região montanhosa e por ser biogeográfico, exigindo por estes dois lados uma visão integrada. Contribuição semelhante foi dada por A. Cholley a partir das idéias de que os fatos geográficos são combinações relativamente simples quando se tratam de fenômenos físicos elementares relacionados entre si, mas são crescentemente complexas ao englobarem fenômenos biológicos (“*les régions naturelles sont essentiellement d'ordre écologique*”), abrindo caminho para visão de geossistema<sup>17</sup>.

---

<sup>15</sup> A. Cholley orientou as teses de J. Tricart sobre “*La partie orientale du bassin de Paris*”, de Ph. Pinchemel sobre “*La partie nord-ouest du bassin de Paris et la partie sud du bassin de Londres*” e de A. Jolrnaux sobre “*Las plaines de la Saône et Leus bordurei montagneuses*”. A orientação de Cholley do uso sistemático das técnicas de análise das areias de argila levou à abertura de laboratórios de sedimentologia em Paris (Mme. Ters), Estrasburgo (J. Tricart) e Caen (A. Jorneaux) nos anos 50. As informações sobre as superfícies “*meulisees*” são de J. Pellerin.

<sup>16</sup> Conforme depoimento oral de C. A Figueiredo Monteiro.

<sup>17</sup> “*Regions naturelles et régions humaines*”, *L'Inform. Géographique*, 1940 e *Guide de l'Étudiant em Géographie*, Paris. 1942. A. Cholley foi reconhecido por G. Bertrand e F. Joly pela sua contribuição à análise sistêmica na geografia (Hérodote, la géographie et la physique, n°12, 1978) e pelo seu pioneirismo na idéia de geossistema, conforme G. Bertrand na entrevista a Geosul n°26, 1998.

Ainda nos anos 30 numa parte da geografia humana também passou por um processo de esquerdização política. P. George, sob orientação de A. Cholley defendeu sua tese de doutorado<sup>18</sup> e publicou sua “*Géographie économique et sociale de la France*” em 1938, assim como Ch. Parain, historiador e geógrafo marxista, publicou em 1936, na coleção dirigida por P. Deffontaines, o seu “*La méditerranée (les hommes et leurs travaux)*”, bem como R. Clozies defendeu em 1941, sob orientação de A. Cholley sua tese sobre a “*Gare du nord*”, importante estação ferroviária e de metrô da cidade de Paris. A partir de 1935 P. Monbeig iniciou suas pesquisas sob orientação de A. Demangeon e também de M. Bloch, que resultaram na mais importante tese da geografia humana produzida sobre o Brasil, “*Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*”, concluída em 1949<sup>19</sup>.

#### 4

Curiosamente, o avanço teórico e as novas tendências da geografia francesa nos anos 30, quando ela se tornou hegemônica a nível mundial, não foram apontados por A. Meynier nem por P. Claval nos seus balanços históricos, apesar de enfatizados por A. Cholley<sup>20</sup>. Foi no ambiente efervescente dos anos 30 que J. Tricart fez sua licenciatura em Geografia e História e logo se tornou o principal discípulo de A. Cholley.

Jean Tricart (1920-2003) defendeu sua tese de doutoramento aos 29 anos de idade, em debate acirrado com J. Dresch, seu principal examinador. Em seguida animou-se a grandes vãos intelectuais, começando pela edição de uma nova revista especializada, *La revue de geomorphologie dynamique*, juntamente com A. Cailleux, visando divulgar as novas tendências das pesquisas morfo-climáticas<sup>21</sup>.

---

<sup>18</sup> *La région du Bas-Rhône (étude de géographie régionale)*, Paris, 1935. O livro sobre a França foi editado pelas Ed. Sociales Internationales, ligada ao PCF. P. George passou a dominar a língua russa, como também aconteceu com Christopher Hill, historiador marxista inglês. Note-se que M. Prenant, pai do geógrafo A. Prenant, publicou pela mesma editora “*Biologie et marxism*” em 1935 e uma biografia de Darwin em 1937 (informação de M. Graciana E. Vieira). Lembre-se que em 1936 o *Front Populaire*, coalizão de esquerda chegou ao governo francês.

<sup>19</sup> M. Bloch estava estudando a expansão para leste do povoamento germânico na idade média e deu importantes sugestões a P. Monbeig, conforme informações. Os primeiros resultados de suas pesquisas, “A zona pioneira do norte do Paraná”, saíram em Geografia, nº1, 1935 (informação de Tânia Fresca).

<sup>20</sup> A. Meyner: *Histoire de la jéuseé géographique en France (1872-1979)*, PUF, 1969 e P. Claval: *Histoire de la Géographie française de 1870 à nos Jours*, Nathan, 1998. A. Cholley organizou *La géographie française au nulieu du XX siècle*, Paris, 1957.

<sup>21</sup> O debate com J. Dresch foi presenciado por A. Teixeira Guerra, conforme informações de M. Alves de Lima. Os organizadores da revista se propunham a difundir artigos originais de especialistas franceses e estrangeiros, indicações e orientações para os pesquisadores iniciantes, bibliografia fichada de todas as publicações mundiais do ramo, resenhas críticas das principais obras e abundantes ilustrações.

J. Tricart tornou-se conhecido internacionalmente com a publicação do artigo “*Premier essai sur la geomorphologie et la pensée marxiste*” (*La pensée* nº47, 1953, p. 62-72), que suscitou comentários de J. Suret-Canale (“*La crise de la geomorphologie et le marxisme, La pensée e idealism et géographie*”, *La Nouvelle Critique* nº75) e de R. Guglielmo (“*Géographie et dialectique*”, *La Nouvelle Critique* nº 68, 1955), ambos marxistas como J. Tricart. Suas respostas, “*Quelques réflexions sur l’intervention*” de J. Suret-Canale (*La Nouvelle Critique* nº77) e o novo artigo “*La Geomorphologie et la pensée marxist*” (*La Pensée* nº 69, 1956, p.55-76) agitaram os especialistas. J. Tricart discutiu o texto do seu primeiro artigo com A. Cholley e os dois artigos davam conta das mudanças radicais que aconteciam na geomorfologia<sup>22</sup>.

Da imensa produção geomorfológica de J. Tricart, sua obra de maior fôlego foi seu “*Traité de geomorphologie*” (Ed. SEDES, Paris), publicado em cinco volumes, ao longo dos anos 60, em parceria com A. Cailleux<sup>23</sup>: 1) introdução à geomorfologia climática (308 p. e 50 fig.), 2) o modelado das regiões periglaciais (512 p.), 3) o modelado glacial e nival (510 p. e 144 fig.), 4) o modelado das regiões secas (472 p. e 44 figuras) e 5) o modelado das regiões quentes, florestas e savanas (324 p. e 64 figuras).

Vale a pena ressaltar que tanto J. Tricart como A. Journaux, após dominarem o conhecimento dos processos erosivos, inclusive antrópicos, procuraram desenvolver uma geomorfologia aplicada, como no seu famoso texto “*L’epiderm de la terre, esqurise d’une geomorphologie appliquée*” (Ed. Masson, Paris, 1962), onde discute a relação entre geomorfologia e trabalhos urbanos, urbanismo, planejamento agrícola e prospecção dos recursos naturais<sup>24</sup>.

## 5

---

<sup>22</sup> A troca de idéias com A. Cholley foi assinalada por Teresa Cardoso da Silva (*J. Tricart, sua vida e sua obra*, Geosul nº35, 2003). G. Osório de Andrade, geomorfólogo pernambucano, politicamente conservador, recebeu com agrado o conteúdo dos artigos, conforme informações de M. Correa de Andrade. O segundo artigo de J. Tricart (*La Pensée* nº 69) foi escrito a pedido da Academia de Ciência, da Polônia.

<sup>23</sup> Vários deles traduzidos, como “*Landforms of the humid tropics, forests and savanas*”, London, Longmen, 1962, o que permitiu a recuperação dos estudos geomorfológicos na Inglaterra, Alemanha e outros países, atrasados em relação às novas tendências morfo-climáticas francesas.

<sup>24</sup> Tanto J. Dresch como J. Tricart (ecodinâmica) avançaram nas idéias de geossistema, mas J. Bertrand na França, por ser biogeógrafo, e V. Sotchava na URSS, por trabalhar com as bases naturais para o planejamento, sistematizaram o paradigma de geossistema. Os contatos científicos entre eles foram facilitados pelas traduções das pesquisas publicadas em russo, programa implantado por J. Dresch na geografia francesa. A temática foi amplamente discutida por C. A. Figueiredo Monteiro: *Geossistemas, a história de uma procura*, Contexto, São Paulo, 2000. No Brasil, alguns geógrafos que haviam alcançado grande autonomia teórica, como Aziz Ab’Saber, C. A. Figueiredo Monteiro e J.J. Bigarella, chegaram por caminhos próprios à idéia de geossistema, baseados na preocupação com os problemas ambientais e na necessidade de planejar o uso dos recursos naturais.

Mas há também a obra de J. Tricart na geografia humana, muito maior do que se pode imaginar. Antes de se especializar em geomorfologia, onde alcançou nível internacional somente comparável a J. Dresch, Tricart, desde suas primeiras publicações em 1946-47 até 1959-60, conciliou sua imensa produção geomorfológica com importante produção na geografia humana, que rivalizou com os estudos de P. George e os de Max Sorre.

Suas primeiras pesquisas de campo na área humana referem-se à geografia agrária e ao habitat rural, estudando uma aldeia na Lorena (com R. Dugrand), estruturas agrárias na Borgonha e um exemplo de sociedade rural em “meio repulsivo”<sup>25</sup>, que constituíram as bases empíricas para um grande vôo teórico, que foi a publicação de *L’habitat rural*, provavelmente o melhor estudo do tema em língua francesa<sup>26</sup>. Paralelamente, J. Tricart, que se interessava pela geografia econômica, publicou em 1947 comentários sobre a China e mais tarde alentados artigos sobre a África ocidental, estimulando M. Santos no mesmo sentido<sup>27</sup>.

Os geógrafos marxistas franceses como J. Dresch, J. Suret-Canale e J. Tricart estudaram a África negra nos anos 40 e 50 a partir de um enfoque econômico-social, baseando-se nas relações metrópole-colônia. No artigo “*L’arachide au Senegal*” J. Tricart destacou a inserção da produção de amendoim no meio rural tradicional, anteriormente de subsistência, decifrou as características principais da produção e da comercialização, além de apresentar três ricos mapas-síntese. A urbanização da França na segunda metade do século XIX provocou maior demanda por óleos vegetais, estimulando o plantio comercial de oliveiras na Tunísia, de amendoim no Senegal, etc. Tricart enfatizou as condições ecológicas do cultivo (solos e climas), distinguindo regiões com sistemas de cultivo conservacionistas e outras especulativas e predatórias, com desgaste dos solos e

---

<sup>25</sup> J. Tricart e R. Dugrand: *Servigny-les-Saint Barbe*, Metz, 1948, 34 p.; *Études de structure agraire en Basse-Borgogne*, Bull. AGF, 1948, p. 127-140 e *Asmiêres-sous-bois*, Population, 1949, p. 495-510.

<sup>26</sup> J. Tricart: *L’habitat rural*, SEDES-CDU, Paris, 1949, que alcançou a terceira edição em 1959 e que é de um padrão teórico muito superior ao de A. Perpillon, sob o mesmo título, na mesma editora.

<sup>27</sup> *L’évolution économique de la Chine au cours de la seconde guerre mondiale*, L’Inform. Géogr., 1947, p. 44-49. Os artigos sobre a África ocidental foram: *L’arachide au Senegal*, supl. L’Inform. Géogr., 1954-II, p.48-64, *Rail et route au Sénégal* (com B. Kayser), Ann. Géogr., 1957, p. 328-350 e *Development économique récent du Libéria*, L’Inform Géogr., 1959, p. 193-198. M. Santos escreveu na mesma época *Economia comercial e transformação da paisagem na A.O.F.*, principalmente na Costa do Marfim (notas de viagem) Bol. Carioca Geogr. 1959 e *A cultura do Cacau na Costa do Marfim*, Bol. Paulista Geogr. N°31, 1959, p. 68-95. Tricart publicou ainda na L’Inform Géogr. em 1957 dados estatísticos e comentários sobre a República Democrática Alemã, *O desenvolvimento das minas de ferro canadenses* e *A produção mundial de automóveis*, em 1955. Em 1958, *O desenvolvimento da produção de níquel* e *Principais correntes de transporte marítimo*.

conseqüentes deslocamentos espaciais, lembrando as frentes pioneiras do café no Brasil, incluindo a construção de estradas de ferro, a instalação no porto de Dakar de comerciantes da metrópole com instalações produzindo óleo bruto, farelos, etc. destinados à exportação, bem como a presença de pequenos comerciantes no interior, proprietários de caminhões, freqüentemente sírios-libaneses, como em outros países da África negra<sup>28</sup>.

O interesse de J. Tricart na área de geografia econômica levou-o a publicar um estudo de geografia da energia, que ele sugestivamente intitulou de “*Sources d’énergie et cultures alimentaires (Le blé, le riz)*”. Deve-se assinalar que a geografia se interessou tardiamente pelas questões energéticas. Na França R. Blanchard abordando a hidroeletricidade na *Révue de géographie alpine* (1924 e 1928) foi uma exceção, assim como J. Chardonnet escrevendo artigo sobre o carvão nos *Annales de géographie* (1943). Repentinamente entre 1948 e 1950 foram divulgadas as idéias de M. Sorre, J. Tricart e P. George sobre a questão energética, quase simultaneamente<sup>29</sup>.

J. Tricart pronunciou em 1949, no Centro de Formação de jornalistas de Paris, uma série de palestras, que não constituíram um curso propriamente, somando 87 páginas apenas, destacando vigorosamente as relações econômicas, políticas e territoriais da questão energética. Assinalou: 1) a ocorrência de duas revoluções industriais e suas respectivas bases energéticas: máquina a vapor com o carvão e eletricidade com as suas diferentes fontes de energia, 2) as diferenciações continentais e nacionais pois o carvão representando 55% do consumo mundial em 1948, aparecia com 31% da matriz energética dos EUA, mas com 85% da matriz européia, que engatinhava na segunda revolução industrial, 3) a importância do cartel do petróleo (*Standard Oil, Royal Dutch Shell, Anglo-iranian*, etc), mas também 4) as bases naturais, geológicas, topográficas, hidráulicas da distribuição dos recursos energéticos, etc. De maneira original discutiu o que ele chamou de duas grandes fontes de energia alimentares: o trigo e o arroz, nas páginas finais do texto.

Em 1954 na coleção *Orbis*, dirigida pelo seu mestre A. Cholley, publicou em parceria com P. George “*L’Europe centrale*” em dois volumes, sendo o primeiro de geografia física e humana e o segundo tratou dos Estados nacionais<sup>30</sup>. P. Birot, J. Dresch,

---

<sup>28</sup> J. Tricart: *L’Arachide au Senegal op. cit.*, que pode ser comparado ao estudo de J. Dresch: *L’évolution des colonies anglaises d’Afrique occidentale et orientale*, Suppl. a l’inform géogr. 1954-II Afrique.

<sup>29</sup> M. Sorre: *Les fondements de la géographie humaine*, vol.2, A. Colin, Paris, 1948. O texto de J. Tricart reúne palestras proferidas em 1949, CDU-Sedes. P. George: *Géographie de l’énergie*, Libr. Médicis, Paris, 1950, na coleção *Géographie économique et sociale*, sob a direção de A. Cholley.

<sup>30</sup> Os primeiros volumes da coleção *Orbis* foram os de P. George: *URSS, Haute-Asie, Iran*, PUF, 1947, com segunda edição em 1962 e de P. Birot e J. Dresch: *La Méditerranée et le Noyen-orient*, vol. 1, PUF, 1953 e o

P. George e J. Tricart tinham sólida formação em geografia física como em geografia humana, o que explica a divisão de capítulos nos volumes que escreveram para a coleção *Orbis*. No estudo “*L’Europe centrale*” a primeira parte, referente ao quadro físico, foi quase toda de responsabilidade de J. Tricart, salvo o capítulo VII sobre os regimes hidrográficos, que com a segunda parte, chamada de “A formação das nações e dos grupos econômicos” ficaram a cargo de P. George. O segundo tomo, sobre os Estados nacionais, foi dividido em “Economias nacionais de organização capitalista” (Alemanha, Suíça e Áustria) a cargo de J. Tricart, e “As repúblicas populares da Europa central” (Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia), escrito por P. George. J. Tricart distinguiu as bases naturais, históricas e as características originais de cada país e assinalou no caso alemão, para dar um exemplo, a existência de dois complexos industriais e urbanos de grandes dimensões (o Ruhr e Berlim), ao lado de uma rede urbana e industrial disseminada por todo o território, diferentemente da grande concentração francesa em Paris.

## 6

No conjunto da contribuição de J. Tricart à geografia humana destacam-se seus brilhantes textos “*L’habitat rural*” e “*L’habitat urbaine*”, fascículos I e II do que chamou *Cours de géographie humaine*, publicados respectivamente em 1949 e 1954<sup>31</sup>. Na área humana, como já assinalamos, os primeiros estudos de J. Tricart abordaram geografia agrária e habitat natural, dando continuidade à tradição da geografia européia da primeira metade do século XX, dos trabalhos das comissões de habitat rural da UGI desde o congresso do Cairo (1924) até o de Amsterdã (1938), passando pelos de Cambridge (1928), Paris (1931) e Varsóvia (1934).

No “*L’habitat rural*”, que é o mais completo balanço do tema em língua francesa, mesmo comparado aos estudos de M. Sorre (“*Les fondements de la géographie humaine: l’habitat*”, 1952) e de P. George (“*La campagne: le fait rural à travers le monde*”, 1956), J. Tricart escreveu três longos capítulos sobre: 1) a casa rural; 2) dispersão e aglomeração e 3) a aldeia e suas diferentes formas, cada um deles com indicações bibliográficas, somando 91 figuras e totalizando 175 páginas na 3ª edição, de 1959. J. Tricart contou com a rica

---

vol. 2 saiu em 1976. Os dois volumes de *L’Europe centrale* de P. George e J. Tricart foram publicados em 1954.

<sup>31</sup> Estas publicações fazem parte da mesma preocupação de apoio ao pesquisador iniciante, que aparece em J. Tricart, e N. Rochefort e S. Rimbart: *Initiation aux travaux pratiques de géographie (commentaires de cartes)*, Paris, Sedes, 1957 (6ª ed. Em 1976).

herança da geografia francesa sobre a casa rural, estudada exaustivamente, por exemplo, por A Demangeon, que assinalou o fato dela não ser apenas uma residência, mas também “um instrumento adaptado ao trabalho agrícola, concebido e arranjado pela experiência de várias gerações”<sup>32</sup>. A aglomeração ou dispersão do habitat rural foram explicadas pela geografia europeia ora por fatores naturais (água, relevo), ora fatores ligados a defesa militar, mas também por influências étnicas (povoamentos germânicos, eslavos, etc), obrigando os pesquisadores a aprofundar os múltiplos fatores explicativos e as suas inter-relações. J. Tricart adotou a visão de A. Cholley de que a sociedade rural é o verdadeiro complexo geográfico e o habitat rural é parte dele, envolvendo o meio natural, o meio social e econômico e o meio histórico, como nos sucessivos remembramentos das parcelas agrícolas, por interesses ingleses, que levam à dispersão do habitat, com resistências das comunidades aldeãs, registrando as etapas e as vicissitudes da luta de classes<sup>33</sup>.

No seu estudo sobre o habitat rural, J. Tricart além de recuperar as contribuições alemãs fundamentais de A. Meitzen e R. Gradmann, enfatizou o papel dos geógrafos franceses, em primeiro lugar de A. Demangeon, as contribuições de método de A. Cholley (“combinações” ou “complexos”), como também os estudos de R. Dion que combinou os fatos físicos, sob ângulo das condições que eles oferecem à prática agrícola, com as concepções de sistemas de cultivo variáveis segundo as épocas, em função de todo um complexo de fatos econômicos e sociais, colocando o estudo do habitat na perspectiva do materialismo histórico<sup>34</sup>.

O “*L’habitat urbaine*” é a seqüência de “*L’habitat rural*”. Enquanto contava com experiência de pesquisas agrárias antes de escrever a primeira obra, para a qual apelou por uma enorme bibliografia europeia, J. Tricart não havia realizado anteriormente nenhuma pesquisa sobre cidades. Ao ter que ministrar, com trinta anos de idade, seu curso sobre *L’habitat urbaine*, na Universidade de Estrasburgo, partiu basicamente do avanço metodológico concebido anteriormente, referente à idéia de combinações geográficas (A Cholley). Assim como a casa rural, sobre a influência da geografia francesa, foi seu ponto de partida para “*L’habitat rural*”, a casa urbana acabou sendo seu ponto de partida para

---

<sup>32</sup> A. Demangeon e A. Weiler: *Les maisons des hommes, de la hutte ao gratte-ciel*, 1937 e A. Demangeon: *Essay de classification des maisons rurales*, in *Problems de géographie humaine* p.230-235. No Brasil a temática foi estudada por I. Barbosa da Costa e H. M. Mesquita: *Tipos de habitação rural no Brasil*, IBGE, 1978, realizado por indicação de O. Valverde.

<sup>33</sup> J. Tricart: *L’habitat rural* p.66 e 117-118, quando destaca a importância de A. Demangeon, A. Cholley e R. Dion.

<sup>34</sup> R. Dion: *La Val de Loire*, Tours, 1933 e sobretudo “*La part de la géographie et celle de l’histoire dans l’explication de l’habitat rural du bassin parisien*” *Soc. Géogr. Lille*, 1946, p.6-80.

“*L’habitat urbaine*”, onde J. Tricart trabalhou com morfologia urbana na primeira parte e organização das redes de cidades na segunda.

Na morfologia urbana discutiu em três capítulos: 1) os elementos fundamentais da paisagem urbana: construções e espaços livres, 2) o quadro da vida urbana: o plano (concepções e método de estudo) e 3) as estruturas urbanas. J. Tricart partiu do imóvel, menor unidade do espaço urbano, tema freqüente na geografia rural, mas quase ausente até então na geografia urbana e depois ampliou o horizonte para a quadra, as ruas e praças e em seguida para os bairros e finalmente para a estrutura de toda a cidade. Foi obrigado a apelar a urbanistas (P. Lavedan), geógrafos estrangeiros (R. Dickinson e S. Passarge), alguns duramente criticados (G. Taylor), mas também à sociologia urbana americana (Park, Gurgens e Mackenzie) e a poucos geógrafos franceses (R. Blanchard). Tomou da sociologia humana americana as relações forma-conteúdo, mas desenvolveu a idéia de estrutura urbana e sobretudo a de processo sócio-espacial. Aliás, o curso ministrado teve trabalhos práticos realizados pelos seus alunos, sob sua orientação, na cidade de Estrasburgo, resultando em monografias de habitações, ruas, estruturas detalhadas de bairros e cartografia das localizações comerciais e industriais, incluídos na primeira parte do livro<sup>35</sup>.

Na parte referente a organização das redes urbanas J. Tricart discutiu 1) a repartição das cidades na superfície do globo, 2) as relações das cidades e das regiões vizinhas, 3) as relações das cidades entre si, 4) a disposição das redes urbanas. Acrescentou dois trabalhos práticos sobre: 1) a determinação do raio de influência de uma cidade e 2) estudo das redes de cidades, com mais 16 figuras e 72 novas indicações bibliográficas, totalizando no livro todo 56 figuras e 183 títulos.

A questão das redes urbanas foi enfatizada por W. Christaller, geógrafo marxista alemão, que nos anos 30 chamou a atenção para a centralidade e a hierarquia das cidades, numa divisão social e territorial do trabalho comercial e de serviços<sup>36</sup>. Deve-se notar que em 1950 J. Tricart usava de maneira incorreta o conceito de “gêneros de vida” para atividades urbanas, caindo em armadilha da geografia regional francesa, mas que corrigiu na introdução geral que escreveu a 3ª edição do *L’habitat rural* (1959), quando assinalou

---

<sup>35</sup> J. Tricart: *Contribution a l’étude des structures urbaines*, Rev. Géogr. Lion, 1950, p.145-156 e *L’habitat urbaine*, CDU, 1954, cuja primeira parte acima referida, contém 40 figuras e 111 títulos bibliográficos.

<sup>36</sup> W. Christaller, conforme nota nº6 e “*Relações funcionais entre as aglomerações urbanas e as zonas rurais*” (em alemão), congresso da UGI de Amsterdã (1938), tomo II, p. 123-138.

que ela “não pode ser aplicada satisfatoriamente senão para grupos armados de técnicas arcaicas”, após as críticas formuladas ao conceito por P. George<sup>37</sup>.

As colocações de Christaller foram fundamentais para redirecionar as pesquisas geográficas e influenciaram as teses orientadas por P. George sobre as redes urbanas da Alsácia (M. Rochefort), da Cote d’Azur (B. Kayser), do Languedoc (R. Dugrand), etc. Quanto ao estudo das redes urbanas, J. Tricart teve o mérito de difundir em língua francesa as idéias de Christaller, com comentários e críticas, o que outros não fizeram.

Com “*L’habitat urbaine*” J. Tricart estimulou estudos em duas áreas de pesquisas na geografia urbana, que estavam obscurecidas na geografia francesa, 1) o espaço interno das cidades e 2) a rede de cidades. Para M. Santos “*L’habitat urbaine*” constituiu o melhor manual sobre cidades produzido pela geografia. Entretanto, muitos pesquisadores julgaram erroneamente que as questões ligadas ao sítio urbano (fatores naturais) estivessem ultrapassadas, quando na verdade J. Tricart as incorporava no estudo da morfologia das cidades, assim como outros estudiosos se equivocaram estudando as atividades apenas sob o ângulo das localizações em bairros e subúrbios, como se as cidades não fossem além de organização espacial (morfologia urbana), lugares da acumulação financeira, industrial, etc, gigantescos complexos econômico-sociais (J. Chardonnet).

Assim sendo, nos últimos anos a geografia humana caiu em novas armadilhas, tentando escamotear o processo de acumulação capitalista, afinal básico da vida urbana, e valorizar a questão da habitação e do consumo em geral, a partir de posturas políticas defensivas e de idéias pós-modernas em moda, como as de M. Castells e H. Lefevre, que aliás se aproveitaram das idéias de J. Tricart, entre outros, sem os devidos créditos.

## 7

Como assinalamos, a geografia francesa em meados do século XX exercia liderança visível à escala mundial. Assim, logo após a segunda guerra mundial, o Conselho Nacional de Geografia (IBGE) enviou equipes de geógrafos aos EUA e a França, visando conhecer diretamente a produção intelectual naqueles centros. Estiveram em Paris nos anos 1945-49 vários brasileiros do Rio de Janeiro e de São Paulo, tendo como referências A. Cholley e Max Sorre. Os contatos com o primeiro levaram às relações com J. Tricart, que então preparava sua tese de doutoramento. Desta maneira M. Alves de Lima, A. Porto

---

<sup>37</sup> *Laboratoire de géogr. de L’ Université de Strassborg: Un problème de géographie touristique: le genre de vie baunaire sur les plages du Calvados*, 1950. *L’habitat urbaine* p.186

Domingues e A. Teixeira Guerra tiveram oportunidade de aproveitar conhecimentos da geomorfologia mais avançada que se fazia então no mundo<sup>38</sup>.

Após o encontro da UGI no Rio de Janeiro, em 1956, J. Tricart ministrou curso na UERJ, a convite de M. Alves de Lima, rompendo o isolamento imposto por H. Sternberg da UFRJ, principal organizador do congresso, aos geógrafos de esquerda, e que havia convidado somente geógrafos confiáveis politicamente para um curso oficial (K. Troll, P. Birot e outros). A atuação marcante de J. Tricart na reunião da UGI levou M. Santos a convidá-lo para uma estada na Bahia, com apoio da secção estadual do IBGE. O intercâmbio resultou no doutoramento do M. Santos em Estrasburgo, fundamental para sua maioria na geografia humana, bem como em outros doutoramentos (T. Cardoso da Silva, M. Auxiliadora Silva e outros) assim como levou à criação do Laboratório de geomorfologia e estudos regionais na Universidade Federal da Bahia. Por meio de suas articulações na Bahia, fez em 1957 reconhecimentos geomorfológicos em São Paulo (Vale do Paraíba, Sorocaba) e Minas Gerais (Poços de Caldas), que constituíram um treinamento intensivo para Aziz Ab'Saber, organizador das excursões e que se imbuíu da visão morfo-climática, que aprofundou até a famosa teoria dos refúgios<sup>39</sup>.

Além de presença pessoal de J. Tricart, como nas palestras feitas a convite do CNG, no Rio de Janeiro, sua influência se exerceu pela divulgação das suas publicações. Mas curiosamente seus livros sobre habitat rural e urbano não mereceram a devida atenção na USP e na UFRJ, mas produziram resultados em outros lugares, como na edição do Atlas Geográfico de Santa Catarina, organizado por C. A. Figueiredo Monteiro em 1958, com capítulo sobre o tema<sup>40</sup>.

No caso brasileiro pode-se dizer com M. Alves de Lima<sup>41</sup>, que os anos 50 e 60 foram os anos dourados da geografia brasileira, e talvez da própria geografia francesa e naquele tempo se a influência de J. Tricart na Europa ocidental e oriental, na América Latina e em outros lugares refletiu o vigor de suas idéias, é importante que se diga que foi no Brasil que ele criou seus maiores discípulos, mesmo incluindo a própria França,

---

<sup>38</sup> Destes contatos resultou a publicação de “*O relevo de cuevas*” de J. Tricart no Boletim Geográfico (CNG) números 80 e 81, de 1949, traduzidos por O. Valverde. O texto “*Contribuição ao estudo das estruturas urbanas*”, em tradução de Lygia Bernardes, publicado no Bol. Geogr. n°135 em 1956, saiu na França em 1950 (vide nota 35).

<sup>39</sup> A tese de M. Santos, “*O centro da cidade de Salvador*” foi defendida em Estrasburgo em 1958 e as excursões a S. Paulo e M. Gerais são relatos orais de Aziz Ab'Saber.

<sup>40</sup> O capítulo “habitat” no referido Atlas é de minha autoria, bem como as comunicações orais “*Quadra antiga de Florianópolis*” (AGB-Viçosa, 1959) e “*A cidade de Brusque-SC*” (AGB-Moçoró, 1960), onde as idéias de J. Tricart e de A. Cholley foram básicas.

<sup>41</sup> *Os anos dourados da geografia brasileira: antecedentes, realizações e conseqüências dos anos 50 e 60*, Rev. Geo-paisagem (on line) n°3, 2003.

bastando lembrar os nomes de M. Santos e Aziz Ab'Saber, reconhecidos internacionalmente.

## MILTON SANTOS: A FORMAÇÃO DE UM PENSADOR UNIVERSITÁRIO CRÍTICO\*

Quando faleceu em junho de 2001, aos 75 anos, Milton Santos era o nome mais consagrado da geografia humana brasileira e um dos mais consagrados do mundo. Naquela ocasião, Aziz Ab' Saber assinalou que Milton Santos havia sido um filósofo da geografia, tendo reunido o conhecimento do mundo do seu tempo para pensar as necessidades do Brasil, como intelectual comprometido com a sociedade e com os excluídos. Antônio Cândido lembrou que Milton havia representado nas ciências humanas o que se pode chamar de ala combatente, como Florestan Fernandes, e nos seus trabalhos o rigor científico nunca havia sido obstáculo a uma consciência social desenvolvida e profundamente arraigada nos problemas do Brasil. Celso Furtado, por sua vez, afirmou que Milton possuía um pensamento muito rico e abrangente, maior do que de um cientista social, com amplitude de vista e percepção dos problemas maiores da sociedade.<sup>42</sup>

### I

Milton Santos nasceu em 1926 na Chapada Diamantina, na cidade de Brotas de Macaúbas, primeiro posto de trabalho de seus pais, professores primários do ensino estadual, recém formados na Escola Normal (Salvador). Para se ter uma idéia da importância da Escola Normal deve-se lembrar que Anísio Teixeira e Nestor Duarte, entre outros, aí lecionaram no final dos anos vinte.<sup>43</sup> Logo depois a família seguiu para a zona do cacau (Itapira, hoje Ubaitaba), onde ficou alguns anos, mudando-se para Alcobaça, no litoral sul da Bahia, onde Milton fez as primeiras letras em casa, com seus pais, até os oito anos.<sup>44</sup> Em seguida continuou a ter aulas com seus pais de álgebra, francês e boas maneiras até os dez anos (1936), quando foi a Salvador, como aluno interno do Instituto Baiano de Ensino, seu "primeiro exílio", como costumava dizer.

---

\* Agradeço os materiais bibliográficos oferecidos por Ewerton Machado e Luciana Antonini e dedico este texto à memória de Antônia Dea Erdens, amiga incondicional de Milton Santos.

<sup>42</sup> Folha de São Paulo, 25 de junho de 2001.

<sup>43</sup> A. L. Souza. *Baianos ilustres*. Ibrasa-MEC, 1979, 3a edição (1a ed. 1949). Note-se que nos inícios dos anos 20 era catedrático de português da Escola Normal Elias Figueiredo Nazareth, homem de cor, "muito polido", conforme P. Madureira de Pinho: *Afrânio Coutinho: recordações de colégio, em Miscelânea de estudos literários; homenagem a Afrânio Coutinho*, Rio de Janeiro. Pallas/INL, 1984.

<sup>44</sup> Como Ignácio Rangel, anos antes, quando seu pai serviu em diferentes comarcas no interior do Maranhão, ou ainda Jesus Soares Pereira, no interior do Ceará.

Aliás, seus avós pelo lado materno se formaram na Escola Normal antes da abolição, lecionaram no Círculo Operário, entidade beneficente e cultural, e davam festas em casa, os saraus, reuniões literárias e musicais, para um amplo circuito de amigos, inclusive Ruy Barbosa. Por outro lado, os avós paternos, horticultores em fundo de vale irrigado da cidade de Salvador, conseguiram formar o pai de Milton professor primário. Enquanto aluno interno, Milton recebia a visita de sua avó paterna, cheirando hortelã e outros temperos e de pés descalços. Ainda em Alcobaça, Milton acompanhava seus pais de férias a Salvador, em viagens da Empresa de Navegação Baiana, de dois em dois anos, restabelecendo a convivência cultural, tão valorizada na época.<sup>45</sup>

Assim sendo, mesmo morando em pequenas cidades da Bahia até os dez anos, Milton foi sendo preparado por sua família para ser um cidadão de Salvador, a cidade civilizada por excelência, com suas escolas universitárias de alto padrão, onde poderia alcançar as alturas que haviam alcançado André Rebouças (1838-1898) e Teodoro Sampaio (1855-1937), que se destacaram nacionalmente como modelos de ascensão intelectual, valorizados pelos baianos de origem africana. Aliás, seus próprios pais e avós haviam dado os primeiros passos nesta direção, a que destinavam Milton ainda mais do que eles.

À altura dos dez anos de idade, Milton havia recebido o ensino primário mais completo que uma criança da época poderia ter recebido, assim como herdado de sua família, principalmente de sua mãe e de sua avó paterna a energia, a coragem e a disciplina, mas também foi convencido a rejeitar a cultura afro-baiana popular, o futebol, o samba, as rodas de capoeira e o candomblé, o qual freqüentou pela primeira vez em 1964, após ser posto em liberdade, depois de meses preso pela ditadura militar.<sup>46</sup> Afinal de contas, uma parte da pequena burguesia negra intelectual de Salvador tinha que negar sua "inferioridade" racial e cultural, influenciada pela cultura "superior" branca dominante, da qual era parte integrante.

---

<sup>45</sup> As informações sobre sua vida na infância estão no depoimento à Geosul, n. 7 (1989), inclusive sobre as viagens marítimas na linha que fazia de Nova Viçosa a Salvador, passando em Alcobaça, Prado, Porto Seguro e Ilhéus e que levavam quatro dias. Na mesma época a Empresa de Navegação Hoepcke tinha linhas entre Laguna e Paranaguá e Florianópolis – Rio de Janeiro, também com inúmeras paradas, lembrando a navegação fluvial na Amazônia hoje em dia. Portos e Navegação no Brasil, DNPN, 1940. Note-se que a convivência cultural em Salvador não era uma prática somente dos ricos, como em São Paulo daquela época, mas das classes médias de pequenas posses, com uma certa formação intelectual, o que persiste até hoje, de maneira atenuada, naturalmente.

<sup>46</sup> Muniz Sodré lembrou esta visita de agradecimento na sua comunicação em 8/7/02.

Milton iniciou seu "primeiro exílio" em Salvador, já que sua família permaneceu em Alcobça, como aluno interno do Instituto Baiano de Ensino, aos dez anos de idade (1936), tendo ali residido até 1946, quando já era aluno da Faculdade de Direito. Realizou seu curso ginásial de 1937 a 1941, o pré-jurídico de 1942 a 1943 e o curso de Direito de 1944 a 1948. Se no dizer de Gilberto Gil "a Bahia lhe deu régua e compasso", cabe-nos perguntar o que Milton aprendeu em Salvador, naqueles anos cruciais da vida mundial e brasileira, e também qual era o contexto nacional e regional da época.

## 2

Primeiramente, deve-se sublinhar a observação de Celso Furtado sobre o pessimismo reinante nos meios intelectuais a propósito do Brasil nos anos vinte e a mudança para um crescente otimismo a partir de 1930.<sup>47</sup> Na verdade, tratava-se de um pessimismo exagerado e depois de um otimismo também exagerado. O dinamismo e as iniciativas das primeiras décadas da República haviam se esgotado nos anos vinte, levando a visão pessimista ao auge, destacando-se que, no dizer de Thales de Azevedo, "as inconveniências do clima quente, a 'inferioridade' das raças que compunham nosso povo e os 'deletérios efeitos' da mestiçagem somaram-se em um determinismo deprimente ao regime escravocrata, às emoções da religião africana e a outros defeitos da nossa organização social para explicar a delinqüência individual, o fanatismo religioso dos sertanejos, o banditismo, a alienação mental, as formas clínicas de certas moléstias e a psicologia da nossa gente".<sup>48</sup> A mudança em direção do otimismo podia ser notada na década de 30 em Gilberto Freyre (*Casa Grande e Senzala*), elogiando a miscigenação racial, em Caio Prado Júnior (*Evolução Política do Brasil*), constatando a capacidade política da classe dos senhores de escravos em conduzir a abolição de maneira lenta, gradual e segura, ao longo de todo o século XIX, assim como na caracterização do brasileiro como "homem cordial" em Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*).

É curioso que nos primeiros anos da década de 30 a recuperação da economia brasileira mal havia começado e era imperceptível, de modo que é mais correto explicar a

---

<sup>47</sup> C. Furtado. *A fantasia organizada*, Paz e Terra, 1985 e entrevista a *Playboy*, 4/1999.

<sup>48</sup> Thales de Azevedo: *As ciências sociais na Bahia*, Universidade da Bahia, 1964, p. 55. A. Guerreiro Ramos viu uma dose de sado-masquismo na visão de Paulo Prado (*Retrato do Brasil*), que descrevia o caráter do povo brasileiro como um misto de tristeza, luxúria, cobiça e romantismo, bem como na proposta de Macunaíma como típico herói brasileiro (Mário de Andrade), in L. Lippi Oliveira: *A sociologia do Guerreiro*, Ed. UFRJ, 1995, p. 125. Manuel Bandeira, quando professor de literatura na Faculdade Nacional de Filosofia nos anos 40, lembrava da visão pessimista que apontava o Brasil como tendo sido formado por "três raças tristes".

mudança acima apontada de outra maneira: pelo entusiasmo criado pelo fim da República velha decadente (Revolução de 30) e pela origem aristocrática dos intelectuais citados e seus estudos no exterior, onde puderam descobrir o que havia de positivo nos brasileiros, como na conhecida passagem da surpresa que foi para G. Freyre o desembarque alegre e alvoroçado dos nossos marinheiros negros e mulatos num porto norte-americano.

Paralelamente ao novo nacionalismo comum a autores tão distintos quanto Gilberto Freyre, C. Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda, havia neles posições políticas e ideológicas diversas, como ocorria em todo o Brasil, com a presença dos intelectuais tradicionais ao lado de jovens intelectuais radicalizados à direita (integralistas) e à esquerda (marxistas). A Bahia foi muito rica nos anos 30 e 40 em intelectuais e correntes político-ideológicas divergentes e conflitantes.

É interessante lembrar que alguns conflitos e divergências político-intelectuais da década de 30 estavam resolvidos nas décadas de 40 e 50, pois a polarização passou a ser entre um ponto de vista nacional e as posturas neo-liberais favoráveis aos interesses alienígenas. O nacionalismo vitorioso no primeiro governo Vargas, apesar das oposições liberais, esquerdistas e integralistas, havia se fortalecido durante seu segundo governo (1951-54) e assim a fé no Brasil, a competência intelectual e o espírito público reuniram na sua assessoria econômica dois ex-integralistas baianos, Rômulo Almeida e Guerreiro Ramos, um marxista maranhense, Ignácio Rangel e um positivista cearense, Jesus Soares Pereira, como membros proeminentes, e todos severamente atingidos pelo golpe militar de 1964.

Além das referências acima esboçadas a respeito da visão dos intelectuais sobre o Brasil, o país vivia um fundo cultural originário de Portugal, composto de uma herança religiosa medieval popular, ao lado de uma formação estética de suas elites. No início do século XIX acrescentou-se a cultura romântica francesa, acompanhada de elementos iluministas.<sup>49</sup> Estas três correntes se combinavam de diferentes maneiras: as camadas populares e as regiões interioranas eram mais religiosas, incluindo valores éticos, enquanto as áreas litorâneas e as classes ilustradas eram mais estetizantes e românticas.<sup>50</sup> Estas heranças culturais persistem atenuadas atualmente e eram muito fortes na primeira metade

---

<sup>49</sup> Mário Vieira de Mello: *O conceito de uma educação da cultura*. Paz e Terra; Sérgio Buarque de Holanda: *Visão do Paraíso*. Livraria José Olympio; L. Weckmann: *La herencia medieval del Brasil*, Fondo de Cultura Económica.

<sup>50</sup> Como regiões interioranas podemos apontar o sertão e o agreste nordestinos, Minas Gerais e seus prolongamentos migratórios e as áreas de pecuária do sul, sobretudo a campanha gaúcha. Intelectuais como Ariano Suassuna, Guimarães Rosa e Érico Veríssimo expressaram este Brasil interiorano. Evidentemente cada lugar tem suas particularidades complexas, como a expressiva presença negra em Salvador ou o fato de Recife reunir forte dose de características sertanejas.

do século XX, quando entraram em atrito com o avanço dos valores que acompanhavam a industrialização nascente; isto é os valores antigos como a coragem, a lealdade e o gosto pela cultura se viram desafiados pelos novos valores: o gosto pelo dinheiro, pelo sucesso e fama fáceis.<sup>51</sup>

Como se manifestava tudo isto na Bahia dos anos 30 e 40, anos da formação de Milton Santos?

### 3

A Bahia, como todo o Nordeste brasileiro, vivia nos anos 30 e 40 uma situação paradoxal, pois perdia velocidade econômica, mas sua vida política e intelectual era efervescente. Assim, grandes levadas de trabalhadores braçais seguiam para São Paulo, mas muitos intelectuais iam ao Rio de Janeiro, para ocupar posições de destaque.

Rômulo de Almeida lembrou que as percentagens da indústria da Bahia no conjunto nacional declinaram acentuadamente de 1920 a 1940 de 2,8 para 1,3 na produção, de 3,5 para 1,9 em capital aplicado, de 4,0 para 2,3 em força motriz e de 5,7 para 3,0 em número de empregados, conforme os censos do IBGE.<sup>52</sup> Esta situação de esvaziamento econômico, político e populacional, chamado de "enigma baiano", preocupava políticos e intelectuais da época.<sup>53</sup>

Na verdade, o processo já vinha de longe, já que a expansão cafeeira no Rio, Minas e São Paulo havia criado um novo pólo agro-exportador e a precoce industrialização dos portos litorâneos (1870-1900), de Belém e São Luiz do Maranhão ao norte até Florianópolis e Rio Grande ao sul, monopolizando as suas respectivas hinterlândias,

---

<sup>51</sup> O romantismo na Europa, aparentado ao socialismo feudal (Marx e Engels: *Manifesto Comunista*), teve um surto no começo do século XIX e novo surto no início do século XX e se preocupava, do ponto de vista político, com a relação indivíduo-sociedade, que estava em processo de deterioração sob o capitalismo crescente; isto é, o indivíduo estava sendo absorvido mecanicamente. J. Michelet (1798-1874), historiador francês, foi severo crítico da sociedade burguesa e seu romantismo foi o culto ao "povo", a vinculação do camponês à terra, desde as origens célticas, garantindo mais que a monarquia, a continuidade histórica da França. Para muitos românticos somente povos que a civilização ainda não nivelara pareciam capazes de paixões e atos heróicos. José de Alencar, entre nós, com seu indigenismo expressava esta tendência. Na primeira metade do século XX, M. Weber, T. Mann, J. Maritain, entre outros, criticaram a visão calculista do capitalismo como desagregadora da cultura e seus valores éticos, tendo tido grande influência no Brasil, inclusive na Bahia naturalmente. M. Löwy: *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários*, Ed. Ciências Humanas; N. Bobbio: *Dicionário de Política*, Ed. UnB; L. Lippi de Oliveira: *A sociologia do Guerreiro*, Ed. UFRJ.

<sup>52</sup> Rômulo de Almeida: *Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. O observador econômico e financeiro* n. 169, fevereiro de 1958. Rômulo foi um dos intelectuais que se destacou na Bahia, tendo ido ao Rio trabalhar na Confederação Nacional da Indústria e depois chefiar a assessoria econômica de Getúlio Vargas (1951-54).

<sup>53</sup> M. Pinto de Aguiar: *Notas sobre o enigma baiano*. Comissão de Planejamento Econômico, Salvador, 1958.

reforçava a existência das ilhas econômicas até 1930, quando a revolução foi quebrando as fronteiras estaduais e ajudando São Paulo a destruir lentamente as indústrias têxteis das capitais litorâneas brasileiras.

Anteriormente, na Bahia haviam ocorrido outros processos econômico-sociais importantes. A decadência da cultura açucareira no Recôncavo acabou com a aristocracia rural mais antiga da Bahia e deu chance à ascensão dos antigos escravos à condição de plantadores independentes naquela área,<sup>54</sup> assim como à migração para além do Recôncavo de muitos ex-escravos que se tornaram posseiros policultores. Paralelamente, na cidade de Salvador, nos períodos depressivos do século XIX, muitos escravos se tornaram negros de ganho e acabaram se instalando, por conta própria, no comércio, serviços e artesanatos variados, inclusive como mecânicos e fundidores. Thales de Azevedo observou que no Brasil em 1950, 25% dos negros trabalhavam por conta própria e 1% eram patrões, assim como 34% dos mulatos trabalhavam por conta própria e 2% eram patrões e estas porcentagens seriam mais altas na Bahia provavelmente.<sup>55</sup> A significativa presença destes trabalhadores por conta própria em Salvador despertou a atenção de Milton Santos para a existência de dois circuitos econômicos, o inferior composto de pequenos negócios locais e o superior equivalente a negócios capitalistas abrangendo fluxos distantes, idéia aprofundada posteriormente e muito importante para o conhecimento das cidades subdesenvolvidas.<sup>56</sup>

A formação das "elites de cor" em Salvador, para usar a expressão de Thales de Azevedo, além da gênese do campesinato de negros e mulatos no Recôncavo e arredores, tem relação com a presença dos negros islamizados que se instalaram na Bahia em grandes proporções e de suas lutas constantes.<sup>57</sup> Isto tem a ver com o pioneirismo dos estudos das

---

<sup>54</sup> J. Wanderley A. Pinho: *História de um engenho no Recôncavo*. O autor foi neto do Barão de Cotegipe (1815-1889). A antiga aristocracia rural transformou-se em aristocracia de toga, ocupando altos cargos administrativos e cátedras universitárias; L. Waitel: *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*, destacou a inteligente rotação trienal de fumo, milho e mandioca nas áreas de Cachoeira, S. Félix e Cruz das Almas, realizada em pequenos lotes, por agricultores mulatos em maioria, com uso de adubos naturais. p. 322-24.

<sup>55</sup> Thales de Azevedo: *Africanos e negros no Brasil: uma síntese*, in *Democracia Racial: ideologia e realidade*, Ed. Vozes, 1975, p. 26. Ver também, do mesmo autor, *Les élites de couleur dans une ville brésilienne*, Unesco, 1952. Negros e mulatos mecânicos e fundidores foram muito numerosos em Salvador até os anos 50 e 60 e foram absorvidos pela Petrobrás, quando ela passou a operar em extração e refino e depois na petroquímica (depoimento de M. Azevedo Brandão). I. Rangel: *História da dualidade brasileira*, Rev. Ec. Pol. n° 4, 1981.

<sup>56</sup> Nesta linha de pesquisa de Milton Santos há intuição da temática em *O centro da cidade de Salvador* (doutorado em Estrasburgo, 1958), em *A cidade nos países subdesenvolvidos*, Civ. Brasileira, 1965 e o desenvolvimento completo em *O espaço dividido*, Livraria Francisco Alves, 1978.

<sup>57</sup> P. Verger. *Flux et reflux de la traite des nègres entre le golfe du Bénin et Bahia de Todos os Santos du XVII au XIX siècle*. Dentre os numerosos movimentos rebeldes, é interessante lembrar *A primeira revolução social brasileira – 1798*, de Affonso Ruy, Cia. Ed. Nacional, 1942.

especificidades dos negros pelos pesquisadores baianos na Universidade e fora dela.<sup>58</sup> O espírito de altivez e rebeldia do povo baiano, bem como a força da sua intelectualidade se manifestaram com grande força nos anos 30 e 40.

Em Salvador eram numerosas as rodas intelectuais que reuniam amigos para conversas periódicas<sup>59</sup>, levando também em conta suas filiações partidárias no integralismo (Isaias Alves, Rômulo de Almeida, Guerreiro Ramos), no partido comunista (Armênio Guedes, Mário Alves, Jacob Gorender), ou no neo-liberalismo, como os mais velhos (Octávio Mangabeira, Aliomar Baleeiro). Com o afundamento de navios brasileiros durante a Segunda Guerra Mundial ocorreram explosões populares muito fortes em Salvador e que se estenderem pelo Brasil afora, levando ao ataque e saques das firmas germânicas ou de seus descendentes (Suerdieck, Danemann) e pressionando o governo à ruptura com o nazi-fascismo. A secção baiana do PCB liderou estas manifestações tendo se tornado nos anos seguintes a mais importante do Brasil.<sup>60</sup>

Milton, por conta da pouca idade, não teve que escolher entre integralismo ou comunismo, mas também foi alcançado pelos choques políticos, inclusive sob forma de preconceito, na nova etapa da sua vida, agora em Salvador, o seu “primeiro exílio”.

#### 4

Como já se disse, Milton herdou da família o gosto arraigado pelos estudos e assim quando se instalou em Salvador (1936) aos dez anos de idade, como aluno interno do curso ginásial, longe dos pais, enfrentou bem o novo desafio, depois de ter sido aprovado em primeiro lugar no exame de admissão. A escola era freqüentada pelos filhos da classe média imigrante (espanhóis, judeus, etc), com ensino de boa qualidade, ministrado por

---

<sup>58</sup> R. Nina Rodrigues, como professor da Faculdade de Medicina da Bahia já em 1896 comparou as religiões afro-baianas com aquelas do Benim e Dahomey, na África. Manuel Querino (1851-1923), afro-baiano, foi outro pioneiro, tendo escrito, entre outros *Costumes Africanos no Brasil*, elogiado por L. Camara Cascudo e foi fundador da Liga Operária, frequentada pelos artesãos de Salvador, sobretudo negros e mulatos. A. Loureiro de Souza: *Baianos ilustres. Somente em meados do século XX a temática passou a atrair o interesse de universitários estrangeiros (D. Pierson e R. Bastide) e paulistas (USP).*

<sup>59</sup> Jorge Amado, por exemplo, se reunia na roda de Pinheiro Viegas, poeta satírico, frequentada também por Edison Carneiro, Dias da Costa, Sosigenes Costa, entre outros nos fins dos anos 20 e inícios dos 30, conforme A. Loureiro de Souza. Além das "rodas" existiam espaços maiores de encontro, como o café de Bernadete (sede do Partido Socialista), na rua Chile, frequentado por intelectuais, entre eles Milton Santos, no final dos anos 40, conforme M. Auxiliadora da Silva: *Milton Santos*, *Cadernos de Geociências*, nov. 2001, que assinala também o hábito das leituras de poesias, contos e romances para as crianças pelos membros mais velhos da família.

<sup>60</sup> Depoimento de João Cunha a Edgard Carone: *O PCB, 1922 a 1943*. Difel, vol. 1, p. 227-233 e sobretudo João Falcão: *O Partido Comunista que eu conheci*, Civilização Brasileira, 1988. Os quadros intelectuais mais importantes do PCB na época foram os estudantes da Faculdade de Direito.

professores que por vezes lecionavam nas Faculdades da cidade. Pelo seu bom preparo foi convidado, aos treze anos, a substituir o professor de matemática nas suas faltas, na classe de 3º ano, na época que cogitava cursar a Escola Politécnica, do que foi dissuadido discretamente pelos familiares, a partir da consideração da dificuldade excessiva de acesso, inclusive por razões de preconceito racial. O ambiente do ginásio era estimulante, como nas referências elogiosas feitas pelos professores<sup>61</sup>.

Tendo optado por fazer o pré-jurídico, “deixou” a matemática para começar a lecionar geografia aos seus colegas retardatários, estimulado pelo professor O. Imbassahy, com o qual tomou conhecimento da obra recém publicada de Josué de Castro, *Geografia Humana* (Ed. Globo, 1938), que expunha em alto nível o debate possibilismo-determinismo. Depois de formado em Direito e se encaminhado para a Geografia, manteve correspondência com o então famoso geógrafo pernambucano<sup>62</sup>.

Enquanto cursava o ginásio, Milton teve sua auto-estima reforçada pelos elogios de seus professores mais respeitados, pela confiança que lhe foi delegada para lecionar aos seus colegas e assim começar a ganhar seu próprio dinheiro, o que lhe permitia adquirir livros, estimulando seu espírito independente. Esta situação o levou a exercer liderança intelectual e política entre seus colegas, com publicação de pequenos jornais literários e participação em entidades estudantis. Mas ao mesmo tempo adquiriu consciência do preconceito racial em Salvador, pelas dificuldades de acesso à Escola Politécnica, como pela sua marginalização, por iniciativa do PCB, da candidatura à presidência da União Brasileira dos Estudantes Secundários, que ele havia organizado. Cioso dos seus méritos, Milton afastou-se dos comunistas, bem como conseguiu liderar forças para derrotá-los na UEB, União dos Estudantes da Bahia (universitários), em 1945, um fato inédito na época<sup>63</sup>.

---

<sup>61</sup> O difícil acesso a Escola Politécnica da Bahia fica evidenciado na tabela das profissões de nível superior, conforme Thales de Azevedo: *Les élites de couleur*, p. 82. Os estímulos no ginásio aparecendo no elogio do professor de português e poeta, que lhe disse: “você não chegará nunca à Presidente da república, mas você será um Teodoro Sampaio” (Geosul, op. cit.). Antes de Milton, Guerreiro Ramos também havia começado a dar aulas particulares aos seus colegas, com 14 anos (L. Lippi Oliveira, op. cit.), o que lhe facilitava encomendar livros franceses.

<sup>62</sup> A.A. Teles de Carvalho: *Josué de Castro na perspectiva da Geografia brasileira, 1934-1956*, mestrado UFPE, 2001. No primeiro livro de fôlego de Milton, *Zona do cacau* (1955) há o capítulo “Alimentação na zona canavieira”.

<sup>63</sup> O preconceito racial atingiu mais fortemente os intelectuais afro-baianos pois na Bahia a decadência da aristocracia rural do Recôncavo foi maior, levando seus filhos e netos a ocupar cargos públicos em Salvador e a ver com maus olhos os negros e mulatos que poderiam disputar as mesmas posições. Assim, A. Guerreiro Ramos leu na sua ficha policial em 1964, em IPM a que estava submetido, o registro de “mulato metido a sociólogo”, Gilberto Gil foi chamado de “negro boçal” por professor do tradicional Ginásio Marista de Salvador, assim como uma estudante de medicina podia ser mandada “para a cozinha, seu verdadeiro lugar” por arrogantes professores. L. Lippi Oliveira, *op. cit* e Geosul, nº7. É interessante lembrar a relação entre a decadência da aristocracia rural brasileira e a transformação de uma parte de seus filhos em intelectuais críticos, como C. Prado Jr. e Jorge Andrade em São Paulo, N. Werneck Sodré no Rio, Manuel Correia de

O curso de Direito foi uma etapa fundamental na formação intelectual de Milton Santos. A Faculdade de Direito da Bahia, herdeira da rica tradição da Faculdade de Recife, era nos anos 40 uma das melhores do Brasil e para se ingressar nela era preciso prestar exames de história da filosofia, história da literatura universal, história do pensamento econômico e político, geografia, português e latim. O curso não era um curso técnico, pois valorizava a formação geral e dava uma base humanística que nenhum outro oferecia na época. Os alunos sentiam que estavam num novo patamar, pois seus professores eram de alto nível intelectual e vários se tornaram conhecidos nacionalmente<sup>64</sup>.

Nestor Duarte foi o professor que mais impressionou e influenciou Milton, como tribuno, como homem de cultura e de caráter. Milton contava que Nestor Duarte, “em uma das aulas abriu o debate e eu próprio lhe disse que ele estava falando mais alto e com mais vigor por ser professor”, como uma forma de protesto, o que levou à reação do professor: “então você venha aqui para a minha mesa, mas não fique sentado, fique em pé em cima da mesa”. Nestor Duarte levava o exercício da liberdade do contraditório jurídico ao limite máximo<sup>65</sup>.

A Faculdade de Direito ensinou a Milton o que era o padrão intelectual universitário e também lhe deu o preparo para o exercício do mando. Mas até o 2º ano do curso continuava residindo no Instituto Baiano de Ensino, onde ainda ministrava aulas de geografia. Naquela ocasião a União dos Estudantes da Bahia teve sua sede invadida por alunos de extrema-direita visando impedir passeata estudantil e assim Milton e outros líderes conheceram Simões Filho, diretor de *A Tarde*, que depois se tornou seu mestre de jornalismo, de política e de vida<sup>66</sup>. Durante o curso de Direito os alunos eram bombardeados pelas idéias neo-liberais de desprezo pelo serviço público, mas Milton logo

---

Andrade e Chico de Oliveira em Pernambuco. As crises podem cegar, assim como podem abrir os olhos dos seres humanos da mesma camada social.

<sup>64</sup> Nestor Duarte (Introdução à Ciência do Direito), Aloísio de Carvalho Filho (Direito Penal), Orlando Gomes (Direito Civil), Luiz Viana Filho (Direito Internacional), Aliomar Baleeiro (Finanças), entre outros. Vários deles fizeram carreira brilhante na UDN, que em geral agrupava os neo-liberais, tendo participado da última geração de políticos intelectuais que o Brasil produziu. Aliás, Luiz Viana Filho, estudioso entre outros temas da escravidão na Bahia, foi o último governador intelectual do seu Estado já sob os militares. M. Santos: depoimento a Geosul, op. cit.

<sup>65</sup> Nestor Duarte (1902-1970) foi um intelectual democrata combativo, que fez carreira precoce e paralela de professor e político. Publicou importante e esquecida obra sobre a formação social brasileira (A ordem privada e a organização política nacional), onde discutiu questões referentes às especificidades do nosso feudalismo. Elegeu-se deputado federal após a ditadura Vargas, apresentando em 1947 um projeto de reforma agrária no Congresso Nacional, temática que transformou em livro (1952). Foi líder da oposição ao governo JK e líder do governo Jânio Quadros. Após 1964 foi um dos fundadores do MDB, integrando seu diretório nacional. M. Santos: depoimento a Geosul op. cit. e A. L. Souza, op. cit.

<sup>66</sup> Depoimento de Milton Santos à Geosul, op. cit.

percebeu que seus professores nomeavam parentes e reservavam futuras vagas na própria faculdade, num jogo de nepotismo real em choque com as “idéias” expostas. Dado seu espírito independente e considerando o mercado de trabalho bastante aberto, recusou-se a aceitar, depois de formado, convite do governador Octávio Mangabeira, para trabalhar no funcionalismo público e resolveu prestar concurso para a cadeira de geografia do Colégio Municipal de Ilhéus, para onde foi em 1949, acrescido da representação do jornal A Tarde na zona do Cacau, por decisão de E. Simões Filho.

Naquele momento a formação de Milton Santos estava quase completa. Na verdade faltava se formar geógrafo e conhecer mais intimamente os meandros da política. A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) foi fundamental na primeira tarefa e o convívio com E. Simões Filho foi indispensável na segunda.

## 5

E. Simões Filho foi um dos mais brilhantes senhores feudais da política e do jornalismo da Bahia. Com longa experiência de derrotas e de vitórias, refinou a sabedoria e a fidalguia no trato com ricos e pobres. Conhecendo o poder da imprensa, procurava usá-la, dentro de certos limites, em benefício do interesse público da Bahia, exercendo um certo tipo de populismo à moda antiga<sup>67</sup>. Escolhia seus redatores principais com a rigorosa preocupação de qualidade intelectual e de caráter, outorgando-lhes grande dose de liberdade de opinião. Estimulava e criava um clima de camaradagem, colaboração, fidelidade, coragem e combatividade, que o aproximava, assim como seus auxiliares, da figura de Dom Quixote<sup>68</sup>.

Milton ficou em Ilhéus de 1949 a 1952, exercendo o magistério, pesquisando a geografia da zona do cacau e remetendo regularmente colaborações ao jornal A Tarde, o

---

<sup>67</sup> É provável que Guerreiro Ramos tenha, pioneiramente, se inspirado em alguns políticos nordestinos (E. Simões Filho, João Pessoa e outros) e nacionais (G. Vargas) para usar a expressão populismo na análise política brasileira. Os pesquisadores da USP e UFRJ vieram depois, como nos estudos sobre os negros brasileiros.

<sup>68</sup> E. Simões Filho (1886-1957) fundou em 1913 A Tarde, até hoje importante jornal da Bahia. Foi intelectual e político, tendo sido ministro da Educação do segundo governo Getúlio Vargas. Tinha temperamento vivo, tão a gosto da cultura nordestina, como ficou patente na resposta à provocações dos adversários que gritavam “Morra Simões Filho”, no aceso da luta, e que tiveram que escutar prontamente “Morra Simões Filho, mas viva a Bahia”. A. L. Souza op. cit. Note-se que M. Auxiliadora da Silva op. cit. considera que Milton usou a experiência de A Tarde para criar o clima de funcionamento do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, da Universidade Federal da Bahia, imbuído como Simões Filho do espírito missionário, romântico e iluminista de promoção da cultura e do bem público. Note-se, por outro lado, que depois do golpe militar, ACM continuou a recrutar quadros intelectuais do PCB, mas num ambiente de decadência e degenerescência do feudalismo estadual.

que o tornou poderoso na região. Nos cursos de férias para professores no IBGE tomou conhecimento da AGB, que passou a frequentar desde 1950, em Belo Horizonte, onde teve sua comunicação rejeitada, como ocorreu no ano seguinte. Acostumado a enfrentar dificuldades, voltou às pesquisas e assim seu trabalho foi aprovado na terceira tentativa. Além da edição baiana, Zona do Cacau foi incluída na coleção Brasileira em 1955, sob o apadrinhamento de Aroldo de Azevedo, chefe da geografia paulista. Foi sua primeira grande vitória como geógrafo.

O Encontro da União Geográfica Internacional no Rio de Janeiro em 1956<sup>69</sup> permitiu o contato com Jean Tricart, o que levou a um relacionamento direto entre a Bahia e a Universidade de Estrasburgo, na França. Seu doutoramento em 1958 sobre O centro da cidade de Salvador, colocou M. Santos na ponta dos estudos de geografia urbana no Brasil, inspirando-se nas idéias de forma, função, estrutura e processo do espaço interno das cidades<sup>70</sup>.

Tendo retornado a Salvador em 1953, intensificou sua colaboração jornalística como um dos editorialistas de *A Tarde*, além de ingressar na Universidade Católica. Com seu avanço nas pesquisas geográficas e com a força política do jornal, assumiu funções importantes na administração pública, como diretor da Imprensa Oficial (governo Juraci Magalhães) e chefe da Secretaria de Planejamento (governo Lomanto Júnior). Durante o governo Jânio Quadros foi seu sub-chefe do gabinete civil e seu representante na Bahia, forçando o Banco da Bahia e os demais a devolver aos plantadores de cacau o excesso de divisas obtidas com a variação cambial, assim como a concessionária estrangeira de eletricidade a devolver aos usuários o excesso cobrado nas contas. O quixotismo que acompanhou Milton a vida toda se manifestou aí de maneira excepcional.

Amado e odiado, teve que impetrar mandado de segurança para fazer o concurso de livre-docência em geografia na Universidade Federal da Bahia, mesmo depois de ter sido presenteado pelo reitor Edgar Santos com o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais. Alegando que havia tido trabalhos rejeitados, que prejudicava o poder do eixo Rio-S.Paulo na entidade e de que era negro, alguns geógrafos aos quais começava a fazer sombra tentaram sem sucesso impedir em 1962 sua eleição para a presidência da

---

<sup>69</sup> Milton Santos assistiu, como muitos outros geógrafos brasileiros, ao curso de “Altos Estudos Geográficos”, ministrado por P. Deffontaines, P. Monbeig, A. Cailleux, K. Troll, P. Birot e O. Ribeiro.

<sup>70</sup> J. Tricart: *L’Habitat urbain*, CDU, Paris, mudou os rumos da geografia urbana, levando a ênfase ao estudo da estrutura interna das cidades. No IBGE recebeu atenção especial de Lysia Bernardes, mas permaneceu desconhecido tanto na USP quanto na UFRJ.

Associação dos Geógrafos Brasileiros<sup>71</sup>. Mas o seu “segundo exílio” veio rápido e colocou a Milton a tarefa gigantesca de tentar renovar a teoria da geografia, tornando-o à escala mundial o nome mais importante da Geografia Humana na segunda metade do século XX.

6

Milton foi responsável pela produção de dois dos livros mais importantes sobre a teoria da geografia: *Por uma geografia nova* (1978) e *A natureza do espaço* (1996). É difícil dizer qual deles terá maior efeito sobre a produção das pesquisas na ciência geográfica. Tivemos oportunidade de apontar a importância excepcional do núcleo do pensamento de Milton em *Por uma geografia nova*, destacando a descoberta do paradigma de formação sócio-espacial como básica para a Geografia Humana<sup>72</sup>.

A idéia de formação sócio-espacial foi amadurecendo lentamente no pensamento de M. Santos, inicialmente a partir das idéias de J. Tricart de análise do espaço geográfico, que Milton teve oportunidade de aplicar pela primeira vez no seu estudo sobre O centro da cidade de Salvador. Mais adiante suas leituras de Lênin (*Quem são os amigos do povo*) levaram à explicitação da teoria da formação social, seguidas do acesso às análises concretas sobre a Rússia (Lênin) e Guiné-Bissau (Amilcar Cabral), além das leituras de debates do conceito (Althusser, Sereni, Luporini). Igualmente importantes foram as comparações entre os distintos ritmos de penetração do capitalismo na Venezuela e na Tanzânia<sup>73</sup>.

*A Natureza do espaço* não é uma simples continuação de *Por uma geografia nova*, não só por incorporar a idéia de revolução científica e tecnológica da sociologia soviética (P. Fedoseyev, R. Richta), também adotada no Brasil por Theotônio dos Santos, como também por afastar os conceitos de forças produtivas e relações de produção. É como se Milton tivesse preferido a idéia de território à idéia de formação social, visando resolver a falta de estudos teóricos sobre o espaço. Mas cabe-nos perguntar se elas não são idéias que se completam.

---

<sup>71</sup> Após seu retorno ao Brasil, Milton foi visto pelos geógrafos da “jovem guarda” como eclético e indigno de assumir novamente a presidência da AGB. Após sua consagração internacional aqueles mesmos geógrafos, não tão jovens hoje, tornaram-se seus fanáticos papagaios de pirata. Estes geógrafos fazem hoje um grande esforço, apoiados nas pós-graduações, na CAPES, CNPq, etc de constituição de um novo mandarinato, sob pressão da burocratização e da escassez de recursos, cada vez mais loteados entre si.

<sup>72</sup> A. Mamigonian: *A geografia e a “formação social como teoria e como método”*, in M. Adélia de Souza (org.) *O Mundo do Cidadão. Um Cidadão do Mundo*, Hucitec, 1996.

<sup>73</sup> M. Santos: *Território e sociedade*, Fund. Perseu Abramo.

É no debate sobre globalização que se percebe a radical diferença entre uma geografia combativa produzida na periferia e outra colonizada produzida no centro do sistema e para servir aos seus interesses. Em Milton há um combate radical ao imperialismo, sendo a globalização a sua etapa suprema, tão diferente da visão açucarada de D. Harvey (Condição pós-moderna), que nega a existência das relações centro-periferia. Milton teve a coragem de apontar a China e a Índia como países inseridos de forma ativa e não passiva na chamada globalização e afirmou que “não é verdade que a China esteja se tornando capitalista, podendo se utilizar do capital sem ser capitalista”<sup>74</sup>.

É possível concluir que hoje no Mundo é nas regiões atrasadas e nos países atrasados que é viável a sobrevivência dos intelectuais, com raízes nacionais e populares como M. Santos, pois a tendência ao pensamento único e a perda do espírito crítico levam ao fim da intelectualidade sob o capitalismo avançado<sup>75</sup>.

---

<sup>74</sup> M. Santos: Por uma outra globalização, Ed. Record e Informe FFLCH - 1999 - 2001.

<sup>75</sup> R. Jacoby: Os últimos intelectuais, Trajetória-EdUSP, M. Vieira de Mello: O homem curioso, Paz e Terra e S. Santiago: “Apesar de dependente, universal”, in Vale quanto pesa, Paz e Terra.

## A ESCOLA FRANCESA DE GEOGRAFIA E O PAPEL DE A. CHOLLEY

### *Introdução*

1. A necessidade do estudo das bases teóricas da geografia e do pensamento dos mais importantes geógrafos se manifestou fortemente nos anos 50 e 60 do século XX, um século após a consolidação da geografia, fundada na Alemanha por A. von Humboldt (1769-1859) e K. Ritter (1779-1859) e meio século após a consolidação da geografia francesa, fundada por P. Vidal de la Blache (1845-1918), historicamente a segunda grande escola geográfica do Mundo, aliás concorrentes entre si na primeira metade do século XX na batalha pela hegemonia das idéias em nossa disciplina.

Nos anos 50 e 60 foram publicados dois grandes balanços sobre o percurso da geografia, organizados por Griffith Taylor e A. Cholley<sup>76</sup> e desde então não cessaram os estudos sobre objetos, métodos, paradigmas, etc da geografia e o pensamento dos geógrafos considerados importantes em nossa história. Pretendemos chamar a atenção sobre André Cholley (1885-1968), cuja vida intelectual coincidiu com a ascensão e hegemonia da geografia francesa à escala mundial na primeira metade do século XX e cujo auge intelectual e dirigente se deu entre os anos 1945-55, quando além de professor de geografia física, foi diretor do Instituto de Geografia e Doyen da Faculdade de Letras de Paris (Sorbonne), na época em que conviveu naquela instituição com Max Sorre e nela introduziu J. Dresch e P. George.

Curiosamente não existem estudos e referências suficientes sobre A. Cholley, no sentido de decifrar sua importância na geografia francesa, onde começou a se destacar pelas mãos de Emm. De Martonne, orientador de sua magistral tese sobre Les Préalpes de Savoie (1925), depois portanto da série de geógrafos formados no início do século por P. Vidal de La Blache, que defenderam suas teses anos antes, como R. Blanchard, Max Sorre, A. Demangeon, o próprio De Martonne e outros, tendo sido uma tese eminentemente regional, na tradição lablachiana<sup>77</sup>. Diferentemente da maioria dos referidos geógrafos, A. Cholley deixou uma obra relativamente escassa de livros, mas de modo semelhante a Max. Sorre foi dos poucos que explicitou uma visão pessoal da geografia como ciência<sup>78</sup>, fato raro entre os geógrafos franceses, mas comum entre os alemães.

---

<sup>76</sup> Griffith Taylor (1880-1963) organizou *Geography in the Twentieth Century*, 1951, Londres (Methuen), enquanto André Cholley organizou através de *l'Information géographique* o volume *La Géographie française au milieu du XXe siècle*, 1957, Paris (J. B. Baillièrre et fils). Em 1939 R. Hartshorne havia publicado o seu importante *The Nature of Geography*, reeditado em 1966.

<sup>77</sup> Emm. De Martonne (1902): *La Valachie. Essai de monographie géographique*, A. Colin; A. Demangeon (1905): *La Picardie*, A. Colin; R. Blanchard (1906): *La Flandre*, A. Colin; C. Vallaux (1907): *La Basse-Bretagne, étude de géographie humaine*, Ed. Cornély; M. Sorre (1913): *Les Pyrénées méditerranéennes, étude de géographie biologique*, A. Colin.

<sup>78</sup> M. Sorre: *Les Fondements de la géographie humaine*, A. Colin, 4 vol., 1942-1953. A. Cholley: *La Géographie, guide de l'étudiant*, PUF, 1951 (primeira edição de 1942).

2. Como se sabe, a geografia moderna nasceu na Prússia, antes da unificação alemã, na primeira metade do século XIX (A. von Humboldt e K. Ritter), como filha da filosofia clássica alemã (I. Kant e F. Hegel), da mesma forma como ocorreu, pelo menos parcialmente, com o marxismo (K. Marx e F. Engels). Ela acabou se firmando como uma necessidade intelectual francesa no final do século XIX, sendo que a guerra franco-prussiana (1870-71) deu um grande impulso nesta direção. Assim, começaremos por perguntar o que era a França no período 1871-1914, quando de conhecimento praticamente ausente, a geografia se transformou em ciência muito avançada, revalorizando com a geografia alemã, a partir da qual ela emergiu.

### *A França no século XIX, em especial de 1871 a 1914*

3. Após Waterloo e o fim da Revolução francesa, o século XIX acabou sendo, do ponto de vista econômico e político, o século da “Pax Britannica”, com a G. Bretanha mantendo tranquilamente sua hegemonia européia e mundial, mas paralelamente a qual os EUA e a Alemanha ascenderam econômica e politicamente nas últimas décadas (1870-1900). É curioso que a França, seguramente a segunda potência européia e mundial à altura de 1800, mesmo tendo passado por uma enorme revolução político-social, tivesse perdido velocidade, não só frente a G. Bretanha, como diante das duas novas potências emergentes.

Se formos resumir a perda de velocidade francesa, poderíamos defini-la por um conjunto de características econômico-sociais e políticas<sup>79</sup>, incluindo: 1) lento crescimento econômico, em particular da indústria, e a persistência de uma economia agrícola camponesa muito significativa, 2) baixo dinamismo populacional, com queda da natalidade, altas taxas de mortalidade e acentuado envelhecimento, 3) agitações político-sociais e mesmo guerras civis frequentes (1830, 1848-50, 1871), comparativamente à estabilidade inglesa, além das guerras externas (Criméia 1854-56, México 1861-63, Prússia 1870-71, a maior e mais importante de todas), paralelamente aos 4) fortes fluxos de aplicações financeiras no exterior (Suez, Panamá, Europa oriental, etc), além das expansões coloniais no último quartel do século (Congo Brazzaville, Tunísia, Indochina, Madagascar, etc).

A economia francesa transformou-se vagarosamente, ao longo do século XIX, por um “deslocamento progressivo do centro de gravidade da agricultura para a indústria e por

---

<sup>79</sup> M. Niveau: História dos fatos econômicos contemporâneos, cap. II (Industrialização e crescimento da economia francesa), Difel, 1969. M. Flamant: Histoire économique et sociale contemporaine, chap. II (L'économie française de 1871 a 1914), Ed. Montchrestein, 1976.

uma lenta evolução dos métodos de organização industrial. A transformação realizada durante um século foi, em vários sentidos, menos completa que a ocorrida na Alemanha nos quarenta anos que se seguiram a 1871”<sup>80</sup>. Para entendermos este crescimento econômico lento da França no período mencionado é preciso nos reportamos às mudanças políticas e econômico-sociais decorrentes da Revolução francesa.

4. A Revolução acabou criando nos inícios do século XIX uma nação distinta das demais nações européias, pela implantação de uma extensa reforma agrária, que criou uma importante classe de pequenos proprietários camponeses e pelo reforçamento do Estado central, herança do Estado colbertiano, capaz de impulsionar a economia e a sociedade, racionalizadas pelo Código napoleônico. Como parte do papel do Estado o ensino superior foi reestruturado e modernizado com a criação, entre outras, da Escola Politécnica (1794), Escola de Minas (1794), Conservatório de Artes e Ofícios (1798), Escola Normal Superior (1798), assim como da Escola Central de Artes e Manufaturas, fundada mais tarde (1828-29) por um grupo de engenheiros e industriais<sup>81</sup>.

Mas por que este enorme salto modernizador do Estado francês não acelerou fortemente o desenvolvimento econômico? É que o outro lado da Revolução, o lado camponês, teve um papel fundamental no futuro da França. Com a Revolução iniciada, os camponeses sublevados no verão de 1789 ocuparam por sua própria conta as terras senhoriais, se libertando dos deveres e serviços feudais, sem precisarem pagar compensações (abolição da servidão), garantindo a posse da terra e criando uma enorme classe social de pequenos proprietários rurais, tão típica da sociedade francesa do século XIX. Em 1791 foram abolidas as corporações de ofício, que paralisavam as iniciativas individuais no que se refere às manufaturas e indústrias privadas. Paralelamente foi revogado o direito de barreira alfandegária entre províncias e assim, homens, mercadorias e capitais puderam se deslocar livremente: o território francês se tornou um mercado único, protegido por uma tarifa externa elevada. Como se vê, a Revolução baixou medidas modernizadoras, que garantiram o crescimento econômico, mas não asseguraram uma “decolagem acelerada” (o take-off de W. W. Rostow), já que a enorme dimensão da

---

<sup>80</sup> J. H. Clapham: *The Economic Development of France and Germany*, 1961, p. 53

<sup>81</sup> R.E. Cameron: *France and the Economic Development of Europe 1800-1914*, lembrou que a Escola Politécnica serviu de inspiração às Escolas de engenharia de Praga (1806), Viena (1815), Estocolmo (1825), várias alemãs (1820-30), Liège (1835), Zurich (1848) e mesmo à Escola militar de West Point. O MIT americano (1861) se baseou na Escola Central de Artes e Manufaturas. Aliás, a França foi provavelmente o primeiro país a implantar uma Escola de engenharia (École des Ponts et Chaussées, 1747) e daí a importância da adoção do sistema métrico (1790) e a ênfase proposta ao ensino da matemática (Condorcet, 1792). Assinale-se também que foi na Escola Normal Superior que se gestou a geografia francesa, com P. Vidal de La Blache.

economia camponesa freava e controlava o ritmo do crescimento capitalista<sup>82</sup>, pois 1) os camponeses mantinham uma economia natural policultora fortemente auto-suficiente, que por isto mesmo dava sustentação a uma rede de centenas de pequenas e médias cidades no interior da França, mas que por isto mesmo constituía um mercado diminuto para o grande capital e 2) saíam lentamente do complexo rural, onde estavam inseridos, para o assalariamento ao máximo evitado, combinando formas de resistência como a condição de micro-proprietário camponês com a de arrendatário (metayer) ou de operário-camponês, etc provocando uma lenta oferta de força de trabalho para o capital<sup>83</sup>.

5. A presença desta enorme classe camponesa, diversificada em camponeses ricos, médios e pobres, constituiu uma marca registrada da sociedade capitalista francesa em todo o século XIX e toda a primeira metade do século XX. Os camponeses foram o fiel da balança nos embates entre a burguesia e o proletariado na França e em geral optaram por uma postura conservadora e pró-burguesa<sup>84</sup>, mas também foram responsáveis, tomando em conta as circunstâncias, pela lentidão do crescimento econômico, como já se sublinhou, e pela desaceleração populacional, pois a queda da natalidade fez parte da estratégia camponesa de acumulação econômica e de sobrevivência autônoma, como fuga ao assalariamento. As taxas de crescimento anual do produto nacional, que refletiam a estrutura acima apontada, estiveram entre as mais baixas dos países industrializados da Europa (Itália 1,4% e França 1,6%), enquanto Alemanha (2,9%) e Suécia (3%) registravam taxas bem maiores e da América do Norte, onde as taxas eram mais altas ainda (EUA 4,3% e Canadá 3,8%), considerando o longo período de 1970 e 1913.

A evolução demográfica francesa registrou ao longo do século XIX uma queda do coeficiente de natalidade mais rápida do que na G. Bretanha e na Alemanha: 31,7‰ em 1800-10 para 20,5‰ em 1900-10, ao passo que o coeficiente de mortalidade diminuiu menos depressa do que nesses mesmos países: 26,3‰ em 1800-10 para 19‰ em 1900-10, conduzindo a uma menor presença populacional comparativamente às demais potências<sup>85</sup>:

<b>População (milhões)</b>	<b>1800</b>	<b>1850</b>	<b>1900</b>	<b>1930</b>
França	27,3	35,8	39,0	41,8

<sup>82</sup> K. Marx discutiu a relação entre pequena propriedade camponesa e os freios à aceleração capitalista em Teoria moderna da colonização, cap. XXV do primeiro tomo de O Capital, Ed. Civ. Bras., enfatizando sobretudo a situação dos EUA antes da Guerra de Secessão.

<sup>83</sup> T. Kemp: A Revolução Industrial na Europa do século XIX, cap. III Desenvolvimento econômico francês: um paradoxo? Ed. 70, 1987.

<sup>84</sup> K. Marx: As lutas de classes na França de 1848 a 1850 e a introdução de F. Engels à edição de 1895, in K. Marx e F. Engels: Textos vol. III Alfa-Ômega.

<sup>85</sup> M. Niveau: obra e capítulo citados, sendo os dados populacionais de W. S. Woytinsky.

Grã Bretanha	15,0	22,6	38,7	46,0
Alemanha	24,6	35,9	56,4	64,3
Rússia (URSS)	37,0	60,2	111,0	156,0
Estados Unidos	5,3	23,2	76,0	122,9

6. O período que vai de 1870 a 1913 foi muito importante na história européia, mais ainda para a Alemanha e a França, considerando os ritmos distintos de crescimento econômico, a França com 1,6% ao ano e a Alemanha com 2,9%, quase o dobro. Em 1871 a França saiu derrotada da guerra franco-prussiana e assistiu em Versalhes a proclamação do Império alemão, e ambas continuaram a se defrontar militarmente na primeira guerra mundial (1914-18) e na segunda (1939-45). Se 1871 foi mais uma vitória político-militar dos alemães, em plena expansão, a derrota francesa significou um grande choque na idéia de “grandeza” da França, provocando grandes reviravoltas materiais, políticas e mentais.

Em 1870-71 foram registrados 140 mil mortos franceses, tanto por ferimentos como por doenças (varíola), enquanto as baixas alemãs foram muito menores (60 mil), sem registros de mortes por varíola, pois suas tropas haviam sido vacinadas. O Tratado de Francfort retirou da França 14.000Km<sup>2</sup>, habitados por 1,5 milhão de habitantes, provocando grande migração de alsacianos e lorenos, que abandonaram suas regiões e se dirigiam à França, além da cobrança de indenizações financeiras, levando o Estado francês a emitir papéis da dívida pública. Durante os conflitos caiu a monarquia de Napoleão III, proclamando-se a III República francesa (1870), assim como a insurreição popular de Paris (1871) acabou afogada em sangue, provocando um refluxo prolongado das lutas sociais na França, compensado por crescimento do movimento operário na Alemanha: em 1871 os social-democratas registraram 102 mil votos, saltando para 493 mil em 1877 e alcançando 1427 mil em 1890<sup>86</sup>. Se os franceses viveram um refluxo das lutas sociais, a derrota de 1870-71 despertou sentimentos nacionais intensos, inclusive entre os intelectuais, e uma autocrítica cultural e ideológica, que desembocou na valorização dos estudos geográficos, até então incipientes na França, comparativamente à Alemanha.

7.A Europa também viveu de 1873 a 1896 mais uma prolongada fase depressiva do ciclo longo industrial, com prejuízos maiores na França. A crise foi agravada pela política comercial livre-cambista (1860-1892), inaugurada pelo tratado de comércio franco-inglês, com pequenas mudanças protecionistas em 1881, e substituída por tarifas nitidamente protecionistas em 1892, com o governo Jules Méline. Durante o período de livre-comércio

<sup>86</sup> F. Engels: introdução acima citada, pp. 101-02.

as importações agrícolas da América (cereais, etc) deprimiram a economia camponesa francesa, acelerando o êxodo rural, e como ela representava grande parte do consumo do país, afetou a demanda de produtos industriais nacionais<sup>87</sup>, mais uma vez se registrando a importância camponesa na economia e na política francesas.

Em decorrência da derrota de 1870-71 e da crise econômica prolongada do final do século, acabaram se concretizando as pressões no sentido de conquistas coloniais e investimentos financeiros no exterior, o que igualmente reforçou a presença na vida francesa das antigas sociedades de geografia e estimulou o desenvolvimento dos estudos geográficos modernos, como praticados na Alemanha.

#### *A gênese e o desenvolvimento inicial da geografia francesa (1871-1930)*

8. É interessante observar que a gênese da geografia alemã, a primeira verdadeiramente moderna, tenha se dado num momento em que os alemães vivam subdivididos em numerosos pequenos Estados, sobrevivência da estrutura política fragmentada medieval, com vida econômica social precária e arcaica. Entretanto, em contraste, a vida intelectual alemã revelava grande fertilidade, sobretudo na filosofia e na literatura<sup>88</sup>.

O primeiro pensador que refletiu ao mesmo tempo sobre filosofia e geografia foi I. Kant (1724-1804), responsável pelo ensino de geografia física, entre outros cursos, na Universidade de Königsberg de 1756 a 1796, mesmo antes que existisse uma cadeira de geografia nas Universidades alemãs, a primeira delas na Universidade de Berlim, criada em 1820 para ser ocupada por K. Ritter<sup>89</sup>.

9. O processo de desenvolvimento desigual dentro da Europa de 1870 a 1913 colocou lado a lado a G. Bretanha, em processo de perda de vitalidade, junto com a França, a Itália, etc, em crescimento econômico muito lento e de outro lado alguns países com forte dinamismo econômico, como a Alemanha, Dinamarca, Suécia, etc. Já assinalamos que o desenvolvimento alemão e sua unificação política tiveram muito a ver com a riqueza do pensamento de Kant e Hegel e também com as idéias geográficas dele decorrente<sup>90</sup>. É

---

<sup>87</sup> M. Flamant, ob. cit. cap. II e P. Bairoch: Commerce extérieur et développement économique de l'Europe au XIXe siècle, cap. XI, Mouton, 1976.

<sup>88</sup> Os nomes mais destacados entre os filósofos foram Kant, Fichte, Schelling e Hegel e na literatura Goethe e Schiller, sobretudo. Sobre a gênese da geografia alemã ver Raquel M. F. do Amaral Pereira: Da Geografia que se ensina à Gênese da geografia moderna, 3ª edição revisada, Ed. UFSC, 1999.

<sup>89</sup> A.L. Sanguin: Redécouvrir la pensée géographique de Kant, Ann. Géog., n° 576, 1994.

<sup>90</sup> A. Mamigonian: A geografia e "a formação social como teoria e como método", in M. Adélia A. Souza (org.): O Mundo do cidadão, um cidadão do mundo, Hucitec, 1996.

curioso que a França no período 1870-1913, com crescimento econômico e populacional muito lento, em pleno processo de retração tanto econômica como política frente à Alemanha, tenha desenvolvido sua ciência geográfica de maneira muito dinâmica, copiando inicialmente a geografia alemã, alcançando originalidade reconhecida mundialmente nas primeiras décadas do século XX e não se rivalizado, como ultrapassado a geografia alemã, que dava sinais de degenerescência na década de 30.

Parece certo que o acontecimento mais importante no despertar da França para os estudos geográficos modernos tenha sido a guerra franco-prussiana, que marcou profundamente toda a sociedade francesa e exigiu uma reelaboração das idéias de identidade nacional. Para a França foi um choque muito grande a derrota e a morte de um número muito maior de franceses do que de alemães, em grande parte por doenças, apesar dos nomes consagrados de C. Bernard e L. Pasteur nas pesquisas biológicas, sem falar na perda de territórios, com grande migração de alsacianos e lorenos para o território francês, das indenizações financeiras a pagar, etc.

10. Deve-se notar, paralelamente, que após o retorno de A. von Humboldt das pesquisas na América espanhola (1799-1804), sua estada em Paris durou nada menos de vinte anos, organizando os dados colhidos, para publicá-los. “O incomparável vigor e o brilho da vida intelectual em Paris, àquela época, constituiu grande estímulo: Gay-Lussac, Laplace, Lamarck, Cuvier, Arago, Jussieu e muitos outros cientistas foram seus amigos e colaboradores. Richtofen atribuiu grande parte da eminência intelectual de Humboldt à influência da cultura francesa sobre a base da sua formação germânica”<sup>91</sup>. Em 1871 a “grandeza da França estava abalada.

Em resposta ao historiador alemão Monnsen que invocava, em favor da anexação da Alsácia-Lorena pelo Império Alemão, o “princípio de nacionalidade” (definido pela raça e a língua), o historiador Fustel de Coulanges escreveu: “o que distingue as nações, não é a raça, nem a língua. Os homens sentem no seu coração que são um mesmo povo quando têm uma comunidade de idéias, de interesses, de afeições, de lembranças e de esperanças. Eis o que faz a pátria. Eis porque os homens querem marchar juntos, juntos trabalhar, juntos combater, viver e morrer uns pelos outros. A pátria é o que se ama. Pode ser que a Alsácia seja alemã pela raça e pela língua; mas pela nacionalidade e o sentimento da pátria, ela é francesa. E sabeis o que a tornou francesa? Não foi Luis XIV, foi nossa Revolução de

---

<sup>91</sup> G. Tatham, in G. Taylor, ob. cit. cap. II.

1789. Desde aquele momento a Alsácia seguiu o nosso destino, ela viveu nossa vida. Ela não teve nada de comum convosco. A pátria, para ela é a França. O estrangeiro para ela é a Alemanha”<sup>92</sup>.

O choque de 1871 despertou os intelectuais franceses a repensar a identidade nacional, assim como o choque de 1892 (guerra hispano-americana) teve o mesmo efeito na Espanha. A chamada geração de 92 (Ortega y Gasset, Unamuno e outros) repensou a Espanha sobretudo a partir da história, da mesma forma que o pensamento histórico sobre a nacionalidade francesa teve, anos antes, vozes brilhantes com E. Renan (1823-1892) e F. de Coulanges (1830-1889) entre outros e mesmo mais recentemente com F. Braudel<sup>93</sup>. Mas o efeito intelectual mais forte do choque de 1871 na França foi o nascimento da geografia moderna na universidade, com a criação de uma cadeira específica em Nancy (1872), em plena proximidade da Alemanha, onde havia sido criada em 1871 a segunda cadeira universitária de geografia, depois daquela de Berlim, para K. Ritter em 1820, agora em Leipzig, ocupada por O. Peschel<sup>94</sup>.

11. Naquele momento o salto nos estudos geográficos e no interesse pela geografia adquiriram três caminhos: 1) E. Reclus, discípulo de Ritter, que já havia editado em 1867-68 “La Terre, description des phénomènes de la vie du Globe” em dois volumes, trabalhou arduamente no exílio, após sua expulsão em 1871, publicando a partir de 1875 a “Nouvelle Géographie Universelle”, que completou 19 volumes em 1893, 2) atividades e publicações orientadas pelas sociedades geográficas (a mais antiga, a de Paris, até hoje existente, foi fundada em 1821), que foram se multiplicando por todas as grandes cidades francesas, como Marselha, Bordeaux, Toulouse, Lion, etc, com maior presença do que em qualquer outro país, e que além dos estudos locais estimularam o conhecimento e as conquistas coloniais de 1875 em diante, para compensar as perdas da guerra franco-prussiana, 3) o nascimento da geografia universitária moderna, iniciada com a criação da referida cadeira em Nancy, ocupada de 1873 a 1877 por P. Vidal de La Blache, e seguida até as duas primeiras décadas do século XX pela implantação de novas cadeiras em Lille, Bordeaux, Lion, Rennes, Arge, etc, algumas de geografia colonial (por exemplo em Paris, em 1892),

---

<sup>92</sup> M. Flamant, ob. cit. p. 217.

<sup>93</sup> A identidade da França, em 3 volumes, o último dos quais de 1986, das Ed. Arthaud. No meio volume (Espaço e história), Braudel deu grande ênfase às bases geográficas, na linha da École des Annales.

<sup>94</sup> A. L. Sanguin, ob. cit. p. 139.

assim como também iam se multiplicando as cadeiras de geografia nas universidades alemãs<sup>95</sup>.

A geografia de E. Reclus teve ampla repercussão no mundo cultural francês e também no exterior, mas pouco influenciou as pesquisas geográficas francesas, dado seu caráter libertário, enquanto a produção das Sociedades geográficas teve maior penetração, sobretudo como instrumento político-econômico, por causa de seu caráter informativo (relatos de viagens, etc) e conservador. A geografia de La Blache, a geografia universitária, apesar de posterior às outras duas, foi a que expandiu com maior força, porque analisava a realidade de maneira vigorosa e atendia melhor às necessidades da burguesia francesa, como veremos adiante.

12. P. Vidal de La Blache foi um grande intelectual das classes dominantes, nascido de uma família ligada ao aparelho de Estado francês. Seu avô participou dos combates contra os espanhóis na Catalunha (1795), nos eventos militares da Revolução Francesa. Seu pai, após vários concursos infrutíferos, ingressou no magistério secundário e fez carreira ascendente no ensino público. Ele próprio se dedicou muito precocemente ao ensino universitário e seu irmão à carreira militar, com participação na guerra franco-prussiana, na Alsácia-Lorena, aprisionado e depois fugindo para o Luxemburgo, alcançando mais tarde o grau de general, ambos falecidos nos fins da primeira guerra mundial, após a morte em combate do seu próprio filho, também militar. Através de laços familiares La Blache tinha relações no alto escalão do Ministério da “Instruction publique”<sup>96</sup>.

La Blache após cursar a École normale superieur e se classificar em primeiro lugar na agregação de história e geografia (1866), foi lecionar em Atenas (1867-69), aproveitando para viajar pela Grécia, Turquia, Síria, Palestina e Egito. Tendo sustentado doutorado na Sorbonne em 1872, decidiu tornar-se geógrafo, partindo de sua formação básica de historiador e aceitar a cadeira de geografia, recém criada na Universidade de Nancy (1873-77). Deu seqüência ao caminho escolhido, lecionando na École normale (1877-98) e depois na Sorbonne a partir de 1899. Diante do grande atraso da França nesta área de conhecimento e com apoio administrativo-governamental, tomou inúmeras iniciativas, mais tarde complementadas por L. Gallois (1857-1941) e Emm. de Martonne

---

<sup>95</sup> R. J. Harrison Church, in G. Taylor, ob. citada.

<sup>96</sup> R.J. Harrison Clurch, in G. Taylor, ob. citada.

(1873-1955), visando se apropriar e aprofundar as idéias e experiências acumuladas em outros países, sobretudo na Alemanha<sup>97</sup>.

13. Qual a diferença entre a responsabilidade intelectual de Ritter na origem da geografia alemã e a de La Blache na origem da geografia francesa? A tarefa intelectual de Ritter ao assumir suas responsabilidades na Universidade de Berlim embasou-se, naturalmente, na sua formação: 1) treinamento na escola secundária pelos princípios de Rousseau e Pertalozzi, no ?????? pela natureza, nas observações extras durante os passeios didáticos e no estudo das relações espaciais entre as coisas, partindo da própria escola, passando pela aldeia ou cidade, pela região até gradativamente alcançar a abrangência mundial, assim como Humboldt na mocidade havia se interessado no desenho de mapas, em diferentes escalas, 2) na universidade estudou matemática, filosofia, história e ciências naturais, 3) nas influências das idéias filosóficas e geográficas de Kant, que já se manifestavam no ensino secundário e universitário alemão, mas sobretudo nas leituras para preparação dos seus livros, 4) na redação de “Europa, um retrato geográfico, histórico e estatístico”, cujo primeiro volume saiu em 1804 e o segundo em 1807, na divulgação em 1806 de seis mapas da Europa, seguidos de vários trabalhos de metodologia e na publicação de “Erdkunde” (1º volume em 1817, 2º em 1818 e continuando nos anos seguintes). Assim, quando assumiu a Universidade de Berlim (1820), já era um geógrafo preparado e consagrado, num ambiente de enorme efervescência, paralelamente ao atraso econômico, político e social. Seu encontro em 1827 com Humboldt e a convivência até 1859, quando ambos faleceram, contribuíram para grandes intercâmbios intelectuais e estímulos mútuos<sup>98</sup>.

14. Assumindo em Nancy (1872), sua primeira função de ensino exclusivamente geográfico, La Blache teve a capacidade de perceber a necessidade de se dirigir imediatamente à Alemanha, encontrando-se com Peschel em Leipzig e em Berlim com Richthofen, que havia voltado da sua famosa viagem científica à China. Nos anos seguintes passou a viajar bastante, como fez seguidamente à Argélia e à Tunísia, mas também à Espanha, G. Bretanha, Escandinávia e retornando à Alemanha, Áustria e sobretudo Itália. As visitas e estágios em centros mais avançados foram insistentemente indicados aos seus orientandos, como Max-Sorre, que assistiu aulas de F. Ratzel na Alemanha e H. Baulig, que seguiu o curso de geomorfologia de W. M. Davis nos EUA,

---

<sup>97</sup> A. L. Sanguin: Vidal de La Blache, un génie de la géographie, Ed. Belin, 1993.

<sup>98</sup> G. Tathan, in G. Taylor, ob. cit.

entre outros. Na verdade, La Blache teve que desenvolver uma política em várias frentes de luta, para poder dinamizar a nascente geografia universitária francesa. A primeira foi apontada acima: usufruir ele próprio e seus discípulos o que havia de mais avançado no exterior e na França. Citamos exemplos no exterior e valeria lembrar exemplos na França: estimulou os contatos de Max Sorre e Emm. de Martonne com os biólogos A. Chevalier e L. Cuénot, que ajudaram o avanço da biogeografia e da geografia médica, assim como os contatos com Emm. de Margerie, da mineralogia, fazendo avançar a geomorfologia de De Martonne e outros<sup>99</sup>.

Antes da ida de La Blache a Sorbonne (1899) haviam sido defendidas poucas teses de geografia e uma delas foi a de L. Gallois, educado como La Blache na tradição histórica e que apresentou um estudo sobre “Les Géographes allemandes de la Renaissance” (1890). A presença de La Blache na Sorbonne resultou em inúmeras e importantes teses, tendo sido as primeiras as de J. Brunhes e de Emm. de Martonne, ambas de 1902<sup>100</sup>, seguidas da nomeação dos novos doutores para as universidades da província, como Rennes (De Martonne), Grenoble (R. Blanchard), etc, exceção de J. Brunhes, que não fez carreira universitária.

15. A divulgação de seus trabalhos, bem como a de seus discípulos foi encenada como tarefa muito importante. Seus dois primeiros livros, “Marco Polo, seu tempo e suas viagens” (1880) e “La Terre, géographie physique et économique” (1883) foram trabalhos relativamente pobres, diferentemente do terceiro publicado por ocasião do 4º Congresso da UGI, reunido em Paris, “États et nations de l’Europe autour de la France” (1889), do quinto, como tomo I da “Histoire de France” de E. Lavisse, sob o título “Tableau de la géographie de la France” (1903), do sexto “La France de l’Est (Lorraine-Alsace)” de 1917 e do sétimo, em co-autoria com L. Gallois, “Le bassin de la Sarre”, estudos de geografia regional, todos com forte conteúdo político, como discutiremos mais abaixo<sup>101</sup>.

16. Além das publicações de trabalhos científicos próprios, livros e artigos, foram editados seus materiais didáticos, aos quais La Blache deu grande ênfase, como as cartas murais escolares (1885) e o “Atlas Générale Vidal de La Blache (Histoire et Géographie)”, de 1894, que teve várias edições, muitas aceitações e foi de uso corrente entre as camadas

---

<sup>99</sup> N. Broc: Vidal de La Blache en Amérique du Nord, Ann. Géo. n° 561-562, 1991.

<sup>100</sup> H. Church, in G. Taylor, ob. cit., Cronologia anexa e nota (2) deste texto.

<sup>101</sup> L. A. Sanguin, 1993, ob. cit.

cultas da população de vários países, inclusive o Brasil<sup>102</sup>. O grande instrumento de divulgação e debate nesta primeira etapa de implantação da geografia universitária francesa foram os *Annales de Géographie*, publicação periódica a partir de 1891 pela Armand Colin (direção de La Blache e M. Dubois), a principal editora de geografia desde fins do século XIX até meados do século XX, responsável, aliás, pela monumental “*Géographie Universelle*”, organizada por La Blache e L. Gallois, mas editada após a morte do primeiro, de 1927 a 1948, com alguns volumes clássicos, como os referentes a G. Bretanha, de A. Demangeon (1872-1940) e a América do Norte, de H. Baulig (1877-1962), entre outros.

Novamente La Blache percebeu claramente as necessidades e as oportunidades que se foram apresentando. No caso da revista (*Annales de Géographie*, que se edita até hoje), baseou-se no modelo das revistas universitárias alemãs e disputou a batalha das idéias com a *Révue de Géographie*, de L. Drapeyron, fundada em 1877, mas que acabou desaparecendo em 1905. Tratou de imprimir um caráter mais científico aos *Annales*, evitando publicar relatos de viagens e debateu suas idéias de geografia, que iam amadurecendo, com a radicalização das determinações geográficas de F. Ratzel e as propostas de morfologia social de E. Durkheim, que em contrapartida minimizavam as raízes geográficas<sup>103</sup>. O projeto da enorme coleção da *Géographie Universelle* se apoiou na força dos seus discípulos, que ocupavam cadeiras universitárias (De martonne, Max. Sorre, A. Demangeon, H. Baulig, entre outros), responsáveis pela tarefa de preparar os volumes correspondentes, e também se apoiou no modelo alemão (*Erdkunde*, de K. Ritter, por exemplo) e no sucesso de *Nouvelle Géographie Universelle* (1875-1895) de E. Réclus.

17. Outra frente de luta na expansão da geografia francesa surgiu da participação de La Blache e de Emm. De Martone no encontro da UGI em Washington, no ano de 1904. A principal originalidade do Congresso Internacional foi seu caráter itinerante, iniciando-se em Washington, com seqüências em Filadélfia, Nova York, Búfalo, Chicago e Saint-Louis, com sessões de trabalho, visitas, recepções oficiais e curtas excursões. Após o encerramento na última cidade, começou uma grande excursão transcontinental, que permitiu a 80 congressistas (o encontro havia reunido 677 inscritos), entre eles La Blache e De Martone, percorrer durante três semanas o Oeste dos Estados Unidos e o México,

---

<sup>102</sup> I. Rangel, entrevista à Geosul, nº 5, 1988.

<sup>103</sup> L. Febvre: *A Terra e a evolução humana* (introdução geográfica à história), cuja edição original é de 1922. P.V. La Blache: *La géographie politique d'après les écrits de M.F. Ratzel*, Ann. Gé., 1898.

totalizando 4.300 km, com inúmeros guias americanos, entre eles W.M. Davis. Esta grande experiência foi copiada e adaptada nos anos seguintes por Emm. De Martone, genro e herdeiro de La Blache, na realização da primeira Excursão anual geográfica interuniversitária, com duração de uma semana, em uma determinada região francesa, com a participação de professores e alunos de várias universidades, visando a pesquisa, acompanhada da discussão dos resultados. Tornaram-se famosas as polêmicas entre De Martone e R. Blanchard durante estas excursões anuais sobre questões geomorfológicas, entre outras, o que estimulou bastante o avanço e o amadurecimento da geografia francesa<sup>104</sup>.

Na luta de P. Vidal de La Blache pela gênese da geografia universitária na França, tudo o que foi mencionado anteriormente de nada adiantaria, sem o esforço pela “invenção” de teorias e temas que dessem sustentação intelectual ao empreendimento, como nos seus debates com F. Ratzel e E. Durkheim; isto é, era preciso inventar a “geografia francesa”. Sua tarefa gigantesca foi facilitada pelo terreno virgem no campo universitário, diferentemente do que acontecia com a história, o que permitiu aproveitar o que havia de mais avançado: as idéias alemãs, mas que não podiam ser simplesmente copiadas.

A mais importante idéia esposada por La Blache foi a de “possibilismo”, frente ao “determinismo” de F. Ratzel, assumindo uma postura equilibrada no estudo da relação homem-natureza, não aceitando um possibilismo radical, que valorizava a ação humana, independentemente da natureza e nem a ênfase ratzeliana nos fatores naturais<sup>105</sup>. Na verdade F. Ratzel desviou-se da tradição aberta por Kant e adotada por Ritter e mais tarde por A. Hettner, no início do século XX. Enquanto Ritter escreveu sobre as relações recíprocas entre o homem e a natureza, “Ratzel tendia a ver o homem como produto do meio, moldado pelas forças físicas que o rodeavam e subsistindo apenas na medida em que se ajustava corretamente às suas condições”<sup>106</sup>. Assim, no combate ao determinismo de Ratzel, P. Vidal de La Blache assumiu uma posição neo-kantiana, criticando a transposição grosseira das idéias de Darwin e dos darwinistas sociais, como H. Spencer, à geografia humana. Em F. Ratzel já aparece o biologismo que mais tarde se transformou em racismo e

---

<sup>104</sup> N. Broc: Vidal de La Blache en Amérique du Nord, Ann. Géo., 1991.

<sup>105</sup> L. Febvre: A Terra e a evolução humana (introdução geográfica à história). Ed. Cosmos, Lisboa, 1991.

<sup>106</sup> G. Tatham, in G. Taylor, ob. cit. cap. III.

também em agressividade geopolítica com K. Hansofer, um dos fundadores da revista *Zeitschrift für Geopolitik* (1924), inspiradora do nazismo<sup>107</sup>.

No fundo, tanto o possibilismo hablachiano quanto o determinismo ratzeliano foram visões empobrecedoras, na ênfase maior ou menor nas determinações naturais em detrimento das múltiplas determinações. Na verdade não se tratava da relação homem-natureza, mas de sociedade-natureza, pois desde a *Introdução à crítica da economia política* (1857), Marx já havia observado que “em todas as formas de sociedade há uma produção determinada que é superior a todas as outras” e “em todas as formas em que predomina a propriedade da terra, a relação com a natureza é predominante; naquelas formas em que reina o capital, é o elemento social produzido historicamente que prevalece”. De qualquer maneira seria necessário conhecer o sistema natural e a estrutura da sociedade; isto é, sua formação econômico-social, cujo eixo central são as relações de produção (de propriedade e de trabalho), pois as relações dos homens com a natureza são mediadas pelas relações dos homens uns com os outros. Para decifrar um país ou uma região seria preciso analisar as múltiplas determinações naturais, técnicas, de trabalho, de propriedade, culturais, políticas, etc que se combinam num todo concreto e localizado. Enquanto La Blache estava combatendo Ratzel, no interesse da visão francesa de Mundo, W. Lênin estava decifrando seu país, centrado na forma produtiva mais avançada, em *O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia* (1898) e mais tarde procurou decifrar as relações mundiais entre os países, igualmente pelas formas mais avançadas, com sua teoria do imperialismo (1916), como assinalou H. Lefebvre<sup>108</sup>.

Como já se disse muitas vezes, a escola francesa de geografia, sob liderança de La Blache, deu grande ênfase aos estudos regionais, que procuraram decifrar as relações entre os homens e as condições naturais, numa visão kantiana de mútuas influências, inspirando, aliás, os novos historiadores da época (L. Febvre publicou em 1912 uma *Histoire de La Franche-Comté*, por exemplo), que se apoiaram aos avanços da geografia e de outras ciências para renovar os estudos históricos, fundando em 1929 *Les Annales d'histoire*

---

<sup>107</sup> S. Van Valkenburg, in G. Taylor, ob cit. *Escola germânica de geografia*; V. Berdonlay, ob.cit. cap. VI, *A epistemologia vidaliana*; K. Hansofer: *De la géopolitique*, Ed. Fayard e K.A. Witfogel: *Geopolítica, materialismo geográfico e Marxismo*, 1929, Seleção de textos, AGB, n° 20.

<sup>108</sup> H. Lefebvre: *La pensée de Lénine*. Bordas, 1957 cap. *O Pensamento econômico de Lênin*, p. 206 a 253. Na geografia foi M. Santos que fez uso da categoria formação econômico-social: *Sociedade e espaço – a formação social como teoria e como método*, Bol. Paulista de Geografia, n° 54, 1977. O desenvolvimento desta categoria por Y. Lacoste levou-o a classificar o Japão como subdesenvolvido.

économique et sociale, em cujo comitê de redação figuravam dois geógrafos, A. Demangeon e A. Siegfried<sup>109</sup>.

Por tudo que sabemos, não causa surpresa que no momento atual, de retomada dos interesses pelos estudos geográficos regionais e locais, a obra de Vidal de La Blache reapareça, comparada às visões de Marx e de F. Jameson, um dos raros intelectuais marxistas americanos, como paradigma do mundo pré-industrial camponês, em comparação com o mundo industrial do século XIX (Marx) e com o mundo capitalista atual nos EUA (Jameson). Curiosamente a seqüência escolhida por N. Thrift (Vidal, Marx e Jameson) é cronológica quanto à evolução da tipologia regional, mas não é quanto aos autores, pois faltou dizer que Marx analisou o capitalismo industrial inglês antes que La Blache analisasse a França camponesa (sobretudo através de seus discípulos, de 1902 a 1918), o que levou Thrift a indicar como feudal o modelo de produção dominante examinado por Vidal<sup>110</sup>. Aqui aparece um equívoco visível, mas de fácil explicação.

F. Braudel insistiu recentemente em perguntar por quantos séculos a França teria vivido uma “economia camponesa” e ele mesmo respondeu “até os dias de hoje”, apoiando-se nos estudos e depoimentos de P. Dufournet sobre a Savóia: “muitos dos antigos caminhos, que remontam mesmo à protohistória, vão desaparecendo sob as matas de corte, as sebes e as culturas, por não poderem ser usados pelas máquinas motorizadas e por volta de 1960 eram ainda quase todos transitáveis, pelo menos a pé”<sup>111</sup>. No início do século XX, quando foram realizadas as pesquisas regionais dos discípulos de Vidal, a França era fortemente camponesa, mas relações feudais estavam enterradas desde a Revolução Francesa e desde então a economia capitalista passou a comandar o país e principalmente a economia camponesa<sup>112</sup>.

Como analisou V. Berdoulay a geografia vidaliana estava em harmonia com a política dominante da 3ª República, e se apoiava nela (Jules Ferry e outros dirigentes políticos), de nacionalismo e expansão colonial, de aliança burguesia-camponeses, visando isolar o movimento operário, de ensino obrigatório, laico e gratuito, dentro da tradição republicana<sup>113</sup>. Ao valorizarem o mundo camponês, nas teses regionais, os discípulos de Vidal estudavam a França “profunda”, diversificada nas relações homens-natureza locais

---

<sup>109</sup> G. Bourdê e H. Martin: Les écoles historiques, Ed. Seuil, 1983, cap. 7. A escola dos “Annales”.

<sup>110</sup> N. Thrift: Visando o âmago da região, sobretudo a tabela 7.1 (Três autoridades: Vidal, Marx e Jameson), in D. Gregory et alli (org.): Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social, Rio de Janeiro, J. Zahar, 1996.

<sup>111</sup> F. Braudel: A identidade da França (os homens e as coisas), Ed. Globo, vol. III, 1986, onde discute uma “economia camponesa” até o século XX, p. 9 a 165.

<sup>112</sup> A longas etapas de subordinação e adaptação da economia camponesa ao comando do capitalismo francês, estão bem discutidas por A. Lipietz: O capital e seu espaço, Ed. Hucitéc.

<sup>113</sup> V. Berdoulay (1995), p. 230.

(pays) e ajudavam a cimentar a aliança política entre a grande burguesia francesa e a classe camponesa, mas cometiam o pecado do anacronismo intelectual, pois o enfoque no chamados gêneros-de-vida, apoiado na etnografia, tratava de sociedades tribais e de sociedades camponesas isoladas, quando a França do século XIX já era uma sociedade onde o capitalismo constituía o modo-de-produção principal e a pequena produção mercantil era um modo de produção subordinado. Assim, enquanto K. Marx na sua análise dos camponeses tinha os olhos voltados para o futuro, Vidal tinha os olhos voltados para o passado. Analisando a economia camponesa. K. Marx assinalava que “a agricultura torna-se cada vez mais um simples ramo da indústria, dominado pelo capital” e a análise de Vidal e seus discípulos insistia numa visão anacrônica, de permanência das relações natureza-sociedade e de minimização das relações sociais. O enfoque nos gêneros-de-vida, na escola francesa, teve uma longa e pesada duração e só foi abandonado após a segunda guerra mundial, graças às mudanças na realidade e ao combate empreendido pelos geógrafos então marxistas, como P. George<sup>114</sup>.

18. O lado menos conhecido atualmente da produção intelectual dos primeiros tempos da escola francesa de geografia é o da geografia política, devido a aversão à geopolítica alemã, sobretudo após a segunda guerra mundial, mas também às colocações equivocadas de Y. Lacoste nos primeiros números da revista *Hérodote* e outras publicações<sup>115</sup>. É interessante assinalar que antes mesmo da publicação da *Politische Geographie* (1897) de E. Ratzel, o primeiro grande trabalho de fôlego de P. Vidal de La Blache tenha sido *États et nations de l'Europe autour de la France* (1889). Foi uma escolha deliberada no sentido de entender os países limítrofes da França<sup>116</sup>, “para estudar as relações entre o solo e os habitantes”, explicativas freqüentemente das “variedades e mesmo das contradições que se observa na fisionomia dos povos”, como assinalamos no prefácio. O livro trata bastante de questões políticas e já no capítulo preliminar faz referência à questão da língua e nacionalidade no conjunto da Europa. Nos capítulos específicos faz seguidamente observações de geografia política: 1) o caráter político da nacionalidade suíça, 2) a

---

<sup>114</sup> P. Vidal de La Blache: *Lês genres de vie dans la géographie humaine*, Ann. Géo., 1911. P. George: *Introduction à l'étude géographique de la population du monde*, Paris, PUF, 1956. La Blache sentiu necessidade de uma categoria de análise mais adequada do que gêneros-de-vida e que desse conta dos fatores humanos de grandes dimensões territoriais, tendo elegido “civilização”, depois de sua viagem aos EUA (1904), capaz de distinguir grandes tipos de sociedades. Mais tarde lablachianos como P. Gourou fizeram grande uso desta categoria.

<sup>115</sup> Y. Lacoste: *La géographie, ça sert d'abord à faire la guerre*, Maspeo, Paris, 1976.

<sup>116</sup> Os países limítrofes à França estudados especificamente foram a Suíça, o Império alemão, o Reino da Bélgica, o Reino da Holanda, o Reino Unido da G.Bretanha e da Irlanda, o Reino da Espanha, o Reino de Portugal e o Reino da Itália.

significação militar e política da área de Meno, na região alemã, 3) a formação do reino da Saxônia, 4) origens coloniais da área prussiana, as anexações prussianas de 1866 e as relações da Prússia com Império alemão, 5) a nacionalidade holandesa, 6) a marinha mercante e a influência política britânica, 7) a nacionalidade escocesa, 8) a nacionalidade irlandesa, 9) ligações da Inglaterra com a Europa e com suas colônias, 10) as províncias do noroeste como berço da nacionalidade espanhola, 11) a Espanha e a África, 12) o caráter catalão, 13) a unidade italiana.

Toda a obra de La Blache está imbuída de uma visão política a serviço do nacionalismo francês: 1) crítica às colocações de Ratzel quanto à geografia política, 2) inclui a Alsácia-Lorena, então sob o domínio alemão, na França de leste no seu *Tableau de la géographie de la France* (1903), 3) *La France de l'Est (Lorraine-Alsace)*, concluída em dezembro de 1916 e publicada em 1917, contribuiu para o retorno destas províncias ao domínio francês, já que o presidente W. Wilson, dos EUA, era contra a devolução<sup>117</sup>. O que se disse de Vidal vale para seus discípulos. C.Vallaux publicou em 1911 *Géographie sociale: l'ê sol et l'Etat* e juntamente com J. Brunhes, *L'ê Géographie de l'histoire. Géographie de la paix et de la guerre sur terre et sur mer* (1912). A. Siegfried publicou em 1913 o clássico *Tableau politique de la France de l'ouest sous la 3<sup>a</sup> République*. Mais tarde, na década de 30, quando K. Hanshofer estava no auge do prestígio, J. Ancel defendeu a tradição da geografia política francesa de J. Brunhes e Vidal de La Blache na própria *Zeitschrift für Geopolitik* (1939), além de expor suas idéias sobre a Alemanha no *Manuel Géographique de politique européenne*, tome 2 (*l'Allemagne*), Ed. Delagrave. Deve-se registrar que J. Ancel, francês de origem judaica, foi morto durante a ocupação nazista da França e K. Hanshofer se suicidou em 1946.

19. De tudo o que foi exposto é possível dizer que se o crescimento econômico da França continuou lento de 1871 a 1914 comparativamente à Alemanha, a geografia francesa realizou neste período um salto excepcional, projetando-se mundialmente como concorrente à hegemonia germânica. Em 1898 no mundo todo a geografia estava sendo ensinada por 121 professores em 92 instituições de ensino superior: 32 e 22 respectivamente na Alemanha, 22 e 16 na França, 16 e 11 na Rússia, 14 e 10 na Áustria, etc. No conjunto da UGI de 1904 em Washington a França participou com a segunda

---

<sup>117</sup> P. Vidal de La Blache: "La géographie politique d'après les écrits de M.F. Ratzel", *Ann. Géo.*, 1898; *La France de l'Est (Lorraine-Alsace)* alcançou a 4<sup>a</sup> edição em 1920, pela Lib. A. Colin.

delegação estrangeira (43 membros), após a Alemanha (65 membros). Em 1920 a geografia era lecionada em todas as universidades, salvo Caen<sup>118</sup>.

Enquanto a geografia alemã foi prejudicada pelo fanatismo nazista, deve-se assinalar que a geografia francesa, por razões que não estão suficientemente discutidas, viveu na década de 30 um significativo avanço teórico e empírico, que se prolongou nos anos 40 e 50, mas começou a perder vitalidade nos anos 60 e 70.

#### *A inserção de A. Cholley na Geografia francesa*

20. Como se sabe o tempo de constituição da geografia moderna na França completou um século nos dias atuais e nos caberia tentar algumas comparações, que ajudem a explicar o percurso e as características atuais. Atualmente no lugar de uma grande liderança do pensamento geográfico francês, podemos distinguir três lideranças, sem a grandeza de P. Vidal de La Blache das últimas décadas do século XIX e primeiros do século XX e nem de Emm. De Martone, que comandou a geografia francesa até a 2ª guerra mundial. Os líderes atuais dirigem revistas, que não recebem o reconhecimento que garantiram a força dos *Annales de Géographie: L'Espace géographique* (R. Brunet) editada desde 1972, *Hérodote* (Y. Lacoste) editada desde 1976 e *Géographie et Cultures* (P. Claval) editada desde 1992. R. Brunet e Y. Lacoste foram membros do PCF e discípulos de P. George, sendo que os três fizeram um percurso de moderação política, numa marcha em direção ao centro do espectro político. P. Claval sempre esteve em posições politicamente centristas, o que dá a curiosa situação de três lideranças de centro, que se degladiam frequentemente por 1) questões de técnicas de trabalho, como as críticas de Y. Lacoste ao quantitativismo, sobretudo de R. Brunet e 2) temáticas distintas (geopolítica, cultura, etc.).

21. Para chegar a esta situação distante do dinamismo e da grandeza dos primeiros tempos, foi preciso passar por uma crise política e epistemológica que começou a altura de 1960, mas foi precipitada pelos acontecimentos de 1968, que abalaram toda a universidade francesa. Entretanto nos anos 30 foram gestadas idéias que fizeram avançar a geografia francesa, provavelmente sob o estímulo da concorrência da geopolítica alemã, da radicalização da sociedade, aliás nítida entre os intelectuais, que se definiam frequentemente entre extrema-esquerda e extrema-direita, assim como na Alemanha sob a

---

<sup>118</sup> G. Tathan, in G. Taylor (1951), N. Broc (1991), p. 636. A Cholley: Tendances et irganization de la géographie en France, in A. Cholley (1957), p. 24, totalizando 16 universidades, incluindo a de Argel.

República de Weimar havia ocorrido o mesmo, anos antes. O avanço teórico e empírico da geografia francesa dos anos 30 não foi percebido por P. Claval e nem anteriormente por A. Meynier<sup>119</sup>.

22. O primeiro a apontar o avanço teórico dos anos 30 foi A. Cholley<sup>120</sup>, que teve o papel de captar a mudança epistemológica provavelmente por ter sido herdeiro de uma lenta evolução da geografia em direção ao referido salto. O corpo de cientistas da nova ciência foi montado, como já se disse, por P. Vidal de La Blache, que era essencialmente geógrafo humano e pouco entendia de geografia física, daí ter feito o esforço de incorporação de geólogos, botânicos, etc a um trabalho conjunto com os geógrafos (Emm. De Margerie, p.ex.). A liderança da geografia francesa passou a ser exercida, sem descontinuidade, após 1920 por Emm. De Martone, que acabou se tornando basicamente um geomorfólogo, bastante ligado às idéias de W.M. Davis. Assim sendo, a chamada geografia regional francesa carecia de um instrumental teórico que realmente conseguisse acoplar criativamente os fatos naturais com os fatos humanos, o que na verdade não se tinha conseguido fazer nas primeiras teses. Não por que a geografia alemã, com suas raízes kantianas, não tivesse indicado os caminhos teóricos, mas provavelmente por que praticá-los não era tarefa muito fácil, exigindo um domínio aguçado de campos tão díspares como clima, relevo, ocupação humana, cidades, etc. Nunca seria suficiente montar uma colagem de fatos, um a um e sabe-los desmontá-los para efeito de análise e em seguida combina-los num quebra cabeça explicativo. Em resumo seria necessário dominar e acoplar os dois enfoques da geografia inaugurada por Kant, o enfoque sistemático (teórico) e o enfoque regional (empírico), dizendo de maneira simplificada.

Sob a orientação de Emm. De Martone. A. Cholley realizou um enorme esforço empírico e teórico, ao escrever sua tese *Lês Préalpes de Savoie (Genevois, Bauges) et leur avant-pays: étude de géographie régionale*<sup>121</sup> na época em que trabalhava em Lyon, como “maitre de conférences”, antes de seguir em 1927 a Paris.

Sua tese foi, no dizer de De Martone, a primeira tese original sobre uma região montanhosa da França, já que a de Max. Sorre sobre os Pirineus foi basicamente um estudo

---

<sup>119</sup> A. Meunier: *Histoire de la pensée géographique en France (1872-1969)*, PUF, 1969 e P. Claval: *Histoire de la Géographie française de 1870 à nos jours*, Nathan, 1998.

<sup>120</sup> A. Cholley: *Tendances et organizations de la Géographie en France*.

<sup>121</sup> A referida tese é de 1925 (A. Colin) e o primeiro texto de fôlego o iniciante A. Cholley foi também um estudo regional sobre sua região, localizada na parte meridional da Lorena: *La Vôge*, Ann. Géol., 1915, pp. 219-235.

de biogeografia<sup>122</sup>. Assim como Humboldt foi favorecido nas suas observações geográficas ao tratar das regiões montanhosas (Andes, p.ex.), pela tendência ao aparecimento de vários pequenos sistemas naturais bem delimitados, igualmente A. Cholley se viu defrontado pela imbricação complexa, mais ao mesmo tempo “didática” de fatos de origens diversas, manifestadas em tipos de tempo, hidrologia complexa (lagos, pântanos, fluxos glaciais, etc.), a presença milenar de ocupação camponesa, com diferentes tipos de aproveitamento das condições naturais (planícies, encostas, montanhas, etc.) e uma industrialização de base rural e de pequenas cidades (Annecy, p.ex.).

Após uma introdução, tratou da Morfologia dos Préalpes da Savoia (p. 83 a 166), do clima e da hidrologia (p. 167 a 287), de um capítulo intermediário entre o natural e o humano (O homem e as condições naturais, p. 288 a 384), seguido dos Gêneros de Vida (p. 385 a 705) o mais volumoso da tese, seguido da conclusão (706 a 715). É curioso que A. Cholley tenha sido o primeiro geógrafo francês a incorporar as idéias de J. Bjerkner e H. Solberg, meteorologistas escandinavos, e assim a trabalhar não só com os chamados elementos do clima (temperatura e precipitações), mas também com as estações e tipos de tempos (p. 217 a 235), tendo superado De Martone neste campo e sido o responsável pela orientação de tese de P. Pedelaborde: *Lê Climat du bassin parisien (essai d'une méthode rationnelle de climatologie physique)*, Ed. Génin, 1957, que impulsiona a chamada climatologia dinâmica.

A tese de A. Cholley não só é majoritariamente de geografia humana, pelo número de páginas, mas pelo espírito, já que para ele o homem é o centro das preocupações da geografia que ele adota. Nela já aparecem dois componentes fundamentais do seu pensamento 1) o casamento de grande fertilidade entre geografia sistemática e geografia regional, na tradição de Kant, Ritter e Hettner, todos com ampla formação filosófica, como ele mesmo e 2) a idéia de que os fatos geográficos são combinações concretas, e como tais precisam ser estudados e decifrados.

---

<sup>122</sup> Emm. De Martone: *Lês Préalpes de Savoie*. Ann. Géo., 1927, p. 363-67.



Quanto às suas pesquisas de morfologia alpina teve que se defrontar entre as interpretações de Emm. De Martone e as de R. Blanchard, o que o levou a dar continuidade às pesquisas em outras regiões francesas (Bourgogne e região parisiense), tendo orientado grande número de teses sobre a bacia sedimentar parisiense (Tricart, Pinchemel, Journaux, etc.). Nestas pesquisas se deu conta da riqueza que os depósitos de encosta podiam representar na revelação das condições paleo-climáticas, e assim sua doutrina em matéria de geomorfologia ganhou corpo e se afinou: tectônica e erosão se livram a um duelo através das variações climáticas, permitindo definir a noção de “sistema de erosão” e o uso da técnica de análise dos sedimentos, em laboratórios apropriados. Este caminho, aberto por A. Cholley<sup>123</sup> corresponde ao salto em direção à geomorfologia climática, posteriormente apropriada indebitamente por vários autores (J. Tricart, p.ex.). C.A. Figueiredo Monteiro lembrou<sup>124</sup> que até a UGI de Lisboa (1948) a temática geomorfológica girava em torno das “superfícies de aplainamento nos dois lados do Atlântico” e em Washington (1952) a temática passou a versar sobre os “cascalheiros” das encostas, tão reveladores dos processos paleo-climáticos.

De tanto relacionar fator, A. Cholley passou a teoriza-los: os fatos geográficos, quaisquer que sejam, aldeia, economia agrária, subúrbio em expansão, forças erosivas, etc., resultam de uma combinação de influências variadas, físicas, biológicas, humanas, mentais, etc., cujas interações são tão complexas que, as vezes tocar num elemento da combinação consiste em modificar o todo, por uma série de reações em cadeia. A análise dos elementos de tais combinações, a observação de sua vitalidade, fornecem à geografia o seu método, o qual define nossa ciência em oposição às ciências setoriais (geologia, botânica, etc.). Trata-se, assim, de descobrir o dinamismo duma combinação, sua extensão espacial, seu crescimento em detrimento das combinações vizinhas, e depois sua própria degenerescência. Não só é a visão sistêmica antes dela se generalizar, como é a visão de múltiplas determinações de Marx<sup>125</sup>.

A. Cholley foi o sucessor de Emm. De Martone na liderança da geografia francesa e o auge do seu poder se exerceu de 1945 a 1956. Foi professor na Sorbone de 1927, levado pelas mãos de De Martone, até 1956, tendo sido seu Doyen de 1945 a 1953 e diretor do Instituto de Geografia de 1944 a 1956. Presidiu durante quase 20 anos o júri da nova

---

<sup>123</sup> A. Cholley publicou nos *Ann. Géol.* Três artigos sobre a morfologia da região parisiense (1943) e mais tarde o famoso *Morphologie structurale et morphologie climatique* (*Ann. Géol.*, 1950), traduzido em 1960 no *Boletim Geográfico CNG*.

<sup>124</sup> Informação oral.

<sup>125</sup> J. Grãs: André Cholley, in: Ph. Pinchemel et alli: *Deux siècles de géographie française*, CTHS, 1984.

agregação de geografia, assim como dirigiu por muito tempo a Associação dos Geógrafos Franceses e os *Annales de Géographie* no auge do seu prestígio<sup>126</sup>.

Além das suas contribuições anteriormente apontadas é interessante lembrar que o animava uma grande preocupação didática: 1) colaborou com A. Demangeon na coleção de livros de primeiro e segundo graus, organizando anos depois sua própria coleção, com nomes de peso, como J. Dresch, P. George, P. Birot e outros, podendo-se dizer que seus livros didáticos até hoje não foram superados na seriedade do conteúdo, 2) fundou em 1936 a *l'Information géographique*, revista destinada aos professores do magistério secundário, 3) publicou em co-autoria com Emm. De Martone as cartas do “Etat-Major” 1/80.000”, selecionadas e comentadas, destinadas ao treinamento dos alunos universitários.

Mas a face didática, de estimulador de novas vocações, não deve obscurecer sua face de teórico importante, como reconheceram R. Hartshorne, em 1966, e G. Bertrand recentemente<sup>127</sup>. Bertrand assinala a importância da idéia de combinação geográfica para a gênese da categoria geo-sistema, lamentando que os geomorfólogos franceses se isolem em sua especialidade. Hartshorne lembra que no *Guide de l'Étudiant*, Cholley assinala a distinção entre Geografia e as chamadas ciências sistêmicas, bem como as semelhanças entre Geografia e História, tão próximas às colocações de Kant. Lamentavelmente nos anos 60 e 70 começaram a se acentuar as “fragmentações” da Geografia, já apontadas por A. Meynier<sup>128</sup>, mas principalmente uma ênfase crescente à organização espacial (paisagem, etc.), como a “espacialidade” num processo de regressão teórica.

---

<sup>126</sup> J. Grãs: André Cholley (1886-1968), in P. George: *Les géographes français*, CTHS, 1975.

<sup>127</sup> R. Hartshorne: *Perspectivas on the nature of geography*. *Assoc. of Am. Geogr.*, 1966, com tradução do IPGH, Rio de Janeiro, 1969 e G. Bertrand: entrevista a GEOSUL, UFSC, 1998, n° 26, p. 144-160.

<sup>128</sup> A. Meynier.

ANEXO 1 - CRONOLOGIA: A FRANÇA, SUAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
E SUA GEOGRAFIA MODERNA

1860: O reino de Piemonte cede Savoia e Condado de Nice à França; Tratado de livre-comércio entre França e Inglaterra (1860-1892); Aparecimento das primeiras câmaras sindicais na França	
1862: Ascensão de Bismarck na Prússia (queda em 1890); Política de unificação da Alemanha (1862-1871); Acordo franco-inglês autorizando sociedades inglesas a funcionar livremente na França	
1863: Fundação do Crédit Lyonnais	
1864: Fundação da Primeira Internacional Operária (Londres)	
1866: Vitória da Prússia sobre a Áustria; Falência do Crédit Mobilier (irmãos Pereire); greve dos mineiros de carvão no norte da França	
1867: Exposição Universal em Paris	1867-68 - E. Reclus: La Terre, description des phénomènes de la vie du globe, 2. vol
1869: Inauguração do Canal de Suez; Primeiro cartel do ferro na Alemanha (folha de Flandres).	1867-69 - La Blache lecionou na École française d'Athènes e viajou pelo Oriente Próximo, tendo assistido a inauguração do canal de Suez
1870: Guerra franco-prussiana; Queda de Napoleão III e proclamação da III República; Criação da Union Générale; Greve na Creusot; Fundação do Deutsche Bank	
1871: Derrota da França na guerra franco-prussiana; Proclamação do Império alemão em Versalhes; Insurreição e derrota da Comuna de Paris	1871 - 1º Congresso da União Geográfica Internacional (UGI), em Antuérpia La Blache defendeu seu doutorado na Sorbonne
1872: Criação do Banco Paris et Pays-Bas; Lei de repressão à Associação Internacional dos Trabalhadores; criação do Desdner Bank	1872 - Criação da primeira cadeira de geografia na Universidade Francesa (Nancy), ocupada por La Blache de 1873 a 1877 E. Levasseur: L'Étude et l'Enseignement de la Géographie
1873: Fim da ocupação alemã na França, após pagamento das indenizações financeiras	
1875: Início do surto de phylloxéra nos vinhedos franceses (até 1888); Conquista do Congo-Brazzaville (1875-1882); Inglaterra	1875 - 2º Congresso da UGI, em Paris

adquire controle do Canal de Suez; Congresso dos partidos operários europeus em Gotha (Alemanha).	
1878: Aliança austro-alemã (Berlim)	1875-93 - E. Reclus: Nouvelle Geographie Universelle, 19 vol.
1879: Início plano Freycenet de grandes trabalhos públicos; Elevação das tarifas de importação na Alemanha; Criação do cartel alemão do potássio	1877 a 1905 - publicação da Révue de Géographie (L. Drapeyron) 1878 - La Blache foi nomeado Maitre de Conferences na �cole Normale Superieur (Paris)
1880: Lei sobre as estradas de ferro locais; cria�o das primeiras cooperativas de consumo	1880 - La Blache: Marco Polo, seu tempo e suas viagens, seu primeiro livro
1881: Protetorado francês sobre a Tunísia; Cria�o do Crédit de Paris e do Banque Nationale; Ensino primário laico e gratuito, obrigatório até os 13 anos (lei Jules Ferry)	1881 - 3� Congresso da UGI, em Veneza; La Blache foi nomeado subdiretor da �cole Normale Superieur
1882: Crise bancária, com várias falências (Union Générale, etc)	1882 - F. Ratzel - Anthropogeographie
1883: Estado substitui companhias privadas no setor ferroviário; Início da abertura do Canal do Panamá; Seguro-doença (Alemanha)	1883 - La Blache: La Terre, géographie physique et economique, seu segundo livro
1884: Cartel Internacional dos trilhos (G. Bretanha, Alemanha e Bélgica)	
1885: Lei cria mercado a Termo; Algumas medidas de prote�o � agricultura	1885 - La Blache: Cartas murais escolares
1887: Anexa�o da Indochina	
1888: Ascensão de Guilherme II (Alemanha); Michelin (França) e Dunlop (G. Bretanha) criam indústrias de pneumáticos	1888 - Emm. de Margerie e G. de la No�: Les formes du terrain
1889: Exposi�o internacional em Paris; Seguro invalidez e velhice (Alemanha)	1889 - 4� Congresso da UGI, em Paris; La Blache: �tats et Nations de l'Europe autour de La France, seu terceiro livro
1890: Comissões operárias nas minas de carvão; Queda de Bismarck	
1891: Aliança França-Rússia; Manifesta�es Sangrentas no 1� de Maio por jornada de 8 horas; Enc�lica Rerum-Novarum	1891 - Lançamento dos Annales de Géographie (La Blache e M. Dubois), que se tornou a principal revista geográfica francesa; 5� Congresso da UGI, em Berna
1892: Escândalo financeiro do Canal do Panamá; Protecionismo tarifário nítido (M�line); Interdi�o do trabalho noturno para mulheres e crianças no limite de 11 horas por dia	1891-1892 - L. Gallois: La Dombes
1893: Elei�es legislativas (50 deputados socialistas, inclusive J. Jaurés); Implanta�o de assistência médica gratuita	

1894 - 1906: Caso Dreyfus	1894 - A. Penck: Morphologie der Erdoberfläche, 2 vol.; Atlas Générale Vidal de La Blache (Histoire et Géographie)
	1895 - 6º Congresso da UGI, em Londres
1896: Programa socialista de S. Mandé; Fundação da CGT	
	1897: F. Ratzel: Politische Geographie
1898: Lei de indenização de acidentes do trabalho	
	1899: 7º Congresso da UGI, em Berlim La Blache nomeado professor na Sorbonne
1901: Liberdade de associação assegurada por lei; Cartel internacional do alumínio	
	1902: La Blache: La rivière Vincent Pinzon (quarto livro); J. Brunhes: L'Irrigation: ses conditions géographiques, ses modes et son organisation dans la peninsule Iberique e dans l'Afrique du Nord
	1903: La Blache: La France, tableau de geographie (quinto livro), in Lavis: Histoire de France
1904: "Entente cordiale" anglo-francesa; Cartel Internacional dos Trilhos; Lei interditando escolas religiosas; Início construção do Canal do Panamá pelos EUA	1904: 8º Congresso UGI, em Washigton, do qual participaram La Blache e De Martonne entre outros
1905: Separação Igreja-Estado; Tensão franco-alemã sobre o Marrocos; Fundação da SFIO (J. Guesde); Serviço militar obrigatório (2 anos); Assistência médica obrigatória	
1906: Repouso semanal obrigatório; Criação do Ministério do Trabalho; Catástrofe da mina de Courrières (1.000 mortos)	
1907: Tríplice Aliança (França, Rússia e Inglaterra); Conflitos no Midi vitícola	1907: De Martonne: Traité de géographie physique
	1908: L. Gallois: Régions naturelles et nom de pays; A. Vacher: Le Berry; J. Sion: Les Paysans de Normandie orientale (obs: apontamos na nota 2 outras teses defendidas naquela época)
1910: Lei das aposentadorias operárias e camponesas	1910: J. Brunhes: La géographie humaine
	1911: R. Blanchard: Grenoble-Étude de géographie urbaine
1912: Protetorado francês sobre o Marrocos	
	1913: A. Siegfried: Tableau politique de la France de l'Ouest sous la IIIe République
1914-18: Primeira guerra mundial; Abertura	1917: La Blache: La France de l'Est

do Canal do Panamá (1914); Assassinato de J. Jaurés (1914); 1916: batalha de Verdun (700 mil mortos)	(Lorraine et Alsace)
	1918: La Blache e L. Gallois: Le Bassin de la Sarre; morte de P. Vidal de La Blache
1920: Cisão em Tours: SFIO e PCF; Tentativa de greve geral; Seguro desemprego	1920: A. Demangeon: Le Déclin de l'Europe
1922: Acordo econômico germano-soviético	1922: La Blache: Princípios de Geografia humana (livro póstumo, editado por De Martonne); L. Febvre: A Terra e a evolução humana
1923: Ocupação do Ruhr por tropas francesas e belgas; Estabilização do marco alemão após hiperinflação; Fracasso do golpe de Hitler em Munich	1923: A. Demangeon: L'Empire britannique; S. Passarge: Die Landschaftsgürtel der Erde; Criação da Associação dos Geógrafos Franceses
1924: Vitória das esquerdas na França; Intervenção do Estado na Indústria do azoto; Constituição do cartel internacional do aço (1924-26)	1924: Instalação do Instituto de Pesquisa Social (Escola de Frankfurt), com a presença de K. A. Wittfogel autor das primeiras tentativas de Geografia marxista na Alemanha
1925: Guerra do Rif (Marrocos); Criação do Conselho Nacional de Economia	1925: A. Cholley: Les Préalpes de Sovoie et leur avant-pays (orientação De Martonne)
	1927: A. Hettner: Die Geographie. Inre Geschichte, ihr Wesen und ihre Methoden; Início da publicação da monumental Géographie Universelle (organizada por La Blache et L. Gallois), cujo último volume foi publicado em 1948
1928: Seguro social obrigatório: Programa de habitação HBM	
1929: Crise econômica mundial (1929-33); Acordo das empresas automobilísticas francesas visando diminuir o número de modelos	1929: Início da publicação dos Annales d'histoire économique et sociale (L. Febvre e M. Bloch), inspirados nos Annales de Géographie
1930: Complementação das leis de seguro social obrigatório	

**Anexo 2 - Bibliografia das publicações de André Cholley existentes na Biblioteca do Instituto de Geografia da Universidade Paris I (Sorbonne).**

- 1925 - Essai d'Histoire Topographique du Quartier de la Guillotière. In: Lyon, des Origines à nos Jours. La Formation de La Cité (Kleinchausz, A.). Paris.
- 1925 - Les Préalpes de Savoie (Genevois Bauger) et Leur Avant Pays. Etude de Géographie Regionale. Paris.
- 1926 - Questions de Morphologie Beajoulaise. In: Bulletin de l'Association de Géographes Français. Paris.
- 1926 - Le Site et la Position Géographique de Vienne. Vienne.
- 1927 - Culture et Commerce de Fruits dans la Banlieue de Lyon. In: Bulletin de l'Association de Géographes Français. Paris.
- 1928 - Photographies d'Avion de la Vallée du Rhône. In: Bulletin de l'Association de Géographes Français. Paris.
- 1928 - Communication sur l'Atlas Photographique du Rhône (em co-autoria com F. Selve). Paris.
- 1929 - Notes de Géographie Beaujolaise. In: Annales de Géographie. Paris.
- 1930 - Notes de Morphologie Karstique du Poljé de Lika au Popovo (em co-autoria com G. Chabot). In: Annales de Géographie. Paris.
- 1931 - Atlas photographique du Rhône (em co-autoria com F. Selve). Lyon.
- 1932 - Études Morphologiques sur le Jura Méridional et l'Ile Crémieu. Influence de la Tectonique de Tercyenne. Surfaces Tertiaires Polygéniques. Paris.
- 1933 - Recherches Morphologiques en Charolais. In: Annales de Geographie. Paris.
- 1935 - La France. Interprétation Geographique de la Carte d'Etat Major à 1 / 80.000. Exercices Pratiques Gradués sur les Divers Types de Régions (em co-atuoria com E. de Martonne). Paris.
- 1935 - Remarques sur la Morphologie de la Borgogne. In: Annales de Géographie. Paris.
- 1936 - France: Métropole et Colonies (em co-autoria com A. Demangeon e C. Rosequain). Paris.
- 1938 - Surfaces Menliérisées dan la Région Parisienne. Paris.
- 1939 - Le Plateaux de de la Haute-Saône. In: In: Bulletin de l'Association de Géographes Français. Paris.
- 1939 - Le Plateaux du Thimerais: Dépôts et Évolution Morphologique. In: Compter Rendu des Séances de l'Académie des Sciences. Paris.

- 1940 - Le Plateau du Thimeras (Etude Morphologique). In: Bulletin de l'Association de Géographes Français. Paris
- 1941 - Structure et Relief des Plateaux au Sud-Ouest de Paris. In: Bulletin de l'Association de Géographes Français. Paris.
- 1942 - Guide de l'Etudiant en Géographie. Paris.
- 1942 - Problemes du Bassin Parisien. In: L'Information Geographique. Paris.
- 1942 - Les Butter de la Région Parisienne (em co-autoria com J. Tricart), In: Compter Rendu des séances de l'Academie de Séances. Paris.
- 1944 - Préface. In: Pêcher et Pecheurs de la Bretagne Atlantique (C. R. Muller). Paris.
- 1945 - Géographie Phisyque. Conditions Tectoniques du Tracé de la Basse-Seine (em co-autoria com A. Firmin). Paris.
- 1946 - Problemes de Structure et d'Économie Rurale. In: Annales de Geographie. Paris.
- 1946 - Questions de Structure Agraire et d'Habitat Rural. In: Administration Moderne. Paris.
- 1946 - Préface. In: L'Huiller: Problèmes de la Paix (P. George e H. Grimal). Paris.
- 1946 - Préface. In: Evolution de L'Économie Rurale (H. Smotkine). Paris.
- 1947 - Préface. In: URSS, Haute-Asie, Iran (P. George). Paris.
- 1947 - Préface. Les Agrumes dans le Monde (P. Robert). Paris.
- 1948 - La France et l'Union Française (Classe de première). In: Nouveau Cours de Géographie. Manuel de Première (co-autoria com R. Clozier e J. Dresch). Paris.
- 1948 - Geographie et Sociologie. In: Cahiers Internacionaux de Sociologie. Paris.
- 1949 - Préface. In: Maisons Rurales Françaises (A. Chartier). Paris.
- 1949 - Agrégation de Géographie (Homme et Femmes). Paris.
- 1951 - La Géographie (Guide de l Etudiant). Paris.
- 1952 - Agrégation de Géographie. Paris.
- 1952 - Géographie Générale (Classe de Seconde). In: Nouveau Cours de Géographie, Ensigment du Second Degré (co-autoria com R. Clozier). Paris.
- 1952 - L'Agrégation de Géographie. In: Bulletin de la Société des Professeurs d'Histoire et de Géographie.
- 1953 - Quelques Aperçus Nouveaux sur la Morphologie du Bassin de Paris. In: Annales de Géographie. Paris.
- 1957 - Recherches Morphologiques Paris.

**Anexo 3 - Bibliografia das publicações de André Cholley  
na L'Information Géographique:**

1936 - Editorial.  
1936 - Groupes Regionaux..  
1937 - Un Village Lorrain: Frambois.  
1936 - Notre Excursion en Corse (15 - 21 deSeptembre 1936).  
1937 - Excursion en Valois.  
1937 - Quelques Reflexion Sur l'Enseignement de la Geographie.  
1937 - Quelques Reflexions sur l'Einsegnement de la Geographie.  
1937 - Les Massifs en France.  
1938 - Saint-Etienne et les Pays de la Loire.  
1938 - Le Plaines Francaises.  
1938 - Excursion du 14 novembre 1937.  
1938 - Les Plaines Françaises.  
1938 - L'Enseignement de la Geographie dans les Cours Complementaires.  
1938 - Les Cartes et l'Enseignement de la Geographie.  
1939 - Le Bassin Parisien.  
1939 - Le Rhone.  
1939 - Editorial.  
1939 - Editorial.  
1940 - Régions Naturelles et Régions Humaines.  
1940 - Le Milleux Humaines.  
1942 - .Problems du Bassin Parisien.  
1948 - Remarques sur Quelques Points de Vue Géographiques.

**Anexo 4 - Trabalhos de André Cholley citados no Estudo de Jacques Gras.**

## Travaux Morphologiques

### A) *Le Domaine de la Thèse:*

- Les Débouchés de la Vallée d'Annecy. Etude de Morphologie Fluvio-Glaciaire., dans Annales de Géographie, 1923.
- Evolution du Relief Karstique du Parmelan, dans Compte rendus... de L'Académie des Sciences, 1923.
- Les Préalpes de Savoie, Genevois, Bauges e leur Avant-Pays. Etude de Géographie Régionale. Paris, 1925.
- Compte rendu de L'Excursion des Géographes Français dans les Préalpes de Savoie.... 1926.

### B) *La Région Lyonnaise:*

- Questions de Morphologie Beaujolaise, dans le Bulletin de L'Association de Géographes Français, 1926.
- Notes de Géographie Beaujolaise, dans Annales de Géographie, 1926.
- Recherches sur les Surfaces d'Aplainissement Tertiaires dans le Jura Meridional, dans le Congrès Géographique International, Paris, 1931.
- Etudes Morphologiques sur le Jura Méridional et L'Ile Cremieu: Influences de la Tectonique Hercyenne, Surfaces Tertiaires Polygénics, dans Annales de Géographie, 1932.
- Recherches Morphologiques en Charolais, dans Bulletin de L'Association de Géographes Français, 1933.
- Compte Rendu de L'Excursion de L'Association de Géographes Français en Charolais, ibd.
- Carte des Surfaces d'Aplanissement du Charolais et du Mâconnais, dans le Congrès Géographique International, 1934.
- Remarques sur la Morphologie de la Bourgogne Méridionale, dans Annales de Géographie, 1935.
- Les Plateaux de la Haute-Saône, ibd, 1939.
- Questions de Morphologie Jurassienne, ibd, 1948.

### C) *La Région Parisienne et Le Bassin de Paris:*

- Surfaces Meulierisées de la Région Parisienne, dans Bulletin de L'Association des Géographes Français, 1938.

- Surfaces Meulierisées de la Région Parisienne, Extrait des rapports de la Commission pour la Cartographie des Surfaces d'Aplanissement, dans Congrès Géographique International, 1938.
- Le Plateau du Thimerais: Dépôts et Évolution Morphologique, dans Comptes Rendus... de L'Académie des Sciences, 1939.
- Le Plateau du Thimerais. Etude Morphologique, dans Bulletin de L'Associations de Géographes Français, 1940.
- Structure et Relief des Plateaux du Soud-Ouest de Paris, *ibid*, 1941.
- Problèmes du Bassin Parisien, dans L'Information Géographique, 1942.
- Les Buttes de la Région Parisienne (en collab. avec J. Tricart), dans Compte Redus ... de L'Academie des Sciences, 1942.
- Recherches sur les Surfaces d'Érosion et la Morphologie de la Région Parisienne, dans Annales de Géographie, 1943.
- Conditions Tectoniques du Tracé de la Basse Seine (en collab, avec H. Firmin), dans Comptes Redus... de l'Academie de Sciences, 1945.
- La Vallée et les Méandres de la Basse Seine, dans Bulletin de l'association de Géographes Français, 1945.
- Morphologie Estructurale et Morphologie Climatique, dans Annales de Géographie, 1950.
- Aperçus Nouveaux sur la Morphologie du Bassin de Paris, *ibid*, 1953.
- Observations Morphologiques sur la Vallée de la Basse Seine, dans Bulletin de l'Association de Géographes Français, n° 259 - 260.
- Remarques sur la Structure et la l'Évolution Morphologique du Bassin de Paris, *ibid*, 1960.

#### **TRAVAUX DE GÉOGRAPHIE HUMAINE ET RÉGIONALE.**

- Les Préalpes de Savoie... (cf. supra).
- Essai d'Histoire Topographique de la Guillotière et de la Périphérie Orientale de Lyon, dans Lyon, des Origines à nous jours: La Formation de la Cité, publ. Sous la dir. de A. Kleinclausz, 1925.
- La Cité et la Position Géographique de Vienne, conférence pronocée devant la Société des Amis de Vienne, 1926.
- Culture et Commerce des Fruits dans la Banlieue de Lyon, dans Bulletin de l'Association de Géographes Français, 1927.

- Présentation de une carte de la Répartition de l'Habitat Rurale, dans Congrès Géographique International, 1931.
- Problèmes de Structure Agraire et d'Économie Rurale, dans Annales de Geographie, 1946.
- Les Questions de Structure Agraire et d'Habitat Rural, dans L'Administration Moderne, 1946.
- Remarques sur Quelques Points de Vue Géographiques, dans L'Information Géographique, 1948.

### **DIVERS:**

Publications d'Intérêt Pédagogique ou Extérieures au Domaine Habituel des Recherches:

- La Vôge, dans Annales de Géographie, 1914.
- Notes de Morphologie Karstique (en collab. avec J. Chabot), dans Annales de Geographie, 1930.
- Atlas Photographique du Rhône (en collab. avec F. Selve), dans Bulletin de l'Association de Géographes Français, 1928.
- France: Métropole et Colonies (en collab. Avec A. Demangeon et C. Robequain), Paris, 1932- 1936.
- La France. Interprétation Géographique de La Carte d'État Major au 1/80.000. Exercices Gradués sur les Divers Types de Région (en collab. avec E. de Martonne), Paris, 1934-1935.
- Guide de L'Étudiant en Géographie, Paris 1942.
- La France et l'Union Française. Nouveau Cours de Géographie publ sous la dir. d'A. Cholley. Classe de Première, par A. Cholley, R. Clozier et J. Dresch, 1948; Classe de Seconde, par A. Cholley et J Dresch, 1952.

## ANEXO 5 - BIBLIOGRAFIA DAS PUBLICAÇÕES DE ANDRÉ CHOLLEY

### **nos Annales de Géographie:**

- 1915 - La Vôge.
- 1923 - Les Débouchés de la Vallé d'Annecy.
- 1925 - Les Régime et les Crues du Rhône.
- 1926 - L'Irrigation dans la Région du Sud-Est. la Voie Navegable Marseille-Alsace.
- 1929 - La Geographie Politique et Économique de la France d'Après J. Brunhes et P. Deffontaines.
- 1929 - Notes de Geographie Beajoulaise.
- 1930 - Notes de Morphologie Karstique: du Poljé de Lika au Popovo.
- 1930 - La Meteorologie du Relief Terrestre.
- 1931 - Le Trafic par Eau de la Région Parisienne.
- 1931 - Océanie. -Régions Polaires Australes.
- 1932 - Études Morphologiques sur le Jura Méridional et l'Ile Crémieu.
- 1932 - La Population de la France en 1931.
- 1933 - Recherches Morphologiques en Charolais.
- 1935 - Le Congrès Internacional de Géographie de Varsovie.
- 1935 - Remarques sur la Morphologie de la Bourgogne Méridionale.
- 1937 - La Région du Bas-Rhône.
- 1939 - Les Plateaux de la Haute-Saône.
- 1943 - Recherches sur les Surfaces d'Erosion et la Morphologie de la Région Parisienne avec 2 Planches Hors Texte et 8 Figures dans le Texte.
- 1943 - Deux Atlas Regionaux de Geographie Humaine.
- 1943 - La Gare du Nord.
- 1945 - La Bourgogne.
- 1945 - Le Pays des Alouites, d'Après Weulersse.
- 1946 - Problèmes de Structure Agraire et d'Économie Rurale.
- 1948 - La Géographie Physique de la France, Emm. De Martonne.
- 1948 - Questions de Morphologie Jurassienne.
- 1950 - Morphologie Estructurale et Morphologie Climatique.
- 1952 - Maurice Zimmermann (1870-1950).
- 1952 - La Partie Orientale du Bassin de Paris, d'après Mr Jean Tricart.

1952 - La Partie Nord-Ouest du Bassin de Paris et la Partie Sud-Est du Bassin de Londres, d'après Mr Philippe Pinchemel.

1953 - Quelques Aperçus Nouveaux sur la Morphologie du Bassin de Paris.

1955 - Le Plaines de la Saône et Leurs Bordures Montagneuses, d'après Mr A. Journaux.

1956 - Emmanuel de Martonne.

1959 - Le Climat du Bassin Parisien, d'après M. P. Pédelaborde.

1962 - La Lorraine Sidérurgique.

1964 - A Propos de la Cartographie Régionale: Atlas de l'Est et Atlas du Nord de la France.

**Anexo 6 - Nouveau Cours de Géographie pour l'Enseignement Secondaire, publié  
sous la Direction de A. Cholley.**

Les Pussances économiques du Monde (coautoria com P. Birot, R. Clozier, J. Dresch e P. George).

La France et l'Union Française (coautoria com R. Clozier e J. Dresch).

Géographie Générale - Physique et Humaine (coautoria com R. Clozier).

La France Metropolitaine et La France d'Outre-Mer (coautoria com R. Clozier e J. Dresch).

Le Monde (Moins l'Europe, l'Asie Russe et les Colonies Françaises) (coautoria com R. Clozier, J. Dresch e P. Birot).

Géographie Générale - Les Étapes de la Découverte de la Terre (coautoria com R Clozier).

1

Milton Santos recebeu na França em 1994, o prêmio Vautrin Lud, a mais alta láurea internacional de geografia, destinado em outros anos a nomes conhecidos como D. Harvey, P. Claval e Y Lacoste. Mas é justo afirmar que esse prêmio poderia também ser oferecido, com toda justiça a outros geógrafos brasileiros da mesma geração de Milton, como Aziz Ab'Saber, C.A. Figueiredo Monteiro, entre outros. É provável que isto nunca aconteça, pois os interesses em choque entre centro e periferia do sistema capitalista continuam muito mais fortes do que nós imaginamos e homenagear os geógrafos de fora dos “centros” culturais do mundo é sempre perigoso.

O desenvolvimento da geografia no Brasil após a instalação das faculdades de Filosofia públicas em São Paulo (USP) e no Rio de Janeiro (Universidade do Distrito Federal), a implantação do IBGE pelo governo Getúlio Vargas nos anos 30 e o papel catalítico da Associação dos Geógrafos brasileiros, se fez de uma maneira muito rápida, alcançando em duas décadas nível de produção respeitado mundialmente. Crescimento surpreendente pela rapidez e pela qualidade alcançada. Os balanços mais cuidadosos da trajetória da geografia no Brasil, feitos por J.V. Costa Pereira e C.A. Figueiredo Monteiro dão conta dos brilhantes resultados alcançados.<sup>129</sup>

2

É útil falar em gerações de intelectuais, que de alguma forma rompem com o que se fazia antes. Na Espanha se dá grande ênfase à geração de 98, pois com a derrota espanhola frente aos EUA, que resultou na perda de Cuba, Filipinas e P. Rico, tornadas semi-colônias americanas, houve um despertar crítico em relação às oligarquias, ao caciquismo, ao saudosismo da antiga grandeza, a partir do conhecimento íntimo da realidade, com propostas de uma regeneração necessária. Na literatura, Miguel de Unamuno e Antônio Machado foram pontos altos, aliás eliminados pelo franquismo<sup>130</sup>.

---

<sup>129</sup> J. V. Costa Pereira: A geografia no Brasil cap. VIII de As Ciências no Brasil, vol. I organizado por Fernando de Azevedo, Ed. Melhoramentos e C.A. Figueiredo Monteiro: A geografia no Brasil (1934-1977), avaliação e tendências, IG-USP, 1980.

<sup>130</sup> F.B. Pedroza Jimenez y M. Rodrigues Cáceres: La literatura espanhola en los textos (siglo XX), Ed. Neriman.

No Brasil acostumou-se a falar da geração de 30, que produziu no campo das ciências sociais obras hoje clássicas, como *Casa Grande e Senzala* (G. Freyre), *Evolução Política do Brasil* (C. Prado Jr.), *Raízes do Brasil* (S. Buarque de Hollanda), além de fortes manifestações literárias, com Graciliano Ramos, J. Lins do Rego, E. Veríssimo e outros. Também se fala, proporcionalmente menos, da geração de 45, com P.E Sales Gomes, Antônio Cândido, Nelson Rodrigues e outros<sup>131</sup>. Mas pouco se fala da geração dos anos 50, que não só retomou, como multiplicou o debate sobre a realidade brasileira, em todos os campos do conhecimento, como na economia (R. Campos, I. Rangel, C. Furtado), sociologia (F. Fernandes, Guerreiro Ramos), no teatro (Guarnieri, Plínio Marcos), no cinema (N. Pereira dos Santos, Glauber Rocha, Anselmo Duarte), na filosofia (Cruz Costa, M. Vieira de Mello) e naturalmente na geografia, com Aziz Ab'Saber, C. A. Figueiredo Monteiro, Milton Santos e muitos outros, como veremos.

É interessante repetir que a geração dos anos 50 na geografia é fruto do enorme movimento de implantação e desenvolvimento da geografia nas primeiras Faculdades de Filosofia, da instalação e desenvolvimento do IBGE e da integração e pesquisa coordenada pela AGB. Mas, como havia notado C.A. Figueiredo Monteiro, existiam nos anos 50 vários nomes significativos que não participaram do processo acima referido e que já eram geógrafos pré-existentes e que alçaram vôos próprios, independentemente daquela grande renovação, mesmo tendo acompanhado o movimento. Foram os casos de C. Prado Jr. nos estudos sobre a cidade de São Paulo, E. Backheuser nos estudos de geopolítica, V. R. Leuzinger nos estudos de geomorfologia, Josué de Castro nos estudos de geografia da alimentação, para citar apenas as contribuições principais destes geógrafos auto-didatas, que nos anos 50 haviam alcançado padrões científicos internacionais<sup>132</sup>. Anteriormente aos quatro nomes apontados, também brilhava nos anos 50 C. M. Delgado de Carvalho, que após estudos na França, produziu extensa obra geográfica<sup>133</sup>.

### 3

---

<sup>131</sup> C.G. Mota: Ideologia da cultura brasileira (1933-1973), Ed. Ática, 3ª edição 1977.

<sup>132</sup> No caso de Josué de Castro a sua primeira obra de fôlego data de 1932. O problema da alimentação no Brasil, tema pouco tratado até então e que passou a receber maior atenção naqueles anos (Djacir Menezes, Araújo Lima, Castro Barreto) e que permitiu ao autor trocar idéias e críticas com vários intelectuais brasileiros e estrangeiros, inclusive os geógrafos Preston James, P. Deffontainese e Ph. Arbos.

<sup>133</sup> Publicou no Rio de Janeiro nos inícios do século XX clássicos como *Le Brésil Méridional* (1910) e *Meteorologia do Brasil* (1917), “obra absolutamente surpreendente para a época” no dizer de C.A. Figueiredo Monteiro.

Para se entender as gerações dos anos 30, 45 e 50 é preciso dar destaque à revolução de 30, acontecimento fundamental da vida brasileira, um gigantesco divisor de águas, pois como assinalou C. Furtado, os anos 20 caracterizaram-se por um grande pessimismo intelectual sobre o Brasil, gradativamente superado nas décadas seguintes<sup>134</sup>. Deve-se também lembrar as influências crescentes da Revolução de 1917 sobre nossa intelectualidade, manifestada na geração de 30 em Caio Prado Jr., na literatura de Graciliano Ramos e Jorge Amado entre outros e que aumentaram com a vitória soviética na Segunda Guerra Mundial, visíveis na geração de 45 e naquela dos anos 50. Já havia acontecido o mesmo na primeira geração da intelectualidade brasileira dos inícios do século XIX, quando José Bonifácio de Andrade e Silva defendia a libertação dos escravos, por influência da Revolução Francesa, destoando dos interesses das classe dominantes brasileiras<sup>135</sup>. Por último, mas não menos importante, deve-se relembra a influência das idéias iluministas, impregnadas nos intelectuais brasileiros, imbuídos da idéia de missão civilizatória que a cultura tinha a desempenhar.

Aliás, a fundação e o espírito das primeiras Faculdades de Filosofia, do IBGE e da AGB têm muito a ver com o referido espírito missionário-cultural acima referido. Em São Paulo a elite política derrotada em 1932 via na Faculdade de Filosofia da USP um projeto de profunda formação cultural no interior de uma proposta de retomada do poder, assim como Anísio Teixeira no Rio de Janeiro, com postura mais nacionalista e aberta via igualmente a Faculdade de Filosofia no papel de avanço cultural e Getúlio Vargas, herdeiro do despotismo esclarecido de Frederico II, de Bismarck e de A. Comte, valorizava a cultura como antevia no IBGE não só um órgão de levantamentos estatísticos, mas também de pesquisas geográficas necessárias ao avanço do conhecimento da nação. A AGB de P. Deffontaines e P. Monbeig repetia a experiência de debates científicos da associação francesa (por exemplo entre Emm. de Martonne e R. Blanchard), que lhe serviu de modelo, sempre acreditando no poder do conhecimento geográfico.

Pode-se dizer que, em circunstâncias distintas, assim como o choque da derrota da França na guerra franco-prussiana obrigou os franceses a recuperar o tempo perdido na geografia e em outras áreas de conhecimento, a Revolução de 30 provocou enorme efervescência no Brasil e teve de enfrentar grandes desafios, com resultados significativos na produção geográfica. Isto tudo foi ajudado pelas novas circunstâncias, pois o pacto de poder de 30 teve de enfrentar problemas territoriais cruciais, como 1) o “fechamento” das

---

<sup>134</sup> C. Furtado: *A fantasia organizada*, Paz e Terra, 1985.

<sup>135</sup> O. Tarquínio de Souza: *História dos fundadores do Império do Brasil*, Rio, 1959.

fronteiras externas, abertas até 1929-30 pelo funcionamento da divisão internacional do trabalho dirigida pela Inglaterra, garantida pela existência do chamado arquipélago brasileiro, cedendo lugar a um mercado nacional, 2) a abertura das “fronteiras” estaduais, com o fim dos impostos entre Estados, completando o processo acima referido, 3) os mapeamentos municipais e o levantamento das coordenadas geográficas em todo o território nacional, 4) o desenvolvimento do rodoviarismo, completando a malha ferroviária de tipo colonial e interligando o território nacional, 5) o desenvolvimento das pesquisas geográficas, levadas a efeito pelos grupos de pesquisa do CNG, ligado às grandes divisões regionais, incluindo a divisão regional do Brasil proposta por F. Macedo Soares Guimarães<sup>136</sup>, 6) as questões ligadas à mudança da capital federal do Rio de Janeiro, envolvendo grupos de pesquisadores da área de Geografia (L. Waibel, F. Ruellan e outros), com muitos debates.

Assim como a geografia francesa nos fins do século XIX, sob liderança de P. Vidal de La Blache e com o apoio governamental deliberado, queimou etapas assimilando seriamente o que de melhor se produzia no mundo, enviando H. Bauling a estudar com W.M. Davis nos EUA e M. Sorre a estagiar com F. Ratzel na Alemanha, por exemplo<sup>137</sup>, a geografia no Brasil nos anos 30 e 40 se apoiou nos mestres franceses (P. Deffontaines, P. Monbeig, F. Ruellan e outros), mas também enviou jovens e promissores geógrafos a França e aos EUA. O IBGE mandou em 1945 a primeira leva de estagiários aos EUA (F. Macedo Soares Guimarães, L. Castro Soares, L. Bezerra dos Santos, J. V. Costa Pereira e O. Valverde) e à França (M. Alves de Lima, P.P. Geiger, E. Xavier, Miriam Mesquita e Elza Souza Keller), as quais se seguiram outras levas de estagiários para os EUA e a França, como A. Teixeira Guerra, A. Porto Domingues com J. Tricart, C.A. Figueiredo Monteiro (1950-51), com seu mestre F. Ruellan, etc. A mesma política foi posta em prática pela USP e seu primeiro viajante foi provavelmente A. França, que estagiou com M. Sorre em 1945-46, depois de se doutorar na USP<sup>138</sup> e seguido de vários outros nos anos 40 e 50.

---

<sup>136</sup> A temática da divisão regional no Estado de São Paulo, nesta fase pioneira, foi retomada por P. Deffontaines e a nível nacional, após os trabalhos de F. Macedo Soares Guimarães, continuou nos anos 50 com as propostas de Golbery do Couto e Silva (Geopolítica do Brasil) e do BNDE, ambas com o mesmo enfoque centro-periferia, adotadas pouco depois pelo IBGE. Nos anos 60 foram aplicadas as idéias de regiões polarizadas (redes urbanas) e regiões homogêneas, baseadas respectivamente na estrutura espacial do consumo e na estrutura espacial da produção.

<sup>137</sup> A. Mamigonian: A. Cholley e a geografia francesa, relatório à FAPESP, 1999-2000.

<sup>138</sup> Estudo sobre o clima da bacia de São Paulo, usou pioneiramente (1944-45) as idéias de massas de ar, apoiando-se nos estudos dos meteorologistas suecos, antes que estas idéias se difundissem na geografia americana ou européia...

Paralelamente, a vinda ao Brasil de geógrafos estrangeiros se intensificou naqueles anos (Emm. de Martonne havia estado em 1937), com importantes contribuições ao avanço da geografia agrária (L. Waibel), da biogeografia (P. Dansereau), da geomorfologia (J. Tricart), etc. O 1º Congresso Brasileiro de Geógrafos (AGB-Ribeirão Preto) em 1954 e o XVIII Congresso Internacional de Geógrafos (UGI - Rio de Janeiro) em 1956 foram eventos de extraordinária importância, nos quais a presença de M. Santos já se fez notar de maneira destacada.

#### 4

M. Almeida Abreu escreveu interessante depoimento sobre sua trajetória intelectual na geografia, no qual destacou a importância de M. Santos, sobretudo após a reunião da AGB em Fortaleza (1978) e defendeu a idéia da importância crucial do sistema de Pós-Graduação para a Geografia Brasileira<sup>139</sup>. Entretanto, o destaque internacional de vários geógrafos brasileiros é anterior ao referido sistema, como fica evidenciado nos cursos ministrados nos anos 60 por O. Valverde nos EUA (1965), na Alemanha (1967) e na França (1969), por N. Bernardes (Inglaterra e País de Gales), P.P. Geiger (EUA), M. Correia de Andrade (França), além de J.J. Bigarella, A. Ab'Saber entre outros, sem falar na ida definitiva de H. Sternberg à Universidade de Berkeley e o exílio prolongado de M. Santos por várias universidades e países<sup>140</sup>.

Infelizmente nos acostumamos ultimamente a analisar a geografia brasileira a partir de uma ótica ideologizada, sem nos darmos conta da existência já nos anos 50 de geógrafos de altíssimo nível intelectual, como Aziz Ab'Saber, N. Lecocq Muller (Sítios e sítiantes no Estado de São Paulo), P. Petrone entre outros em São Paulo, O. Valverde, A. Teixeira Guerra, Lysia Bernardes, C.A. Figueiredo Monteiro entre outros no Rio de Janeiro, assim como nomes de destaque fora do eixo Rio-São Paulo, como M. Correia de Andrade, M. Santos, V.A. Peluso Jr., J.J. Bigarella, entre outros.

Aliás, destes nomes extraordinários, M. Santos foi o último a se destacar, mas conseguiu queimar etapas, como ocorreu com a geografia brasileira nos anos 30 e 40, até se tornar o mais importante nome da geografia humana brasileira. Tendo se interessado pela geografia no ginásio e no preparatório ao curso de Direito (Bahia), a partir de várias leituras, inclusive *A geografia humana* de Josué de Castro, que didatizou as idéias de La

---

<sup>139</sup> “A partir deles (centros de pós-graduação), alguns geógrafos começavam então a se destacar no cenário científico brasileiro e internacional”... Sobre M. Santos e sobre a crescente auto-estima da geografia brasileira (p. 42), in M.A.A. de Souza (org.): O Mundo do Cidadão. Um Cidadão do Mundo. Hucitec, 1996.

<sup>140</sup> Entrevista GEOSUL nº 12/13 (1991-92) e C.A. Figueiredo Monteiro, obra citada, p. 43 e p. 134 (nota).

Blache e de J. Brunhes, Milton foi lecionar geografia em 1949 no ensino secundário em Ilhéus, onde começou a pesquisar a zona de cacau e a levar seus primeiros resultados aos cursos de aperfeiçoamento do IBGE, que passou a freqüentar, e à reunião da AGB em Belo Horizonte (1950). Estes contatos foram um grande desafio, pois sua primeira comunicação foi rejeitada em duas reuniões consecutivas da AGB, até que seu aprofundamento no conhecimento da geografia, com humildade e dignidade, levaram à aceitação do seu primeiro livro de fôlego (*Zona de Cacau, introdução ao estudo geográfico*, Salvador, 1955), que mereceu uma segunda edição na famosa coleção *Brasiliana*, da Companhia Editora Nacional, com o apoio de Aroldo de Azevedo, o líder da geografia paulista.

A reunião da UGI no Rio de Janeiro (1956) teve papel de preparar um salto qualitativo em pelo menos dois grandes geógrafos brasileiros (Aziz Ab'Saber e Milton Santos), por influência direta de J. Tricart, que furando o bloqueio da censura e do reacionarismo de H. Sternberg, ministrou curso na UERJ, paralelamente ao curso chamado de *Altos Estudos Geográficos*, organizado pelo Departamento de Geografia da Faculdade Nacional de Filosofia, que excluía como ministrantes quaisquer geógrafos “perigosos”, como J. Dresch, J. Tricart, P. George, sem falar naturalmente dos soviéticos<sup>141</sup>. Aziz Ab'Saber foi introduzido às idéias de geomorfologia dinâmica, morfo-climática, criadas e difundidas na geografia por A. Cholley, mestre de J. Tricart, Ph. Pinchemel, A. Journaux e outros<sup>142</sup>. Milton Santos chegou às idéias de forma, função, estrutura e processo a partir da obra de J. Tricart<sup>143</sup>, que permaneceram desconhecidas na USP, por comodismo ou censura. Assim, a geografia humana produzida em São Paulo, tão dinâmica anteriormente, por influência das idéias de P. Monbeig (como na tese de N. Lecocq Muller, acima referida), foi perdendo criatividade ao abrir mão da ênfase indispensável à base econômica da vida humana, enveredando nos últimos anos por modismos cômodos tão a gosto dos órgãos financiadores das pesquisas.

Milton, a partir da sua tese de doutorado defendida na França em 1958<sup>144</sup>, passou a realizar gradativamente teorizações originais na temática da urbanização dos países subdesenvolvidos, sobretudo após seu exílio de 1964<sup>145</sup>, que acabaram levando ao seu importantíssimo *L'espace partagé* (1975), nos permitindo dizer que naquela altura dos acontecimentos sua contribuição ao conhecimento das cidades e dos países

---

<sup>141</sup> Entrevistas de M. Correia de Andrade e de M. Santos, à Geosul nº 11/12, UFSC, 1991-92.

<sup>142</sup> A. Mamigonian, relatório acima referido.

<sup>143</sup> *L'habitat urbain*, CDU, Paris.

<sup>144</sup> *O centro da cidade de Salvador, UF da Bahia e Liv. Progresso Ed.*, 1959.

<sup>145</sup> *Villes et économie urbaine dans les pays sous-développés*, *Revue géographique de Lyon*, 1968.

subdesenvolvidos havia ultrapassado de longe a produção geográfica americana e européia (Y. Lacoste, p. ex.).

Mais adiante, as teorizações de Milton alcançaram a geografia humana toda<sup>146</sup>, baseadas no conceito marxista de Formação econômica-social, que ele recria para a geografia, baseando-se nos estudos de Lênin (Rússia), Amílcar Cabral (Cabo Verde), e nas teorizações de E. Sereni.

Em todos os seus avanços, como nas formulações de espaço técnico-científico-informacional, não deixa de recriar para a geografia os conceitos colhidos na ciência social soviética dos anos 80 (Período técnico-científico), como anteriormente recriara as idéias de J. Tricart, acima apontadas, sobre o espaço interno das cidades (L’habitat urbain).

## 5

Diante desta obra monumental, rica em conhecimentos teóricos e empíricos, incluindo seu último trabalho de fôlego sobre o Território brasileiro, desenvolvido com Laura Silveira e uma grande equipe, cabe nos perguntar: a geografia humana produzida nas universidades brasileiras hoje conseguirá dar prosseguimento aos caminhos por ele apontados? A minha propensão é duvidar, me apoiando nos seus depoimentos sobre a crescente perda de rumo da geografia humana brasileira, que é anterior, na verdade, à contra-revolução quantitativa e à chamada “revolução” marxista, “porque a produção acadêmica genuína, tem como caráter fundamental a gratuidade; eu escrevo porque quero e porque imagino que tenho algo a dizer e não porque sou obrigado por um regulamento ou pela necessidade de ganhar mais dinheiro, para participar um pouco mais do sistema de consumo; esta produção é a produção que eu chamaria de gastro-intestinal e não acadêmica. As teses de mestrado, doutorado, as teses para se ascender à livre-docência, são, de modo geral, gastro-intestinais; resultam, freqüentemente, da vontade de poder ou de uma posição melhor na carreira”<sup>147</sup>.

A melhor contribuição à memória de Milton Santos é menos endeusá-lo momentaneamente nesta hora de luto, como é próprio das numerosas viúvas intelectuais, que freqüentemente não o levaram a sério, mas estudá-lo, decifrá-lo, assimilá-lo, criticá-lo, como se faz com os grandes pensadores. Eis a tarefa dos seus verdadeiros admiradores.

---

<sup>146</sup> Por uma geografia nova, Hucitec-Edusp, 1978 (com várias edições em português, francês e espanhol).

<sup>147</sup> Entrevista à GEOSUL nº 12/13, acima referida.

## NOTAS SOBRE A GEOGRAFIA URBANA BRASILEIRA

TORNOU-SE MODA NOS ÚLTIMOS TEMPOS O COMBATE AOS BRASILIANISTAS, COM CRÍTICAS VINDAS TANTO DA DIREITA (G. FREYRE, J. B. FIGUEIREDO), QUANTO DA ESQUERDA (J. HONÓRIO, J. SOUZA MARTINS). ELAS PARECEM AFIRMAR DESNECESSÁRIA A PRODUÇÃO SOBRE O BRASIL REALIZADA PELOS ESTUDIOSOS ESTRANGEIROS.

NA VERDADE, TAL PRODUÇÃO DEVERÁ CONTINUAR (SE BEM QUE ELA ESTÁ DECRESCENDO, INFELIZMENTE) E A IMPORTAÇÃO DE IDÉIAS DO ESTRANGEIRO CONTINUARÁ POR MUITO TEMPO, ENTRE OUTROS MOTIVOS PORQUE NOSSA PRODUÇÃO TEÓRICA É MUITO REDUZIDA. ALÉM DISTO, A IMPORTAÇÃO ESTÁ INTEGRADA À ESTRUTURA DA PRODUÇÃO INTELLECTUAL BRASILEIRA, QUE SE CARACTERIZA PELA EXISTÊNCIA DE MANDARINATOS (SURGEM NOVOS DE TEMPOS EM TEMPOS), QUE SUSTENTAM SUAS DOMINAÇÕES Á BASE DE CONTÍNUOS MODISMOS ABASTECIDOS DO EXTERIOR. POR OUTRO LADO, AS “CORPORAÇÕES” INTELLECTUAIS (A GEOGRÁFICA INCLUSIVE) RECRUTAM SEUS QUADROS NAS CLASSES MÉDIAS, SALVO EXCEÇÕES. TODOS SABEM QUE A CLASSE MÉDIA BRASILEIRA É MUITO INSTÁVEL ECONOMICAMENTE, VALE DIZER IDEOLOGICAMENTE. ELA OSCILA ENTRE OS INTERESSES OPOSTOS DAS CLASSES DOMINANTES E DAS CLASSES EXPLORADAS: MESMO QUE SEU CORAÇÃO ESTEJA COM ESTAS ÚLTIMAS, O SEU BOLSO ESTÁ COM AQUELAS, A CABEÇA SENDO OBRIGADA A “OPTAR” CONFORME A DIREÇÃO DOS VENTOS...

NÃO SE TRATA HOJE DE IMPORTAR OU NÃO IDÉIAS. A QUESTÃO CONSISTE EM TER POSIÇÃO INDEPENDENTE FRENTE AOS PODEROSOS DO DIA, POIS ASSIM SERÃO IMPORTADAS AS IDÉIAS CRÍTICAS, QUE DEVEM SER ASSIMILADAS CRITICAMENTE E NÃO SIMPLEMENTE REPETIDAS. ESTA POSIÇÃO EXPLICA PORQUE FOI POSSÍVEL A C. PRADO JR. E A P. P. GEIGER & M. G. COELHO MESQUITA PRODUZIREM EXCELENTE GEOGRAFIA URBANA HÁ MAIS DE 20 ANOS<sup>148</sup>. ASSIM SENDO, É POSSÍVEL DIZER, EM VISTA DA

---

<sup>148</sup> Prado Jr., C. “Dois estudos sobre a cidade de São Paulo”, in *Evolução política do Brasil e outros estudos*, Brasiliense. Geiger, P. P. & Mesquita, M. G. Coelho estudaram os investimentos urbanos na Baixada fluminense, em *Estudos rurais da Baixada fluminense*, IBGE, 1956.

EVOLUÇÃO VIVIDA PELA GEOGRAFIA URBANA, COMO DE RESTO POR  
TODAS AS CIÊNCIAS HUMANAS, QUE A QUESTÃO METODOLÓGICA  
FUNDAMENTAL PRESENTE NO MUNDO TODO (E NÃO SÓ NO BRASIL) É A DA  
OPÇÃO ENTRE A CIÊNCIA TÉCNICA E A CIÊNCIA CRÍTICA<sup>149</sup>.

II

O esquema de estudos urbanos proposto por P. Monbeig<sup>150</sup>, iniciando pelo conhecimento do sítio e situação, atendia às concepções geográficas então dominantes, de relações homem-meio, como na ênfase que se dava às idéias de gêneros de vida, destacando o “equilíbrio” homem-natureza (imobilismo), sem a intermediação do social (que é necessariamente contraditório). Estas concepções eram heranças da Europa pré-industrial e pré-revolução francesa. Assim, no fundo, elas eram aristocráticas, o que explica por que foram tão bem recebidas na USP da década de 1930, fundada pela aristocracia rural paulista, com o objetivo de se reproduzir culturalmente. Qualquer que seja a crítica a essas concepções, não se pode esquecer sua visão humanística, apesar de suas ilusões românticas e nostálgicas.

As idéias de P. George e de J. Tricat, que M. Rochefort estimulou no Brasil, contribuíram para um grande avanço do conhecimento das cidades, sobretudo no que se refere à hierarquia da rede urbana brasileira, inclusive dos investimentos industriais realizados a partir das grandes cidades no conjunto do território nacional. Mas a força dos compromissos sociais na Europa (social-democracia), como no Brasil (populismo) não facilitou a emersão dos fatores econômicos-sociais-políticos na explicação geográfica<sup>151</sup>. Na década de 1960, no Brasil, os geógrafos desconheciam as relações entre regiões homogêneas e polarizadas com fenômenos econômico-sociais (produção, consumo) e políticos (poder e interesse).

Quebrando o compromisso social brasileiro (1930-1964) e imposto o AI-5 rompeu-se de modo brutal a aparente unanimidade reinante na geografia brasileira. Produziu-se uma enxurrada de estudos-mercadorias, em série e de baixa qualidade (as mercadorias sob o capitalismo monopolista são de modo geral de baixa qualidade), quase todos banais,

---

<sup>149</sup> Ianni, O. *Sociologia e sociedade no Brasil*: Cap. XI, Alfa Omega, 1975. Goldmann, L. Ciências Humanas e filosofia, DIFEL, 5ª ed., 1976.

<sup>150</sup> Monbeig, P. O estudo geográfico das cidades, BG, 1843.

<sup>151</sup> P. George desenvolveu relações entre formações sociais e cidades em *La ville*, PUF, 1952, assim como Tricat, J. *L'habitat urbain*, CDU, 1951; Rochefort, M. *L'organisation urbaine de l'Alsace*, 1960, fez progredir a geografia urbana; Dugrand, R. *Villes et campagnes em Bas-Languedoc*, PUF, 1963, que avançou numa visão social global das cidades permanece um ilustre desconhecido entre nós.

alguns atendendo às necessidades econômicas do poder, mesmo cabalísticos (49 cidades, 275 cidades) e outros atendendo às necessidades propagandísticas (*Evolução da estrutura espacial do Brasil* etc., AGB-Belém do Pará). Alguns setores da geografia brasileira deram combate a estas tendências irracionais e propõem caminhos que superem a geografia da época dos compromissos sociais.

A geografia humana como qualquer ciência social vai reconhecendo que seu campo de estudo é a sociedade. Para avançar precisamos hoje em dia tentar responder várias questões, entre elas: 1. a geografia deve aceitar o espacial como “sua” especialização e seu objeto principal? 2. devemos aceitar a crescente importância da explicação “econômica”? Nós achamos que a geografia humana deve ter por objeto o estudo da sociedade, por intermédio do espaço. Em outras palavras, o espacial não deve ser a “nossa” especialização: nós não devemos ter especialização, mas realizar uma geografia que seja ao mesmo tempo sociológica, histórica, econômica, política, antropológica. Por certo que a tradição do estudo do espaço não deve ser abandonada, mas enquanto não partimos para uma visão global do social (e portanto do espacial) correremos o risco da estagnação. Ao mesmo tempo devemos dar combate ao economicismo, a ideologia tanto do capitalismo monopolista (positivismo quantitativista em geografia), como da dominação stalinista, ambos interessados em escamotear o político, o social, em resumo as diferenças e as contradições<sup>152</sup>.

### III

---

O que vem a ser a cidade? Em todas as civilizações (asiáticas, greco-romanas, árabes etc.) a cidade é fruto da divisão social do trabalho a partir das comunidades agrárias. Diferentemente do que imaginam os funcionalistas (Durkheim), as relações cidade-campo não são simples complementações de atividades, elas são geradas por desigualdades latentes e geram por seu turno novas desigualdades e conflitos de interesses. As cidades exploram os campos, retirando-lhes parte de suas produções a pretexto de proteção ou outra “razão” qualquer. A expressão região, como assinalou E. Juillard, provém de *régis*, significando a área de dominação de um rei, portanto um território tendo por centro uma

---

<sup>152</sup> Amin, S. Introdução de *L'imperialisme et le développement inégal*, Minuit, 1976; Santos, M. Sociedade espaço: a formação social como teoria e como método, BPG, Nº 54; Goldmann, L. Ciências humanas e filosofia, DIFEL, 5º ed., 1976, Cap. I e II.

cidade coletora de impostos. A gênese da cidade é ao mesmo tempo a origem do Estado, das classes sociais, da civilização, da separação trabalho braçal-trabalho intelectual etc.<sup>153</sup>

Se as cidades asiáticas estagnaram e as greco-romanas e árabes decaíram em vista de suas relações sociais frente aos campos dominados, as cidades da Idade Média européia nascidas independentes do poder real, voltadas para a produção artesanal e o comércio, sob a liderança da burguesia nascente, conseguiram somar os interesses dos camponeses, dos trabalhadores urbanos e mesmo dos reis, voltando-se para a conquista comercial (e depois industrial) do Mundo e para a conquista do poder político nacional (arrebato aos senhores feudais). Deram início desde os séculos XVI e XVII às relações mundiais hoje conhecidas como centro-periferia, as quais podem ser reduzidas a simples complementações funcionais (Friedmann), como podem ser vistas em seu caráter fundamental de dominação e exploração, em qualquer escala territorial.

A expansão mundial das cidades européias dos séculos XVI-XVII-XVIII, ou seja, o movimento de acumulação primitiva do capital mercantil, criou na América Latina um tipo de cidade que já se esboçava nas partes meridionais da península Ibérica e Itália, ligada à força do latifúndio e à fraqueza do trabalhador rural e subordinada, a partir de controles externos, à exportação agrícola. Nascido como parte da divisão internacional do trabalho e como prolongamento do latifúndio e do poder político português, o Brasil fundou-se numa economia colonial exportadora, latifundiária e escravista.

O mercantilismo monopolista português necessitava controlar no Brasil umas poucas (monopólio) cidades litorâneas, ao mesmo tempo comerciais (exportação e importação) e político-administrativas (civis e militares). Enquanto o caráter exportador e dominador da colonização requeria a presença de cidades, o caráter latifundiário e escravista das relações de produção mostrou-se pouco urbanizador (apenas os grandes fazendeiros residiam nas cidades). Esta contradição entre as partes do sistema colonial resolveu-se pelo surgimento de poucas cidades litorâneas grandes (para a época) cercadas de “rural”. Pode-se dizer que a macrocefalia urbana nasceu com o Brasil, como decorrência do monopólio administrativo, comercial, fundiário.<sup>154</sup>

Saltando do passado para o presente, notamos que uma análise das cidades do interior latifundiário do Brasil (de Belém do Pará até Bajé no Rio Grande do Sul) permite

---

<sup>153</sup> Lefèbvre, H. *O pensamento marxista e a cidade*, Ulisséia; Singer, P. *Economia política da urbanização*, Brasiliense, 1975; CERM. *Sobre o feudalismo*, Estampa, 1973.

<sup>154</sup> Prado Jr., C. *História econômica do Brasil*, Brasiliense; Stein, S. & Stein, B. *A herança colonial da América Latina*, Paz e Terra; Oliveira, Chico de. *Acumulação monopolista, estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes*, *Cadernos de Debate* Nº 3, Brasiliense, 1976.

constatar de maneira clara a força de permanência da nossa herança colonial (dominação estrangeira, latifúndio, fraqueza política dos trabalhadores etc.). Cidades de residência de grandes proprietários rurais, político-administrativas (civil e militar) e de grande comércio subordinado (e em grande parte apropriado pelas firmas extra-regionais nacionais e estrangeiras), apresentam fortes traços de exploração (e parasitismo) da produção agrária do mundo rural dominado. Sem autonomia, as classes e camadas dominantes destas cidades aliam-se mais e mais às grandes empresas estrangeiras e nacionais que atuam a partir de São Paulo e outras poucas cidades industriais<sup>155</sup>.

#### IV

---

Originários de um sistema latifundiário-escravista-exportador dominado pelo capital comercial europeu, chegamos ao sistema capitalista subdesenvolvido industrializado, onde dominam as leis de funcionamento do modo de produção capitalista, em crescente expansão. Assim sendo, as cidades brasileiras tendem cada vez mais a se definir pelo binômio de classes antagônicas: burgueses (proprietários dos meios de produção) e trabalhadores assalariados (vendedores de sua força-de-trabalho), sendo que o capital, como relação social que é, tende a se reproduzir permanentemente (a acumulação do capital é lei fundamental do capitalismo), em ciclos de ascensão econômica e concentração do capital seguidos de depressão econômica e centralização do capital.<sup>156</sup>

A fase mais recente de expansão do capitalismo no Brasil (de 1968 em diante) está marcada por extraordinária acumulação,<sup>157</sup> acompanhada de forte abaixamento do nível de vida dos trabalhadores, com numerosos reflexos na vida urbana: aceleração do crescimento das cidades (especialmente as de mais de 100.000 habitantes), aceleração das migrações rurais-urbanas, crise dos equipamentos urbanos chamados sociais (água, esgoto, transporte de massa etc.), aumento das favelas e da mortalidade infantil, multiplicação dos bairros luxuosos etc.

Paralelamente, o capitalismo industrial desenvolve-se desigualmente do ponto de vista espacial, favorecendo as áreas ricas (onde a acumulação se acelera) e drenando recursos das áreas pobres. Este processo foi popularizado pela expressão “causação

---

<sup>155</sup> Macciocchi, M. A. *A favor de Gramsci*, Paz e Terra. Ver a análise a respeito das cidades do sul da Itália no Cap. 4; Oliveira, F. *Elegia para uma re(li)gião.*, Paz e Terra, 1977.

<sup>156</sup> Marx, K. *O capital, crítica da economia política*. Civilização Brasileira; Luxemburgo, R. *A acumulação do capital*, Zahar.

<sup>157</sup> Tomando duas empresas de Presidente Prudente (São Paulo), temos que a Transportes Andorinha passou de 27 ônibus em 1967 a mais de 500 em 1977, e a Brasimac (comércio de eletrodomésticos e móveis) passou no mesmo período de 8 para 33 lojas.

circular cumulativa” de Gunnar Myrdal. Além disto o capitalismo amplia mais e mais a divisão social e territorial do trabalho pela crescente mercantilização, penetrando nas atividades de menor composição orgânica de capital. Vale dizer que na rede urbana as grandes cidades tendem a atrofiar as médias e as pequenas (estas atingidas também pela crescente concorrência e apropriação empreendidas pelas médias).

É preciso conhecer as burguesias locais autônomas (ou não) das grandes, médias e pequenas cidades e perguntar: quais as classes dominantes das cidades em estudo (industriais, fazendeiros, comerciantes)? Suas dimensões em termos de capitais, quais seus negócios em expansão e onde se realizam? Uma comparação entre São Paulo e Guanabara revelará a fraqueza da burguesia industrial e comercial desta última. Mas a cidade é também o campo de investimentos de capitais externos: quais são suas dimensões, quais seus setores? A cidade é também uma força política, onde se concentra o poder das classes dominantes regionais e, como tal, ela tem um crescente papel nas alianças de classes dominantes (inclusive estrangeiras) e nos investimentos, como no caso do processo recente de industrialização de Belo Horizonte ou Curitiba. Além disto a cidade é um espaço onde vivem as diferentes classes sociais, consumindo habitação, serviços básicos, alimentos, cultura, recreação, etc. e por isto se estrutura internamente.<sup>158</sup>

## V

---

Quais as linhas de pesquisa válidas atualmente nos estudos urbanos? Elas são evidentemente muito numerosas, mas insistiremos apenas em duas:

1. O processo de industrialização continua despertando interesse entre economistas, historiadores e sociólogos, com poucas contribuições dos geógrafos. As explicações são fortemente divergentes, sendo possível distinguir três correntes principais: a) a ênfase sobre a substituição de importações (R. Simonsen, C. Furtado); b) emersão do empresário capitalista, principalmente o fazendeiro de café (USP – W. Dean); c) acumulação de capitais excepcional ocorrida na economia cafeeira de 1850 a 1895 (Unicamp: W. Cano, S.Silva). Entretanto parecem-nos mais corretas as observações ainda não consagradas de P. Bieguelman sobre a gênese do mercado interno.

O bloqueio dos ramos industriais desenvolvidos em São Paulo nos demais centros industriais e a recente reação de Belo Horizonte e Curitiba, aliados ao capitalismo

---

<sup>158</sup> Castells, M. reduz erroneamente a nosso ver a cidade à reprodução da força-de-trabalho; posfácio a *La question urbaine*.

monopolista estrangeiro; a desnacionalização de inúmeros ramos industriais; a industrialização das metrópoles regionais num processo de substituição de importações (mercado regional), mas sob o controle externo, a existência de três grandes mercados para certos produtos (Centro, Sul e Norte), são outros tantos temas a serem pesquisados.

2. As relações das cidades com sua hinterlândia agrária tem merecido alguns poucos estudos de migrações e abastecimento alimentar e praticamente nenhum sobre a drenagem de renda fundiária apropriada pelas cidades. Todos estes campos merecem interesse se lembrarmos, por exemplo, que as crises de abastecimento de leite para São Paulo e Guanabara, que vão se tornando permanentes, têm uma de suas raízes na coleta e transformação industrial (leite em pó, iogurtes etc.) de gigantescas quantidades realizadas no Brasil de sudeste pela Nestlé. Mas o mais impressionante é a falta de estudos sobre cidades e renda fundiária: 60 a 70% desta renda gerada pelo espaço agrário do oeste de São Paulo é carreada para as pequenas cidades (35 a 45%), para as capitais-regionais (11 a 20%) ou para São Paulo (4 a 12%) conforme as regiões. A ausência destes estudos leva o IBGE a classificar de industriais cidades basicamente de fazendeiros, como Patrocínio e Patos de Minas.

## NOTAS SOBRE AS RAÍZES E ORIGINALIDADE DO PENSAMENTO DE IGNACIO RANGEL.

### I

Foi muito justa a escolha feita em 1980 por Bresser Pereira, dos patronos da *Revista de Economia Política*: Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Ignacio Rangel. De longe Rangel era o menos conhecido do público em geral e mesmo dos economistas e podendo-se dizer que ainda hoje ele não é lembrado na maioria dos cursos de graduação e pós-graduação de economia e ciências humanas, colonizados por modismos, ideologismos e interesses dos poderosos, apesar de ser o mais criativo e original dos economistas brasileiros, como se vai reconhecendo pouco a pouco<sup>159</sup>.

Dos três patronos, o primeiro a se destacar foi C.Prado Jr. com *Evolução Política do Brasil* (1933), obra importante, que inspirou Rangel na idéia da continuidade e lenta transformação econômica e política das classes dominantes brasileiras, como no exemplo do fim da escravidão, precedido gradual e seguramente, durante décadas, pela abolição do tráfico, pela lei do ventre livre e pela lei dos sexagenários. Mas as idéias de C.Prado Jr. sobre o empreendimento comercial europeu, não foram totalmente encampadas por Rangel<sup>160</sup>, preocupado em analisar a formação social brasileira a partir da combinação de modos de produção, categoria marxista quase ausente das preocupações de seu antecessor. Assim, enquanto C.Prado Jr. valorizava a visão comercial (“economia exportadora, latifundiária e escravista”), Rangel enfatizava o caráter escravista e feudal do senhor de engenho: senhor de escravos no interior de sua propriedade, que era obtida como concessão do rei de Portugal, de quem era vassalo. Ao invés de um marxismo adocicado, um marxismo mais rigoroso.

Por seu lado C.Furtado também se baseou em C.Prado Jr. como ponto de partida, reforçando a idéia de empreendimento comercial europeu e dando excessiva importância às relações centro-periferia, com pouco ou nenhum uso da categoria relações de produção. Inventou a pobre e insistente distinção entre desenvolvimento e crescimento, tão cara aos sociais-democratas, mas teve o mérito de trabalhar a idéia fundamental da constituição de um centro dinâmico interno à economia brasileira, a partir da crise de 1929-30<sup>161</sup>.

---

<sup>159</sup> Cap. V da parte I de R.Bielschowsky: *Pensamento econômico brasileiro*, IPEA, 1988, onde não se confunde Rangel com a CEPAL, como faz G.Mantega: *A economia política brasileira*, Vozes, cap.2.

<sup>160</sup> I.Rangel. A história da dualidade brasileira, *Rev.Ec.Pol.*, nº 4, 1981, p 5-34.

<sup>161</sup> Cap. V de C. Furtado. *Formação econômica do Brasil*. Cia Ed.Nac.

No plano dos trabalhos históricos as idéias de C.Prado Jr. e C.Furtado alcançaram o limite máximo nos estudos de F.Novais, enquanto neste plano as idéias de Rangel mal começaram a ser aplicadas por G.Paim<sup>162</sup>. Os ideários de C.Prado Jr. e C.Furtado esgotaram-se por várias razões: 1) falta de análise rigorosa da formação social brasileira e do processo de acumulação no Brasil, acompanhada de propostas desligadas da realidade econômica e política; 2) ênfase excessiva no atraso econômico brasileiro<sup>163</sup>, que resultava em lamúrias, busca de bode expiatórios (burguesia industrial incapaz, PCB ineficiente, etc.) e voluntarismo ou imobilismo político e 3) choque com a realidade pós-64, pois a retomada da economia a partir de 1967 desmentiu as idéias que defendiam.

Além disto tanto C.Prado Jr. como C.Furtado realizaram um percurso excessivamente intelectual, sem preocupação mais profunda com a prática política, própria ou de terceiros. A trajetória intelectual de C.Prado Jr. foi uma imitação empobrecida da trajetória de Marx, com três áreas de preocupação: história, economia política e filosofia, mas sem um percurso político semelhante.

O golpe militar de 1964 e o debate que se seguiu chamaram a atenção para as idéias de Rangel, pois o “estagnacionismo” de C.Furtado e a busca de bodes expiatórios por C.Prado Jr. (“feudalismo” do PCB etc.) foram demonstrando o esgotamento teórico de suas proposições. Antes do golpe militar somente Rangel, na esquerda, havia demonstrado fôlego teórico nos debates, aliás nunca respondidos, com os monetaristas com Eugênio Gudin e Roberto Campos e estruturalistas com C.Furtado<sup>164</sup>. Assim, após 1964 alguns cepalinos passaram a considerar a existência de Rangel, como foi o caso, entre outros, de P.Singer, Bresser Pereira e Francisco Oliveira em São Paulo e M.Conceição Tavares e Carlos Lessa no Rio de Janeiro, às vezes sem lhe dar os devidos créditos e frequentemente em misturas indigestas de idéias.

Diferentemente de C.Prado Jr. e C.Furtado, Rangel estabeleceu, com muita ênfase, a relação dialética entre atraso e dinamismo econômico no Brasil, como Trotsky havia feito para a Rússia tsarista<sup>165</sup>. O atraso foi condição do dinamismo, que se manifestou tanto nas fases de inserção na divisão internacional do trabalho, como nas fases de crescimento para dentro (períodos de depressão mundial), conseguindo montar um quebra-cabeça completo

---

<sup>162</sup> F.Novais: Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (177-1808), Hucitec, 1979. G.Paim. *Industrialização e economia natural*. ISEB, 1957.

<sup>163</sup> “O trabalho intelectual a que me dediquei durante toda a vida teve como ponto de partida o desejo, que cedo me empolgou, de conhecer as razões de nosso atraso no processo de industrialização que marca a história contemporânea do final do século XVIII”. C.Furtado. *Brasil – a construção interrompida*. Paz e Terra, 1992. p 73.

<sup>164</sup> I.Rangel. *Do ponto de vista nacional*. Biental-BNDES, *A inflação brasileira*. 1963, etc.

<sup>165</sup> Trotsky. *História da revolução russa*. Paz e Terra, 1 vol. cap I.

da formação social brasileira, no qual o todo (dualidade básica) integra as partes aparentemente confusas e dissociadas. Por isto as idéias de Rangel têm ainda hoje um longo percurso a realizar, pois se nem todo marxista é dialético (Bukharin p.ex.), e nem todo dialético é marxista (Golbery, p.ex.), a presença de uma forte base dialética dá uma força enorme à produção intelectual.

## II

Rangel possuía algumas características intelectuais que lhe nasceram muito precocemente e que se mantiveram constantes por toda a vida. Entre elas podemos destacar a independência intelectual, o raciocínio dialético, a cultura humanística e o pensamento vinculado à realidade política e econômica. Estas características foram transmitidas principalmente por seu pai, juiz de Direito, formado em Recife, cujo trabalho exerceu em oposição política à velha república, sofrendo sucessivas transferências pelas comarcas do interior do Maranhão, bem como suspensão de vencimentos. Assim foi descrito o ambiente de mandonismo feudal que cercou a carreira de seu pai; “o prestígio das agremiações políticas do interior dependia, por excelência, da facilidade com que seus chefes pudessem manobrar por trás da autoridade daqueles que, investidos de funções na magistratura, no Ministério Público e na Polícia Civil e Militar, partiam para a insegurança dos seus postos, nessas regiões longínquas e escravizadas”. Enquanto a maioria dos juízes e promotores do Maranhão da época se deixava dobrar, como parece ter sido o caso do genitor do político estadual de maior poder hoje em dia, o pai de I.Rangel se manteve íntegro, cultivando hábitos modestos de consumo e mantendo os filhos ocupados nos estudos e na economia doméstica de pequenas plantações e criações<sup>166</sup>.

Ignacio Rangel foi educado pelo seu pai, sendo este seu professor de primeiras letras. Preparando-o para ser juiz, imbuiu-o desde espírito de independência e, por isto mesmo, legou-lhe igualmente o espírito de luta, que fez parte da tradição familiar pelo menos desde a época da independência do Brasil, quando um bisavô esteve preso por cinco anos e cujo irmão foi fuzilado, ambos pela participação na revolução de 1817. Daí a profunda simpatia de seu pai pela coluna Prestes e sua militância na Aliança Liberal, que acabou conduzindo Ignacio Rangel a participar, com apenas 16 anos, com armas nas mãos, da Revolução de 30. Ao mesmo tempo, foi educado no gosto pelos conhecimentos gerais,

---

<sup>166</sup> I.Rangel. *Um fio de prosa autobiográfica com Ignacio Rangel*. Ed.Sioje, 1991, e em especial, o discurso de Pedro José de Oliveira na OAB, Maranhão em 1944. p 90.

desde astronomia até antiguidade clássica e em geografia, por exemplo, dispôs do Atlas Geográfico e Histórico de Vidal de La Blache, editado em 1911 na França. No ginásio, Rangel lia, no original, Victor Hugo, Alexandre Dumas, Jules Michelet e outros<sup>167</sup>. Outra herança fundamental de seu pai foi a formação do raciocínio dialético, decorrente da própria teoria prática da magistratura, que exige o conhecimento do chamado “contraditório”; isto é, as razões expostas pelos dois lados em questão, as quais eram seguidas pela síntese, produzida pela decisão judicial.<sup>168</sup> O raciocínio dialético foi aprofundado na disciplina Filosofia do Direito, ministrada pelo professor Antônio Lopes da Cunha, da Faculdade de Direito de São Luís, que discutia e dialetizava a classificação das ciências de Auguste Comte, estabelecendo, por exemplo, relações entre Direito e Economia, relação que acabou sendo um dos objetos intelectuais prioritários de Ignacio Rangel.

Assim sendo, o raciocínio dialético foi muito cedo acoplado, na vida de Rangel, à realidade política e econômica concreta, com na vinculação entre a independência política do pai e a doméstica familiar, mantida como forma de sobrevivência. Seus compromissos políticos, herança paterna, levaram-no à militância político-militar em 1930, com tomada de 24º BC. Mas os rumos da revolução desagradaram Rangel, já em 1931 tomou conhecimento do *Manifesto Comunista*, de Marx e Engels, o qual lhe mostrou o mundo como uma dialética de conflitos, que ele já conhecia da vida profissional do pai e da leitura históricas (Revolução Francesa, por exemplo). Iniciou militância na juventude comunista e logo depois adotou o programa político da ANL, que o levou em 1935 a interromper o curso de Direito e a organizar duzentos camponeses no sertão do Maranhão, armados e prontos a lutar pela reforma agrária. O fracasso da revolução e os dois anos de prisão no Rio de Janeiro obrigaram-no a estudar, atrás das grades, as causas da derrota. Percebeu que a economia, sem nenhuma reforma agrária, indispensável à industrialização conforme o programa da ANL, havia voltado a crescer, contrariando a interpretação que aceitara até então. Repetiria-se, então, com Ignacio Rangel e mesmo ocorrido com Antonio Gramsci, dez anos antes, com resultados semelhantes; isto é, a aplicação de uma cabeça privilegiada à explicação da derrota, que o levou às intermináveis discussões e leituras na prisão

---

<sup>167</sup> Entrevista de I.Rangel à *Geosul*, nº 5, 1988.

<sup>168</sup> P.Mercadante: “Ignacio Rangel e a substância de nossa realidade”. 1º Simpósio Nacional *O Pensamento de I.Rangel*, UFSC.

(Lapidus e Ostrovitianov; *Princípios de economia política*, por exemplo), marcando sua determinação de estudar economia e decifrar os segredos da formação social brasileira<sup>169</sup>.

Além de elaborar a idéia da desnecessidade de reforma agrária para o avanço da industrialização, idéia de fundamental importância, I.Rangel igualmente esboçou, nos anos de cárcere, um esquema de dualidade da formação social brasileira, partindo e aprofundando a idéia da Internacional Comunista de que a revolução nos países coloniais e semicoloniais tinha duas faces, uma antiimperialista e outra antifeudal. Percebeu que desde o período colonial o Brasil tinha um pólo externo e outro interno e, estudioso da história brasileira e mundial, viu que instituições feudais, como as capitanias hereditárias, misturavam-se com instituições escravistas, como na economia açucareira nordestina. De maneira semelhante, Trotsky havia-se referido à Rússia tsarista, onde o vínculo externo das grandes indústrias era o sistema bancário da Europa ocidental.<sup>170</sup>

Retornando a São Luiz em 1937, onde nas horas vagas não interrompia suas leituras<sup>171</sup>, I.Rangel foi obrigado pela ditadura a residir nessa cidade até 1945, retomando os estudos de Direito, interrompidos logo depois pelo fechamento da escola, pois o interventor não conseguia suportar sua militância política (eleição da rainha dos estudantes, que agitou a cidade em 1939 e colaboração nos jornais). Trabalhou, na primeira metade dos anos 40, na indústria Martins Irmãos & Cia, inicialmente na parte administrativa e depois dentro da fábrica, onde descobriu e corrigiu nós-de-estrangulamentos nas diversas seções, adquirindo uma experiência rara.

Experiências revolucionárias como as de Ignacio Rangel em 1930 e em 1935, verdadeiras provas de fogo, além do trabalho em firma industrial, não forma vividas pela grande maioria dos economistas e cientistas sócias no Brasil e no mundo. Que diferença gigantesca em relação aos Bacha, Malan, FHC e outros, que entraram e saíram da esquerda como se tivesse ido a uma festa de debutantes.

### III

No início de 1945, nos últimos meses de ditadura Vargas, Ignacio Rangel se livrou do domicílio coacto em São Luis e foi ao Rio de Janeiro, onde trabalhou, junto com a

---

<sup>169</sup> As idéias básicas de Rangel, desenvolvidas ao longo de sua vida, nasceram no seu dizer “no único lugar onde havia liberdade naquele tempo, no Brasil, isto é, nas prisões da ditadura”, prefácio de *Ciclo, tecnologia e crescimento*, Civ.Brasileira, 1980.

<sup>170</sup> Trotsky: obra citada.

<sup>171</sup> S.Wanick Ribeiro. “O pensamento de Ignacio M. Rangel”. Simpósio Nacional.

esposa, como tradutor, principalmente nas agências estrangeiras de notícias. Limitava seu tempo de traduções ao estrito necessário para a sobrevivência e usava o restante ao estudo de economia, à conclusão do curso de Direito e à militância política. Redigia, para clarear suas idéias, textos de economia. Apresentou em exame na Faculdade Nacional de Direito, em 1947, pela primeira vez por escrito, seus conceitos de dualidade da formação social brasileira. Militou no PCB na célula Theodore Dreiser, com Graciliano Ramos, Gilberto Paim e outros intelectuais<sup>172</sup>, discutindo freqüentemente as relações entre industrialização e questão agrária no Brasil e, por conseqüência, o programa do PCB, o que acabou provocando a sua saída<sup>173</sup>.

Assim, a partir de 1945, Rangel assumiu basicamente a tarefa de estudar as peculiaridades do desenvolvimento brasileiro, que já havia intuído nos anos de prisão (1935-37) e na Martins Irmãos & Cia. (1940-45), tendo-se apoiado nos clássicos marxistas, no aprofundamento dos conhecimentos da economia e na grande bagagem de história mundial e brasileira<sup>174</sup>. Daí resultaram seu texto clássico *A dualidade básica da economia brasileira*, escrito em quatro fins de semanas em 1953, para obtenção do título de economista, que só lhe foi concedido em 1958, assim com *El desarrollo económico em Brasil*, tese apresentada junto à CEPAL, em Santiago do Chile, em 1954<sup>175</sup>. Nos dois trabalhos de Ignacio Rangel acrescentou aos seus mestres Marx e Lênin conhecimentos assimilados em A.Smith, Keynes, Schumpeter e Leontiev, combinação que a escola francesa da regulação (M.Aglieta, R.Boyer e outros) realizou mais vinte anos depois, com resultados semelhantes, pois as sucessivas substituições de importações apontadas com antecedência por Rangel para o Brasil (natural, pequena produção mercantil urbana e industrial), correspondem a verdadeiras regulações econômicas, incluindo seus enquadramentos jurídico-institucionais.

Desde estas duas obras fundamentais até o final da sua vida, Rangel produziu um panorama completo da formação social brasileira, amiúde construindo apenas as vigas

---

<sup>172</sup> G.Paim. “Ignacio Rangel – um intérprete original da realidade brasileira”. Paim atribui a dissolução da célula em 1946 à intolerância da direção do PCB às idéias de I.Rangel. Note-se que, como na Itália, boa parte dos intelectuais de esquerda era proveniente das regiões mais atrasadas.

<sup>173</sup> I.Rangel fez ver a Prestes os erros do PCB quanto à questão agrária, recebendo estímulo para preparar texto contendo suas idéias, que Arruda Câmara negou a dar encaminhamento, provocando sua saída da organização. De maneira estranha, semanas após seu desligamento, Rangel recebeu “convite” do governo Dutra para integrá-lo.

<sup>174</sup> Além dos textos de Marx, Rangel se apoiava em Lênin: *Desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, notando a semelhança com o Brasil no que se refere à dissolução do complexo rural e industrialização, relação até hoje percebida por pouca gente, conforme G.Paim, obra citada.

<sup>175</sup> Em Santiago propôs aprofundamento das temáticas referentes a planejamento e projetos, dialogando frutiferamente com J.Ahumada, que depois escreveu *Teoria y programación del desarrollo económico* e teve que defender seu texto de tese contra opiniões desfavoráveis dos cepalinos mais convictos.

mestras, mas abrangendo questões variadas como poupança, financiamento, dívidas externa e interna, inflação, reforma agrária, questão do Estado e assim sucessivamente. Como um dos raros intelectuais de grande porte no Brasil, se tomássemos tão-somente *A inflação brasileira* já seria o caso de se pensar em Prêmio Nobel, como observou M.H.Monteiro de Castro<sup>176</sup>.

Mesmo trabalhando em condições difíceis, se o compararmos a C.Prado Jr. e C.Furtado por exemplo, diferentemente deles Ignacio Rangel soube desde o início distinguir suas tarefas intelectuais daquelas que poderia ser executadas por outros, tendo assim construído as vigas mestras, como já se disse, deixando para outros uma vasta tarefa de complementação, comprovação ou crítica às suas postulações. Seus esquemas podem ser ampliados: assim, a pequena produção mercantil, executada por escravos de ganho ou de aluguel nas cidades brasileiras, como processo de substituição de importações no período depressivo mundial 1873-96, apareceu precocemente na cidade do Rio de Janeiro no período 1815-48 e tardiamente na economia do Nordeste feudal no período 1920-48, conforme pesquisas recentes vão demonstrando.

Como pioneiro, Rangel tinha interesse em formular esboços teóricos, os quais devem ser desenvolvidos por estudiosos motivados com a tarefa. Daí seu interesse na formação cultural, que não deixou de fazer nunca, percorrendo o Brasil a proferir palestras em universidades, sindicatos etc. Nesta como em outras atividades foi imbuído de espírito missionário e de servidor público, o que explica sua admiração por Jesus Soares Pereira. Na verdade, as diferentes idéias esboçadas e desenvolvidas por Ignacio Rangel dão muita margem às pesquisas subseqüentes, diferentes da imensa maioria de pesquisas acadêmicas destinadas a satisfazer necessidades de titulação e arrivismo. Considerando suas formulações sobre dualidades na formação social brasileira, podemos perguntar: 1) se a teoria da dualidade não é aplicável a outras situações coloniais e semicoloniais nascidas da expansão européia no mundo; 2) se a sua formulação de pólo externo, com um lado no Brasil e outro no exterior, não dá encaminhamento à contradição do externo-interno nas formações coloniais e semicoloniais do capitalismo central; 3) se as pressões de baixo e mudanças de cima que aparecem no Brasil desde o período colonial já não são manifestações precoces da via prussiana, que vai se explicitar com tanta força da periferia

---

<sup>176</sup> Conforme observou em “Dualidades: modernidade e atualidade”, 1º Simpósio Nacional “O pensamento de I.Rangel”, UFSC.

do capitalismo central e 4) se as dualidades brasileiras, tendo abarcado estruturas distintas, não implicaram em pactos regionais específicos etc<sup>177</sup>.

Um intelectual das dimensões de Ignacio Rangel provoca, necessariamente, invejas e ciúmeiras. Nas autobiografias que escreveram, tanto R.Campos como C.Furtado ignoram a existência de Rangel. O primeiro apenas o arrola entre os participantes da assessoria de Vargas, enquanto o segundo se esquece da convivência que teve com Rangel em Santiago do Chile em 1954. Repita-se que Rangel criticou pelos jornais as análises e propostas de ambos sobre os problemas brasileiros nas décadas de 60 e 80, sem nunca ter sido contestado. A defesa que Rangel fez, corajosa e seguidamente, da inflação, recebeu críticas apenas de G.Mantega e P.Sandoni, os quais após as respostas desistiram do debate e Jacob Gorender “criticou” a dualidade e, diante da réplica, prometeu resposta, que nunca aconteceu. O diálogo e a polêmica, aliás, não são o forte da vida intelectual pobre e autoritária como a nossa. Rangel foi pioneiro em assinalar as qualidades e defeitos do pensamento cepalina, quando toda a esquerda vivia, nas décadas de 50 e 60, em lua-de-mel com a CEPAL, mas, quando o ex-cepalinos resolveram renega-la, usaram a sua crítica, sem apontar o crédito intelectual.

Bresser Pereira foi o primeiro a apontar a pirataria que atingiu a produção intelectual de Rangel<sup>178</sup>, mas ele próprio foi responsável ultimamente por alterações na cronologia e composição de classes das dualidades, sem nenhuma base nas rupturas dos pactos de poder, longe portanto do pensamento rangeliano<sup>179</sup>. O ostracismo, a pirataria e a reinterpretação das idéias de Ignacio Rangel mereceriam um estudo, tão numerosos eles são, e por isto mesmo não causa surpresa descobrir que a antiga Ação Popular, do movimento estudantil das décadas de 60 e 70, para compatibilizar Jesus Cristo e Marx, dada sua origem católica e sua orientação socialista, usou a expressão “contemporaneidade do não-coetâneo”, para explicar a convivência ao mesmo tempo de idéias de épocas diferentes, conceito desenvolvido por Rangel para caracterizar a combinação de elementos que compunham as dualidades básicas<sup>180</sup>.

Como Goethe, entre outros, Rangel não sofreu a “angústia da influência”, que inferniza hoje em dia tantos anões intelectuais preocupados antes de tudo com a

---

<sup>177</sup> A primeira pergunta foi formulada por Margareth A.Pimenta (UFSC) e a última por M.Graciana de Deus Vieira (UDESC).

<sup>178</sup> Prefácio à terceira edição de *A inflação brasileira*, São Paulo, Ed.Brasiliense, 1977, ao se referir a A.Delfim Netto.

<sup>179</sup> L.C.Bresser Pereira e J.M.Rego. Um mestre da economia brasileira: Ignacio Rangel, *Rev.Ec.Pol.*, nº 50, 1993, sobretudo quadro 1, p 109.

<sup>180</sup> Apresentação de Guerreiro Ramos à *Dualidade básica da economia brasileira*, ISEB, 1957 e “Chegou a vez da AP”, *Isto É*, nº 1322, 1/2/95.

autopromoção. Para construir o edifício luminoso de suas idéias, Rangel apelou para gênios como Marx e Lênin, grandes economistas como Keynes e Schumpeter, bem como dialogou com parceiros como Jesus Soares Pereira, Juvenal Osório Gomes, Jorge Ahumada, Domar Campos e outros, todos devidamente reconhecidos<sup>181</sup>.

Tanto para Ignacio Rangel quanto para Gramsci a verdade é revolucionária, daí correndo sua posição intransigente de remar contra a corrente, sempre que necessário, contra monetaristas e estruturalistas na questão da inflação brasileira, por exemplo. Daí ter sido sempre incômodo para os interesses poderosos e seus representantes no mercado de idéias e de “formadores” de opinião. Sua fidelidade, tanto para consigo mesmo quanto para com os interesses dos trabalhadores e da nação, fez com que encarasse cada questão econômica qual um jogo de forças e verdade a ser esclarecida, como no caso da poupança econômica provindo: 1) de arrocho salarial e, portanto, reacionária; 2) do exterior e por isto causadora de dependência e 3) do uso da capacidade ociosa e, portanto, do interesse dos trabalhadores e da nação. Quem, no Brasil, põe o dedo na ferida de maneira tão clara? Quem aponta para o futuro de maneira tão consciente?

A luz de Ignacio Rangel, certamente, continuará a iluminar o Brasil por longo tempo.

---

<sup>181</sup> H.Bloom, *A angústia da influência*, Imago, 1991, p 83 e segs.; M.Vieira de Mello. *O cidadão, ensaio de política filosófica*, Topbooks, 1994 observa “somos uma cultura de miniaturas que pensam estar apresentando grandes painéis ou, se preferirem, uma cultura de anões que pensam ser gigantes”, p 17. A Rangel caberiam as palavras de Goethe sobre o papel das influências intelectuais: “somente quando transformamos as riquezas dos outros em nossas próprias riquezas seremos, de fato, capazes de dar vida a algo de grandioso” (apud H.Bloom, op.cit., p 87).

## NOTAS SOBRE AS RAÍZES E ORIGINALIDADE DO PENSAMENTO DE IGNACIO RANGEL.

### I

Foi muito justa a escolha feita em 1980 por Bresser Pereira, dos patronos da *Revista de Economia Política*: Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Ignacio Rangel. De longe Rangel era o menos conhecido do público em geral e mesmo dos economistas e podendo-se dizer que ainda hoje ele não é lembrado na maioria dos cursos de graduação e pós-graduação de economia e ciências humanas, colonizados por modismos, ideologismos e interesses dos poderosos, apesar de ser o mais criativo e original dos economistas brasileiros, como se vai reconhecendo pouco a pouco<sup>182</sup>.

Dos três patronos, o primeiro a se destacar foi C.Prado Jr. com *Evolução Política do Brasil* (1933), obra importante, que inspirou Rangel na idéia da continuidade e lenta transformação econômica e política das classes dominantes brasileiras, como no exemplo do fim da escravidão, precedido gradual e seguramente, durante décadas, pela abolição do tráfico, pela lei do ventre livre e pela lei dos sexagenários. Mas as idéias de C.Prado Jr. sobre o empreendimento comercial europeu, não foram totalmente encampadas por Rangel<sup>183</sup>, preocupado em analisar a formação social brasileira a partir da combinação de modos de produção, categoria marxista quase ausente das preocupações de seu antecessor. Assim, enquanto C.Prado Jr. valorizava a visão comercial (“economia exportadora, latifundiária e escravista”), Rangel enfatizava o caráter escravista e feudal do senhor de engenho: senhor de escravos no interior de sua propriedade, que era obtida como concessão do rei de Portugal, de quem era vassalo. Ao invés de um marxismo adocicado, um marxismo mais rigoroso.

Por seu lado C.Furtado também se baseou em C.Prado Jr. como ponto de partida, reforçando a idéia de empreendimento comercial europeu e dando excessiva importância às relações centro-periferia, com pouco ou nenhum uso da categoria relações de produção. Inventou a pobre e insistente distinção entre desenvolvimento e crescimento, tão cara aos sociais-democratas, mas teve o mérito de trabalhar a idéia fundamental da constituição de um centro dinâmico interno à economia brasileira, a partir da crise de 1929-30<sup>184</sup>.

---

<sup>182</sup> Cap. V da parte I de R.Bielschowsky: *Pensamento econômico brasileiro*, IPEA, 1988, onde não se confunde Rangel com a CEPAL, como faz G.Mantega: *A economia política brasileira*, Vozes, cap.2.

<sup>183</sup> I.Rangel. A história da dualidade brasileira, *Rev.Ec.Pol.*, nº 4, 1981, p 5-34.

<sup>184</sup> Cap. V de C. Furtado. *Formação econômica do Brasil*. Cia Ed.Nac.

No plano dos trabalhos históricos as idéias de C.Prado Jr. e C.Furtado alcançaram o limite máximo nos estudos de F.Novais, enquanto neste plano as idéias de Rangel mal começaram a ser aplicadas por G.Paim<sup>185</sup>. Os ideários de C.Prado Jr. e C.Furtado esgotaram-se por várias razões: 1) falta de análise rigorosa da formação social brasileira e do processo de acumulação no Brasil, acompanhada de propostas desligadas da realidade econômica e política; 2) ênfase excessiva no atraso econômico brasileiro<sup>186</sup>, que resultava em lamúrias, busca de bode expiatórios (burguesia industrial incapaz, PCB ineficiente, etc.) e voluntarismo ou imobilismo político e 3) choque com a realidade pós-64, pois a retomada da economia a partir de 1967 desmentiu as idéias que defendiam.

Além disto tanto C.Prado Jr. como C.Furtado realizaram um percurso excessivamente intelectual, sem preocupação mais profunda com a prática política, própria ou de terceiros. A trajetória intelectual de C.Prado Jr. foi uma imitação empobrecida da trajetória de Marx, com três áreas de preocupação: história, economia política e filosofia, mas sem um percurso político semelhante.

O golpe militar de 1964 e o debate que se seguiu chamaram a atenção para as idéias de Rangel, pois o “estagnacionismo” de C.Furtado e a busca de bodes expiatórios por C.Prado Jr. (“feudalismo” do PCB etc.) foram demonstrando o esgotamento teórico de suas proposições. Antes do golpe militar somente Rangel, na esquerda, havia demonstrado fôlego teórico nos debates, aliás nunca respondidos, com os monetaristas com Eugênio Gudin e Roberto Campos e estruturalistas com C.Furtado<sup>187</sup>. Assim, após 1964 alguns cepalinos passaram a considerar a existência de Rangel, como foi o caso, entre outros, de P.Singer, Bresser Pereira e Francisco Oliveira em São Paulo e M.Conceição Tavares e Carlos Lessa no Rio de Janeiro, às vezes sem lhe dar os devidos créditos e frequentemente em misturas indigestas de idéias.

Diferentemente de C.Prado Jr. e C.Furtado, Rangel estabeleceu, com muita ênfase, a relação dialética entre atraso e dinamismo econômico no Brasil, como Trotsky havia feito para a Rússia tsarista<sup>188</sup>. O atraso foi condição do dinamismo, que se manifestou tanto nas fases de inserção na divisão internacional do trabalho, como nas fases de crescimento para dentro (períodos de depressão mundial), conseguindo montar um quebra-cabeça completo

---

<sup>185</sup> F.Novais: Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (177-1808), Hucitec, 1979. G.Paim. *Industrialização e economia natural*. ISEB, 1957.

<sup>186</sup> “O trabalho intelectual a que me dediquei durante toda a vida teve como ponto de partida o desejo, que cedo me empolgou, de conhecer as razões de nosso atraso no processo de industrialização que marca a história contemporânea do final do século XVIII”. C.Furtado. *Brasil – a construção interrompida*. Paz e Terra, 1992. p 73.

<sup>187</sup> I.Rangel. *Do ponto de vista nacional*. Biental-BNDES, *A inflação brasileira*. 1963, etc.

<sup>188</sup> Trotsky. *História da revolução russa*. Paz e Terra, 1 vol. cap I.

da formação social brasileira, no qual o todo (dualidade básica) integra as partes aparentemente confusas e dissociadas. Por isto as idéias de Rangel têm ainda hoje um longo percurso a realizar, pois se nem todo marxista é dialético (Bukharin p.ex.), e nem todo dialético é marxista (Golbery, p.ex.), a presença de uma forte base dialética dá uma força enorme à produção intelectual.

## II

Rangel possuía algumas características intelectuais que lhe nasceram muito precocemente e que se mantiveram constantes por toda a vida. Entre elas podemos destacar a independência intelectual, o raciocínio dialético, a cultura humanística e o pensamento vinculado à realidade política e econômica. Estas características foram transmitidas principalmente por seu pai, juiz de Direito, formado em Recife, cujo trabalho exerceu em oposição política à velha república, sofrendo sucessivas transferências pelas comarcas do interior do Maranhão, bem como suspensão de vencimentos. Assim foi descrito o ambiente de mandonismo feudal que cercou a carreira de seu pai; “o prestígio das agremiações políticas do interior dependia, por excelência, da facilidade com que seus chefes pudessem manobrar por trás da autoridade daqueles que, investidos de funções na magistratura, no Ministério Público e na Polícia Civil e Militar, partiam para a insegurança dos seus postos, nessas regiões longínquas e escravizadas”. Enquanto a maioria dos juízes e promotores do Maranhão da época se deixava dobrar, como parece ter sido o caso do genitor do político estadual de maior poder hoje em dia, o pai de I.Rangel se manteve íntegro, cultivando hábitos modestos de consumo e mantendo os filhos ocupados nos estudos e na economia doméstica de pequenas plantações e criações<sup>189</sup>.

Ignacio Rangel foi educado pelo seu pai, sendo este seu professor de primeiras letras. Preparando-o para ser juiz, imbuiu-o desde espírito de independência e, por isto mesmo, legou-lhe igualmente o espírito de luta, que fez parte da tradição familiar pelo menos desde a época da independência do Brasil, quando um bisavô esteve preso por cinco anos e cujo irmão foi fuzilado, ambos pela participação na revolução de 1817. Daí a profunda simpatia de seu pai pela coluna Prestes e sua militância na Aliança Liberal, que acabou conduzindo Ignacio Rangel a participar, com apenas 16 anos, com armas nas mãos, da Revolução de 30. Ao mesmo tempo, foi educado no gosto pelos conhecimentos gerais,

---

<sup>189</sup> I.Rangel. *Um fio de prosa autobiográfica com Ignacio Rangel*. Ed.Sioje, 1991, e em especial, o discurso de Pedro José de Oliveira na OAB, Maranhão em 1944. p 90.

desde astronomia até antiguidade clássica e em geografia, por exemplo, dispôs do Atlas Geográfico e Histórico de Vidal de La Blache, editado em 1911 na França. No ginásio, Rangel lia, no original, Victor Hugo, Alexandre Dumas, Jules Michelet e outros<sup>190</sup>. Outra herança fundamental de seu pai foi a formação do raciocínio dialético, decorrente da própria teoria prática da magistratura, que exige o conhecimento do chamado “contraditório”; isto é, as razões expostas pelos dois lados em questão, as quais eram seguidas pela síntese, produzida pela decisão judicial.<sup>191</sup> O raciocínio dialético foi aprofundado na disciplina Filosofia do Direito, ministrada pelo professor Antônio Lopes da Cunha, da Faculdade de Direito de São Luís, que discutia e dialetizava a classificação das ciências de Auguste Comte, estabelecendo, por exemplo, relações entre Direito e Economia, relação que acabou sendo um dos objetos intelectuais prioritários de Ignacio Rangel.

Assim sendo, o raciocínio dialético foi muito cedo acoplado, na vida de Rangel, à realidade política e econômica concreta, com na vinculação entre a independência política do pai e a doméstica familiar, mantida como forma de sobrevivência. Seus compromissos políticos, herança paterna, levaram-no à militância político-militar em 1930, com tomada de 24º BC. Mas os rumos da revolução desagradaram Rangel, já em 1931 tomou conhecimento do *Manifesto Comunista*, de Marx e Engels, o qual lhe mostrou o mundo como uma dialética de conflitos, que ele já conhecia da vida profissional do pai e da leitura históricas (Revolução Francesa, por exemplo). Iniciou militância na juventude comunista e logo depois adotou o programa político da ANL, que o levou em 1935 a interromper o curso de Direito e a organizar duzentos camponeses no sertão do Maranhão, armados e prontos a lutar pela reforma agrária. O fracasso da revolução e os dois anos de prisão no Rio de Janeiro obrigaram-no a estudar, atrás das grades, as causas da derrota. Percebeu que a economia, sem nenhuma reforma agrária, indispensável à industrialização conforme o programa da ANL, havia voltado a crescer, contrariando a interpretação que aceitara até então. Repetiria-se, então, com Ignacio Rangel e mesmo ocorrido com Antonio Gramsci, dez anos antes, com resultados semelhantes; isto é, a aplicação de uma cabeça privilegiada à explicação da derrota, que o levou às intermináveis discussões e leituras na prisão

---

<sup>190</sup> Entrevista de I.Rangel à *Geosul*, nº 5, 1988.

<sup>191</sup> P.Mercadante: “Ignacio Rangel e a substância de nossa realidade”. 1º Simpósio Nacional *O Pensamento de I.Rangel*, UFSC.

(Lapidus e Ostrovitianov; *Princípios de economia política*, por exemplo), marcando sua determinação de estudar economia e decifrar os segredos da formação social brasileira<sup>192</sup>.

Além de elaborar a idéia da desnecessidade de reforma agrária para o avanço da industrialização, idéia de fundamental importância, I.Rangel igualmente esboçou, nos anos de cárcere, um esquema de dualidade da formação social brasileira, partindo e aprofundando a idéia da Internacional Comunista de que a revolução nos países coloniais e semicoloniais tinha duas faces, uma antiimperialista e outra antifeudal. Percebeu que desde o período colonial o Brasil tinha um pólo externo e outro interno e, estudioso da história brasileira e mundial, viu que instituições feudais, como as capitânicas hereditárias, misturavam-se com instituições escravistas, como na economia açucareira nordestina. De maneira semelhante, Trotsky havia-se referido à Rússia tsarista, onde o vínculo externo das grandes indústrias era o sistema bancário da Europa ocidental.<sup>193</sup>

Retornando a São Luiz em 1937, onde nas horas vagas não interrompia suas leituras<sup>194</sup>, I.Rangel foi obrigado pela ditadura a residir nessa cidade até 1945, retomando os estudos de Direito, interrompidos logo depois pelo fechamento da escola, pois o interventor não conseguia suportar sua militância política (eleição da rainha dos estudantes, que agitou a cidade em 1939 e colaboração nos jornais). Trabalhou, na primeira metade dos anos 40, na indústria Martins Irmãos & Cia, inicialmente na parte administrativa e depois dentro da fábrica, onde descobriu e corrigiu nós-de-estrangulamentos nas diversas seções, adquirindo uma experiência rara.

Experiências revolucionárias como as de Ignacio Rangel em 1930 e em 1935, verdadeiras provas de fogo, além do trabalho em firma industrial, não forma vividas pela grande maioria dos economistas e cientistas sócias no Brasil e no mundo. Que diferença gigantesca em relação aos Bacha, Malan, FHC e outros, que entraram e saíram da esquerda como se tivesse ido a uma festa de debutantes.

### III

No início de 1945, nos últimos meses de ditadura Vargas, Ignacio Rangel se livrou do domicílio coacto em São Luis e foi ao Rio de Janeiro, onde trabalhou, junto com a

---

<sup>192</sup> As idéias básicas de Rangel, desenvolvidas ao longo de sua vida, nasceram no seu dizer “no único lugar onde havia liberdade naquele tempo, no Brasil, isto é, nas prisões da ditadura”, prefácio de *Ciclo, tecnologia e crescimento*, Civ.Brasileira, 1980.

<sup>193</sup> Trotsky: obra citada.

<sup>194</sup> S.Wanick Ribeiro. “O pensamento de Ignacio M. Rangel”. Simpósio Nacional.

esposa, como tradutor, principalmente nas agências estrangeiras de notícias. Limitava seu tempo de traduções ao estrito necessário para a sobrevivência e usava o restante ao estudo de economia, à conclusão do curso de Direito e à militância política. Redigia, para clarear suas idéias, textos de economia. Apresentou em exame na Faculdade Nacional de Direito, em 1947, pela primeira vez por escrito, seus conceitos de dualidade da formação social brasileira. Militou no PCB na célula Theodore Dreiser, com Graciliano Ramos, Gilberto Paim e outros intelectuais<sup>195</sup>, discutindo freqüentemente as relações entre industrialização e questão agrária no Brasil e, por conseqüência, o programa do PCB, o que acabou provocando a sua saída<sup>196</sup>.

Assim, a partir de 1945, Rangel assumiu basicamente a tarefa de estudar as peculiaridades do desenvolvimento brasileiro, que já havia intuído nos anos de prisão (1935-37) e na Martins Irmãos & Cia. (1940-45), tendo-se apoiado nos clássicos marxistas, no aprofundamento dos conhecimentos da economia e na grande bagagem de história mundial e brasileira<sup>197</sup>. Daí resultaram seu texto clássico *A dualidade básica da economia brasileira*, escrito em quatro fins de semanas em 1953, para obtenção do título de economista, que só lhe foi concedido em 1958, assim com *El desarrollo económico em Brasil*, tese apresentada junto à CEPAL, em Santiago do Chile, em 1954<sup>198</sup>. Nos dois trabalhos de Ignacio Rangel acrescentou aos seus mestres Marx e Lênin conhecimentos assimilados em A.Smith, Keynes, Schumpeter e Leontiev, combinação que a escola francesa da regulação (M.Aglieta, R.Boyer e outros) realizou mais vinte anos depois, com resultados semelhantes, pois as sucessivas substituições de importações apontadas com antecedência por Rangel para o Brasil (natural, pequena produção mercantil urbana e industrial), correspondem a verdadeiras regulações econômicas, incluindo seus enquadramentos jurídico-institucionais.

Desde estas duas obras fundamentais até o final da sua vida, Rangel produziu um panorama completo da formação social brasileira, amiúde construindo apenas as vigas

---

<sup>195</sup> G.Paim. “Ignacio Rangel – um intérprete original da realidade brasileira”. Paim atribui a dissolução da célula em 1946 à intolerância da direção do PCB às idéias de I.Rangel. Note-se que, como na Itália, boa parte dos intelectuais de esquerda era proveniente das regiões mais atrasadas.

<sup>196</sup> I.Rangel fez ver a Prestes os erros do PCB quanto à questão agrária, recebendo estímulo para preparar texto contendo suas idéias, que Arruda Câmara negou a dar encaminhamento, provocando sua saída da organização. De maneira estranha, semanas após seu desligamento, Rangel recebeu “convite” do governo Dutra para integrá-lo.

<sup>197</sup> Além dos textos de Marx, Rangel se apoiava em Lênin: *Desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, notando a semelhança com o Brasil no que se refere à dissolução do complexo rural e industrialização, relação até hoje percebida por pouca gente, conforme G.Paim, obra citada.

<sup>198</sup> Em Santiago propôs aprofundamento das temáticas referentes a planejamento e projetos, dialogando frutiferamente com J.Ahumada, que depois escreveu *Teoria y programación del desarrollo económico* e teve que defender seu texto de tese contra opiniões desfavoráveis dos cepalinos mais convictos.

mestras, mas abarcando questões variadas como poupança, financiamento, dívidas externa e interna, inflação, reforma agrária, questão do Estado e assim sucessivamente. Como um dos raros intelectuais de grande porte no Brasil, se tomássemos tão-somente *A inflação brasileira* já seria o caso de se pensar em Prêmio Nobel, como observou M.H.Monteiro de Castro<sup>199</sup>.

Mesmo trabalhando em condições difíceis, se o compararmos a C.Prado Jr. e C.Furtado por exemplo, diferentemente deles Ignacio Rangel soube desde o início distinguir suas tarefas intelectuais daquelas que poderia ser executadas por outros, tendo assim construído as vigas mestras, como já se disse, deixando para outros uma vasta tarefa de complementação, comprovação ou crítica às suas postulações. Seus esquemas podem ser ampliados: assim, a pequena produção mercantil, executada por escravos de ganho ou de aluguel nas cidades brasileiras, como processo de substituição de importações no período depressivo mundial 1873-96, apareceu precocemente na cidade do Rio de Janeiro no período 1815-48 e tardiamente na economia do Nordeste feudal no período 1920-48, conforme pesquisas recentes vão demonstrando.

Como pioneiro, Rangel tinha interesse em formular esboços teóricos, os quais devem ser desenvolvidos por estudiosos motivados com a tarefa. Daí seu interesse na formação cultural, que não deixou de fazer nunca, percorrendo o Brasil a proferir palestras em universidades, sindicatos etc. Nesta como em outras atividades foi imbuído de espírito missionário e de servidor público, o que explica sua admiração por Jesus Soares Pereira. Na verdade, as diferentes idéias esboçadas e desenvolvidas por Ignacio Rangel dão muita margem às pesquisas subseqüentes, diferentes da imensa maioria de pesquisas acadêmicas destinadas a satisfazer necessidades de titulação e arrivismo. Considerando suas formulações sobre dualidades na formação social brasileira, podemos perguntar: 1) se a teoria da dualidade não é aplicável a outras situações coloniais e semicoloniais nascidas da expansão européia no mundo; 2) se a sua formulação de pólo externo, com um lado no Brasil e outro no exterior, não dá encaminhamento à contradição do externo-interno nas formações coloniais e semicoloniais do capitalismo central; 3) se as pressões de baixo e mudanças de cima que aparecem no Brasil desde o período colonial já não são manifestações precoces da via prussiana, que vai se explicitar com tanta força da periferia

---

<sup>199</sup> Conforme observou em “Dualidades: modernidade e atualidade”, 1º Simpósio Nacional “O pensamento de I.Rangel”, UFSC.

do capitalismo central e 4) se as dualidades brasileiras, tendo abarcado estruturas distintas, não implicaram em pactos regionais específicos etc<sup>200</sup>.

Um intelectual das dimensões de Ignacio Rangel provoca, necessariamente, invejas e ciúmeiras. Nas autobiografias que escreveram, tanto R.Campos como C.Furtado ignoram a existência de Rangel. O primeiro apenas o arrola entre os participantes da assessoria de Vargas, enquanto o segundo se esquece da convivência que teve com Rangel em Santiago do Chile em 1954. Repita-se que Rangel criticou pelos jornais as análises e propostas de ambos sobre os problemas brasileiros nas décadas de 60 e 80, sem nunca ter sido contestado. A defesa que Rangel fez, corajosa e seguidamente, da inflação, recebeu críticas apenas de G.Mantega e P.Sandoni, os quais após as respostas desistiram do debate e Jacob Gorender “criticou” a dualidade e, diante da réplica, prometeu resposta, que nunca aconteceu. O diálogo e a polêmica, aliás, não são o forte da vida intelectual pobre e autoritária como a nossa. Rangel foi pioneiro em assinalar as qualidades e defeitos do pensamento cepalina, quando toda a esquerda vivia, nas décadas de 50 e 60, em lua-de-mel com a CEPAL, mas, quando o ex-cepalinos resolveram renega-la, usaram a sua crítica, sem apontar o crédito intelectual.

Bresser Pereira foi o primeiro a apontar a pirataria que atingiu a produção intelectual de Rangel<sup>201</sup>, mas ele próprio foi responsável ultimamente por alterações na cronologia e composição de classes das dualidades, sem nenhuma base nas rupturas dos pactos de poder, longe portanto do pensamento rangeliano<sup>202</sup>. O ostracismo, a pirataria e a reinterpretação das idéias de Ignacio Rangel mereceriam um estudo, tão numerosos eles são, e por isto mesmo não causa surpresa descobrir que a antiga Ação Popular, do movimento estudantil das décadas de 60 e 70, para compatibilizar Jesus Cristo e Marx, dada sua origem católica e sua orientação socialista, usou a expressão “contemporaneidade do não-coetâneo”, para explicar a convivência ao mesmo tempo de idéias de épocas diferentes, conceito desenvolvido por Rangel para caracterizar a combinação de elementos que compunham as dualidades básicas<sup>203</sup>.

Como Goethe, entre outros, Rangel não sofreu a “angústia da influência”, que inferniza hoje em dia tantos anões intelectuais preocupados antes de tudo com a

---

<sup>200</sup> A primeira pergunta foi formulada por Margareth A.Pimenta (UFSC) e a última por M.Graciana de Deus Vieira (UDESC).

<sup>201</sup> Prefácio à terceira edição de *A inflação brasileira*, São Paulo, Ed.Brasiliense, 1977, ao se referir a A.Delfim Netto.

<sup>202</sup> L.C.Bresser Pereira e J.M.Rego. Um mestre da economia brasileira: Ignacio Rangel, *Rev.Ec.Pol.*, nº 50, 1993, sobretudo quadro 1, p 109.

<sup>203</sup> Apresentação de Guerreiro Ramos à *Dualidade básica da economia brasileira*, ISEB, 1957 e “Chegou a vez da AP”, *Isto É*, nº 1322, 1/2/95.

autopromoção. Para construir o edifício luminoso de suas idéias, Rangel apelou para gênios como Marx e Lênin, grandes economistas como Keynes e Schumpeter, bem como dialogou com parceiros como Jesus Soares Pereira, Juvenal Osório Gomes, Jorge Ahumada, Domar Campos e outros, todos devidamente reconhecidos<sup>204</sup>.

Tanto para Ignacio Rangel quanto para Gramsci a verdade é revolucionária, daí correndo sua posição intransigente de remar contra a corrente, sempre que necessário, contra monetaristas e estruturalistas na questão da inflação brasileira, por exemplo. Daí ter sido sempre incômodo para os interesses poderosos e seus representantes no mercado de idéias e de “formadores” de opinião. Sua fidelidade, tanto para consigo mesmo quanto para com os interesses dos trabalhadores e da nação, fez com que encarasse cada questão econômica qual um jogo de forças e verdade a ser esclarecida, como no caso da poupança econômica provindo: 1) de arrocho salarial e, portanto, reacionária; 2) do exterior e por isto causadora de dependência e 3) do uso da capacidade ociosa e, portanto, do interesse dos trabalhadores e da nação. Quem, no Brasil, põe o dedo na ferida de maneira tão clara? Quem aponta para o futuro de maneira tão consciente?

A luz de Ignacio Rangel, certamente, continuará a iluminar o Brasil por longo tempo.

---

<sup>204</sup> H.Bloom, *A angústia da influência*, Imago, 1991, p 83 e segs.; M.Vieira de Mello. *O cidadão, ensaio de política filosófica*, Topbooks, 1994 observa “somos uma cultura de miniaturas que pensam estar apresentando grandes painéis ou, se preferirem, uma cultura de anões que pensam ser gigantes”, p 17. A Rangel caberiam as palavras de Goethe sobre o papel das influências intelectuais: “somente quando transformamos as riquezas dos outros em nossas próprias riquezas seremos, de fato, capazes de dar vida a algo de grandioso” (apud H.Bloom, op.cit., p 87).

## INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO DE IGNACIO RANGEL

Seria pretensão tentar discutir em poucas páginas as idéias de Ignacio Rangel. A oportunidade de publicarmos o texto “Dualidade e ciclo longo”, que ele teve a bondade de trazer à apreciação da 4ª Semana de Geografia da UFSC (23 a 28/5/83), levou o Conselho de Redação da GEOSUL a propor estas notas, visando didatizar suas idéias aos estudiosos de geografia.

Diga-se, inicialmente, que, na década de 50, quando eram muito difundidas as luminosas idéias de Caio Prado Júnior sobre História do Brasil, surgiram novos pensadores inspirados em suas interpretações, entre os quais Ignacio Rangel e Celso Furtado. Na grande obra Formação Econômica do Brasil, Celso Furtado teve o mérito de enfatizar o surgimento no pós-30 de um centro dinâmico interno (industrial) na economia brasileira, que aliás já estava esboçado antes, pois na década de 20 a economia cafeeira era o principal setor produtivo brasileiro, mas a indústria têxtil já era nitidamente o segundo setor. A propaganda maciça das idéias deste economista e da CEPAL em geral nas décadas de 50 e 60 serviu, entre outras coisas, para ocultar as interpretações altamente originais de Ignacio Rangel, que não se enquadravam nas tradições da CEPAL, mas nas engatinhantes idéias marxistas, que haviam sido reforçadas por Caio Prado Júnior.

A contribuição de Ignacio Rangel à interpretação da história, da política, da economia brasileira é muito vasta e rica. Pretendemos, tão somente, chamar a atenção para algumas de suas idéias fundamentais: 1) dualidade básica da economia brasileira, 2) papel dos ciclos longos ou Kondratieff, 3) papel dos ciclos breves ou Juglar e 4) capacidade ociosa e pontos de estrangulamento na economia.

As idéias de Caio Prado Júnior sobre o papel das classes dominantes brasileiras na transição de um regime político-econômico a outro, como no caso dos senhores de escravos, que controlaram o processo de lenta superação do trabalho escravo (sob pressão dos acontecimentos realizaram paulatinamente pequenas mudanças como lei do ventre-livre, mais tarde lei dos sexagenários e só finalmente a libertação dos escravos), provavelmente inspiraram Ignacio Rangel na percepção de que as mudanças no Brasil são provocadas por pressão de baixo (das forças produtivas em última instância) e controladas e postas em prática de cima para baixo, pois o Estado brasileiro se compõe de duas classes dominantes, uma hegemônica, em processo de fragmentação e esvaziamento no final de

sua gestão e outra subalterna, mas dinâmica economicamente, que só alcança a hegemonia após um vasto treinamento do exercício do poder<sup>1</sup>.

Assim, os senhores de escravos, hegemônicos de 1822 a 1888 (1ª Dualidade), transformaram-se em latifundiários feudais, tendo permanecido no poder de 1889 a 1930 em posição subalterna frente aos grandes comerciantes das cidades de exportação e importação (Rio, São Paulo-Santos, Recife, Salvador, etc.). Tais latifundiários feudais assumiram a hegemonia em 1930, liderando uma frente (os industriais eram os aliados principais) que defendeu a expansão do mercado interno (3ª Dualidade de 1930 a 1985), num processo de substituição de importações industriais.

Já os comerciantes export-import do Rio e de outras praças assumiram na 1ª Dualidade o poder de maneira subalterna, mas alcançaram a hegemonia na 2ª Dualidade (1889-1930), integrando crescentemente a economia brasileira à divisão internacional do trabalho (café, borracha, cacau, etc.), tendo os latifundiários ex-escravistas como seus aliados. Ao longo do processo, parte destes grandes comerciantes foram se transformando em industriais (Afonso Vizeu, Klabin, Zerrenner e Von Bülow, Lundgren, etc.) e nesta condição, de setor dissidente da classe hegemônica da 2ª Dualidade, participaram como sócios minoritários da 3ª Dualidade. A burguesia industrial cresceu gigantesco no período posterior a 1930 e chegou à hegemonia na 4ª Dualidade (1985) e vai atraindo o empresariado rural, dissidência dos latifundiários feudais decadentes, à condição de sócio-minoritário.

A base econômica das dualidades dos regimes político-econômicos acima descritos não nasce apenas das forças produtivas e relações de produção internas do país, mas também da evolução das relações que nossa economia periférica mantém com as economias centrais. As relações externas são determinantes do desenvolvimento das forças produtivas internas e, conseqüentemente, também das relações de produção internas<sup>2</sup>. Note-se o caráter moderno da visão marxista de Rangel de não reduzir a formação social brasileira aos seus limites territoriais, já que nascemos e continuamos até agora inseridos no conjunto da economia mundial capitalista. Só recentemente este tipo de abordagem voltou a ser difundido<sup>3</sup>, após o pesado domínio stalinista e cepalino.

Tomando o exemplo da 2ª Dualidade (1889-1930), temos que as relações internas do latifúndio eram feudais (quase-camponesas, no dizer de Chico de Oliveira), mas o latifundiário tinha se transformado, com a mercantilização da economia, em comerciante ao vender a produção feudal ao mercado. Assim, o pólo interno da dualidade (latifúndio) tinha um caráter feudal interno e de capital mercantil externo. A produção era adquirida

pelo capital mercantil de *export-import* (pólo externo), que no seu relacionamento externo estava acoplado ao capital industrial da metrópole inglesa (face externa do nosso pólo externo). Esta combinação de modos de produção distintos nos permite falar em dualidade da formação sócio-econômica brasileira e certamente de outras formações sociais periféricas<sup>4</sup>.

Rangel percebeu que as dualidades assinaladas na formação social brasileira estavam fortemente relacionadas aos ciclos longos emanados do centro do sistema capitalista. Foi N. Kondratieff, economista russo, quem descobriu na década de 20, a partir do estudo das estatísticas econômicas referentes à Inglaterra, França, Alemanha e E. Unidos, desde fins do século XVIII até inícios do século XX, que a economia capitalista industrial caracterizava-se por conter e se condicionar aos ciclos longos de 50 anos de duração aproximada, sendo a primeira metade ascendente (fase “a”) e a segunda depressiva (fase “b”), como consta no gráfico anexo. Nas fases ascendentes eram postas em prática invenções tecnológicas básicas, que elevavam fortemente a produtividade do trabalho (máquina a vapor para a 1ª Revolução Industrial), e que sendo paulatinamente estendidas a toda a economia acabavam baixando a taxa de lucro, desestimulando os investimentos e provocando uma fase de depressão (fase **b** do ciclo longo), na qual novamente eram gestadas mudanças tecnológicas básicas, que postas em prática, elevavam a taxa de lucro, garantindo a retomada dos investimentos e da expansão (fase **a** do novo ciclo longo).

Nas fases de expansão dos ciclos longos (1790-1815/1848-1876/1896-1921/1948-1973) o centro do sistema capitalista tem necessidade de mais matérias-primas, alimentos e mercados consumidores da periferia, tendo interesse em aprofundar a divisão internacional do trabalho, bem como expandir geograficamente seu raio de atuação, inclusive incorporando novos territórios. Nesta fase são alocados grandes recursos tanto no centro como na periferia, visando a atender a expansão em curso. Nas fases de depressão dos ciclos de Kondratieff (1815-1848/1876-1896/1921-1948/1973-....), diminuindo o ritmo econômico do centro do sistema capitalista, vai ocorrendo uma contração das quantidades e dos preços das matérias-primas e alimentos produzidos na periferia. Como os recursos em uso nas áreas periféricas estavam em parte voltados ao atendimento do comércio internacional, que passou a declinar nas fases “b” dos ciclos longos, estes recursos sob forma de terras, trabalhadores e capitais entraram parcialmente em ociosidade, tendo sido necessário procurar utilizações que lhes dessem rendimentos, levando a economia de alguns países periféricos a se concentrarem na produção de artigos tradicionalmente importados, isto é, na produção de substituições de importação. Foi Rangel o primeiro a

perceber que o processo foi muito precoce no Brasil: 1) no período 1815-1848 ocorreu no interior das fazendas de escravos uma substituição natural de importações, o que explica a produção de tecidos destinados ao consumo das fazendas (no recenseamento de 1871 existiam 400.000 pessoas no Brasil ocupadas na produção rural de tecidos), 2) no período de 1873-1896 ocorreu um processo de substituição artesanal-mercantil de importações, destinado ao atendimento das necessidades urbanas, que se haviam expandido sob a forma de oficinas de conserto (negros de ganho, etc.), 3) com a contração mundial acelerada após-30 e que durou até 1948, várias partes da periferia capitalista, e o Brasil em particular, reagiram num esforço principal de substituição industrial de importação, iniciado anteriormente mas que se acelerou desde então.

Note-se que as dualidades brasileiras, como vimos acima, foram abertas nos períodos de depressão do comércio mundial, que provocavam a necessidade de novos relacionamentos da periferia com o centro. Assim, a 1ª Dualidade, que começou com o processo da independência (1815-1822), coincide, não casualmente, com o início da fase depressiva do 1º ciclo longo, como a 2ª Dualidade, que se abriu com Abolição-República, igualmente iniciou-se no período de depressão do 2º ciclo longo e a 3ª Dualidade começa em 1930, em plena depressão do 3º ciclo longo e a 4ª Dualidade vai começando em plena depressão mundial que estamos vivendo. Estas Dualidades correspondem a reajustamentos estruturais importantes, isto é a mudanças das bases econômico-políticas da sociedade, principalmente das relações de produções, que lembram as mudanças das regulações no centro do sistema capitalista (organização fordista, economia keynesiana, etc.), como assinalam recentemente os economistas franceses<sup>5</sup>. Novamente neste ponto fundamental as idéias de Rangel são pioneiras, mesmo em escala mundial.

Desta breve notícia percebe-se a importância dos ciclos longos no funcionamento da sociedade brasileira. Limitar-nos-emos a acrescentar mais duas observações que nos interessam enquanto geógrafos<sup>6</sup>. A primeira diz respeito ao fato de que como os artigos antes exportados por nós eram predominantemente agrícolas, ao passo que os tradicionalmente importados eram predominantemente industriais, o ciclo de Kondratieff, afinal interessava sensivelmente à distribuição das atividades econômicas e, por isso mesmo, da população entre o campo e a cidade. No entanto, nos últimos tempos, os produtos manufaturados e semi-manufaturados passaram a dominar nossa pauta de exportações, o que quer dizer que o ciclo Kondratieff, no seu espantoso balanço de meio século (1930-1980), continuou a interessar à cidade. Isto nos leva à segunda observação, segundo a qual somando-se ou subtraindo-se aos ciclos médios (juglarianos brasileiros) o

ciclo longo os modificam: assim no período 1975-80 a economia estava em fase ascendente (fase “a” do ciclo médio), porém o ciclo longo estava em fase descendente, enquanto, que, no início dos anos 80 nosso ciclo médio entrou em fase descendente, somando-se ao ciclo longo continuava nessa mesma fase depressiva dando origem à pior crise industrial de nossa história, tornando extremamente sensível o problema do desemprego urbano no Brasil inteiro.

E assim entramos na temática dos ciclos médios ou juglarianos e da questão da capacidade ociosa e dos pontos de estrangulamentos da economia brasileira. Os ciclos médios foram assinalados no século XIX pelo estudioso francês Juglar, que constatou fases de expansão dos negócios, seguidas de crise e de anos de depressão, variando o conjunto de 8 a 11 anos, tanto na Europa quanto nos E. Unidos.

No caso brasileiro, o aparecimento de um centro dinâmico industrial engendrou flutuações econômicas endógenas de 10 anos aproximadamente, os juglarianos brasileiros conforme proposta de Ignacio Rangel. Os primeiros quinquênios de cada década, desde 1920, foram recessivos (1921-25/1930-34/1951-54/1961-65 etc.), enquanto os quinquênios subseqüentes foram expansivos (1926-29/1935-40/1955-60 etc.) com importantes repercussões no ambiente político das respectivas conjunturas. Nossos ciclos juglarianos foram marcadamente setoriais, integrados que estão, degrau a degrau, no processo de substituição de importações. Assim, por exemplo, a indústria têxtil foi se expandindo, substituindo importações até desenvolver capacidade ociosa superior ao consumo existente, abrindo, conseqüentemente, assim uma fase recessiva, que só pôde ser superada quando foi possível a este setor com ociosidade escoar seus excedentes de capital-dinheiro para as áreas que se constituíram em ponto de estrangulamento criados com sua expansão. A urbanização passou a exigir importações de cimento, ferro de construção e outros materiais, que necessários internamente, passaram a ser produzidos inicialmente na década de 30. Lembremo-nos que foram os grupos têxteis Votorantim, Matarazzo, Jafet e outros que escoaram seus recursos financeiros excedentes aos novos ramos de material de construção (cimento, ferro etc.).

Ao longo dos ciclos juglarianos as capacidades ociosas criadas relacionavam-se a pontos de estrangulamento engendrados paralelamente, conforme o mecanismo da dialética da capacidade ociosa<sup>7</sup>; não obstante, tais relacionamentos só poderiam ser solucionados em vasos comunicantes, a partir de mudanças institucionais empreendidas pelo Estado (cambiais, fiscais, creditícias etc.), exigindo mini-regulações do sistema econômico ao longo da 3ª Dualidade (1930-1985).

É importante assinalar que no início da industrialização as atividades produtivas eram trabalho-intensivas, isto é pré-industriais, em dois setores básicos, a agricultura e a produção de bens de equipamento (construção civil, oficinas mecânicas no interior das fábricas). Quando crescia a demanda de bens agrícolas ou de bens de investimento nas fases “a” dos ciclos juglarianos, multidões de trabalhadores eram atraídos para estas atividades. Como a industrialização se processou sem prévia reforma agrária, que permitisse recompor a produção para auto-consumo da unidade agrícola camponesa, o desenvolvimento do capitalismo do campo após-30 foi desagregando a família camponesa, engrossando nas cidades o exército industrial de reserva. Por outro lado, como o departamento de bens de equipamento era pré-industrial (artesanal), qualquer pequeno esforço de aumento da formação de capital foi acompanhado de vultosos engajamentos de mão-de-obra. Este mecanismo tornou dispensável a reforma agrária para o avanço da industrialização nas últimas décadas, até que se erguesse todo o edifício industrial brasileiro, praticamente completo, diferentemente das idéias defendidas pelos cepalinos nas décadas de 50 e 60<sup>8</sup>.

Por se aproximar o fim da substituição de importações e, provavelmente dos ciclos juglarianos internos, além do gigantismo do exército industrial de reserva, põe-se na ordem- do-dia a necessidade de redistribuição de renda, pela retomada do próximo ciclo juglariano e por medidas de reforma agrária que dêem sustentação à economia brasileira. Quanto ao novo ciclo juglariano, trata-se de acoplar, via setor financeiro, a capacidade ociosa da indústria mecânica implantada durante o governo Geisel, aos serviços de utilidade pública, que constituem nós de estrangulamento: estradas-de-ferro, metrô, saneamento básico das cidades etc. , que deverão ser privatizados, sob controle dos setores progressistas da sociedade ou atendendo aos interesses dos grandes capitais nacionais e multinacionais, caminho mais provável e em andamento.

---

<sup>1</sup> I. Rangel. *A história da dualidade brasileira*. Rev. Econ. Política n° 4, Ed. Brasiliense, 1981.

<sup>2</sup> M. H. Monteiro de Castro e R. Bielschowsky. *Contribuições de I. Rangel ao pensamento econômico brasileiro*. Literatura Econômica, fev. 1986.

<sup>3</sup> C. A. Michalet. *Capitalismo mundial*, Paz e Terra, 1984.

<sup>4</sup> I. Rangel. *A história da dualidade brasileira*, ob. Cit.

<sup>5</sup> M. Aglietta. *Régulation et crises du capitalisme*, Calmann-Lévy, 1976.

<sup>6</sup> I. Rangel. Palestra de encerramento do simpósio “A metrópole e a crise”, USP, 1985.

<sup>7</sup> I. Rangel. A dialética da capacidade ociosa, cap. VI de *Recursos ociosos e política econômica*, Ed. Hucitec, 1980. Para os leitores iniciantes ver I. Rangel. *Economia: milagre e anti-milagre*, J. Zahar Ed., 2. ed., 1986.

<sup>8</sup> I. Rangel. Palestra citada.